

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

COMPORTAMENTO ELEITORAL:
O PARTIDO DOS TRABALHADORES E AS ELEIÇÕES 2010 NA PARAÍBA

Maria do Socorro Ramalho

Campina Grande
2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**COMPORTAMENTO ELEITORAL:
O PARTIDO DOS TRABALHADORES E AS ELEIÇÕES 2010 NA PARAÍBA**

Maria do Socorro Ramalho

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: Cultura e Identidade

Orientador: Prof. Dr. Márcio de Matos Caniello

Campina Grande

2011



R165c Ramalho, Maria do Socorro.

Comportamento eleitoral : o partido dos trabalhadores e as eleições 2010 na Paraíba. / Maria do Socorro Ramalho. – Campina Grande - PB: [s.n], 2011.

235 f.

Orientador: Professor Dr. Márcio de Matos Caniello.

Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Humanidades; Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

1. Comportamento eleitoral. 2. Cultura partidária. 3. Alianças. 4. Antropologia política. 5. Eleições 2010 – Paraíba. I. Título. II. Caniello, Márcio de Matos.

CDU: 316.62:324(043)

Maria do Socorro Ramalho

Comportamento Eleitoral:

O partido dos trabalhadores e as eleições 2010 na Paraíba

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Data da defesa: ____/____/____

Membros componentes da banca examinadora:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Márcio de Matos Caniello - UFCG

Membro Titular: Prof. Dr. Rodrigo de Azerêdo Grunewald - UFCG

Membro Titular: Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva - UFPB

Lócal: Universidade Federal de Campina Grande

Unidade Acadêmica de Ciências Humanas

Campus de Campina Grande

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Dr. Lemuel Dourado Guerra, responsável pelo meu despertar para o retorno ao espaço acadêmico, importante motivador do meu ingresso no Curso de Pós-Graduação em Sociologia;

Ao Professor Dr. Rodrigo Grunewald, meu professor como aluna especial e meu orientador até a defesa do projeto, pela paciência com as minhas ingênuas e desatualizadas formulações e intervenções, tanto nas aulas, como durante o período de orientação do projeto;

À Professora Dra. Elizabete Cristina de Andrade Lima (Bebete) por ter me feito entender a importância da minha experiência pessoal, como militante partidária, para a realização deste trabalho;

Ao Professor Dr. Márcio de Matos Caniello, meu orientador, pela dedicação, paciência, seriedade e responsabilidade com que me conduziu durante a elaboração desta dissertação;

Ao Prof. Dr. Rodrigo Freire de Carvalho e Silva, Professor da Universidade Federal da Paraíba, por ter aceito o convite para participar da banca de qualificação e defesa, contribuindo decisivamente para a melhoria da qualidade deste trabalho com suas correções, observações e sugestões;

Especialmente aos dirigentes, militantes e filiados do Partido dos Trabalhadores, companheiros e companheiras, pela maneira como sempre me atenderam no resgate da história do nosso partido e na análise dos fatos atuais, localizando material impresso, sugerindo fontes de informações e particularmente por tudo que aprendi com eles e elas, nas lutas, nos embates internos, nas crises e nas vitórias.

Ao meu filho Marcel, por me incentivar a realizar este trabalho, me cobrando cotidianamente disciplina e dedicação, colaborando com a digitação, formatação, sugestões e o convencimento de que eu posso mais.

4

“O poder está sujeito a ameaças constantes: a da verdade que quebra o quadro de suas aparências; a da suspeita que o obriga a manifestar sua inocência; a do desgaste que o obriga a revigorar-se periodicamente.”

(Balandier, 1982 :46)

RESUMO

Este trabalho insere-se no campo da Antropologia Política, observando especificamente o comportamento eleitoral de uma agremiação política, cuja ‘cultura partidária’ apresenta traços peculiares no âmbito da tradição política brasileira. Pretende analisar de que maneira se opera a dialética entre a mudança de tática eleitoral e a cultura partidária do PT, estudando o “caso” da Paraíba. Partindo da análise histórica do desempenho do partido nas eleições estaduais (majoritária e proporcional) desde 1982 e culminando numa abordagem etnográfica do processo eleitoral de 2010, procuramos identificar os impactos da política de alianças na cultura partidária, no comportamento da militância e das lideranças, no desempenho eleitoral, bem como os seus influxos na dinâmica interna do partido e na sua imagem pública.

Palavras-chave: Alianças - Comportamento Eleitoral - Cultura partidária.

ABSTRACT

This work is inserted in the field of Political Anthropology, where it observes the electoral behavior of a political association whose “party culture” shows special features on the Brazilian political tradition. This study intends to analyze in which way occurs in PT the dialectic between the changing of electoral tactic and the party culture, focusing on the case of Paraíba. Based on the historical analysis of the party’s accomplishment on the state elections (the major and the relative one) since 1982 and culminating in an ethnographic approach of the 2010 electoral process, we tried to identify the impacts of the alliances politics on the party culture, on the militancy and leaderships behavior over the electoral performance, as well as on its influences on the party internal dynamics and its public image.

Keywords: Alliances; Electoral behavior; Party culture.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Organograma de organização e funcionamento do PT.....	25
Tabela 2 – Tabela de contribuições partidárias	40
Tabela 3 – Breve cronologia do movimento pró-PT e encontro e congressos do partido..	42
Tabela 4 - Resultados Gerais do PT nas Eleições na Paraíba – 1982.....	57
Tabela 5 - Resultados Gerais do PT nas Eleições na Paraíba – 1986.....	59
Tabela 6 - Resultados Gerais do PT nas Eleições na Paraíba – 1990.....	62
Tabela 7 - Resultados Gerais do PT nas Eleições na Paraíba – 1994 (1º turno).....	64
Tabela 8 - Resultados Gerais do PT nas Eleições na Paraíba – 1998 (1º turno).....	66
Tabela 9 - Resultados Gerais do PT nas Eleições na Paraíba – 2002 (1º turno).....	71
Tabela 10 - Resultados Gerais do PT nas Eleições na Paraíba – 2006 (1º turno).....	73
Tabela 11 - Resultados Eleitorais PT/PB – 2010	112

LISTA DE ABREVIATURAS

- ABC- Complexo Industrial de São Paulo nos municípios de Santo André e São Bernardo do Campo
- ABCD Paulista – Complexo industrial formado pelas cidades de Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema.
- AMPEP – Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba
- CUT – Central Única dos Trabalhadores
- DEM- Partido Democratas (antes Partido da Frente Liberal)
- DN – Diretório Nacional
- FHC- Fernando Henrique Cardoso
- LGBTT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros
- MDB – Movimento Democrático Brasileiro
- MR8 – Movimento Revolucionário 8 de Outubro
- ONG – Organização Não-Governamental
- OSCIPS – Organizações Sociais Civas Públicas
- PCBR- Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
- PCB – Partido Comunista Brasileiro
- PCdoB – Partido Comunista do Brasil
- PDT – Partido Democrático Trabalhista
- PED – Processo de Eleições Diretas
- PFL – Partido da Frente Liberal
- PHS- Partido Humanista Social
- PL – Partido liberal
- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- PP- Partido Progressista
- PPB – Partido Progressista Brasileiro
- PR- Partido republicano
- PRB – Partido Republicano Brasileiro
- PRTB- Partido Republicano Trabalhista Brasileiro
- PSB – Partido Socialista Brasileiro
- PSC – Partido Social Cristão
- PSL- Partido Social Liberal

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSOL_ Partido Socialista

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados

PT – Partido dos Trabalhadores

PT do B – Partido Trabalhista do Brasil

PV – Partido Verde

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SINTEP – Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba

SP – São Paulo

TRE – Tribunal Regional Eleitoral

UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

Introdução	01
Capítulo 1 – A fundação do Partido dos Trabalhadores no Brasil	18
1.1. Uma nova cultura partidária	22
1.2. A política de alianças.....	47
Capítulo 2 – O Partido dos Trabalhadores na Paraíba	53
2.1. A política de alianças do PT/Paraíba e o desempenho eleitoral	55
Capítulo 3 – O PT e as eleições 2010 na Paraíba	84
3.1. A disputa pelo comando do Partido/PED/2009 e a construção das alianças internas	85
3.2. As teses em disputa.....	89
3.3. A composição com o PMDB para o governo do Estado	96
3.4. A disputa pela vaga na chapa majoritária.....	99
Considerações finais	121
Notas	130
Referências.....	133
Índice dos anexos.....	139

INTRODUÇÃO

Durante mais de três séculos a história política brasileira foi marcada pela hegemonia das elites no poder associada ao quase completo alijamento das classes trabalhadoras do processo político e partidário nacional. País de formação colonial, herdeiro da velha ética senhorial lusitana (cf. FAORO, 1998) fundada, segundo Sérgio Buarque, na “inelutável repulsa que sempre lhes inspirou toda moral fundada no culto ao trabalho” (Holanda, 1988: 9), aqui a sociedade permaneceu secularmente emoldurada por um *ethos* hierárquico que define ideologicamente condições diferenciais de cidadania de acordo com a posição do indivíduo num panorama social dividido entre “superiores” e “inferiores” (cf. DAMATTA, 1986, 1987 e 1993).

Como propõe Stuart Schwartz (1995: 209), “o escravismo criou os fatos fundamentais da vida brasileira” e, assim, a “vertente relacional e hierarquizante de nossa constelação de valores” (DAMATTA, 1987: 60) subsume o “caráter nivelador e igualitário” da cidadania (DAMATTA, 1987:76), estabelecendo uma “duplicidade ética” no comportamento social e político brasileiro. É o que Caniello (2001, 2009) definiu como “cidadania à brasileira” (CANIELLO, 2001: 255).

De fato, desde o descobrimento até a década de 1930, os trabalhadores permaneceram completamente submetidos ao jugo violento das elites. Nos primeiros tempos, pelo processo civilizatório colonial que Darcy Ribeiro definiu como “máquina de moer gente” em função da cruenta submissão dos índios aos interesses econômicos dos novos donatários das terras. Depois, quando os escravos eram “as mãos e os pés do senhor de engenho” (ANTONIL, 1966 [1711]: 159), havia trabalhadores pobres livres, principalmente camponeses e artesãos, mas esses também eram “sujeitos a coerção, sofriam discriminação, recebiam pouquíssima

remuneração por seu trabalho e eram tolhidos pelo costume e pela prática” (Schwartz, 1995: 214).

Assim, os trabalhadores não tiveram qualquer participação política e partidária no período colonial e nem mesmo na Monarquia Constitucional instituída a partir da Independência, período em que “liberais” e “conservadores”, eleitos exclusivamente pelas elites através do sistema de voto censitário, compunham o Parlamento.

Conta José Murilo de Carvalho apoiando-se em Leôncio Basbaum, que poucos dias depois do 15 de novembro de 1889, Aristides Lobo, o propagandista da República, escreveu carta ao Diário Popular de São Paulo mostrando grande desapontamento com a Proclamação, pois, segundo ele, “o povo, que pelo ideário republicano deveria ter sido protagonista dos acontecimentos, assistira a tudo bestializado, sem compreender o que se passava, julgando ver talvez uma parada militar” (CARVALHO, 1989: 9). Isso dar a medida da participação popular no processo político brasileiro até então, o que pouco mudou na chamada República Velha (1889-1930), embora nesse período o povo tenha se rebelado em diversas ocasiões, ora em movimentos messiânicos, ora em revoltas pontuais.

Com efeito, a Constituição de 1891 aboliu o voto censitário, mas se mantiveram excluídos do direito ao sufrágio os analfabetos, as mulheres, subtenentes, sargentos, cabos e soldados, os religiosos sujeitos à obediência eclesiástica e os mendigos. Ademais, o voto era “a descoberto”, isto é, o eleitor era obrigado a assinar a cédula. Com processos eleitorais amplamente sujeitos à fraude, à violência e à coerção, como o foram durante todo o período monárquico, as elites permaneceram completamente hegemônicas no poder político durante a chamada “República das Oligarquias”, caracterizada pela prevalência de fenômenos como o coronelismo, o mandonismo, o clientelismo e os “votos de cabresto”, que se perpetuariam resignificados por muito tempo ainda na vida política do Brasil mais profundo.

Contudo, é durante a República Velha que os trabalhadores começam a se organizar de maneira incipiente no país com a chegada dos imigrantes europeus que vinham substituir o braço escravo nas lavouras de café, muitos deles trazendo idéias anarquistas, socialistas e comunistas. Sem embargo, será somente depois da Constituição de 1934, que instituiu o voto universal secreto, a obrigatoriedade do voto para os maiores de 18 anos, o direto de sufrágio para as mulheres, a Justiça Eleitoral e a Justiça do Trabalho, que os trabalhadores realmente passaram a ter um papel de maior protagonismo no Brasil, que a partir da década de 1930 entra no ciclo da industrialização.

Entretanto, por ainda mais de 40 anos os partidos de base operária e popular sofreriam forte limitação no país, especialmente em função da perenidade de práticas políticas herdadas do passado “senhorial”, da força do poder econômico das elites e da legislação discricionária dos períodos ditatoriais do Estado Novo (1937-1945) e do Regime Militar (1964-1985), quando os partidos comunistas, por exemplo, foram colocados na ilegalidade.

Será somente no processo de redemocratização do país, desencadeado pelo novo sindicalismo, pela luta pela anistia e coroado pelo movimento das “Diretas Já”, que os partidos de base popular realmente se consolidam no Brasil. Um deles, o Partido dos Trabalhadores, oriundo do “novo sindicalismo” e que propugna programaticamente o que definiremos neste trabalho como uma ‘nova cultura¹ partidária’ lograria chegar ao poder em 2002, com a eleição de um operário, Luís Inácio Lula da Silva² para a Presidência.

Hoje, o PT, que inicia seu terceiro mandato, no mais alto cargo da República com a primeira mulher Presidenta, Dilma Rousseff, é o partido político com a maior bancada na Câmara dos Deputados, a segunda maior no Senado, o maior tempo de televisão e o segundo maior número de filiados. Fundado com uma cultura política inovadora, hoje é protagonista no campo da política real.

Neste trabalho procuramos refletir se essa cultura partidária inovadora sofreu inflexões oriundas do sucesso eleitoral dos últimos anos para o que investigamos qual o impacto desse processo de mudança de tática eleitoral, a partir da adoção da política de alianças, na cultura partidária e no desempenho eleitoral do partido.

Este trabalho traduz um relato etnográfico sobre comportamento eleitoral, na perspectiva de uma participação observante, pois sou filiada ao Partido dos Trabalhadores desde 1986, tendo exercido diversos cargos na estrutura partidária e concorrido ao cargo de vereadora, pelo PT, no ano de 2008, no Município de Campina Grande, Paraíba. Atualmente exerço a função de Secretária Geral do PT no Município e sou membro do Diretório Estadual.

Não pretendo dar conta da complexa totalidade das ações, avaliações, análises, relações construídas, contradições e desmembramentos que esse processo supõe, mas apenas me deter em alguns aspectos, especialmente a relação entre a política de alianças adotada e o desempenho eleitoral do PT na Paraíba, o que pressupõe uma modificação na cultura política do PT.

Segundo Peirano (1992) na etnografia, os dados não são oferecidos apenas para esclarecer ou manter um determinado ponto de vista teórico, mas haverá sempre a ocorrência de novos indícios, dados que falarão mais que o autor, e que permitirão uma abordagem diversa. A etnografia se propõe a reconstituir a realidade da complexa forma de crenças, valores e comportamentos das pessoas por meio de uma experiência de campo intensamente vivida, e também desenvolver a reflexão sobre o pesquisar.

Malinowski inaugura a técnica da observação participante, método a partir do qual o pesquisador assume um papel duplo: se engaja nas atividades da situação e as observa como pesquisador.

A etnografia é sustentada, portanto, pela interação prolongada entre o pesquisador e o sujeito da pesquisa e a interação cotidiana do pesquisador no universo do sujeito, ou seja, assume o seu significado partir do interacionismo simbólico, que é uma das principais escolas de pensamento da sociologia e caracteriza-se por incorporar a reflexividade na análise da ação.

A metodologia utilizada neste trabalho procura, portanto, basear-se nessa perspectiva, em que a pesquisadora interage cotidianamente no universo do sujeito da pesquisa, utilizando diversos instrumentos para elaboração deste trabalho, buscando refletir sobre o presente relato etnográfico.

Foram utilizadas fontes impressas, tais como: documentos oficiais do Partido: Carta de Princípios(anexo 1), Manifesto(anexo 2), Programa (anexo 3), Estatuto (anexo 4), Código de Ética, teses dos encontros e congressos, bem como as resoluções resultantes desses fóruns de debates e deliberações oficiais do PT atas de reuniões das Comissões Executivas e do Diretório Estadual. Consultamos também resenhas enviadas ao Tribunal Regional Eleitoral, onde o partido informa os nomes e os cargos nas direções partidárias, para cada mandato, além de matérias veiculadas nos jornais impressos, de circulação estadual, sites e revistas.

Através dos gráficos do TRE, acompanhamos a evolução dos votos recebidos pelo partido nas eleições estaduais, nos anos de 1982, 1989, 1994, 1998, 2002, 2006 e 2010. Não citamos as votações do PT nos municípios, em nenhum período, dado que nosso objeto de estudo se detém ao comportamento eleitoral em nível estadual, embora os resultados em termos de adesão nas eleições estaduais e nacional reflitam a desenvoltura do partido nos municípios.

Loïc Wacquant é um sociólogo francês, especializado em sociologia urbana com o estudo sobre a pobreza nas grandes cidades. Os seus estudos são feitos através de observação participante, como pode ser visto em seu livro “Corpo e alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe” (WACQUANT, 2002).

Seu intuito, com essa obra, no início, foi analisar a ligação dos jovens com a academia de boxe da região, chamada de *Gym Boy and Girls Club of Woodlawn*,

Wacquant, que inverteu a fórmula tradicional “observação participante”, tornando o método, a já levantada hipótese de uma “participação observante”, ou seja, ao invés de apenas observar, entrevistar os jovens e depois elaborar relatórios, ele preferiu participar das atividades do grupo.

O autor transforma a observação em ato descritivo. Para entender melhor a metodologia desenvolvida por Wacquant, é necessário revelar que ele foi aluno de Pierre Bourdieu,

Neste trabalho, o observador se introduz como objeto e sujeito da observação. As notas etnográficas são ao mesmo tempo, as de um antropólogo em trabalho de campo e as de um aprendiz de boxeador. Além disso, o etnógrafo elimina o tradicional conceito entre o "estar lá" da observação e o "estar aqui" da redação descritiva e tradutora. Tornando a observação um ato descritivo, Loïc Wacquant tornou a experimentação um meio de serviço para a observação.

Tomando essa perspectiva como orientação nesta pesquisa, nosso desafio é tornar a observação um ato descritivo, posto que, ao tempo em que observamos e descrevemos, fazemos da experiência um meio para a observação, sendo que a experiência, nesse caso, a militância partidária, veio antes da observação, como foi já citado anteriormente.

A observação propriamente dita, ou seja, com objetivo de registrar etnograficamente o objeto deste estudo, começou desde 2007, ano em que, enquanto militante e dirigente do PT, participei ativamente das articulações para formação de chapas para o Processo de Eleições Diretas – PED, dos encontros estaduais, das reuniões diversas da executiva e do diretório estadual, dos encontros regionais, dos encontros de setoriais de mulheres, juventude e das reuniões de algumas correntes internas, tais como: o coletivo Celso Furtado³ (do qual participo desde sua criação) e da articulação de esquerda, como aliada interna.

Viver e conviver com o universo pesquisado, participando de suas dificuldades, dramas, conflitos, disputas, representa, como afirma Gilberto Velho (2005) “um esforço para não ficar preso ao senso comum, estudando situações em que ambiguidades e contradições são características inescapáveis”.

Não é uma tarefa fácil afastar preconceitos e julgamentos de valor, principalmente quando se trata de estudar um partido político fazendo parte desse universo, como filiada, militante e dirigente. Este é um dos nossos desafios, embora a pesquisa tenha sido orientada permanentemente com essa preocupação.

Para este relato etnográfico, particularmente no último capítulo, fizemos a opção por utilizar as entrevistas concedidas pelos atores do cenário político de 2010, na Paraíba, aos jornalistas dos diversos meios de comunicação do Estado. Transcrevemos relatos indiretos e citações necessários ao entendimento do referido processo eleitoral.

De acordo com Carvalho (2005):

A entrevista é de modo especial um dos gêneros discursivos com maior trânsito entre os campos da mídia e da política. Constitui-se uma forma privilegiada de exposição midiática dos personagens da política. É utilizada pelos jornalistas como insumo obtido de suas “fontes” para compor e dar legitimidade as matérias publicadas (neste caso aparece como citação ou relato indireto). (CARVALHO, 2005: 53)

Corroborando com essa afirmativa optamos em utilizar essas entrevistas neste trabalho, registrando os discursos, e paralelamente historiando os fatos de acordo com a ordem cronológica dos acontecimentos.

Um estudo sobre partido político requer a compreensão da natureza das instituições de uma sociedade, através do conhecimento do funcionamento do seu sistema político. No campo da antropologia, os estudos sobre sistemas de organização política tiveram início com os ingleses, nas décadas de 1930 e 1940, investigando sociedades tribais africanas, onde não existiam instituições políticas, mas as sociedades eram organizadas politicamente, tendo como referência não um Estado, tal como o conhecemos nas sociedades ocidentais, mas através do

sistema de parentesco. No entanto, a antropologia se dedicou mais ao estudo dos grupos sociais do que ao estudo das organizações políticas, conforme Durhan (1988),

A antropologia sempre demonstrou especial interesse pelas minorias despossuídas e dominadas de todos os tipos (índios, negros, camponeses, favelados, desviantes e 'pobres' em geral) em detrimento do estudo dos grupos ou classes politicamente dominantes e atuantes. Quanto aos temas, sempre revelou uma afinidade particular por aqueles que eram claramente periféricos à grande arena das lutas políticas: dedicou-se muito mais ao estudo da família, da religião, do folclore, da medicina popular, das festas do que à análise do Estado, dos partidos políticos, dos movimentos sindicais, das relações de classe, do desenvolvimento econômico. (DURHAM, 1988: 18)

Entretanto, no Brasil, nas últimas décadas se registra um maior interesse da antropologia por estudos ligados às instituições, aos partidos, aos processos eleitorais, de acordo com Kuschnir:

O interesse dos antropólogos pelos fenômenos eleitorais tem aumentado, produzindo uma série de trabalhos que vieram renovar os estudos sobre política. Embora reconhecendo a importância da tradição herdada da antropologia política, esses autores adotam uma nova perspectiva. Buscam compreender a política como parte de fenômenos sociais mais amplos, cuja explicação não está restrita a uma esfera específica da vida social. Esse campo de conhecimento vem se tornando conhecido como antropologia da política, isto é, uma antropologia onde a política é um dado etnográfico que deve ser analisado com os instrumentos clássicos da disciplina: trabalho de campo, observação participante, entrevistas etc. (KUSCHNIR, 2000: 09)

É nesse contexto que se insere este estudo do universo do Partido dos Trabalhadores na Paraíba.

Um trabalho que se coloca no campo da antropologia política e, mais especificamente, do comportamento eleitoral de um partido político, exige minimamente uma referência aos conceitos de democracia, política, representação política, poder, partido.

De acordo com Boaventura Sousa Santos,

A **democracia liberal** é atualmente a forma de governo mais difundida no planeta e caracteriza-se pelo seu formato representativo com base no sufrágio universal em que a autonomia dos membros eleitos está, necessariamente, vinculada a um conjunto de regras denominadas de Estado de Direito. Dentre os direitos tidos como sagrados na maioria dos países democráticos liberais estão: liberdade de ir e vir; liberdade de expressão,

associação e culto; devido processo legal; a propriedade e a igualdade perante a lei. Apesar da forte difusão do modelo liberal democrático, uma parte significativa da população mundial não vive sob os auspícios desta forma de governo (In: Pereira e Carvalho, 2008).

Ainda conforme Santos,

“Não há apenas uma forma de democracia, a democracia liberal representativa. Há outras: directa, participativa, deliberativa, intercultural, radical. Fora do mundo e da cultura ocidentais há outras formas de democracia (democracia multicultural) que devem ser valorizadas, como, por exemplo, o governo autónomo das comunidades indígenas das Américas, da Índia, da Austrália e da Nova Zelândia e o governo das autoridades tradicionais em África ou dos panchayats na Índia.” (Santos, 2008).

Na nossa sociedade, a democracia é compreendida como participação, justiça social, representação institucional por meio da escolha dos indivíduos, liberdade de organização e de expressão, acesso aos bens e serviços produzidos pela sociedade.

E ainda no conceito de Mendonça (2002:123), “a democracia moderna irá buscar no universo material, principalmente nas imagens associadas a intimidade dos governantes, a constituição de sua identidade no plano imaginário”.

Esse universo material a que a autora se refere diz respeito a objetos simbólicos, os quais a mídia utiliza para compor as imagens do candidato ou governante, mexendo com o imaginário das pessoas.

Entretanto, a democracia representativa não satisfaz aos interesses das classes empobrecidas e excluídas, posto que, com mais frequência, os mandatários eleitos pelo povo, usam seus mandatos para enriquecer, os partidos desrespeitam seus programas, os cidadãos não tem suas sobrevivências garantidas, não dispõem de informações necessárias a uma participação mais esclarecida, vivem ameaçados constantemente pela violência, entre outras problemáticas.

Sobre **política** Weber distingue no seu conceito duas acepções, uma geral e outra restrita. No sentido mais amplo, política é entendida por ele como “qualquer tipo de liderança independente em ação”. No sentido restrito, política seria liderança de um tipo de associação específica; em outras palavras, tratar-se-ia da liderança do Estado.

Procuramos compreender a conceituação de **partido** na perspectiva gramsciana (Gramsci, 1989, *apud* Neto, 1998) e, mais recentemente, nas obras de Pierre Bourdieu (2006) sobre **representatividade política**, campo e *habitus* e especificamente o conceito de partido defendido por esse autor.

Utilizaremos também trabalhos sobre a fundação e trajetória do Partido dos Trabalhadores, a exemplo de, Neto (1998), que dialoga com a tradição e o futuro através do trabalho “Organização Popular: a construção do conceito de partido no Partido dos Trabalhadores”; Meneguello (1989) que trata da fundação e formação do PT; Nunes (2003), que analisa em sua tese de doutorado como um partido como o PT, que pretende representar a classe trabalhadora, vai se construir num Estado como a Paraíba, além das mudanças ocorridas no partido, principalmente após sua participação na institucionalidade; Bezerra (2006) que analisa a construção da imagem pública de Lula nas eleições presidenciais de 2006; e Silva (2009) que faz um estudo aprofundado sobre as transformações da esquerda contemporânea na América Latina, analisando a trajetória do Partido Socialista do Chile e do Partido dos Trabalhadores no Brasil.

Para uma melhor compreensão dos princípios que fundamentaram a formação do PT, é importante destacar as concepções do filósofo italiano Antonio Gramsci sobre partido operário e o papel dos intelectuais na formação dessa instituição (Gramsci, 1989, *apud* Neto, 1998).

Para Gramsci (1989: 29), um partido seria composto de três elementos basilares: primeiro, de “homens comuns, médios, cuja participação é oferecida pela disciplina e pela fidelidade”. Nesse sentido, percebe-se uma possibilidade de inserção partidária de indivíduos que não sejam intelectuais. Entretanto, Gramsci defende que mesmo não sendo suficientes para constituição de um partido, este não existiria sem a participação dos intelectuais (*ibid*, p. 24). O segundo elemento constitutivo do partido é o fator principal de coesão, que centraliza o

partido no âmbito nacional e que torna eficiente e poderoso um conjunto de forças que “abandonadas a si mesmas representariam zero ou pouco mais” (NETO, 1998: 25).

Bourdieu tinha como objetivo fazer uma proposta à teoria sociológica contemporânea. Para compreensão dessa proposta, alguns elementos merecem destaque: a releitura dos clássicos, a construção de conceitos e a postura crítica do intelectual diante de uma tomada de posicionamento político, elementos estes juntos em sua discussão sociológica.

Ao elaborar, por exemplo, idéia de campo, Bourdieu dialoga com a idéia de esferas, proposta por Max Weber e, ainda, com o conceito de classe social de Marx. Tais estruturas são construídas socialmente assim como os esquemas de ação e pensamento. O que pode ser vista é uma renovação sociológica feita por Bourdieu sobre o conceito de transcender a oposição entre objetivismo e subjetivismo, como uma noção mediadora ajudando a romper com a dualidade de senso comum entre indivíduo e sociedade ao entender “a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade”, como solicitações do meio social.

Na teoria do poder simbólico, Bourdieu (2006) propõe que o que está em disputa, na luta política, é o conhecimento do mundo social, envolvendo pelo menos duas possibilidades: consensuá-lo ou transformá-lo. As lutas, as trocas e a violência simbólica são exercidas no interior de cada campo social, que pode ocorrer também por delegação - é o caso do partido político.

Nesse sentido, a concepção de partido desenvolvida pelo autor passa pela construção de uma teoria do campo político, que, de acordo com o autor “implica uma série de rupturas com a teoria marxista” (BOURDIEU, 2006: 133), quais sejam: a definição de classe social, o economismo da tradição marxista e o objetivismo.

Sobre a primeira ruptura, o autor afirma que a definição de classe seria uma criação do cientista, pois a classe existe apenas no papel e não na realidade, uma vez que a teoria marxista define o proletariado e a burguesia como classes reais (BOURDIEU, 2006: 138); a

segunda ruptura seria a redução da história política e dos fenômenos sociais às manifestações das forças econômicas e isso para o autor seria “esquecer o poder propriamente político de governo, que por muito dependente que seja das forças econômicas e sociais, pode garantir por uma eficácia real sobre essas forças por meio da ação sobre os instrumentos de administração das coisas e das pessoas” (*ibid*, p. 175). Por fim, a terceira ruptura seria o objetivismo político, que ignora as lutas simbólicas desenvolvidas no seio de cada campo social.

É a partir desses pressupostos que Bourdieu conceitua partido político. Segundo o autor, o partido representa uma classe teórica que faz parte da estrutura mental, não se limitando às relações econômicas, pois representa e é composto por membros que podem ter interesses econômicos diferentes, porém, interesses políticos e ideológicos afins.

Nessa perspectiva teórica, o partido pode ser compreendido como um campo social que contém hierarquias: dirigentes, dirigidos, militantes de massa que desenvolvem lutas políticas, tanto no seio do próprio partido, como entre outros campos sociais – parlamento, associações, sindicatos, outros partidos, na disputa pela imposição de uma visão de mundo.

Desse modo, a origem do partido está relacionada a uma aliança ambígua, na qual os produtores culturais dominados, ou seja, os intelectuais, entre a classe dominante, oferecem aos dominados os meios para formação da sua visão de mundo. O partido, portanto, seria um instrumento de representação institucionalizada, onde os dominados constituem objetivamente sua visão de mundo e representam seus interesses.

A política depende da visibilidade para a manutenção da representação daqueles que a exercem, através das consultas eleitorais, que os mantêm ou os retira da representação, de acordo com o reconhecimento por parte dos cidadãos, para tanto, a produção da representação é extremamente útil para a política.

Ao que parece, o Partido dos Trabalhadores, a partir de um determinado momento da sua trajetória, adota essa concepção de partido defendida por Bourdieu, pois mesmo se propondo na sua fundação, a lutar pela transformação da sociedade, em momento algum chegou a se reivindicar um partido representante de uma única classe. Em que pese a pretensão de representar a classe trabalhadora, o PT entendia essa classe, por um conceito mais amplo, que o conceito de classe utilizado pela esquerda clássica marxista, que a denominava de classe operária ou proletariado.

O PT se propôs a ser um partido da "classe trabalhadora", só que o que ele chamava de "trabalhadores" talvez estivesse mais próximo de Weber do que necessariamente de Marx, porque para Marx a sociedade no sistema capitalista de produção se dividia entre proletariado e burguesia, para Weber as sociedades políticas não são permanentes e além dessas duas classes, também existe uma classe intermediária.

A proposta do PT era diferente da esquerda clássica, na forma de representação que o PT se propunha a fazer da classe trabalhadora. Isso, inclusive, era objeto de debate no PT. Provavelmente para Lula e os sindicalistas, por exemplo, nunca foi objetivo representar os trabalhadores para construir a revolução socialista, ao contrário do que pensavam os trotskistas e demais marxistas, que falavam em "construção da vanguarda revolucionária" ou em "frente única revolucionária" (SILVA, 2009).

No seu Manifesto, o PT deixa claro que "lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem efetivamente os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis (...). O PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática" (PT, 1980).

Ainda para Bourdieu, os partidos das classes dominantes visam apenas reproduzir a dominação, já os membros das classes dominadas necessitam de partidos que busquem a

conquista do poder, que tenham um programa de pensamento e de ação, cuja base é formada principalmente de militantes.

É sobre essa base que se edifica o Partido dos Trabalhadores: militantes dos movimentos sociais organizados, intelectuais de esquerda, trabalhadores, estudantes, mulheres, minorias étnicas, raciais, conforme expressado nos documentos oficiais do partido.

Entretanto, para participar do jogo político, o partido não pode se limitar a ter em seus quadros apenas agentes qualificados, pois sem votos corre o risco de perder a participação na distribuição do poder.

Partindo dessa compreensão, muitas vezes o partido precisa filiar cidadãos que não tenham tanta identidade ideológica, nem militância. Porém, por dispor de um capital político acumulado, o que lhe proporciona certa representatividade, pode colaborar com o acesso do partido a realidade política, o que autor denomina de *Realpolitik*.

É muito comum os militantes mais antigos no partido reclamarem da filiação de algum cidadão que não tenha relação com a construção inicial do partido. Afirmativas do tipo, “fulano não tem cara de PT”, expressa, de certa forma, a idéia de que partidário mesmo é aquele que carregou a bandeira, na fase de fundação e no tempo em que o partido, ainda não tinha participação nos poderes instituídos.

Quanto aos dirigentes partidários, nessa perspectiva, seu papel deveria ser o de proporcionar às massas uma tomada de posição política que lhes assegurasse a chegada ao poder, entretanto, sustenta o autor que “os que dominam o partido e têm interesses ligados à existência e à persistência dessa instituição e com os ganhos específicos que ela assegura, encontram na liberdade que o monopólio da produção e da imposição, que os interesses políticos e instituídos lhes deixam, a possibilidade de imporem seus interesses de mandatários como sendo os interesses dos mandantes” (BOURDIEU, 2006: 168).

Bourdieu, ao apresentar os elementos para conceituação de um partido político, define o capital político como uma das formas de capital simbólico que só existe na representação e pela representação, e, portanto, produto de atos subjetivos de reconhecimento, conferido a uma pessoa pelos agentes, através dos poderes que eles lhes reconhecem.

É um capital baseado na crença e no reconhecimento. No entanto, para um melhor entendimento desse tipo de capital, o autor remete à compreensão do poder simbólico, que é “um poder que aquele que lhe está sujeito, dá aquele que o exerce” (*ibid*: 188), enquanto que o capital político é “detido e controlado pela instituição e só por ela” (*ibid*: 191).

O partido, enquanto aparelho de mobilização, através de seus filiados, dirigentes e militantes, “acumula um capital simbólico reconhecido e de fidelidade” (*ibid*). Por ter esse reconhecimento, o partido busca cada vez mais obter votos para colocar e manter seus membros permanentes nos postos da administração pública. Assim, o autor justifica sua afirmativa de que a história política não se reduz ao economismo, pois o poder político de governo, mesmo dependendo das forças econômicas e sociais, dispõe de condições para garantir uma eficácia sobre essas forças, através dos instrumentos de administração das coisas e das pessoas (*ibid*: 175).

É esse um dos elementos que justifica a ocupação de cargos na administração pública, e que, em muitos momentos, alguns agentes envolvidos no jogo político, criticam o PT, argumentando que este, no decorrer da sua história, transformou-se num partido que apenas almeja cargos públicos.

Essa crítica é comumente contestada pelos dirigentes, sob o argumento de que o partido precisa ocupar cargos para implementar seu projeto político e administrativo. Importante salientar que o PT, a cada processo eleitoral, constitui um grupo de trabalho eleitoral - GTE que, embasado no programa partidário e na conjuntura econômica e social, elabora um programa de governo para os cargos dos poderes executivos, realiza cursos de

formação para os candidatos aos cargos do legislativo, como forma de inserir as diretrizes estabelecidas no seu programa de ação, é responsável pelas negociações com outros partidos sobre as coligações eleitorais.

Quanto mais o capital político se institucionaliza, quanto mais o partido conquista espaços de poder, mais aumentam as chances de ocupação de espaços nas administrações públicas, daí alguns militantes disputarem as direções em busca de vantagens (BOURDIEU, 2006: 195).

Os candidatos eleitos recebem do partido, o capital político que demarca a importância da instituição partidária na vida dos agentes. Esse ato, denominado pelo autor de “Ato Mágico” é caracterizado pela lógica da investidura, ou seja, a lei que rege as trocas simbólicas entre os agentes da instituição. Entretanto, o agente, escolhido pelo partido em momentos eleitorais, dependente tanto do aparelho quanto dos seus eleitores, precisa ter o reconhecimento de parte dos eleitores, bem como do próprio partido, para que simbolicamente se torne representante daquele grupo social.

Nos sistemas democráticos como o nosso, Bourdieu define o partido político como o agente de luta pela conquista da adesão dos cidadãos, mobilizando os agentes que se identificam com a mesma visão do mundo social; como consequência ocorre a escolha pela filiação em determinado partido. Os dirigentes e militantes sempre expressam a defesa de um projeto político de poder, definido nos documentos e instâncias partidárias. Ou seja, mesmo convivendo com as divergências internas sobre estratégias e táticas, a maioria converge com a mesma visão de mundo social.

A luta pelo poder é empreendida através da elaboração e da imposição de uma representação do mundo social e da adesão do maior número de cidadãos. Daí, os processos eleitorais assumirem considerável destaque, pois é exatamente através da garantia da

mobilização dos agentes envolvidos no jogo político, que as idéias a respeito do mundo social se produzem.

É também através dos processos eleitorais, particularmente das campanhas, que, segundo Barreiras (1980, “O fenômeno da representação política transparece nos discursos e nos diferentes atos deixando emergir questões sobre a natureza da política, seus domínios e sua força como espaço legitimado de ação social” (BARREIRAS, 1998: 21).

Nesse sentido, é possível compreender porque o PT desde sua fundação participou dos processos eleitorais, mesmo quando não tinha a perspectiva de ganhar eleições, sendo na maioria das vezes, em diferentes lugares, apenas para ‘marcar posição’, ou seja, propagar através das campanhas eleitorais, seu projeto, seu programa, “seu capital simbólico”.

Entretanto, ainda de acordo com a autora, “Se os valores simbólicos explicitam estratégias, estas não se extinguem ou se reduzem a contextos eleitorais isolados. São recursos simbólicos, no sentido aprendido por Bourdieu (1989), os quais apresentam princípios de visão e divisão do mundo” (BARREIRAS, 1998: 28).

Esses recursos simbólicos aos quais se referem os autores foram e são utilizados principalmente pelo PT, mas também por outros partidos para se fazerem conhecidos e reconhecidos pela sociedade e assim sendo, receberem desta o poder de representação, através do voto. Ao chegar ao poder com a eleição do Presidente Lula, mesmo tendo passado por experiências de governo em diversas prefeituras e de legislaturas, o PT foi levado a assumir posturas necessárias para garantir a governabilidade, bem como implementar reformas necessárias na conjuntura social e política, a exemplo da reforma da previdência, que provocou um grande debate interno, dissidências, rachas, inclusive, passando pela expulsão de alguns parlamentares filiados ao PT (Heloísa Helena, João Fontes, Luciana Genro e João Batista) que não aceitaram as inovações ocorridas, contrariando as bancada, votando contra o próprio governo do PT.

Capítulo 1

A Fundação do Partido dos Trabalhadores no Brasil

A conjuntura política no momento da formação e fundação do PT era extremamente difícil, pois o Brasil estava sob o jugo de um governo militar que perseguiu, prendeu, exilou, assassinou e cassou direitos políticos de centenas de pessoas militantes da esquerda.

A partir de 1978 se intensificaram as lutas de resistência à ditadura militar, em agosto desse ano foi realizado um ato contra a carestia, na Praça da Sé em São Paulo. No ano seguinte, em setembro, ocorreu o I Encontro nacional de movimentos pela anistia aprova a ‘carta de Salvador’ que reivindicava anistia ampla, geral e irrestrita. No mesmo mês mais de cinco mil pessoas realizaram na Praça da Sé um ato público pela anistia. Os movimentos, apesar da repressão, conquistaram anistia para quatro mil pessoas. Em fevereiro de 1979 Luis Inácio da Silva é reeleito presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do campo, São Paulo. Em maio do mesmo ano os metalúrgicos da empresa SAAB-SCANIA iniciaram a primeira greve dos trabalhadores do País, após o Ato Institucional n 5- AI-5. A greve ficou conhecida como : “Braços cruzados e máquinas paradas”. No período de 1978 a 1980, a partir dessa greve, explodiram greves por todo o País, deflagradas por diferentes categorias: metalúrgicos, bancários, petroleiros, trabalhadores da educação, da construção civil, jornalistas, trabalhadores rurais etc. Em abril desse ano, o Ministro da Trabalho Murilo Macedo decide pela intervenção dos Sindicatos do ABC paulista, dois dias depois o líder sindical Luis Inácio da Silva é preso com mais treze líderes sindicais.

No primeiro de maio de 1980, mais de cento e trinta mil pessoas se reúnem no estádio de Vila Euclides, em São Paulo, para comemorar o dia internacional do trabalho, mas, mais de oito mil policiais fortemente armados tomaram conta das ruas de São Bernardo do Campo.

Mesmo assim as pessoas se reuniram em torno da Igreja Matriz, católica e os policiais recuaram. Oito dias depois mais de três mil mulheres saem às ruas de São Bernardo do Campo, pedindo a reabertura das negociações para a libertação dos sindicalistas, no dia 20 de maio os sindicalistas foram liberados.

A Reforma partidária de 1979 estabeleceu um retorno, embora limitado, ao pluripartidarismo no Brasil. Com a extinção, pelo golpe militar, dos partidos existentes antes de 1964 e a formação da ARENA e MDB, a primeira que apoiava o governo militar e o segundo que fazia uma oposição 'consentida' pelos militares, a Reforma Partidária de 1979 estabeleceu, contudo, "severas exigências para organização dos partidos, além de restrições jurídicas para a legalização dos partidos comunistas" (MENEGUELLO, 1989: 40).

Nessa conjuntura política, a proposta da fundação de um Partido dos Trabalhadores, construída em torno da articulação de setores do moderno operariado industrial e dos movimentos sociais urbanos, que procurava através de uma pauta de reivindicações específicas, suprimir a marginalização política em que se encontrava a classe trabalhadora no País. A necessidade de um instrumento mais poderoso do que o sindicato, que desse voz e voz aos trabalhadores para intervir nas decisões políticas do Brasil. A idéia da fundação do PT foi lançada no IX Encontro dos Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricitários do Estado de São Paulo, em 1979, na cidade de Lins, mas a proposta de criação do PT foi divulgada por Lula, no movimento sindical e na mídia, em 1978 na Conferência dos Petroleiros da Bahia. A discussão sobre a fundação do Partido dos Trabalhadores, em janeiro de 1979, propunha que o novo partido deveria

[...] ser um partido de todos os trabalhadores da cidade e do campo, que organize e mobilize todos os trabalhadores na luta por suas reivindicações e pela construção de uma sociedade justa, sem explorados e exploradores. Um partido não eleitoreiro, que simplesmente eleja representantes na Assembléia, Câmara e Senado, mas que seja um partido que funcione todos os dias do ano [...].(PT, 1988: 48).

[...] ser um partido de todos os trabalhadores da cidade e do campo, que organize e mobilize todos os trabalhadores na luta por suas reivindicações e pela construção de uma sociedade justa, sem explorados e exploradores. Um partido não eleitoreiro, que simplesmente eleja representantes na Assembléia, Câmara e Senado, mas que seja um partido que funcione todos os dias do ano [...].(PT, 1988: 48).

O PT foi fundado nas mobilizações do novo sindicalismo, concentrado no ABC paulista e conduzido pelo líder sindical de âmbito nacional, Luis Inácio da Silva, o Lula. O novo sindicalismo urbano teve origem no processo de modernização no Brasil com a sofisticação do parque industrial configurado pelas diferenças na estrutura produtiva pelo padrão tecnológico e produtivo, pela estratificação de mão de obra em relação a qualificação, remuneração e condições de trabalho e o assalariamento da classe média tradicional que a levou à sindicalização.

De acordo com Meneguello (1989), o novo sindicalismo se diferenciava do sindicalismo tradicional basicamente pelo novo estilo de condução do conflito entre capital e trabalho, demonstrando relativa autonomia de poder frente à arcaica estrutura de representação corporativista.

Além dos militantes do novo sindicalismo, outras organizações populares, movimentos libertários e a Igreja católica, através de seus setores progressistas e das comunidades eclesiais de bases, tiveram papel fundamental na construção do PT.

Nas comemorações do 1º de maio de 1979, o comitê responsável pela elaboração do primeiro documento oficial, divulgou a Carta de Princípios, nas maiores cidades do País, de acordo com esta Carta,

Os trabalhadores entenderam ao longo desse ano de lutas que suas reivindicações mais sentidas esbarravam em obstáculos cada vez maiores, e é por isso, dialeticamente, que vão sendo obrigados a construir organizações cada vez mais bem articuladas e eficazes. Diante da força da greve do ABC, os patrões e o governo precisaram dar-se as mãos para impedir o fim da política do arrocho salarial e o fim das estruturas semifascistas que tangerem nossos sindicatos. Os

patrões usam de todos os meios a seu alcance para quebrar a unidade dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se recusam a reconhecer os acordos obtidos no período das greves fabris. O governo desencadeia sua repressão: os sindicatos são invadidos e suas direções destituídas oficialmente, enquanto nas ruas a polícia persegue os piquetes e tenta impedir, pela violência, que os trabalhadores consigam local para se reunir. (PT, 1979).

Meses mais tarde, após o encontro dos metalúrgicos em Lins, num outro encontro onde participaram intelectuais, líderes sindicais e parlamentares de esquerda, foi decidido estruturar o PT, enquanto organização partidária, aprovando um documento com sugestões sobre o seu funcionamento, na ocasião também foi formada uma comissão pró- PT.

Em 10 de fevereiro de 1980, o PT foi fundado formalmente em um encontro nacional, realizado em São Paulo. Nessa ocasião foram aprovados o Manifesto, a Ata de Fundação e eleita a Comissão Provisória Nacional.(ANEXO 5).

Em 27 de setembro de 1981, a 1ª. Convenção Nacional referenda o Diretório Nacional, o Manifesto, o Programa e o Estatuto do Partido dos Trabalhadores. O registro provisório só foi concedido pelo Tribunal Regional Eleitoral em 11 de fevereiro de 1982.

Pierre Bourdieu (2006), em sua teoria do poder simbólico, adota como centro de abordagem, o conflito, a competição, a disputa, as relações de poder. Seu objeto de investigação é a disputa pelo poder sobre a visão de mundo. Para ele o que está em disputa não é a transformação da sociedade por uma classe, mas a transformação de uma classe em outra. Ainda para este estudioso, o que está em disputa na luta política é o conhecimento do mundo social, envolvendo pelo menos duas possibilidades: consensuá-lo ou transformá-lo. O partido político seria um instrumento de representação institucionalizada, onde os “dominados” constituem objetivamente sua visão de mundo e representam seus interesses.

Com base nessa teoria é possível afirmar que a construção do PT se deu nesse aspecto de, embora se propondo a representar a classe dos trabalhadores, por outro lado combinou

essa representação com outros setores organizados da sociedade, na perspectiva de construção de uma sociedade democrática, carregada dos valores que lhe são peculiares, quais sejam: a democracia, a pluralidade ideológica, o multiculturalismo, a solidariedade, o socialismo democrático, a justiça social, a igualdade de oportunidades, a liberdade; afirmados no estatuto partidário, ou seja, uma sociedade baseada nos princípios da democracia participativa.

1.1. Uma nova cultura partidária

O PT nasceu congregando diferentes concepções das esquerdas: militantes da esquerda cristã, o novo sindicalismo, artistas que almejavam um instrumento de representação para promover alterações nos destinos de suas histórias e da história da sociedade brasileira, os intelectuais, a esquerda que se opôs a ditadura pelas armas e a que se opôs no parlamento, por influencia da Igreja Católica, trabalhadores do campo, sendo que o movimento operário exerceu a liderança necessária para aglutinar todas essas vertentes do pensamento de esquerda no Brasil e promover o reencontro do pensamento de esquerda com a realidade concreta das lutas dos trabalhadores.

A origem, a construção, a fundação e as demais características do PT, conforme discurso proferido por Lula na primeira convenção nacional:

“O PT é uma inovação histórica neste País. É uma inovação na vida política e na história da esquerda brasileira também.”

(ANEXO6).

Nesse sentido podemos considerar o PT como algo novo no sistema político brasileiro, pois como procuramos demonstrar, com sua fundação foi constituída uma nova cultura partidária no Brasil.

Como parte constitutiva dessa nova cultura partidária, é possível sugerir que o PT inova no aspecto filosófico ao defender o multiculturalismo, o pluralismo ideológico, se

afirma como um partido de esquerda, acrescentando aos conceitos de esquerda, o seu próprio conceito, de acordo com Genoíno (2003) o significado de ser de esquerda ou estar no campo da esquerda:

Para nós ser de esquerda significa manter a fidelidade fundamental à luta pelos direitos de cidadania dos mais fracos, dos excluídos e dos trabalhadores. Nestes termos, ser de esquerda implica lutar por uma sociedade materialmente mais equitativa, socialmente mais justa e politicamente mais democrática. Significa participar de um movimento, numa sociedade de conflitos e de diferenças, na busca de uma igualdade crescente, preservando sempre a liberdade. A partir desses critérios básicos podemos afirmar, de forma peremptória, que o PT é um partido de esquerda. (Genoíno, 2003: 21)

O PT expressa a aceitação e o respeito pelo carácter multicultural das diversas sociedades humanas; acrescenta na democracia a necessidade desta ser mais participativa; além de maior controle por parte da sociedade sobre os mecanismos de poder.

Para Boaventura Sousa Santos,

“No contexto actual, falar de condições de democracia implica falar de radicalização da democracia. A democracia que existe na grande maioria dos países é apenas falsa porque é insuficiente. Há que levar a democracia a sério. E para levá-la a sério é preciso radicalizá-la. A radicalização da democracia dá-se por duas vias: A primeira é o aprofundamento da partilha de autoridade e do respeito da diferença nos domínios sociais onde a regra democrática é já reconhecida . Por exemplo, o orçamento participativo é uma forma de aprofundamento da democracia municipal pré-existente. A segunda via consiste em estendê-la a um número cada vez maior de domínios da vida social. O capitalismo aceitou a democracia na medida em que a reduziu a um domínio específico da vida pública, a que chamou o espaço político. Por mais que se democratizem as práticas sociais, elas nunca se democratizam o suficiente se o conhecimento que as orienta não for ele próprio democratizado. A repressão antidemocrática inclui sempre a desqualificação do conhecimento e dos saberes daqueles que são reprimidos. Não há democracia sem educação popular. Não há democracia das práticas sem democracia dos saberes”.(2008:01).

Conforme Genoíno (2003: 15-16) “do ponto de vista interno, o PT se estrutura a partir de três vetores: a constituição de uma sociedade justa e equitativa; o aprofundamento da democracia e da liberdade; o incremento do desenvolvimento material e da riqueza em bases sustentáveis do ponto de vista social e ambiental”.

O Programa do PT apresenta proposições inéditas na cultura política brasileira em relação as culturas libertárias, ao pluralismo ideológico, tanto que o confronto entre o partido

Este projeto alternativo partidário é definido nas palavras de Genoíno, que afirma: “um projeto estratégico qualquer é sempre a projeção ideal que um agente político, no caso um partido, o PT, formula em relação a sua visão de futuro. Projeto político não pode ser entendido como algo que necessariamente se realizará. Trata-se apenas de um **dever ser**, de uma das possibilidades em relação ao futuro” (Genoíno, 2003: 15, *grifo nosso*).

Em 1981, no I Encontro Nacional, o partido aprovou seu Regimento Interno. Nele foi regulamentada a existência dos núcleos de base, encontros zonais, municipais, estaduais e nacional.

Tabela 1 - Organograma da Organização e Funcionamento do PT*

INSTÂNCIAS	ORGÃOS	FORMAS DE CONSULTAS
Congresso Nacional	Coordenações de Regiões Nacionais,	Plebiscitos;
Encontros Nacional,	Macros e Micros Regiões Estaduais;	Referendos;
Estaduais, Municipais e	Bancadas Municipais, Estaduais,	Prévias Eleitorais;
Zonais;	Distrital e Federal;	Consultas
Diretório Nacional	Comissão de Ética; Conselho Fiscal;	
Diretórios Estaduais	Ouvidoria;	
Diretórios Municipais	Fundação Perseu Abramo	
Diretórios Zonais**		
Comissões Executivas		
Núcleos de Base		
Setoriais		

*Cf. Estatuto (2001), arts. 15,16 e 61.

**Existem nos Municípios com mais de 500 mil habitantes.

Os Congressos Nacionais são realizados periodicamente para tratar da atuação do PT sobre questões de âmbito nacional, atualizar o seu Programa, suas formas de organização e/ou seu funcionamento.

Os Encontros são instâncias de discussões e deliberações, organizados de acordo com calendários previamente estabelecidos pelas respectivas direções. Os Encontros Municipais discutem e deliberam questões relacionadas ao partido, do ponto de vista do seu funcionamento interno, deliberam sobre as estratégias e táticas eleitorais a serem adotadas pelo Partido no âmbito do Município, recebem solicitações de novas filiações, se posicionam sobre estas antes de encaminhá-las a direção nacional, através do SISFIL (Sistema de Filiação por meio eletrônico), implantado a partir de 2010.

Os Encontros Municipais, Estaduais e Nacional sofreram alterações a partir da reformulação partidária em 11 de março de 2001 pelo diretório nacional: os delegados aos encontros eram eleitos pelo voto direto do filiado, os municipais elegiam os delegados aos encontros estaduais e estes por sua vez elegiam os delegados aos encontros nacionais. Os encontros de delegados também elegiam as direções partidárias. A partir de 2001, isso foi modificado: As direções são eleitas pelo voto direto dos filiados e os delegados para os encontros nos três níveis, a partir de 2009 são eleitos conjuntamente com as eleições das direções partidárias, através do PED (Processo de Eleições Diretas).

Os Encontros Estaduais discutem e tomam decisões no nível estadual, onde os delegados – com direito a voz e a voto eram eleitos nos Encontros Municipais, já os participantes tem direito apenas a voz. O Encontro Nacional, de caráter ordinário, é convocado pelo Diretório Nacional para escolha dos candidatos a presidente e vice-presidente da República e definição das posições do partido frente às eleições nacionais, entre outras atribuições semelhantes aos demais partidos políticos.

Esses Encontros têm como competências analisar a conjuntura em cada âmbito correspondente, aprovar as linhas de ação do partido, definir a plataforma, a política de alianças e a tática eleitoral, antes da realização das prévias, se houver, e nesse caso referendá-las. Examinar e decidir sobre o relatório da gestão dos respectivos diretórios, decidir em grau de recursos sobre as deliberações tomadas pelos mesmos, dissolvê-los ou destituí-los, assim como as respectivas comissões executivas. Todas essas atribuições estão asseguradas nos artigos 71 a 73; 94 a 96 e 10 a 107 do Estatuto Partidário (PT, 2001: 15 - 16, 19 - 21).

Os Diretórios são constituídos de acordo com a proporcionalidade de votos recebidos pela chapa, obedecendo sempre o critério das cotas de mulheres, assim como a participação dos delegados nos encontros ou congressos, que dependem da votação de cada chapa. Nesse sentido, os acordos entre as forças políticas são comuns para as eleições e para as composições dos diretórios, inclusive considerando os cargos da comissão executiva.

- Nacional: Está regulamentado no estatuto nos artigos 108 a 110, é composto por 81 membros efetivos, além do presidente e do líder de bancada do partido na Câmara Federal. Os suplentes são equivalentes a um terço do total dos efetivos. “As atribuições do D.N. e respectiva comissão executiva correspondem às atribuições dos diretórios municipais e estaduais” (PT, 2001: 21).

- Estadual: O número de membros é definido a cada três anos pelo Diretório Nacional, “de acordo com o número e eleitores de cada Estado e será de, no máximo, cinquenta e nove membros efetivos, mais o presidente eleito e o Líder de Bancada do PT na Assembléia Legislativa do respectivo Estado, além de um terço dos suplentes” (PT, 2001: 19). As mesmas atribuições dos diretórios estaduais correspondem às instâncias municipais.

- Municipais: As atribuições e a composição desses diretórios também estão regulamentadas no estatuto partidário, nos artigos 74 a 77 da seção II do capítulo IV. O número de membros efetivos é de, no máximo quarenta e três, além do presidente e do líder de bancada na Câmara

Municipal, mais um terço dos suplentes, que serão convocados de acordo com a ordem de colocação na respectiva chapa que tenha concorrido nas eleições da direção.

As Comissões Executivas são compostas por um presidente, vice-presidente, secretário geral, secretário de finanças, secretário de formação política, líder de bancada, podendo ser ampliadas de acordo com necessidade prevista pelos diretórios, não podendo ultrapassar um terço do diretório. Suas atribuições são: propor ao diretório correspondente a criação de núcleos; executar as deliberações dos encontros e do diretório e demais instâncias superiores; convocar em caráter extraordinário, os diretórios; convocar as bancadas de parlamentares correspondentes para adotar orientações ou obter esclarecimentos sobre atuação no âmbito correspondente à instância.

As Comissões Executivas são eleitas pelos membros do respectivo Diretório e compostas por até um terço dos seus membros. A prática da reeleição é, de certa forma rejeitada pelo PT, posto que, para as Comissões Executivas não é permitido mais de dois mandatos no mesmo cargo.

Os Núcleos de Base estão definidos como “agrupamentos de pelo menos nove filiados ao partido, organizados por local de moradia, trabalho, movimento social, categoria profissional, local de estudo, áreas de interesse, atividades afins, tais como grupos temáticos, clubes de discussão, círculos de estudo e outros” (PT, 2001: 13).

Importante salientar que os núcleos são abertos à participação de pessoas não filiadas ao Partido, com direito a voz e considerados instrumentos fundamentais para a integração com os movimentos sociais e populares.

O PT afirma em suas resoluções seu compromisso com a democracia interna, e o incentivo à participação das mulheres, das minorias étnicas, dos grupos que sofrem preconceitos de orientação sexual nas instâncias de poder, com a criação dos Setoriais que são definidos como espaços de debates e elaboração temática do partido sendo reconhecidos, no

3º congresso, e que cumprem o papel de organização, articulação e mediação entre o partido e os movimentos sociais e populares.

As Secretarias Setoriais que organizam os Setoriais são Combate ao Racismo, Mulheres, Juventude, Agrária, Meio Ambiente e Desenvolvimento e Sindical, Cultural e LGBT.

Desse modo, a Secretaria Nacional de Movimentos Populares do Diretório Nacional reúne os setoriais de educação, saúde, esporte e lazer, comunicação comunitária, pessoas com deficiência, LGBTT, religiosos, crianças e adolescentes, política urbana, assistência social, assuntos indígenas, transporte, economia solidária, moradia, segurança alimentar e ciência e tecnologia.

É possível perceber que os Setoriais vão se constituindo em Secretarias a medida que o seu nível organizativo vai avançando, com maior participação dos filiados e filiadas, esses ‘núcleos’ vão se inserindo nas instancias deliberativas do PT e conquistando mais espaços na estrutura partidária.

Em relação às Bancadas de Parlamentares, o PT inova mais uma vez ao conceber o mandato como partidário, essa novidade na cultura política do Brasil é pauta de recursos impetrados nos Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunal Superior Eleitoral por vários partidos em função de mandatos de parlamentares, por infidelidade partidária, motivando, inclusive, perda do mandato. Nessa discussão, sem dúvida, o PT deu a sua contribuição ao debate, afirmando no seu Estatuto que as Bancadas nas Casas Legislativas devem subordinar sua ação parlamentar aos princípios doutrinários e programáticos, as deliberações e diretrizes estabelecidas pelas instancias partidárias.

A disciplina e ética partidária estiveram sempre em discussão, sendo regulamentadas pelo partido em documentos oficiais. Recentemente, em 2009, o partido aprovou um código

de ética, que mais uma vez contribuiu para aprovação de leis gerais pelo congresso nacional no sentido de definir as regras da disciplina e fidelidade partidárias.

O debate sobre o respeito à orientação política, sobre as deliberações partidárias, sobre a probidade no exercício parlamentar ou executivo, levou a sociedade a adotar um modelo de ética partidária inaugurada pelo partido, desde sua fundação. Visando a qualificação da prática partidária, o PT definiu a elaboração de um código de ética, que foi discutido e aprovado, na reunião do DN no dia 18 de junho de 2009. a violação às diretrizes programáticas, à ética, à fidelidade, à disciplina e aos deveres partidários é considerada infração ética e disciplinar. O Código de Ética e Disciplina, declara no seu preâmbulo mais uma das peculiaridades do PT, “A adesão concreta aos princípios éticos da melhor tradição socialista, democrática e republicana. A inovação e o rompimento crítico de caminhos tradicionais da política são mais uma característica da atuação do PT e representa um “marco na história atual dos partidos políticos no Brasil” (BERZOINI, 2009: 02).

O Código de ética tem como objetivo orientar os dirigentes, militantes, parlamentares e ocupantes de cargos no poder executivo; sistematizar as normas para a atuação partidária internamente e externamente, no âmbito da sociedade e das Instituições do Estado e entrou em vigor no dia 1 de agosto de 2009.

Este documento contém nos seus sete capítulos: os princípios fundamentais; os direitos e deveres dos filiados; as relações com o Estado; as relações internas; as relações com a sociedade e os movimentos sociais.

A conduta dos filiados, dirigentes, parlamentares, agentes públicos, detentores de mandatos; o exercício da militância; o dever de combater a discriminação, a exclusão social, a desigualdade; os atos de assédio moral, sexual, a pedofilia, a violência doméstica e outros da mesma natureza; são algumas questões regulamentadas no novo código de ética.

O exercício do mandato junto ao executivo e ao legislativo, destacando-se a fidelidade partidária e o reconhecimento, através da carta-compromisso, assinada pelo candidato, declarando que seu mandato eletivo pertence ao partido e que “as instâncias da direção partidária poderão legitimamente adotar todas as medidas necessárias para por fim a seu mandato se deixar o partido ou vier a dele ser desligado mediante processo disciplinar” (PT, 2009: 16), são deliberações garantidas e que repercutiram positivamente na sociedade, tanto que a Lei Eleitoral Brasileira adotou como regra para garantir a fidelidade dos parlamentares dos demais partidos.

As Prévias: têm caráter deliberativo, desde que atingido o quórum ou a participação mínima dos filiados aptos a votar. Ocorre quando, mais de um filado, deseja participar, enquanto candidato, ao mesmo cargo num determinado processo eleitoral.

O PT assegura aos filiados, no caso das prévias, o acesso a informações e listas de filiados, e promove os debates sobre as questões em disputa. Quando um terço dos membros do diretório correspondente ou de sua comissão executiva apresentar proposta de apoio a candidato majoritário fora do partido, o encontro da instância correspondente deve anteceder a realização da prévia eleitoral, para que seja definida a política de alianças e a tática eleitoral. Essas atribuições estão regulamentadas nos artigos 135 a 142 do Estatuto do PT.

A Primeira Prévia realizada na história do PT ocorreu em 17 de março de 2002. Além de Lula, se apresentou como candidato a Presidente da República o Senador do partido Eduardo Suplicy, tendo sido vencedor Lula com 72% da votação dos filiados. De acordo com resolução do Diretório Nacional, a realização dessa prévia, demonstrou mais uma vez, o caráter pluralista e democrático do partido (PT, 2002: 01).

- O Plebiscito: É uma forma de consulta aos filiados quando a decisão a ser tomada envolve uma maior discussão por parte dos filiados e quando há muitas posições divergentes no âmbito do partido. É também utilizado para definir a posição partidária sobre questões

relevantes e seu resultado terá sempre caráter deliberativo. Devem ser realizados quando houver, no mínimo, a manifestação subscrita, de, no mínimo: vinte por cento dos filiados no Município, em questões municipais; vinte por cento dos filiados no Estado em questões estaduais e vinte por cento dos filiados, distribuídos em 50% dos Estados, onde o partido está organizado com diretórios estaduais, em questões nacionais. Essa forma de consulta foi posta em prática pelos petistas de Campina Grande, Paraíba, no ano 2000, quando da aliança do PT com o PMDB na época, tendo candidato a Prefeito do Município, Cássio Cunha Lima. Através do plebiscito os filiados decidiram que o PT estava autorizado a fazer a aliança indicando a vice-prefeita, exercida na ocasião pela então Vereadora Cozete Barbosa.

- O Referendo: É outra forma de consulta, num determinado nível, para reavaliação ou reafirmação de posição partidária previamente definida.

Se a luta para ampliar a democracia na sociedade era prioridade para o PT, internamente não era diferente, a regulamentação das tendências ocorreu no IV encontro nacional do partido, em 1986 (PT, 1998: 112). Nesse encontro o partido reafirma seu caráter de partido estratégico, que busca a construção do socialismo no Brasil. Além disso, se declara democrático e, portanto, admite a existência em seu interior de diferentes opiniões e concepções, sem deixar de exigir a unidade na ação.

Em 1987, no seu V Encontro Nacional, o PT reafirma novamente sua vocação democrática e garante o direito de expressão das minorias, estimula o debate de idéias entre correntes distintas, garantindo o direito das tendências e a proporcionalidade na composição das direções.

Geralmente, a tendência majoritária ocupa os principais cargos da estrutura partidária, como a presidência, a secretaria geral, a secretaria de organização e a secretaria de finanças.

Com a modificação do estatuto partidário, onde a direção é colegiada, pode-se dizer que nenhuma tendência detém a maioria absoluta, pois com as composições internas pós-

eleições das direções, as forças políticas que defendem táticas e estratégias afins se agrupam e formam a maioria da direção partidária, permitindo, assim, que suas teses sejam aprovadas e encaminhadas nos fóruns de deliberações partidárias.

O Socialismo Petista é outra inovação na cultura partidária, desde a primeira Convenção Nacional do PT, em 1981, que a perspectiva socialista tornou-se concreta, conforme Lula, em seu discurso naquela convenção:

O socialismo petista que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar. O socialismo que nós queremos não nascerá de um decreto, nem nosso, nem de ninguém. (Caderno de Formação PT, 2009)

No II Encontro Nacional em 1982, o PT afirma a necessidade da realização plena do ser humano, a partir da concretização de uma sociedade mais justa, constituindo, desse modo, o princípio base para abordagem e desenvolvimento da proposta socialista do PT. Por isso o PT se empenhou em compreender a configuração das classes sociais no Brasil, a relação entre elas, o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, visando apontar os caminhos de transformação da sociedade e indicar as principais características da economia e sociedade socialista a ser construída tal como podemos constatar em diversos documentos do PT, desde sua fundação, reafirmado no seu III Congresso.

No entanto, o debate interno e a atuação do PT junto aos movimentos sociais e civis em prol da redemocratização do País, levaram o PT a refletir sobre as mediações necessárias entre as condições da conjuntura política naqueles períodos e a proposta socialista. Assim sendo o V Encontro Nacional indicou a importância de formular estratégias, as propostas de alianças sociais e um Programa de reformas que permitissem o estabelecimento de uma política de acúmulo de forças visando alcançar transformações estruturais no Brasil em direção ao socialismo.

O VII Encontro Nacional, em 1990, ocorrido sob o impacto da eleição de Collor de Mello, a introdução do neo-liberalismo no Brasil e a crise do socialismo, com a dissolução da URSS e de seus aliados no leste europeu, o PT manteve sua identidade e posicionamentos críticos ao socialismo democrático, passando a ser visto como referência mundial na busca de novos parâmetros para a construção do socialismo democrático. Nesse sentido a resolução do VII Encontro, em 1990, aponta que a proposta do PT é:

Reafirmar nosso juízo sobre o sistema capitalista, consolidar sinteticamente o acúmulo partidário no que se refere à alternativa socialista, identificar fundamentais desafios histórico-doutrinários à causa do socialismo e propor amplo debate ao PT e à sociedade, que favoreça o fim e toda exploração e opressão. Para o PT a democracia é a um só tempo, meio e fim, instrumento de transformação. Outra dimensão visceralmente democrática do PT é seu pluralismo ideológico-cultural. O ideário do partido não expressa, unilateralmente, nenhum desses caudais. O PT não possui filosofia oficial. As distintas formações doutrinárias convivem em dialética tensão, sem prejuízo de sínteses radicais, doutrinas laicas de revolução comportamental. O que une essas várias culturas políticas libertárias, nem sempre textualmente codificadas, é o projeto comum de uma nova sociedade menos institucionalizada, diferentes correntes de pensamento democrático e transformador: o cristianismo social, marxismos vários, socialismos não – marxistas, democratismos. Enquanto camada ou casta privilegiada; a inexistência de uma democracia de base e de autênticas instituições representativas; a repressão aberta ou velada ao pluralismo ideológico e cultural; a gestão da vida produtiva por meio de um planejamento verticalista, autoritário e ineficiente – tudo isso nega a que essência mesma do socialismo petista. (PT, 1990: 02)

O PT continua reafirmando que é um partido socialista, embora tenha nascido fora de qualquer recorte ortodoxo. Isso na visão de muitos, foi um fator fundamental para viabilizá-lo. Realizando a crítica à social-democracia e ao denominado socialismo real, o PT se dispunha a realizar conjuntamente a luta social e a construção do socialismo democrático: “Ao mesmo tempo, nosso compromisso estratégico com a democracia – a identidade democrática do

PT – levou-nos a refutar os supostos modelos do chamado socialismo real. O PT apóia a luta dos trabalhadores e dos povos por sua libertação, assumindo a defesa dos autênticos processos revolucionários, mas o faz com total independência política, exercendo plenamente seu direito de crítica. Foi assim que, desde sua fundação, o PT identificou na maioria das experiências do chamado socialismo real uma teoria e uma prática incompatíveis com o nosso projeto de socialismo. Sua profunda carência de democracia, tanto política quanto econômica e social; o monopólio do poder por um único partido, mesmo onde formalmente vigora o pluralismo partidário; a simbiose partido-Estado; o domínio da burocracia.” (PT: 1999).

Bourdieu, em sua teoria do poder simbólico, define as diversas oposições no interior do mesmo campo político como “invariantes que só se realizam na relação com um campo determinado e por meio dessa relação” (BOURDIEU, 2006: 179). Essa mesma lógica, segundo o autor, pode se reproduzir no interior do partido entre grupos, tendências, correntes de pensamentos, em disputa pelo controle do partido. A partir dessa visão, é possível compreender a existência das correntes internas no PT.

No seu I Congresso, em 1991, o PT foi afirmado como um “partido com tendências e não um partido de tendências” (PT, 2008: 52), que são agrupamentos internos, “correntes políticas, existentes no interior do partido, desde seu início, algumas marxistas - revolucionárias que atuavam no sentido de construir o PT, enquanto outras defendiam o processo de construção como uma frente política abrindo espaços para a construção de seu próprio partido revolucionário” (Neto, 1998: 35).

O pluralismo interno do PT é uma das características dessa nova cultura partidária é mais um elemento que o diferencia dos outros partidos. Indica uma dimensão da democracia interna do partido, posto que na resolução do VII Encontro Nacional, em 1990, aponta:

Confluíram para a criação do PT, como expressão de sujeitos sociais concretos, mais ou menos institucionalizados, diferentes correntes de pensamento democrático e transformador: o cristianismo social, marxismos

vários, socialismos não – marxistas, democratismos radicais, doutrinas laicas de revolução comportamental etc. (PT, 1990: 2)

De acordo com Silva (2009),

“a resolução sobre as Tendências definiu, com precisão, o que era uma tendência do PT:

a) Uma tendência do PT é um grupo de petistas que se agrupa, ou se organiza, para defender posições no interior do partido, a partir de uma base política (podendo adotar o nome de tendência, corrente, agrupamento etc.);

b) As tendências do PT se distinguem das articulações ou blocos de militantes que se formam apenas nos períodos de encontros;

c) As tendências do PT deverão respeitar escrupulosamente seu caráter de agrupamento de militantes para defender posições no interior do partido. Submetido à disciplina partidária como militante, nenhum agrupamento interno ou tendência poderá expressar-se nessa condição diretamente à sociedade, seja através de manifestações públicas, seja através da imprensa ou por qualquer outro meio. Por conseguinte, os instrumentos de veiculação de suas políticas devem dirigir-se exclusivamente aos membros do partido;

d) As coordenações das tendências, bem como suas políticas, devem ser transparentes para o conjunto do partido;

e) O caráter apenas interno das tendências não admite que suas necessidades financeiras para articular ou divulgar suas posições políticas sejam supridas por atividades externas ao partido. Por conseguinte, suas finanças só podem ser obtidas no interior do partido, sem concorrer ou prejudicar as atividades de finanças do PT, razão pela qual devem estar submetidas à política de finanças do partido;

f) Uma tendência do partido não pode constituir um partido distinto do PT, nem usar nome de partido. Deve reconhecer expressa e praticamente o PT como um partido estratégico (rumo ao socialismo).

As frações que ainda demarcam espaços ideológicos próprios no PT são a construindo um novo Brasil (CNB) a articulação de esquerda (AE) e a democracia socialista (DS), além da tendência Mensagem ao Partido.

Em 2009, as principais frações nacionais do Partido dos Trabalhadores são:

1) Construindo um Novo Brasil (CNB), herdeira direta da antiga Articulação e do antigo Campo Majoritário;

2) Democracia Socialista (DS) que, desde o III Congresso Nacional do PT, em 2007, integra o movimento - ou tendência, partidário chamado Mensagem ao Partido;

3) Articulação de Esquerda (AE);

4) Movimento PT (MPT);

5) PT de Luta e de Massas (PTLM);

6) Novos Rumos (NR) e;

7) O Trabalho. (SILVA, 2009: 293-300)

A regulamentação das tendências significou, além de mais uma inovação, a ruptura com a idéia de um Partido monolítico, de pensamento único, rompendo com essa idéia, o PT apontava a necessidade de uma legalidade nova, reguladora da representação e participação dos Partidos, indicava a importância da participação popular e de mecanismos de incidência dessa participação nos rumos de uma nova sociedade.

Ainda no I congresso, o PT introduziu a prática da Direção Colegiada, outro elemento que faz parte dessa nova cultura partidária, pois sua direção é composta por todas as forças políticas que compõem a agremiação, basta que inscrevam as chapas com no mínimo, 30% (trinta por cento) dos membros do diretório correspondente, obedecendo a cota de participação das mulheres na chapa e conquistem pelo menos 30% (trinta por cento) dos votos dos filiados e filiadas.

Outra diferença marcante no PT em relação aos demais partidos políticos no Brasil refere-se à forma como o partido elege suas direções. Nos demais partidos, uma comissão executiva, sob o comando de um líder político, geralmente detentor de algum mandato no poder executivo ou legislativo, referenda uma direção, particularmente um presidente, que fala pelo partido e geralmente não é contestado por nenhum outro filiado.

No PT, o processo de eleições diretas para as direções foi regulamentado na reunião do diretório nacional do dia 11 de março de 2001, em todos os níveis, municipais, estaduais e nacionais. Realizado pela primeira vez em 2001, foi uma medida adotada pelo partido com o objetivo de “radicalizar a democracia interna” (*ibid*, p. 53).

Desde então as eleições dos dirigentes nos três níveis (municipal, estadual e nacional), ocorrem simultaneamente para os diretórios correspondentes a cada nível, pelo voto direto do

filiado. Todos os filiados em dia com as contribuições partidárias, que tenham no mínimo um ano de filiação partidária estão aptos a votar e serem votados. As chapas concorrentes devem apresentar uma tese, que posteriormente será discutida e transformada em resolução no encontro correspondente. Nas primeiras eleições com esse formato, os delegados dos encontros/congressos eram indicados por cada chapa de acordo com a votação recebida por cada chapa.

A partir de 2009, os delegados aos encontros e congressos do PT também são eleitos diretamente pelos filiados, ou seja, as chapas de delegados do encontro/congresso subsequente também fazem parte das chapas para os diretórios correspondentes. Apenas o presidente de cada instância é eleito separadamente e não está ligado formalmente a nenhuma chapa. Dessa forma, uma força política pode concorrer aos cargos dos diretórios e delegados e apoiar qualquer candidato a presidente. Geralmente várias chapas apóiam um mesmo candidato a presidente.

No 3º Congresso, em 1999, o PT se comprometeu a aprimorar a democracia interna com a manutenção da proporcionalidade, como método de composição das instâncias (diretórios e executivas), a duração de dois anos para os mandatos eletivos os suplentes das direções partidárias, conselhos fiscais e comissões de ética.

A obrigatoriedade da cota de mulheres nas suas direções é mais uma marca dessa nova cultura partidária, pois essa política afirmativa de combate a discriminação e de valorização da mulher contribuiu para que esta se transformasse em lei que obriga os partidos a cumprirem a cota de mulheres nas chapas proporcionais nos processos eleitorais. A reserva de vagas para candidatas foi introduzida na legislação brasileira em 1995 pela Lei 9.100. Chamada de Lei de Cotas, ela foi proposta pela então deputada federal Marta Suplicy (PT-SP) e previa uma cota de 20% para mulheres. A Lei 9.504 elevou a cota para 25%, para as eleições de 1998, e 30%, a partir das eleições seguintes.

Importante destacar que, a partir dessas eleições de 2010, o partido ou a coligação que não preencher a cota com mulheres, não poderão fazê-lo com homens, mais do que isso, se não conseguirem preencher os 30% não terão seus registros de candidaturas deferidos pela justiça eleitoral.

Uma característica a ser destacada é a forma da origem dos recursos financeiros que dão sustentação ao partido. Diferente da maioria dos outros partidos, que se sustentam apenas com os recursos do Fundo Partidário, o PT conta com recursos oriundos dos próprios filiados. Isso sempre foi defendido pelos que fundaram o PT, seguindo a máxima do movimento sindical desatrelado do governo, onde os trabalhadores sempre defenderam em suas organizações que a luta dos trabalhadores deve ser sustentada financeiramente pelos próprios trabalhadores e essa orientação foi remetida ao partido, desde sua fundação.

Sustentado inicialmente por contribuições de militantes, o PT, a partir de 1990, tornou-se beneficiário de recursos públicos, por meio do fundo partidário (este fundo é proporcional ao desempenho eleitoral do partido).

O PT sempre foi crítico da influencia do poder econômico nas campanhas eleitorais, especialmente da sua forma mais extremada, a chamada ‘americanização’, que trata os candidatos como produtos e o eleitorado como mercado consumidor, por isso o PT defende uma reforma política e entre outros temas, o financiamento público de campanha (PT TESE PARA O 13º ENCONTRO NACIONAL, 2006).

Em 1984, o partido aprovou, no seu 3º Encontro, uma resolução sobre finanças, com o objetivo de regulamentar as formas pelas quais os/as trabalhadores/as sustentariam seu instrumento político.

Em 11 de março de 2001, o diretório nacional aprovou seu novo estatuto, definindo, entre outras questões, uma nova Instrução sobre finanças, acrescentando percentuais de

contribuição para os detentores de mandatos e cargos no poder executivo, conforme tabela a seguir:

Tabela 2 - Tabelas de contribuições partidárias

Contribuição de filiados			
Faixas	Remuneração mensal	Contribuição	
A	Até 3 salários mínimos (SM)	R\$ 5,00 (equivalente ao Valor da Carteira de Filiação)	
B	De 3 a 6 SM	0,5% sobre o salário líquido	
C	Acima de 6 SM	1,0% sobre o salário líquido	
Contribuição de filiados com cargos eletivos			
Faixas	Remuneração Mensal	Contribuição em 2001	A partir de 2002
A	Até 5 salários mínimos	8%	6%
B	De 5 a 10 SM	10%	8%
C	De 10 a 15 SM	13%	11%
D	De 15 a 20 SM	18%	16%
E	Acima de 20 SM	22%	20%
Contribuição de filiados com cargos de confiança			
Faixas	Remuneração mensal	Contribuição	
A	Até 6 salários mínimos	2%	
B	De 6 a 10 SM	3%	
C	De 10 a 15 SM	5%	
D	De 15 a 20 SM	8%	
E	Acima de 20 SM	10%	

Fonte: Secretaria Estadual de Finanças e Planejamento (Diretório Nacional do PT) 2003.

O PT surge com a proposta de transformação da sociedade e proclamava que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares seriam unicamente para estimular e aprofundar a organização das massas exploradas. Certamente, o partido, durante sua trajetória, modificou a sua visão, baseado na sua atuação parlamentar, entretanto, a partir das experiências institucionais com eleições de vereadores, deputados, senadores, prefeitos, governadores, o PT começa a compreender a necessidade do diálogo e da negociação nos diversos espaços institucionais, conforme afirma no seu manifesto:

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. Por isso protestam quando, uma vez mais na história brasileira, vêem os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados. Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias. Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases. (PT, 1980: 02).

Tabela 3 - Breve Cronologia do Movimento Pró- PT e Encontros e Congressos do PT

Período	Local	Ação
Julho/1978	Salvador /Bahia	Lançamento da idéia sobre a fundação do PT por Lula no congresso dos petroleiros
Dezembro/1978	São Bernardo do Campo/SP	Sindicalistas discutem a proposta de criação de um partido de

		trabalhadores
Janeiro/1979	Lins/SP	Aprovação do documento tese de Santo André e Lins no IX Encontro dos Metalúrgicos
1º de Maio/1979	São Bernardo do Campo/SP	Lançamento público da Carta de Princípios
Outubro/1979	São Bernardo do Campo/SP	Lançamento oficial o movimento pró PT e aprovação de uma declaração publica que expressa as conclusões dessa reunião; plataforma política; normas transitórias de funcionamento; nota contra a reforma partidária. Também é eleita a comissão nacional provisória.
31 de Maio e 1º de junho/1980	São Paulo/SP	Reunião nacional de fundação do PT, aprovação do Programa, do Plano de Ação, do Estatuto; referendou o Manifesto e elegeu a Comissão Diretora Nacional Provisória.
8 e 9 de Agosto/1981	São Paulo/SP	I Encontro Nacional
27 de Setembro/1981	Brasília/DF	I Convenção Nacional
27 e 28 de Março/1982	São Paulo/SP	II Encontro Nacional
06 a 08 de abril de 1984	São Bernardo do Campo/SP	III Encontro Nacional
12 e 13 de janeiro de 1985	Diadema/SP	Encontro Nacional Extraordinário
30 de maio a 1 de	São Paulo/SP	IV Encontro Nacional

junho de 1986		
4 a 6 de dezembro de 1987	Brasília/DF	V Encontro Nacional
16 a 18 de junho de 1989	São Paulo/SP	VI Encontro Nacional
31 de maio a 3 de junho de 1990	São Paulo/SP	VII Encontro Nacional
27 de novembro a 1 de dezembro de 1991	São Bernardo do Campo/SP	I Congresso Nacional
11 a 13 de junho de 1993	Brasília/DF	IX Encontro Nacional
18 a 20 de agosto de 1995	Guarapari/Espírito Santo	X Encontro Nacional
29 a 31 de agosto de 1997	Rio de Janeiro/RJ	XI Encontro Nacional
23 e 24 de maio de 1998	São Paulo/SP	Encontro Nacional Extraordinário
24 a 28 de novembro de 1999	Belo Horizonte/MG	II Congresso Nacional
12 a 14 Dezembro de 2001	Olinda /Pe	XII Encontro Nacional*
28 e 30 de abril de 2006	São Paulo/SP	XIII Encontro nacional
31 de agosto a 2 de setembro de 2007	São Paulo/SP	III Congresso
Fevereiro de 2010	São Paulo/SP	IV Congresso**

Fonte: Caderno de Formação- Módulo 1/ 2009

*** A pesquisadora participou desse Encontro como participante**

****Não consta na fonte citada acima**

Ao que parece, com seu crescimento e ampliação da sua influência na sociedade, ganhando eleições, ampliando sua bancada de parlamentares e governos municipais e estaduais, na condição de titular ou integrante, sofreu os abalos conseqüentes da complexidade de sua atuação, quais sejam: uma oposição sistematizada ao projeto do partido, em todos os níveis da institucionalidade, a saída de vários militantes do quadro de filiação, A expulsão de dirigentes partidários, o baixo desempenho eleitoral do PT nas eleições municipais de 2008, entre outros. Como mais um elemento desse abalo de que falamos, recordemos a crise, que ficou conhecida como “mensalão”. Com o suposto envolvimento de membros do PT com o escândalo, o PT passou por uma crise interna sem precedentes. A avaliação do PT nos Encontros e Congressos seguintes, particularmente no III Congresso, foi de que o PT admite que a crise “é do sistema político brasileiro que enfraquece programas e partidos, personaliza o debate e privatiza os interesses”.(PT : 2007)

Neste Congresso o PT reconhece que a crise teve várias motivações: o distanciamento das lutas sociais; o crescente acesso a mandatos; o não entendimento entre ser Governo e ser partido no início da gestão do Presidente Lula; o fato de o PT ter se responsabilizado pela composição política do Governo; a forma de consolidação da base parlamentar para garantir a governabilidade, optando por fazer alianças no Congresso com pequenos partidos sem referenciais mínimos de cunho ideológico, em detrimento de um Governo de coalizão; ou seja a busca da governabilidade, foi a única alternativa do PT naquele momento “ relegando a segundo plano a sustentação do governo pelos movimentos e outros atores sociais”, conforme avaliação do próprio PT no seu III Congresso.

Entre outros erros reconhecidos pelo PT, foi a ausência da combinação entre as tarefas institucionais e as tarefas de organização dos movimentos sociais e da sua militância o que causou grandes descontentamentos na base social do PT e do Governo, e, finalmente o envolvimento do PT com o financiamento de campanhas de aliados sem debater internamente

e finalmente a ambição para as eleições de 2004, priorizando os recursos financeiros para as campanhas eleitorais em detrimento da mobilização da militância.

Ricardo Berzoíni foi eleito presidente do PT em meio a maior crise política de sua história. Segundo ele, “nos quatro anos de mandato, os anos mais difíceis foram 2005 e 2006, pois a violência da mídia lacerdista consumiu muito tempo e muita energia”. Ainda de acordo com ele, o PT enfrentou,

(...) o pior cerco político de sua história, processos kafkianos contra companheiros, massacre midiático. Superou-se pela base, pela força militante. Derrotou o DEM na Bahia e em Sergipe, derrotou o PSDB no Pará. Reelegemos Lula, ampliamos para 560 prefeitos (2008), somos maiores hoje, do que antes da crise. Aprendemos na crise, com nossos erros, mas, sobretudo, com nossos princípios e fundamentos. (BERZOINI, 2009).

Em outubro de 2005, um grupo de sindicalistas, representado pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo, entregou ao presidente do PT (na época Tarso Genro) um documento convocando dirigentes e líderes sindicais de todo o País para discutir e articular uma intervenção na defesa do PT, que entre outros eixos, proclamava:

Defesa do PT como patrimônio histórico e instrumento político de organização da classe trabalhadora brasileira, que ao longo de 25 anos desafiou o poder das elites dominantes e assegurou, em conjunto com outras forças populares, avanços palpáveis na afirmação do Brasil como nação democrática, que busca combater as desigualdades sociais e estender os direitos de cidadania aos milhões de excluídos. A disputa institucional não deve ser entendida como item secundário ou complementar na vida do partido, mas também não pode se converter em foco único de atenção e acumulação, como vem ocorrendo nos últimos anos. A conjugação entre luta institucional e mobilizações sociais - como a história já comprovou tantas vezes - cria condições para que uma base parlamentar aguerrida garanta mais vitórias que as possíveis através de qualquer maioria amorfa, mantida mediante emprego de métodos fisiológicos tradicionais. (PT, 2005:01, 02)

A força do petismo ficou visível em setembro- outubro de 2005, quando 315 mil filiados compareceram para votar na eleição da nova direção partidária.

As teses para o III Congresso fizeram um amplo debate sobre a crise enfrentada pelo PT em 2005 e sobre as mudanças táticas executadas pelo PT, como a política de alianças. A tese da corrente Militância Petista, por exemplo, que tinha como meta principal Redemocratizar o PT, Democratizar o Estado e a Sociedade, afirmava: “A crise do PT é de ordem política, ideológica e partidária”.

As denúncias relacionadas com financiamento paralelo de campanhas eleitorais, que envolveram diretamente o PT, segundo sua direção, em Resolução da Executiva Nacional (16/08/2005), sem o conhecimento de suas instâncias formais, levou o PT a reunir informações para a apuração de responsabilidades e de aplicação de punições exemplares, o que acabou acontecendo com a expulsão do Secretário Geral do PT Sílvio Pereira, a desfiliação do secretário de finanças do PT Delúbio Soares e o afastamento do Presidente na época José Genoíno, assumindo a presidência o primeiro vice Tarso Genro. A Executiva Nacional do PT, afirmou que desconhecia tais operações e fez seu primeiro pedido de desculpas à Nação.

Isto posto, algumas questões merecem uma análise mais aprofundada, o que não é possível fazê-las neste estudo: Aos olhos da sociedade, da imprensa e da própria militância, será que o PT vem colocando a ocupação dos espaços institucionais como prioridade, em detrimento da organização da classe trabalhadora? O PT traiu seus princípios ideológicos?

Segundo Miguel (2006), o PT que até 1989, ocupava uma posição secundária no sistema político brasileiro, representando os puristas e radicais, tornando-se a referência central da esquerda e uma alternativa efetiva de poder, “mudou seu discurso, suas práticas e seu programa”.

Do ponto de vista bem simplista, não seria correto afirmar que o PT mudou seu foco com a chegada ao poder, com a eleição do presidente Luis Inácio Lula da Silva, antes, pode-se

afirmar que ao longo da sua trajetória o PT compreendeu que projeto estratégico se coloca em prática interagindo com outros atores sociais, construindo proposições concretas e valores.

A adoção da política de alianças pelo PT demonstra, no nosso entendimento, a compreensão de que num País como o Brasil, com profundas diversidades culturais, ideológicas, tradicionalmente governado pelas elites, não há como governar, realizando mudanças necessárias para que a maioria da população tenha acesso aos bens, riquezas e serviços; sem dialogar constantemente e negociar sempre que necessário, onde o Estado seja o condutor do processo, mas os indivíduos exerçam o papel de sujeito que constrói sua própria história, a história do seu grupo e do seu lugar.

Ao finalizar este capítulo podemos afirmar que diversas categorias expressam o que há de inovador na cultura do PT: É um partido que se construiu de baixo para cima, de identidade coletiva, pois mesmo sofrendo influências ideológicas as mais diversas, o PT não estabeleceu uma linha política única; de orientação programática e não exclusivamente eleitoral; seu formato organizacional é baseado na representatividade direta e participativa além de se basear na atividade da militância; a democracia interna; a institucionalização de uma estrutura que responsabiliza os detentores de cargos políticos uns com os outros, perante a militância e a sociedade; a criação de regras partidárias; enfim, como afirma Samuels (1997):

Ao decidirem participar da arena eleitoral, os fundadores do PT tiveram de levar em conta as Instituições. Como o partido não estava ligado à máquina do Estado, não tinha nascido dentro do Congresso e, portanto, não contava com nomes de políticos muito conhecidos nem tinha recursos para concorrer com outros partidos, não podia competir da mesma maneira. Em vez disso tinha de construir seu ethos próprio. (SAMUELS, 1997,18- Disponível em WWW.scielo.br)

Os políticos do PT também são bastante controlados pelo partido, os que não cumprem as regras podem sofrer punições, inclusive expulsões, como já aconteceu; o PT também estimula o voto na legenda e não apenas no candidato. Por essas razões há de se supor que o

PT provavelmente nunca venha a ser uma legenda de aluguel, como tantos outros partidos no sistema político brasileiro.

1.2-A política de alianças

No Brasil, assim como em outros Países, a política, não é uma atividade que envolve toda a população, permanentemente, isso provavelmente se deve ao fato dessa atividade ter sido restrita, durante séculos, aos grupos que dominavam o País, ou seja, pela exclusão durante séculos, das classes, que não pertenciam às elites do País.

Pela nossa tradição cultural, a política sempre foi relacionada a eleições. Aqueles que não estão envolvidos no cotidiano da política, ou seja, em partidos, em estruturas de governo ou em espaços institucionais, não pensam a política fora do “tempo da política”, como afirma Palmeira (1996: 42).

A vida política brasileira, particularmente, no período de 1945 a 1964 e depois com a redemocratização, a partir de 1985, é caracterizada pela utilização das coligações partidárias, nas disputas eleitorais.

No campo da ciência política, de acordo com Fleischer (2002), se encontram dois enfoques sobre coligações:

1 - alianças entre partidos políticos para formar ou compor chapas de candidatos em comum para concorrer as eleições [coligações partidárias ou eleitorais] (Krause; Schmitt; Oliveira; Soares); e 2- alianças ou coalizões de partidos (no período pós-eleitoral) para sustentar um governo com uma maioria efetiva e confiável no poder legislativo. (Fleischer, 2006:142).

De 1950 a 1965, a junção dos partidos com objetivos eleitorais era denominada de alianças. A partir de 1985, de acordo com a legislação eleitoral, essa união passou a ser chamada coligação.

As coligações eleitorais são estratégias políticas utilizadas pelos partidos políticos que remontam ao início da década de sessenta, sendo ampliadas e adaptadas de acordo com a conjuntura política do momento.

Weber, em sua teoria da dominação, afirmou que “as comunidades políticas não são necessariamente permanentes” (WEBER, 1964: 661). Nesse sentido, podemos pensar que as facções sociais – os partidos políticos, por exemplo, vivem mais intensamente e enfrentam conflitos mais abertos na época das eleições, pois o que está em disputa, nesse momento é a escolha do projeto de cada um, como afirma Bourdieu, é a visão de mundo social de cada grupo social.

Nessa disputa pela visão de mundo social, o PT, ao longo de sua trajetória, foi percebendo, que, para ocupar os espaços institucionais e colocar em prática seu projeto de transformação social, era necessário ganhar eleições, ter mandatos no poder legislativo, no poder executivo, ocupar cargos na administração pública.

Na mesma resolução que homologou a candidatura de Lula para presidente da República, em março de 2002, o partido aprova a ampliação das alianças para vencer as eleições e governar o Brasil:

O XII Encontro Nacional autorizou a direção nacional a construir, com base na nossa candidatura e nas diretrizes do programa, um arco de alianças que incorpore as forças políticas de oposição a FHC, cabendo ao Diretório Nacional a decisão final sobre o programa, o candidato a vice- presidente da República e as alianças. É neste sentido que o DN, informado das conversações havidas, autoriza o prosseguimento do diálogo com o PL e setores do PMDB que se opõem ao governo FHC. (PT, 2002: 01)

De acordo com os dirigentes partidários, para ganhar eleições, não basta ter movimentos sociais organizados, é necessário fazer alianças e alianças são feitas com quem pensa diferente, pelo menos no método, em alguns aspectos, mas comunga certamente com o objetivo macro.

Em relação à eleição para o poder executivo, normalmente os partidos coligados são contemplados com cargos na administração pública, ou seja, passam a exercer um governo de coalizão. Existe inclusive, um chavão que é comum ser usado pelos dirigentes partidários: “Quem ajuda a eleger, tem que ajudar a governar”, mas também existem aqueles que sustentam que a aliança é/foi feita em nome de um projeto de desenvolvimento para o Estado ou município, entretanto, tão logo começa a ocupação de cargos, todos reivindicam seus espaços, embora que externamente afirmem o contrário.

Em 2007, o PT inicia o debate sobre a reforma política que ainda não foi aprovada pelo Congresso nacional. Em reunião da executiva nacional, o PT fecha questão em torno da fidelidade partidária; do funcionamento público de campanhas; em torno do voto em listas pré-ordenadas e em torno do fim das coligações em eleições proporcionais.

Seis anos após sua fundação é que o PT começa a discutir alianças eleitorais, utilizando os mesmos argumentos usados atualmente, que, onde não houver possibilidade de candidatura própria, o PT deve fazer alianças, porém, dentro do seu espectro programático.

No seu IV Encontro nacional, em 1986, o PT admite pela primeira vez se coligar.. No V Encontro o PT formula uma política de alianças, partindo da premissa de que a conjuntura exigia e as condições dadas favoreciam a luta por uma alternativa democrática e popular para se contrapor a dominação neoliberal burguesa no Brasil, e, principalmente preparar as condições e o ambiente favorável para candidatura de Lula, em 1989.

Nesse sentido seria necessário o acúmulo de forças dos trabalhadores, setores da classe média, o campo, parcelas do empresariado, contrários à política econômica do governo, ressaltando os princípios de identidade programática e independência de classe.

Evidente que os setores mais radicais do PT se opuseram a essa política de alianças, em princípio com a formação de uma frente de esquerda, composta pelos partidos, considerados do campo progressista, a exemplo do Partido Comunista do Brasil, Partido

Verde, Partido Socialista Brasileiro, Partido Comunista Brasileiro, Partido Democrático Brasileiro e setores do PMDB.

Percebendo que a frente de esquerda não era suficiente para chegar ao poder, o PT propõe alianças táticas com outros partidos e setores da sociedade que estivessem dispostos a caminhar com o PT e os trabalhadores na luta pelo poder.

A partir de 1989,

Após a realização do seu VI Encontro nacional, o PT tem como pressupostos para sua política de alianças, três elementos: Primeiro: oposição aos apoiadores do regime militar e à direita em geral; segundo: consolidação de um bloco capaz de eleger Lula presidente; e, finalmente, a constituição de um projeto e a necessidade de convencer os trabalhadores da qualidade e viabilidade do mesmo. (Giovanni, 2003: 204)

O I Congresso do PT, em 1991, recomenda que a política de alianças continue sendo ampliada, sobretudo para o enfrentamento do projeto neo-liberal implantado no País, conforme resolução aprovada neste congresso:

A política de alianças desenvolvida pelo PT a partir de 1987, não só precisa ter continuidade, mas, inclusive, deve ser radicalizada, principalmente frente à ofensiva neoliberal e ao agravamento da crise social e econômica do País. Toda a experiência nos governos municipais, no parlamento e mesmo nos movimentos sociais aponta para a necessidade de uma ampla política de alianças destinada a enfrentar a nova realidade internacional e o bloco político que sustenta a onda neoliberal no Brasil. (PT, 1998: 511)

Nos Encontros seguintes, a política de alianças foi sendo cada vez mais reafirmada, recomendando que com alguns partidos (ex.: PMDB e PSDB), considerando as diversas realidades locais, estas seriam analisadas pelo diretório nacional.

Em março de 2002, o diretório nacional aprovou uma resolução política homologando as prévias que definiram o nome de Lula para candidato para a Presidente da República nas eleições deste ano, afirmando que o principal objetivo do PT era organizar o PT e construir com os diversos setores da sociedade, o programa de governo, bem como a escolha do

candidato a vice-presidente da República e a ampliação de alianças para vencer e governar o Brasil.

Ainda nessa resolução o PT reiterou que nenhum partido isoladamente poderá vencer as eleições e muito menos governar o País. O PT também analisou que após uma década de aliança, “tudo indica que a direita concorrerá dividida nessas eleições” (PT, 2002), considerando o lançamento das candidaturas de Ciro Gomes, Anthony Garotinho, José Serra e Sarney.

Uma das teses para o 13^o Encontro Nacional do PT (CNB), afirmou que a política de alianças em que foram autorizadas coligações com toda a base de apoio do Governo Lula no Congresso Nacional, para as eleições municipais de 2004, gerou uma enorme polêmica pública e interna no PT, tanto no primeiro quanto no segundo turno:

Um subproduto desta política de alianças foi a decisão, tomada por alguns integrantes da antiga direção nacional e que só veio a público, em 2005, de assumir dívida dos partidos aliados no Congresso Nacional, mesmo que em alguns casos estas dívidas tivessem sido contraídas em campanhas contra candidatos do PT. (Caderno de teses para o 13^o Encontro Nacional

Ao término das eleições de 2004, verificou-se que o PT fora derrotado em importantes centros urbanos que ele governava, inclusive Campina Grande, na Paraíba, onde a atual Prefeita era filiada ao PT e havia assumido a Prefeitura após a renúncia do Prefeito, na época, Cássio Cunha Lima (PMDB) que concorreu ao cargo de Governo do Estado da Paraíba.

Na reunião de 05 de março de 2008, o DN aprovou uma resolução reafirmando a necessidade da política de alianças para as eleições municipais para que sua base política e social pudesse ser ampliada e favorecesse a vitória eleitoral, no entanto recomenda que as instâncias locais considerassem as avaliações a cerca das forças políticas presentes no cenário nacional. Nesse sentido, as recomendou que as alianças deveriam ser feitas prioritariamente com os partidos da Frente de Esquerda – PSB, PC do B e PDT, podendo também compor com outros partidos da base aliada do Governo Federal, tendo como critério um compromisso

programático e a gestão ética dos recursos públicos. A mesma resolução faz críticas ao PSDB e DEM, que na visão dos dirigentes cumprem o papel de organizar a oposição política ao governo federal e por isso mesmo devem estar fora do arco de alianças do PT.

No seu IV Congresso, em 22/ 02/2010, o PT aprovou a resolução de tática eleitoral e política de alianças. O presidente Ricardo Berzoini afirmou que o PT “deve ser o grande condutor de uma ampla aliança rumo a vitória em 2010 e que terá a missão de transformar a campanha presidencial numa grande mobilização social em defesa do projeto político liderado pelo presidente Lula”

A resolução no item 4 afirma:

A disputa eleitoral de 2010 será uma das mais polarizadas que o País já viveu desde a redemocratização. O que estará em jogo são dois projetos distintos e opostos para o Brasil. De um lado, os neo liberais representados pela aliança PSDB/DEM/PPS, derrotados em 2002 e 2006, encurralados ideologicamente depois da crise econômica global e sem projeto para o País. (PT, 2010: 02).

Nesse sentido, o PT se esforçou para conduzir a política de alianças a nível nacional atuando conjuntamente com as direções estaduais na definição das alianças estaduais, daí decorreu a decisão do Encontro Estadual em compor uma aliança com o PMDB na Paraíba.

Capítulo 2

O Partido dos Trabalhadores na Paraíba

O PT da Paraíba foi fundado no dia 10 de agosto de 1980, com a presença de Lula.

As categorias sociais que fundaram o PT da Paraíba, distingue-se das categorias que participaram dessa construção no Estado de São Paulo. Na Paraíba, participaram a Igreja Católica, através das organizações eclesiais de base, organizações de esquerda clandestina, estudantes e sindicalistas ligados ao funcionalismo estadual, particularmente os professores, intelectuais da classe média. Merece destaque nessa construção a AMPEP (Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba), hoje SINTEP (SINDICATO DOS Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba). Essa diversidade de correntes de pensamento provocou rachas e afastamento de alguns setores ligados à Igreja Católica da fundação do PT. Os trabalhadores ligados a Pastoral Operária, temiam que os intelectuais, professores e estudantes quisessem comandar o PT sem discutir com os trabalhadores do campo e da cidade. De acordo com Giovani (2003:150),

“Esse afastamento das organizações de base da Igreja da construção do PT paraibano, nesta fase inicial, reflete uma diferença de concepção sobre formação do Partido em relação aos agrupamentos esquerdistas”.

Em março de 1980, foi formada uma comissão provisória, denominado I Encontro do Militantes do PT. Essa primeira comissão provisória foi composta por: Vanderly farias, Wanderley Amado, Sônia Germano, José Alves, Anísio Maia, Neide Miele, Eliezer Gomes, Climídia Nunes, Manoel Bernadino e Afonso Francisco. Um segundo encontro foi marcado para abril, mas só aconteceu em junho.

Nos dias 21 e 22 de março de 1981, o PT realizou seu I Encontro Estadual que reuniu militantes de quinze cidades do Estado. O metalúrgico Eliezer Gomes foi eleito o primeiro

presidente do PT no Estado, derrotando o professor José Alves, dirigente da AMPEP, apoiado pelas correntes trostkistas, mas que mesmo derrotado entrou na composição da executiva na condição de primeiro vice-presidente.

Em 1981, acontece o primeiro racha no PT e a saída de um grupo de militantes, que discordavam da linha política do PT, entre estes Wanderly Farias, que era membro da direção.

O PT da Paraíba realizou seu primeiro Encontro Estadual em 21 e 22 de março de 1981, elegendo sua primeira Comissão Executiva, que ficou assim formada: Eliezer Gomes (metalúrgico)- Presidente, José Alves de Sousa (professor da rede estadual) – 1º Vice-Presidente, Francisco Nóbrega Gadelha- 2º Vice-Presidente, Laércio Losano- Secretário Geral e Wagner Braga (Professor da UFPB) Tesoureiro. A partir de 1989 a tendência Articulação passa a ter maioria no PT elegendo Laércio Losano, presidente estadual, derrotando Anísio Maia, que na época fazia parte da tendência Alternativa Socialista. Em 1992, Anísio Maia é eleito presidente com o apoio da Articulação que isolada não venceria as eleições.

A partir de 1994 as disputas se acirram no PT, pois é nessa conjuntura das eleições nacionais que o PT da Paraíba vai escolher se apóia Antonio Mariz para Governador ou se lança candidato próprio. Essa disputa passa pela concepção de democracia interna, política de alianças e a tentativa de ampliar o palanque para Lula que era candidato pela segunda vez à Presidência da República. Nessas eleições como veremos adiante o PT lançou candidatura própria ao Governo do Estado e no segundo turno liberou a militância, já que o seu candidato a Governador, assim como Lula, também não chegou ao segundo turno.

O PT atualmente está organizado atualmente em cento e trinta e quatro dos duzentos e vinte e três municípios. A meta da atual direção nessa gestão é organizar o PT nos oitenta e nove municípios restantes.

2.1 - A política de alianças do PT/PB e o desempenho eleitoral de 1982 a 2010 nas eleições estaduais

As dificuldades de inserção na sociedade paraibana levaram setores mais moderados do PT a defender a existência de um “centro” na política paraibana e a promover alianças com partidos de centro-direita no interior paraibano, com o objetivo de assegurar a sobrevivência do Partido.

Em 1982, o PT lançou cinco candidatos para deputados federais, nove para estaduais, o candidato a governador e a senadores. Nesta eleição, o PT sequer dispunha de recursos para o guia eleitoral, tanto que em setembro, a imprensa divulgava que o partido era o único que ainda não tinha veiculado sua propaganda eleitoral no rádio e TV, o que resultou num baixo desempenho eleitoral como se pode verificar na tabela nº 04.

Com uma inexpressiva votação, nessas eleições, (anexo 7) o PT continua passando por muitos entraves para chegar a ter inserção na sociedade, devido vários motivos, dentre os quais: os militantes eram vistos como ‘baderneiros’, as mulheres e homens militantes eram tachados de ‘sapatões’ e ‘veados’(termos ainda muito utilizados no Nordeste para designar mulheres e homens homossexuais), os trabalhadores eram chamados de analfabetos, isso porque muitos não tinham curso superior; os intelectuais e professores por sua vez, eram chamados de comunistas.

A viabilidade do PT para os militantes era algo ainda duvidoso, aliado a isso as dúvidas quanto a questão de se aliar ao PMDB para combater a ditadura, a aceitação de filiação de políticos que não se adaptavam aos princípios éticos e puristas do PT, mesmo que estes combatessem a ditadura militar. Um exemplo ilustrativo desse momento é o caso da filiação do deputado federal Marcondes Gadelha: Em 1982 a imprensa local começou a especular sobre sua filiação ao PT, porque Gadelha não aceitava o apoio do seu partido (PMDB) a Antonio Mariz para Governador do Estado, pois este era seu adversário político na

cidade de Sousa, Paraíba. Lula ao ser informado sobre a pretensão de Gadelha, enviou Jacó Bittar, secretário nacional do PT à Paraíba para preparar o ingresso de Gadelha no PT. Gadelha era considerado um político de esquerda em função da sua luta pelos direitos humanos, liberdade e anistia, no entanto a executiva do PT soltou nota na imprensa afirmando que não aceitaria Gadelha no PT devido sua origem burguesa (seu pai era empresário). Marcondes Gadelha acabou se filiando ao PDS.

Atualmente, mesmo com as mudanças ocorridas no PT, quando se convida figuras públicas, com capital político, ainda se escuta muitos afirmarem ter receio de se filiar ao PT devido às suas regras e sua prática de discussão, debate e democracia interna, além, evidentemente dessa imagem pública estereotipada, pois tradicionalmente no Brasil, os partidos políticos são comandados por um chefe que decide as táticas e estratégias do partido, por isso é comum se falar “ O Partido de Fulano, O Partido de Beltrano”.

Em 1983 o PT realiza seu II Encontro Estadual em Campina Grande. Na oportunidade o PT criou várias comissões e elegeu sua direção provisória, Derly Pereira, primeiro candidato a governador pelo PT, em 1982, foi eleito presidente de forma consensual. Ainda naquele ano o PT participa ativamente da campanha pelas Diretas Já, criando comitês e se juntando a outros partidos e forças políticas engajadas na campanha. Ainda assim alguns militantes se mostravam contrários à campanha, alegando ser uma campanha comandada e hegemônica pela burguesia.

O PT sofreu também muita pressão por parte da imprensa e da sociedade, em 1984, por não aceitar o Colégio Eleitoral que deveria eleger o novo presidente da República.

Tabela 4 - Resultados Gerais do PT nas Eleições na Paraíba – 1982

Cargo	Candidato	Votos	Votos válidos %
Governador	Francisco Derly Pereira	3.918	0,44
Senador	Idalmo da Silva	3.730	0,43
Deputado Federal	José Calistrato	1.487	0,17
	Francisco Nóbrega	1.030	0,12
	Pedro Gomes e Silva	1.003	0,12
	José Isidro de Sousa	29	0,00
	Rubens Pinto Lyra	21	0,02
	Total de votos do PT	3.578	0,41
Deputado estadual	Francisco Marcelino	665	0,08
	José Edilson de Amorim	607	0,07
	Anísio maia	602	0,07
	Francisco Ferreira	536	0,06
	Eliezer Pedrosa	391	0,04
	Irlânio Ribeiro	373	0,04
	Magno José Guedeas	241	0,02
	Washington Alves	119	0,01
	João Bosco Lira Melo	41	0,00
	Total	3.580	0,39

Fonte: TRE - PB

Em 1986, o PT concorreu novamente com candidatura própria ao governo do Estado. Dois candidatos se apresentaram para a disputa, os professores Chico Lopes e Carlos Alberto Dantas. Carlos Alberto foi o escolhido com 33 votos contra 31 de Chico Lopes. O PT lançou 14 candidatos a deputados federais e 32 a deputados estaduais, numa chapa ‘ puro sangue’, como se fala na política, chapa meramente partidária, sem coligações. Para essas eleições o PT/PB já admitia a possibilidade de alianças, mas, com partidos que fizessem oposição ao presidente José Sarney, e nem mesmo com o PMDB, considerado pelos petistas incapaz de romper com as forças conservadoras do Estado.

Naquela eleição, mesmo sem alianças, houve um crescimento do PT em relação às eleições de 1982, quando passou de 0,41% para 1,71% de votos.

Tabela 5 - Resultados Gerais do PT nas Eleições na Paraíba – 1986

Cargo	Candidato	Votos	% Válidos
Governador	Carlos Alberto Dantas	18.097	1,46
Senador	Alberto do Amaral	28.539	1,39
	Tota Agra	27.118	1,32
	Total	55.657	1,71
Deputado Federal	Vanderley Caixe	9.636	1,14
	Derly Pereira	3.830	0,45
	Chico Lopes	2.342	0,27
	Severino Dantas	1427	0,16
	Elisa Mineiros	1037	0,12

	Josevaldo Pessoa da Cunha	972	0,11
	José Maria Gurgel	911	0,10
	Edvaldo Faustino	645	0,07
	João Marrocos	480	0,05
	Adeílton Hilário	478	0,05
	Idalmo da Silva	278	0,03
	Pedro Gomes	253	0,03
	Alberto Nunes	78	0,00
	Teresa Cristina Soares Maia	12	0,00
	José Geraldo de Vasconcelos	01	0,00
	Baracuhy		
	Total	22.374	7,97
Deputado Estadual	Candidato	24.378	
	Agamenon Vieira	4530	0,51
	Antonio Barbosa	4218	0,48
	Francisco Nóbrega	3.072	0,35
	Anísio Maia	1362	0,15
	Pedro Celestino	1244	0,14
	José Soares da Silva	1141	0,13

	Valtemir Cartaxo	1.096	0,12
	Luiz Gonzaga Lima de Moraes	623	0,07
	Daniel da Silva	583	0,06
	João Minô	484	0,05
	Ofinho	456	0,05
	Robert Dagon da Silva	368	0,04
	Ednaldo Barbosa Guedes	315	0,03
	Agostinho Gabriel da Silva	267	0,03
	Adauto Luiz de Amorim	175	0,02
	Leandro Moura Pereira	172	0,02
	Américo Gomes	138	0,01
	Edmilson Pinheiro	116	0,01
	José Renato Uchoa	115	0,01
	Washington José Pessoa	96	0,01
	João Bosco Lira Melo	92	0,01
	Shóstenes Marinho Costa	69	0,0
	Francisco de Assis Cunha Metre	63	0,0
	Gilvandro Santos Carvalho	54	0,0
	Severino Crispim da Silva	49	0,0
	João Felix dos Santos	44	0,0
	Lindolfo Araújo Sobreira	41	0,0
	Antonio Pedro dos Santos	33	0,0
	Henrique Freire de Barros Neto	23	0,0
	Rosangela Monteiro	18	0,0

	Elias Galdino	16	0,0
	Irene Marinheiro	10	0,0
	Maria do Socorro dos Santos	9	0,0
	Fátima Soares Maia	6	0,0
	TOTAL		2,67

Fonte: TRE - PB

Com a formação das alianças para as eleições presidenciais, na primeira candidatura de Lula a presidente apenas com o PSB e o PC do B (por isso mesmo até os dias atuais são carinhosamente tratados de aliados históricos pelos petistas), a nível nacional, em 1989, o PT/PB, começa a discutir a possibilidade da construção de alianças para a disputa eleitoral, se propondo a construir uma frente democrático-popular, que seria formada pelo PT, PSDB, PCB, PCdoB e PSB. A radicalidade contra as alianças era tamanha que o PT chegou a vetar a presença do então prefeito de João Pessoa, Wilson Braga, no palanque de Lula, no segundo turno das eleições, mesmo tendo este decidido apoiar a candidatura do petista.

A eleição de 1989, primeira para presidente da República, no início de redemocratização do País, não é objeto desse estudo. No entanto merece um destaque especial. Em seu trabalho *A Salvação pelo Espetáculo*, Mendonça (2002) faz uma análise de como se constitui a alteridade na política, tomando como base a “Era Collor”, presidente eleito na disputa com Lula em 1989, “uma das formas através das quais se constitui a alteridade na política está na imagem que os grupos dominantes fazem dos dominados como os “outros”. Em sentido contrário está a imagem que estes fazem daqueles, presente, por exemplo, nas relações carismáticas entre líderes e massas” (MENDONÇA, 2002:183). Se Lula se identificava com a maioria, e essa maioria de excluídos, trabalhadores, desempregados, também se identificava com Lula, por que, então Collor venceu a disputa?

Concordamos com Kátia Mendonça, sobre um dos elementos que levou Collor a vitória:

Nas eleições de 1989 os eleitores levaram ao poder não o semelhante a eles, como Lula se apresentava do ponto de vista simbólico, mas o seu antípoda. Nessa relação o outro, por ser diferente e essencialmente por isso, representa o salvador. Collor não se apresenta em nenhum momento como igual às massas, talvez por isso mesmo canalizando suas esperanças. (MENDONÇA, 2002: 183).

O PT/PB mais fortalecido com as eleições presidenciais, de 1989, após conquistar 606.464 votos para Lula, no segundo turno, começa a vislumbrar a possibilidade de alianças para as eleições Estaduais de 1990 entretanto, descartava qualquer aproximação com o PMDB, PDT, PRN, PDS e PL, e terminou fazendo aliança com o PCB, PSB e PC do B que formando a Frente Paraíba Popular.

Nas eleições de 1990, muitas articulações foram realizadas. Uma delas, numa reunião do Diretório Municipal do PT de João Pessoa, foi lançada pela Tendência Democracia Socialista a candidatura de Cozete Barbosa para se contrapor à candidatura de José Joffily, entretanto, esta não era a instância para deliberar sobre essa questão, por isso, na reunião do Diretório Regional, foi lançado o nome de Genival Veloso, pela tendência Articulação, para candidato a governador pela frente de esquerda, Emília Correia Lima, do PCB, para vice-governadora e Paulo Araújo do PSB para senador. Estava realizada a primeira aliança no PT/PB, rigorosamente programática e ideológica, aos moldes do pensamento dos petistas na época.

Nessa eleição, o PT elegeu seu primeiro Deputado Estadual, o Professor Chico Lopes com 4.482 votos. Como o candidato do PT não foi para o segundo turno, e sim os candidatos Wilson Braga e Ronaldo Cunha Lima do PDT e do PMDB, respectivamente, o PT realizou um plebiscito para decidir se daria apoio crítico a Ronaldo Cunha Lima (PMDB), se votaria

em branco ou se anularia o voto. Os filiados decidiram pelo voto nulo ou branco. O governador eleito foi Ronaldo Cunha Lima.

Tabela 6 - Resultados Gerais do PT nas Eleições na Paraíba – 1990

Cargo	Candidato	Coligação	Votos	%Válidos
Governador	Genival Veloso	PT/PCB/ PC do	44.719	3,02
Vice	Emília Correia Lima	B/ PSB		
Senador	Paulo Araújo Neto	PT/ PCB/ PCdoB/PSB	29.511	1,99
Deputado Federal	Cozete Barbosa	PT	5.768	0,77
	Anísio	PT	3.161	0,42
	Carlos R. de Queiroz	PT	2.468	0,33
	Joaquim Neto	PT	2.201	0,29
	Julio Rafael	PT	2.162	0,27
	Maria da Penha N. Silva	PT	2.060	0,26
	Jose Maria Gurgel	PT	1.931	0,16
	Crisantina C. da Costa	PT	1.218	0,16
	Pedro C. Danta Filho	PT	1.028	0,13
	João da Lima Filho	PT	648	0,08
	Francisco Almeida	PT	495	0,06
	Jose A. de Sousa	PT	362	0,04

	Edilson Dias Fernandes	PT	332	0,00
	Antonio Barbosa Filho	PT	51	0,00
	João de Deus R. Junior	PT	32	0,00
	TOTAL	PT	13.327	3,14
Deputado Estadual	Chico Lopes*	PT	4.482	0,52
	Joaquim Cavalcante	PT	4.229	0,49
	Derly Pereira	PT	3.930	0,45
	Maria Isabel	PT	3.777	0,43
	Agamenon Vieira	PT	3.206	0,37
	Fernando Kildemar	PT	1963	0,22
	João Camilo	PT	1936	0,22
	Ricardo Coutinho	PT	1934	0,22
	João Pereira	PT	1370	0,15
	Valtemir Cartaxo	PT	1246	0,14
	Lila	PT	1190	0,13
	Paula Frassinete	PT	1103	0,12
	Afonso de Abreu	PT	1038	0,12
	Luiz Gonzaga	PT	770	0,08

	Flávio do PT	PT	718	0,08
	Pastor Edvan	PT	686	0,08
	Darcy Lacerda	PT	532	0,06
	Josevaldo Cunha	PT	455	0,05
	José Vicente	PT	430	0,05
	Manuel Carlos	PT	396	0,04
	Israel Guedes	PT	252	0,02
	Raimundo da Costa	PT	230	0,02
	Ednaldo Leite	PT	228	0,02
	Maria Licor Lira	PT	204	0,02
	Luis Patrício de Lima	PT	181	0,02
	Wilma M. de M. Arruda	PT	153	0,01
	João Carlos Sousa	PT	82	0,01
	Antonia Trigueiro	PT	70	0,00
	Mageciene Chaves	PT	01	0,00
	TOTAL	PT	35.885	5,59

Fonte: TRE - PB

No Encontro Estadual de 1993, o deputado estadual Chico Lopes e os vereadores Avenzoar Arruda e Ricardo Coutinho, defenderam que a política de alianças para as eleições de 1994 deveria ser discutida e deliberada num encontro extraordinário, além de defenderem que as alianças só deveriam ser feitas com a esquerda e setores progressistas que rompessem com os governos estadual e federal. A tendência Articulação defendia que além dos aliados 'históricos', as alianças também deviam se dar com setores progressistas do PMDB, PDT e PSDB.

Em janeiro de 1994, foi realizada uma prévia entre os filiados e o candidato Mário Silveira, foi o escolhido com 52 por cento dos votos. Em abril de 1994, após um amplo debate na imprensa e entre os militantes sobre uma possível aliança com Antonio Mariz, candidato do PMDB, Mário Silveira renuncia com intuito de forçar "a barra" no PT para que este apoiasse Mariz, no entanto, a ala mais à esquerda, representada por Avenzoar Arruda, segundo colocado na prévia, não aceitou e ele foi escolhido como novo candidato.

Esse debate se estendeu até setembro com a participação da direção nacional, com pressões para Avenzoar renunciar, mas a candidatura é mantida e segundo análise dos próprios petistas, fundamental, para levar a eleição ao segundo turno, pois o PT conquistou 73.989 votos, 6,56% dos votos válidos, conforme a tabela 07.

Em 1994 PT teve um crescimento considerável passando de um para três deputados na Assembléia Legislativa, esse bom desempenho do PT fez com que os postulantes ao cargo de Governador do Estado disputasse o seu apoio, no segundo turno, Antonio Mariz (eleito) e Lúcia Braga. O PT realizou um plebiscito, onde os filiados optaram por liberar a militância, entretanto os defensores da candidatura de Mariz participaram ativamente da campanha e o próprio Lula anunciou seu apoio a Mariz.

Nessa eleição Lula candidatou-se pela segunda vez para Presidência da República. O PT inova na forma de fazer campanha, lançando a Caravana da Cidadania. De acordo com

Barreiras (2004), “A caravana da cidadania, que caracterizou a campanha presidencial de 1993 do candidato do PT, singularizou-se como ritual evocador de sentimentos metaforizados no encontro com o Brasil profundo, feito de perdas, sofrimentos e desigualdades” (BARREIRAS, 2004: 85).

Durante a permanência do candidato em uma determinada localidade, a agenda constava de visitas às lideranças locais, aos sindicatos, às autoridades religiosas (no caso de Campina Grande - Paraíba foi feita uma visita ao bispo da Igreja Católica), entrevista coletiva e culminando com um comício relâmpago. Era na realidade uma explosão de sentimentos tanto do candidato, quanto da militância e da população, ainda totalmente motivada e saudosa da campanha de 1989, agora com uma perspectiva possível de realizar o sonho de 89.

Lula não chegou ao segundo turno. O PT e Lula amargaram uma derrota causada por inúmeros fatores, muitos inclusive, já analisados por estudiosos da política e da sociedade, a exemplo do trabalho de Kucinski (1998) sobre a Mídia e as eleições de 1994, onde o autor retrata a *ptfobia* por parte da mídia representante das elites conservadoras do Brasil, amedrontadas com a possibilidade da chegada ao poder do candidato do PT:

Com as caravanas, metáforas das travessias hostis, Lula consegue romper parte da mídia. Ao chegar a pequenas localidades do interior, a caravana de Lula era recebida por todos os meios de comunicação locais, mesmo os de propriedade dos chefes políticos regionais, pela novidade e importância da sua presença. Mas editores dos jornais nacionais e da TV excluem das suas pautas as caravanas de Lula (temos mais uma vez o princípio da exclusão), exceto para desqualificá-lo ou amplificar incidentes técnicos, para transmitir a idéia de desorganização. (KUCINSKI, 1998: 118)

Ainda nessas eleições se observou a tentativa por parte da mídia de desqualificar o candidato do PT, sempre apresentando o contraste entre o candidato que representava setores ligados à direita Fernando Henrique Cardoso, denominado de príncipe da sociologia, enquanto Lula era sempre citado como semi analfabeto, como o autor coloca: “trataram de demonizar o Lula. Mariza a mulher de Lula foi quem melhor sintetizou a construção do

simbólico na campanha eleitoral de 1994: Fizeram de Fernando Henrique um príncipe e de Lula um sapo” (*ibid*: 130).

Tabela 7 – Resultados Gerais do PT nas Eleições na Paraíba – 1994 (1º turno)

Cargo	Candidato	Coligação	Votos	% Válidos
Presidente	Lula		311.142	
Governador	Avenzoar Arruda	PT/PSB/PCdo	73.989	6,56
Vice	Antonio Cariri	B		
Senadores	Joaquim Neto	PT/PSB/PC do B	135.834	7,04
Deputado Federal				
	Anísio Maia	PT	6.527	0,68
	CBS	PT	5.333	0,55
	Israel Guedes	PT	5.204	0,54
	Jeová Campos	PT	4.485	0,46
	José Cordeiro (Zenito)	PT	2.743	0,28
	João José da Silva	PT	1.070	0,11
	Lucio Flávio Costa	PT	1.053	0,11
	Francisco de Assis Xavier	PT	843	0,08
	João Lima	PT	828	0,08
	Antonio Pereira de S. Neto	PT	609	0,06

	Carlos Alberto Ribeiro	PT	306	0,03
	Paulo de Tarso Loureiro	PT	126	0,01
	Legenda do PT		14.363	1,50
	TOTAL	PT		3,89
Deputado Estadual	Candidato		Total de votos	
	Padre Adelino*	PT	11.730	1,13
	Luiz Couto*	PT	9449	0,91
	Chico Lopes*	PT	9243	0,89
	Cozete Barbosa	PT	7140	0,69
	Ricardo Coutinho	PT	6353	0,61
	Edivaldo Medeiros	PT	5377	0,52
	Carlos Bezerra	PT	5.173	0,50
	Bonifácio Medeiros	PT	4329	0,41
	Ailton Rodrigues	PT	4244	0,41
	Zizo	PT	2789	0,27
	Garibaldi	PT	2725	0,26
	Wilson Aragão	PT	2680	0,25
	Ernesto Batista Filho	PT	2471	0,23
	José Barbosa Lucena	PT	2 103	0,20
	José Bento	PT	1756	0,17

	Fernando Lopes	PT	1593	0,15
	Matias	PT	1058	0,10
	Joana Batista	PT	921	0,08
	Salomão Marinho	PT	897	0,08
	Manoel Paixão	PT	695	0,06
	Rita Eliane	PT	575	0,05
	Flávio do PT	PT	442	0,04
	José Tavares	PT	428	0,04
	Tadeu Lucena	PT	367	0,03
	Jose Vicente	PT	363	0,03
	Pastor Edvan	PT	294	0,02
	Genário	PT	287	0,02
	Françualdo	PT	282	0,02
	Luiz Patrício	PT	188	0,01
	Manuel Pereira	PT	187	0,01
	Calixto	PT	151	0,01
	Fernando A. de Oliveira	PT	106	0,01
	Maria Cely	PT	21	0,00
	Giucelia	PT	18	0,00
	Legenda	PT	8018	0,77
	Total de votos	PT	94.895	6,98

Fonte: TRE – PB

*Eleito

Para as eleições de 1998, o PT já admite a possibilidade da ampliação do arco de alianças com partidos considerados de centro, contanto que seus candidatos não tivessem histórico com corrupção, com repressão aos trabalhadores e nem perfil conservador. Nesse sentido o PT/ PB realizou um Encontro Estadual, em julho de 1997, onde decidiu apoiar o nome do Deputado Vital do Rego Filho (PDT) como candidato das oposições ao governo do Estado, numa composição com PCdoB, PSB, PV, PSTU e PDT.

Entretanto, em novembro de 1997, o Diretório Regional inscreveu Anísio Maia, Jeová Vieira e Wilson Massau como candidatos ao governo do Estado, Cozete Barbosa e Júlio Rafael, candidatos ao Senado, no entanto, continuou, segundo resolução aprovada, aberto ao diálogo e a construção de novas alternativas (Ata DR/PT/PB, 1997).

Em março de 1998, ao analisar as dificuldades, em torno do nome do deputado Vital Filho, por que este decidiu apoiar José Maranhão do PMDB para Governo do Estado provocando a exclusão do PDT da Frente de Esquerda, diante da decisão do PDT/RJ de lançar a candidatura de Anthony Garotinho para disputar com Lula, posto que a prioridade do PT era a eleição de Lula, a Frente de Esquerda lança o nome de Gilvan Freire do PSB, ligado politicamente ao Grupo Cunha Lima ao governo do Estado, apoiando pela primeira vez um candidato de outro partido no Estado, tendo Hamurabi Duarte do PT e Presidente da CUT como vice-governador. Tivemos então já a partir dessas eleições um início de aproximação do PT com o grupo Cunha Lima, algo como que se preparando para a aliança PT/PMDB no Município de Campina Grande, em 2000.

Nas eleições de 1998, o PT ampliou sua bancada de Deputados Estaduais, elegendo, numa aliança com o PSB, o PV e o PCdoB, quatro Deputados: Ricardo Coutinho, Frei Anastácio e Luiz Couto do PT e o Sargento Dênis do PV e elegeu seu primeiro Deputado Federal, Avenzoar Arruda .

A expressiva votação recebida pela então vereadora de Campina Grande, Cozete Barbosa, a credenciaria para a disputa municipal, dois anos depois, em 2000, o que acabou ocorrendo na condição de vice-prefeita, numa aliança bastante polêmica, com o PMDB, representado pelo candidato a reeleição para Prefeito Cássio Cunha Lima.

A composição dessa aliança, bem como suas conseqüências para o PT/PB e particularmente para o PT/Campina Grande merece, no nosso entendimento, uma análise mais minuciosa, quiçá um objeto de investigação por parte dos estudiosos da ciência política, visto que uma série de fatos políticos e fenômenos eleitorais ainda influenciam a política da Paraíba até a atualidade, particularmente, o desempenho eleitoral do PT nesse município.

Tabela 8 - Resultados Gerais do PT nas Eleições na Paraíba – 1998 – 1º Turno

Cargo	Candidato	Coligação	Votos	% válidos
Presidente	Lula		402.293	33,65%
Governador	Gilvan Freire	PT/PSB/PV/PCdoB	175.234	16,1%
Vice	Hamurabi Duarte			
Senador	Cozete Barbosa	PT/PSB/PV/PCdoB	216.006	19,7%
Deputado Federal	Avenzoar*	PT/PSB/PV/PCdoB	16679	1,40
	Julio Rafael	PT/PSB/PV/PCdoB	15786	1,33
	Julio Cezar	PT/PSB/PV/PCdoB	7423	0,62
	Anísio Maia	PT/PSB/PV/PCdoB	7939	0,66
	Israel Guedes	PT/PSB/PV/PCdoB	5018	0,42
	Laércio Lousano	PT/PSB/PV/PCdoB	4390	0,37
	João de Deus	PT/PSB/PV/PCdoB	3523	0,29

	João Lima	PT/PSB/PV/PCdoB	2075	0,17
	Souza	PT/PSB/PV/PCdoB	1571	0,13
	Prof. Alfredo	PT/PSB/PV/PCdoB	1272	0,10
	Genário	PT/PSB/PV/PCdoB	1148	0,09
	Legenda do PT	PT/PSB/PV/PCdoB	23898	2,01%
		TOTAL	136.867	7,59
Deputado Estadual	Ricardo Coutinho*	PT/PSB/PV/PCdoB	25388	1,97
	Frei Anastácio*	PT/PSB/PV/PCdoB	13508	1,05
	Luiz Couto*	PT/PSB/PV/PCdoB	11849	0,92
	Dr. Junior	PT/PSB/PV/PCdoB	8486	0,66
	Chico Lopes	PT/PSB/PV/PCdoB	8430	0,65
	Padre Adelino	PT/PSB/PV/PCdoB	7852	0,61
	Luciano Cartaxo	PT/PSB/PV/PCdoB	7273	0,56
	Jeová Campos	PT/PSB/PV/PCdoB	5426	0,42
	Carlos Bezerra	PT/PSB/PV/PCdoB	4865	0,37
	Edgar Malagodi	PT/PSB/PV/PCdoB	3928	0,30
	Zizo	PT/PSB/PV/PCdoB	2258	0,17
	Fernando Lopes	PT/PSB/PV/PCdoB	1316	0,10
	Pádua	PT/PSB/PV/PCdoB	1261	0,09
	Françualdo	PT/PSB/PV/PCdoB	170	0,01
	Fernando Sobreira	PT/PSB/PV/PCdoB	133	0,01

	Legenda do PT		19714	1,53%
	Total			9,41

Fonte: TRE – PB

*eleito

As eleições 2002 na Paraíba foram bastante tumultuadas para o PT: Acreditando na possibilidade de levar o então prefeito de Campina Grande, Cássio Cunha Lima para seus quadros, posto que a aliança do PT em Campina Grande, em 2000, foi uma ‘preparação de terreno’ para garantir o apoio de Cássio para Lula em 2002, o PT enfrenta situações bastante adversas: Cássio havia rompido com José Maranhão, que naquele momento detinha o controle do PMDB e provavelmente não garantiria legenda para Cássio sair candidato a governador, daí a esperança do PT. A direção eleita em 2001, no primeiro PED - processo de eleições diretas para a direção- teve como presidente estadual Adalberto Fulgêncio; presidente do Diretório Municipal de João Pessoa, Hamurabi Duarte e presidente do Diretório Municipal de Campina Grande, Socorro Ramalho.

Além do apoio a Lula o PT queria de Cássio o apoio à eleição de Cozete Barbosa, que se torna Prefeita de Campina Grande com a renúncia de Cássio para se candidatar ao governo estadual, nas eleições de 2004.

Como se pode notar os partidos políticos não definem suas estratégias e táticas eleitorais no ano eleitoral, mas muito antes, inclusive vive-se um processo eleitoral já planejando os próximos, ou seja, são metas a serem alcançadas a médio e longo prazos, mesmo que os dirigentes neguem sempre essas articulações, com afirmativas do tipo: “só vamos pensar 2012, em 2012... ainda é cedo.”

Com a filiação de Cássio ao PSDB, o PT trata de ‘arranjar’ uma candidatura própria para não ficar acéfalo no processo, garantir um palanque estadual para o candidato Lula, já que todas as avaliações consideravam a possibilidade real da eleição de Lula em 2002.

Em abril de 2002, no ato da renúncia de Cássio, Cozete anuncia uma pequena mudança no secretariado, colocando apenas quatro petistas no seu governo e reafirma apoio a Cássio para governador do Estado, conforme matéria publicada no Correio da Paraíba (03 de abril de 2002, p. A2.).

O PT indica, então, Adalberto Fulgêncio como pré-candidato ao governo do Estado, entretanto os debates internos continuavam acalorados sobre a viabilidade da candidatura, pois o grupo liderado por Júlio Rafael continuava defendendo o apoio a Cássio para Governador, argumentando que Cássio mesmo no PSDB faria campanha para Lula.

A então prefeita de Campina Grande, Cozete Barbosa, mesmo com a aprovação da verticalização (que obrigava as alianças a nível nacional serem repetidas nos Estados) pelo Tribunal Superior Eleitoral, defendia o apoio a Cássio, na esperança de que este a apoiasse nas eleições de 2004, como já destacamos anteriormente, conforme o jornal Diário da Borborema, Cozete afirma:

É evidente que a verticalização dificulta um pouco essa união, mas nós temos saída para isso, só que tudo vai depender das bases do partido e das discussões que teremos e das votações que serão feitas durante esse encontro que será em João pessoa. Não haverá uma coligação branca (apoiar por baixo do pano), sem apoio formal, mas sim verificar dentro da própria legislação eleitoral, se for possível, entretanto, temos uma candidatura própria e vamos trabalhar por ela. (Diário da Borborema, 27/04/2002, p. A3)

A candidatura de Adalberto consegue apenas 3% nas pesquisas, sendo este um dos argumentos utilizados pelos apoiadores de Cássio, para que Adalberto renunciasse.

Em entrevista ao Jornal da Paraíba, Adalberto Fulgêncio afirma que sua candidatura “simboliza a construção de resistência democrática às duas candidaturas, que na Paraíba representam o projeto nacional do nosso maior adversário, que é José Serra. Cássio Cunha Lima e Ney Suassuna representam esse projeto que é antagônico ao nosso” (Jornal da Paraíba, 28/ 04/2002, p. 02).

Como se vê, Adalberto, que foi um dos maiores defensores da aliança do PT com Cássio em Campina, encarna agora a oposição ao mesmo no Estado e na ausência de nomes com densidade eleitoral para a disputa, já que lideranças como Luis Couto, Ricardo Coutinho, Chico Lopes e Avenzoar Arruda colocaram seus nomes para a chapa proporcional, ele colocase para a disputa, cumprindo, assim, o papel de dirigente e de militante comprometido com a causa do PT.

Adalberto, entretanto, admite abrir mão de sua candidatura em prol do PL que poderia fazer parte da aliança no Estado, reproduzindo a aliança nacional.

As pressões do grupo defensor do apoio a Cássio, segundo o próprio Adalberto, o fez renunciar à candidatura antes mesmo do Encontro Estadual: “Na realidade, fui renunciado. Fui desistido por aqueles que queriam minha candidatura” fazendo menção a Articulação, grupo ao qual pertence e que parte dela estava defendendo uma aliança branca para apoiar o tucano Cássio Cunha Lima” (Correio da Paraíba, 05 de maio de 2002, p. A-3). Defato, Adalberto renunciou à candidatura diante de um acordo interno entre os agrupamentos para dar origem a candidatura de Avenzoar Arruda ao Governo do Estado pelo PT.

No entanto, nem todos os membros da Articulação concordavam com a ‘aliança branca’ defendida pelo simpatizantes da candidatura de Cássio Cunha Lima . A presidente do PT/CG Socorro Ramalho, após o Encontro Estadual, realizado em 25 e 26 de maio, que indicou Avenzoar Arruda para candidato, substituindo Fulgêncio, afirmou em um meio de comunicação local:

O PT não precisa dos grupos de Maranhão, nem de Cunha Lima: ‘Sou totalmente contrária a uma aliança com o grupo de Maranhão que não tem compromisso com os trabalhadores e o projeto de Cássio é o mesmo de Fernando Henrique Cardoso’. No que diz respeito a Cozete, Socorro não tem dúvidas de que ela subirá no palanque de Avenzoar respeitando assim a decisão do Encontro estadual. Quanto ao seu relacionamento com a chefe (Cozete) a secretária adjunta de assistência social, Socorro, esclarece que ‘na Prefeitura cumpre as ordens da chefe, mas no PT ela e Cozete tem que cumprir as determinações das instâncias partidárias. (DB, 29/05/2002:A-3)

As divergências entre Cozete e os secretários Raimundo Augusto de Oliveira Cajá e Socorro Ramalho levaram à demissão de Cajá da Prefeitura, onde ocupava o cargo de Secretário de Assistência Social. Socorro Ramalho assume a titularidade da Secretaria, entretanto as relações entre esta e Prefeita se complicaram, já que a Prefeita apoiava Cássio e Socorro fazia campanha para Avenzoar Arruda, candidato do PT, numa aliança com o PL, PSC, PMN, PCdoB, tendo como Vice Carlos Pedrosa Júnior. Logo após as eleições, Socorro se demite da prefeitura voltando a fazer parte do governo municipal em 2003 após o rompimento da aliança do PT com Cássio em Campina Grande.

Adalberto Fulgêncio retirou a candidatura, em meio a muitas pressões internas, o PT em Encontro Estadual, indica Avenzoar Arruda para candidato a Governador, deixando de disputar a reeleição para Deputado Federal, na perspectiva de garantir o palanque para Lula na Paraíba e posteriormente em 2004, sair candidato a Prefeito de João Pessoa, com a anuência naquele momento de quase toda direção partidária, exceto, o grupo que defendia o apoio a Cássio Cunha Lima.

A campanha de 2002 foi por assim dizer, traumática para o PT: Administrando a Prefeitura da Maior Cidade do interior da Paraíba, Campina Grande, as contradições internas se aguçaram profundamente. Enquanto uma parcela do PT fazia campanha para Avenzoar e os candidatos proporcionais, outra parcela trabalhava nos bastidores pela eleição do candidato Cássio Cunha Lima, fazia 'dobradinha' com candidatos ligados ao PSDB, todos argumentando que o projeto maior era eleger Lula. O PT manteve suas vagas na Assembléia Legislativa (quatro Deputados), elegeu mais um da coligação e elegeu Luiz Couto Deputado Federal. No segundo turno dessas eleições, o PT decide apoiar o PMDB, garantindo assim, um palanque para Lula na Paraíba. Cássio Cunha Lima foi eleito Governador e em 2003, a aliança PT/ Cássio é desfeita em Campina Grande.

Em 2003, o PT já se preparava para as eleições de 2004, assim como os outros Partidos, enfrentando mais uma crise interna. Dessa vez com o Deputado Ricardo Coutinho, que baseado na votação para Deputado, se propõe a ser candidato para Prefeito de João Pessoa. Ocorre que o PT estava se preparando desde 2002 para lançar Avenzoar Arruda, candidato a Prefeito da Capital da Paraíba. Ricardo Coutinho, decide sair do PT e ingressar numa legenda onde pudesse ser candidato. Na época, a Direção Nacional do PT fez todos os esforços possíveis para impedir. José Genoíno, na época Presidente do PT, veio à Paraíba, reunir com o PT e Ricardo, tentando um acordo, o que não aconteceu e Ricardo Coutinho com o Coletivo que tem o seu próprio nome se desfilia do PT e ingressa no PSB, sai candidato a Prefeito de João Pessoa, em 2004, sendo eleito com mais de 60% dos votos. O PT perde a Prefeitura de Campina Grande, logo no primeiro turno e no segundo turno presta apoio ao candidato do PMDB, Veneziano Vital do Rêgo, que venceu essas eleições para Rômulo Gouveia, candidato pelo PSDB.

Tabela 9 - Resultados Gerais do PT nas Eleições na Paraíba – 2002 - 1º Turno

Cargo	Candidato	Coligação	Votos	% válidos
Presidente	Lula		984.944	57,02%
Governador	Avenzoar	PT/PL/PSC/PSDC/PMN/	200.362	12,5
Vice	Arruda	PCdo B		
	Carlos Pedrosa			
Senador	Dra. Lígia Simão Almeida		283.300	9,78

Deputado Federal	Luis Couto*	PT/PL/PSC/PMN/PCdoB	77.432	4,49
	Giucélia		12.724	0,73
	Magliano		10.764	0,62
	Edgar Malagodi		10.567	0,61
	Valquíria Alencar		9,826	0,57
	Romeu Lemos		9.111	0,52
	Ednaíldo		4.739	0,27
	Bivar Duda		2.723	0,15
	Edileudo Lucena		2.306	0,14
	Assis Mandela		2.045	0,13
	Paulo Xavier		2.026	0,11
	TOTAL	PT	236.000	8,34
Deputado Estadual				
	Ricardo Coutinho *		47.912	2,76
	Frei Anastácio *		22.354	1,29

Rodrigo Soares *	21.442	1,23
Gianina *	11.310	0,65
Luciano Cartaxo	11.081	0,64
Padre Adelino	8.663	0,50
Julio Rafael	8.489	0,49
Antonio Pereira	8.268	0,47
Chico Lopes	7.625	0,44
Raimundo	2.490	0,14
Salomão Marinho	1.060	0,06
Joaquim Neto	560	0,03
Licor Lira	314	0,01
Flávio do PT	259	0,01
Ildemar Nóbrega	188	0,01
Voto na Legenda	20.020	1,15
TOTAL	178.224	8,88

Fonte: TRE – PB *eleito

Nas eleições de 2006, o PT faz seu primeiro teste após a crise de 2005, na Paraíba se alia ao PMDB para o Governo do Estado, indicando o Vereador Luciano Cartaxo na chapa na condição de Vice. Na opinião de diversos militantes e dirigentes do PT (PT: 16/12/2006) a experiência da política de alianças desenvolvida pelo PT em 2006, foi positiva:

Pensada a partir da perspectiva nacional, a nossa aliança esteve de acordo com a orientação tático-eleitoral do PT de fortalecer a campanha de Lula nos Estados. Assim, mais do que a participação petista na chapa para o governo do Estado, a nossa política de alianças garantiu para Lula um forte palanque no Estado, a partir de uma aliança de partidos totalmente unificada em torno da defesa da sua candidatura à reeleição... Não somos mais aquele partido dos anos 1980, para quem, lançar candidatura própria em todas as eleições era fundamental para a afirmação da sua identidade e para demarcação de espaços eleitorais. (Soares, 2006: 01)

Interessante destacar que nessas eleições de 2006, ao contrário de 2010, o Deputado Luis Couto era um dos mais ferrenhos defensores da aliança com o PMDB no Estado, cujo candidato a Governador era o mesmo de 2010 - José Maranhão, senão vejamos: “apesar de ter tido sua resolução derrotada na reunião do Diretório Regional, o Deputado Luis Couto, continua confiante de que a tese de apoiar o PMDB já no primeiro turno das eleições sairá vitoriosa no Encontro Estadual do PT, que ocorrerá no dia 25 de março. ‘Nós sabemos que muitos delegados que participarão do encontro estadual não acreditam na tese da candidatura própria e, com certeza, vão votar pelo apoio à candidatura do PMDB já no primeiro turno’, reafirmou o Deputado” (Paraibaonline, 13/02/2006).

No Encontro Estadual realizado em abril a tese de candidatura própria defendida por Frei Anastácio e Júlio Rafael venceu por um voto de diferença. Na ocasião o grupo de Luis Couto solicitou a recontagem dos votos, considerando o tumulto e as agressões verbais ocorridas durante a votação, no entanto Anastácio que presidia o PT na época não realizou a recontagem e nem divulgou o número de abstenções. O episódio fez com que os deputados Rodrigo Soares e Luis Couto, ameaçassem recorrer no Encontro Nacional contra a candidatura própria. (Diário da Borborema, 12/04/2006).

CARTA DE PRINCÍPIOS

Anterior ao Manifesto de Fundação do Partido dos Trabalhadores, a Carta de Princípios foi lançada publicamente no dia 1º de maio de 1979.

A idéia da formação de um partido só dos trabalhadores é tão antiga quanto a própria classe trabalhadora.

Numa sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as classes, os explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manter organizados à parte, para que lhes seja possível oferecer resistência séria à desenfreada sede de opressão e de privilégios das classes dominantes.

Mas sempre que as lideranças dos trabalhadores e oprimidos se lançam à tarefa de construir essa organização independente de sua classe, toda sorte de obstáculos se contrapõe a seus esforços.

Essa situação vivida milhares de vezes em todos os países do mundo vem acontecendo agora no Brasil. Começando a sacudir o pesado jugo a que sempre estiveram submetidos, os trabalhadores de nosso país deram início, em 12 de maio do ano passado (greve da Scania), a sua luta emancipadora. Desde então, o operariado e os setores proletarizados de nossa população vêm desenvolvendo uma verdadeira avalanche pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho. A experiência dessas lutas tem como resultado um visível amadurecimento político da população trabalhadora e o crescimento, em quantidade e qualidade, de suas lideranças.

Esse rápido amadurecimento político pode ser visto claramente no aprimoramento das formas de luta de que os trabalhadores têm lançado mão. O início das lutas é marcado por um período de greves brancas nas fábricas. Já os embates mais recentes, dos quais a greve geral metalúrgica do ABCD é o melhor exemplo, mostram a retomada, em toda a linha, das formas clássicas de luta: grandiosidade das assembléias gerais, a ação decisiva dos piquetes e dos fundos de greve.

Os trabalhadores entenderam ao longo desse ano de lutas que suas reivindicações mais sentidas esbarravam em obstáculos cada vez maiores, e é por isso, dialeticamente, que vão sendo obrigados a construir organizações cada vez mais bem articuladas e eficazes.

Diante da força da greve do ABCD, os patrões e o governo precisaram dar-se as mãos para impedir o fim da política do arrocho salarial e o fim das estruturas semifascistas que tangem nossos sindicatos. Os patrões usam de todos os meios a seu alcance para quebrar a unidade dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que se recusam a reconhecer os acordos obtidos no período das greves fabris. O governo desencadeia sua repressão: os sindicatos são invadidos e suas direções destituídas oficialmente, enquanto nas ruas a polícia persegue os piquetes e tenta impedir, pela violência, que os trabalhadores consigam local para se reunir.

Por seu lado, o apoio que os metalúrgicos conseguem dos demais trabalhadores, embora seja suficiente para impedir que a repressão se aprofunde e faça produzir um recuo parcial, carece de maior consequência, devido, é claro, não à inexistência de um espírito de solidariedade, mas sim devido às limitações do movimento sindical e à inexistência de sua organização política. Tanto isso é verdade que as lideranças da greve são obrigadas a se escorar no apoio, muitas vezes duvidoso, de aliados ocasionais, saídos do campo das classes médias e da própria burguesia.

Não puderam os trabalhadores expressar de modo mais conseqüente todo o seu apoio aos grevistas do ABCD, e essa impotência tenderá a continuar enquanto eles mesmos não se organizarem politicamente em seu próprio partido.

É por isso que a idéia de um partido dos trabalhadores, ressurgindo no bojo das greves do ano passado e anunciado na reunião intersindical de Porto Alegre, em 19 de janeiro de 1979, tende a ganhar, hoje, uma irresistível popularidade. Porque se trata, hoje, mais do que nunca, de uma necessidade objetiva para os trabalhadores.

Cientes disso também é que setores das classes dominantes se apressam a sair a campo com suas propostas de PTB. Mas essas propostas demagógicas já não conseguem iludir os trabalhadores, que, nem de longe, se sensibilizaram com elas. Esse fato comprova que os trabalhadores brasileiros estão cansados das velhas fórmulas políticas elaboradas para eles.

Agora, chegou a vez de o trabalhador formular e construir ele próprio seu país e seu futuro.

Nós, dirigentes sindicais, não pretendemos ser donos do PT, mesmo porque acreditamos sinceramente existir, entre os trabalhadores, militantes de base mais capacitados e devotados, a quem caberá a tarefa de construir e liderar nosso partido. Estamos apenas procurando usar nossa autoridade moral e política para tentar abrir um caminho próprio para o conjunto dos trabalhadores. Temos a consciência de que, nesse papel, neste momento, somos insubstituíveis, e somente em vista disso é que nós reivindicamos o papel de lançadores do PT.

O povo brasileiro está pobre, doente e nunca chegou a ter acesso às decisões sobre os rumos do país. E não acreditamos que esse povo venha a conhecer justiça e democracia sem o concurso decisivo e organizado dos trabalhadores, que são as verdadeiras classes produtoras do país.

É por isso que não acreditamos que partidos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas, possam propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política a nosso povo.

Os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da Nação. O instrumento capaz de propiciar essa participação é o Partido dos Trabalhadores. Iniciemos, pois, desde já, a cumprir esta tarefa histórica, organizando por toda parte os núcleos elementares desse partido.

1. A sociedade brasileira vive, hoje, uma conjuntura política altamente contraditória e, sob muitos aspectos, decisiva quanto a seu futuro a médio e longo prazos.

Vista do ângulo dos interesses das amplas massas exploradas, desde sempre marginalizadas material e politicamente em nosso país e principais vítimas do regime autoritário que vigora desde 1964, a conjuntura revela tendências extremamente promissoras de um futuro de liberdades e de conquistas de melhores condições de vida. Dentre as tendências auspiciosas, destaca-se a emergência de um movimento de trabalhadores que busca afirmar sua autonomia organizatória e política face ao Estado e às elites políticas dominantes.

Esse é, sem dúvida alguma, o elemento inovador e mais importante da nova etapa histórica que se inaugura no Brasil, hoje.

Contudo, a par dos dados auspiciosos da conjuntura política, coexistem também perigosos riscos, que podem levar as lutas populares a novas e fragorosas derrotas. Aqui, cabe destacar que o processo chamado de abertura política está sendo promovido pelos mesmos grupos que sustentaram e defenderam o regime hoje em crise.

Com a evidente exaustão de amplos setores sociais com o regime vigente no país e com a crise econômica que abalou a estabilidade dos grupos dominantes que controlam o

aparelho de Estado, os detentores do poder procuram agora, e até este momento com relativo êxito, reformar o regime de cima para baixo. Vale dizer, pretendem reformar alguns aspectos do regime, mantendo o controle do Estado, a fim de evitar alterações no modelo de desenvolvimento econômico, que só a eles interessa e que se baseia, sobretudo, na superexploração das massas trabalhadoras, através do modelo econômico do qual sobressai o arrocho salarial.

Já está demais evidente que o novo governo militar pretende manter a continuidade dessa mesma política econômica ditada pelo capital financeiro internacional, agravada agora pelos planos de austeridade e recessão que já se esboçam. Isso significa que o sofrimento, a miséria material e a opressão política sobre a população trabalhadora tenderão a se manter e aprofundar.

O que significa Estado de Direito com salvaguardas? O que pretendem com anistia restrita?

O que visam com a propalada reforma da CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] e a da Lei de Greve, urdidadas secretamente? Qual o sentido da diminuição das penas previstas na Lei de Segurança Nacional e da preservação do espírito que informa essa mesma Lei?

Esses e tantos outros fatos indicam que o regime busca reformar-se tentando atrair para seu campo de apoio setores sociais e segmentos políticos oposicionistas, com vista a impedir que as massas exploradas explicitem suas reivindicações econômicas e sociais e, o que é mais importante, sua concepção de democracia.

Em poucas palavras, pretendem promover uma conciliação entre os de cima, incluindo a cúpula do MDB, para impedir a expressão política dos de baixo, as massas trabalhadoras do campo e da cidade.

2. Essas afirmações não ignoram o fato de que o MDB foi utilizado pelas massas para manifestar eleitoralmente seu repúdio ao arbítrio. Tampouco pretendem ignorar a existência, entre seus quadros, de políticos honestamente comprometidos com as lutas populares.

Isso, no entanto, não pode impedir e não nos impede de apontar as limitações que o MDB – partido de exclusiva atuação parlamentar – impõe às lutas populares por melhores condições de vida e por um regime democrático de verdadeira participação popular.

O MDB, por sua origem, por sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas sobretudo por sua composição social essencialmente contraditória, em que se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis e nas quais, logicamente, prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. A proposta que levantam algumas lideranças populares de “tomar de assalto” o MDB é muito mais que insensata: é fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de setores de nossas classes dominantes.

Aglomerado de composição altamente heterogênea e sob controle e direção de elites liberais conservadoras, o MDB tem-se revelado, num passado recente, um conduto impróprio para expressão dos reais interesses das massas exploradas brasileiras. Está na memória dos trabalhadores a conduta vacilante de parcelas significativas de seus quadros quando da votação da emenda Accioly, da lei antigreve e de outras medidas de interesse dos trabalhadores.

Apegado a uma crítica formalista e jurídicista do regime autoritário, o MDB tem-se revelado impermeável aos temas sociais e políticos que tocam, de fato, nos interesses das massas trabalhadoras.

Amplos setores das elites políticas e intelectuais das camadas médias da população têm

afirmado que “não sou a hora” de se dividir a oposição articulada no interior do MDB, afirmando que a democracia não foi ainda conquistada.

Rechaçamos com veemência tal argumento. Primeiro, porque em momento algum podemos aceitar a subordinação dos interesses políticos e sociais das massas trabalhadoras a uma direção liberal conservadora, de extração privilegiada economicamente. Segundo, porque não podemos aceitar que a frente das oposições se mantenha à custa do silêncio político da massa trabalhadora, único e verdadeiro sujeito e agente de uma democracia efetiva.

Tampouco consideramos que a existência de partidos políticos populares venha a contribuir para romper uma efetiva frente da luta dos verdadeiros democratas. O PT considera imprescindível que todos os setores sociais e correntes políticas interessados na luta pela democratização do país e na luta contra o domínio do capital monopolista unifiquem sua ação, estabelecendo frentes interpartidárias que objetivem conquistas comuns imediatas e envolvam não somente uma ação meramente parlamentar, mas uma verdadeira atividade política que abranja todos os aspectos da vida nacional.

3. O Partido dos Trabalhadores denuncia o modelo econômico vigente, que, tendo transformado o caráter das empresas estatais, construídas pelas lutas populares, utiliza essas empresas e os recursos do Estado, em geral, como molas mestras da acumulação capitalista.

O Partido dos Trabalhadores defende a volta das empresas estatais a sua função de atendimento das necessidades populares e o desligamento das empresas estatais do capital monopolista.

O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores, que sabem que a democracia é participação organizada e consciente e que, como classe explorada, jamais deverão esperar da atuação das elites privilegiadas a solução de seus problemas.

O PT entende também que, se o regime autoritário for substituído por uma democracia formal e parlamentar, fruto de um acordo entre elites dominantes que exclua a participação organizada do povo (como se deu entre 1945 e 1964), tal regime nascerá débil e descomprometido com a resolução dos problemas que afligem nosso povo e de pronto será derrubado e substituído por novas formas autoritárias de dominação – tão comuns na história brasileira. Por isso, o PT proclama que a única força capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável é a das massas exploradas do campo e das cidades.

O PT entende, por outro lado, que sua existência responde à necessidade que os trabalhadores sentem de um partido que se construa intimamente ligado com o processo de organização popular, nos locais de trabalho e de moradia. Nesse sentido, o PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu objetivo maior, que é estimular e aprofundar a organização das massas exploradas.

O PT não surge para dividir o movimento sindical, muito ao contrário, surge exatamente para oferecer aos trabalhadores uma expressão política unitária e independente na sociedade. E é nessa medida que o PT se tornará, inevitavelmente, um instrumento decisivo para os trabalhadores na luta efetiva pela liberdade sindical.

O PT proclama também que sua luta pela efetiva autonomia e independência sindical, reivindicação básica dos trabalhadores, é parte integrante da luta pela independência política desses mesmos trabalhadores. Afirma, outrossim, que buscará apoderar-se do poder político e implantar o governo dos trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vista a uma primordial democracia direta.

Ao anunciar que seu objetivo é organizar politicamente os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais, o PT se declara aberto à participação de todas as camadas assalariadas do país.

Repudiando toda forma de manipulação política das massas exploradas, incluindo, sobretudo as manipulações próprias do regime pré-64, o PT recusa-se a aceitar em seu interior, representantes das classes exploradoras. Vale dizer, o Partido dos Trabalhadores é um partido sem patrões!

As tentativas de reviver o velho PTB de Vargas, ainda que, hoje, sejam anunciadas “sem erros do passado” ou “de baixo para cima”, não passam de propostas de arregimentação dos trabalhadores para defesa de interesses de setores do empresariado nacional. Se o empresariado nacional quer construir seu próprio partido político, apelando para sua própria clientela, nada temos a opor, porém denunciaremos suas tentativas de iludir os trabalhadores brasileiros com seus rótulos e apelos demagógicos e de querer transformá-los em massa de manobra para seus objetivos.

O PT não pretende criar um organismo político qualquer. O Partido dos Trabalhadores define-se, programaticamente, como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem.

O PT define-se também como partido das massas populares, unindo-se ao lado dos operários, vanguarda de toda a população explorada, todos os outros trabalhadores – bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóia-frias, profissionais liberais, estudantes etc. – que lutam por melhores condições de vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena, exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia nem democracia sem socialismo.

Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem de ser, ele próprio, democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressar seus pontos de vista. Respeitará o direito à fração e às tendências, ressaltando apenas que as inscrições serão individuais.

Como organização política que visa elevar o grau de mobilização, organização e consciência de massas, que busca o fortalecimento e a independência política e ideológica dos setores populares, em especial dos trabalhadores, o PT irá promover amplo debate de suas teses e propostas de forma a que se integrem nas discussões:

- lideranças populares, mesmo que não pertençam ao partido;
- todos os militantes, trazendo, inclusive, para o interior do debate partidário proposições de quaisquer setores organizados da sociedade e que se considerem relevantes com base nos objetivos do PT.

O PT declara-se comprometido e empenhado na tarefa de colocar os interesses populares na cena política e de superar a atomização e dispersão das correntes classistas e dos movimentos sociais. Para esse fim, o Partido dos Trabalhadores pretende implantar seus núcleos de militantes em todos os locais de trabalho, em sindicatos, bairros, municípios e regiões.

O PT manifesta em alto e bom som sua intensa solidariedade com todas as massas oprimidas do mundo.

A Comissão Nacional Provisória
1º de Maio de 1979

Nessas eleições o PT compôs com o PMDB indicando o vice-governador, Luciano Cartaxo, cuja chapa foi derrotada, assumindo dois anos depois o governo do Estado após a cassação do governador eleito Cássio Cunha Lima.

O que é possível observar é que o PT tem buscado preservar sua identidade e ao mesmo tempo ampliar suas representações nos parlamentos e no poder executivo, o que só veio concretamente ocorrer com a política de alianças, se bem que essa estratégia faz com que o PT se aproxime dos partidos tradicionais, na visão de alguns petistas.

Observando as mudanças ocorridas no PT, ao longo desse período, faremos uma tentativa de confirmar se a opção pela política de alianças, que analisaremos no próximo item, contribuiu para o fortalecimento do PT no Estado ou se contribuiu para o desgaste do partido, em alguns municípios, refletindo no desempenho estadual e até mesmo irrompendo em crises internas e prejuízos eleitorais e de credibilidade com a população, diante do desempenho do PT. Em 2004 perdeu a Prefeitura de Campina Grande, não foi ao segundo turno nem em Campina Grande, nem em João Pessoa e em 2006 caiu consideravelmente: Em 2002 elegeu quatro Deputados, decresceu, elegendos apenas dois Deputados em 2006.

Tabela 10 - Resultados Gerais do PT nas Eleições na Paraíba – 2006- 1º Turno

Cargo		Coligação	Votos	% válidos
Presidente	Lula		1.478.378	75,01%
Governador	Maranhão	PMDB / PT/	926.272	48,7
Vice	Luciano Cartaxo			
Senador*			Não houve candidato do PT	

Deputado Federal				
	Luis Couto*		83.742	4,32
	Nelson Anacleto		8.974	0,46
	Lucius Fabiani		5.383	0,27
	Eudes		5.267	0,27
	Arimatéia França		2.823	0,14
	Votos na legenda		20.360	1,05
	TOTAL PT		126.549	7,51
Deputado Estadual	Jeová Campos*		27.521	1,40
	Rodrigo Soares*		21.890	1,11
	Frei Anastácio		21.679	1,10
	Professor Paiva		11326	0,57
	Adalberto Fulgêncio		9.189	0,46
	Giucélia		8.151	0,,41
	Avenzoar		5.803	0,29
	Tenente Gilberto		1.599	0,08
	Sargento Elionaldo		1.350	0,06
	Licor Lira		439	0,02
	Silvano Moraes		297	0,01
	Raminho Talibã		177	0,00
	Votos na legenda		23.472	1,19
	TOTAL PT		132.893	6,70

Fonte: TRE – PB

*Eleito

CAPÍTULO 3

O PT e as Eleições 2010: priorizando o Projeto Nacional

A preparação para as eleições de 2010 iniciou-se com as eleições diretas para as direções nacional, estadual e municipais. Nesse processo já se delineava qual estratégia política, o PT deveria adotar para conquistar um melhor desempenho eleitoral, além da discussão sobre a melhor tática a ser adotada para colaborar com a continuidade do projeto nacional do partido, através da candidatura e eleição da então ministra do governo Lula, Dilma Roussef. O próprio presidente do PT nacional, Ricardo Berzoini, afirmou que “essa é a eleição [de 2010] de nossas vidas” (BERZOINI, 2009: 02).

A grande preocupação do PT com as eleições 2010, é que Lula não seria o candidato, posto que o PT sempre conviveu com duas frentes: o lulismo e o petismo. O petismo seria uma determinada concepção política e o lulismo é um grande fenômeno popular, de empatia de enormes setores da sociedade. Evidentemente, em 2010, de alguma forma esses dois fatores estariam dissociados, daí a importância do PT estudar formas pelas quais a herança do petismo e a herança do lulismo se manteriam articuladas como referência importante para dar continuidade aos primeiros oito anos de “transformação no País, de maneira que a revolução silenciosa, tranqüila e democrática, se faça mais ruidosa” (Tese do CNB para o III Congresso).

Nesse sentido não seria o candidato que seria julgado, votado, escolhido, e sim, um projeto político representado pelo PT.

Para o PT, a partir do governo Lula,

Vivemos uma revolução democrática que pretende mudar a sociedade não pela força, mas pela conscientização da população; não por uma vanguarda que resolve pegar em armas ou tutelar os movimentos sociais, mas pela ampliação da participação política e pela construção de hegemonia, ao mesmo tempo em que se propõe mecanismos de defesa contra o retrocesso político, econômico e social. (IDEM)

3.1- A disputa pelo comando do Partido/ PED - 2009

Neste processo compareceram, a nível nacional, mais de meio milhão de petistas, todos os agrupamentos se articularam no sentido de construir suas chapas e definir seu candidato a presidente, com base nas estratégias e tática eleitoral para a campanha ao governo do Estado e eleições para deputados federais, estaduais e senadores.

Inscreveram-se para participar do PED, na Paraíba, as seguintes chapas e respectivos candidatos:

- 1- Avança com a militância representada por Anísio Maia, Nabal Quarto (candidato a presidente) e Vilma Paiva;
- 2- Esquerda Socialista com Giucélia Figueiredo e Josenilton Feitosa;
- 3- Avançar com o movimento Sindical e Social com Arimatéia França e Sandro Gomes;
- 4- Movimento Partido para Todos, representado por Frei Anastácio, José Ivonaldo e Aristides Vilar;
- 5- Uma Outra Paraíba é Possível: Luis Couto, Júlio Rafael e Carlos Alberto Dantas;
- 6- Em Defesa de um Partido Forte e Unificado: Avançar nos Projetos do Brasil e da Paraíba que dão Certo, representada por Anselmo Castilho, Socorro Brito e Walberto Júnior;
- 7- Desenvolvimento Solidário: Jeová Campos, Lucélio Cartaxo e Zenedy Bezerra.

Para presidente foram inscritos: Luis Couto, Nabal Quarto e Rodrigo Soares (eleito).

Eleger um Senador da República, ampliar as bancadas, federal e estadual, era a meta do PT para 2010, e principalmente, eleger a candidata do PT para a presidência da República.

3.2. A construção de alianças internas

O primeiro debate oficial do PT sobre o processo de eleições diretas ocorreu com a realização de um seminário coordenado pela tendência Articulação Unidade na Luta, que agora recebia a denominação de Construindo um Novo Brasil, no dia 14 de fevereiro de 2009.

Nesse seminário, a tendência estava sob o comando das duas mais expressivas lideranças do PT no Estado, Luiz Couto e Rodrigo Soares.

Na ocasião se discutiu o desenho político das forças internas do PT, a conjuntura nacional, o Governo LULA e a sucessão presidencial, cuja exposição foi feita pelo ex-ministro José Dirceu; O PT e a conjuntura política da Paraíba; os cenários e desafios para 2010 e como encaminhamento uma agenda de definição da coordenação do PED/ 2009.

Nesse seminário, alguns militantes apresentaram um documento defendendo a unidade partidária, objetivando a continuidade do projeto do partido, a nível nacional, através da sucessão do Presidente LULA. Em nível estadual, o documento defendia a renovação política, apresentando como alternativa, o projeto político encarnado pelo prefeito de João Pessoa Ricardo Coutinho, que, segundo o documento, "tem muita identidade com o PT. Entendemos ainda, fôssemos nós, os titulares do Governo, não nos distinguiríamos muito da atual gestão" (PT, 2009: 03).(anexo7)

Entretanto, para consolidar essa estratégia política, que inclusive, também apresentava o deputado Luiz Couto para senador, era preciso que, os que a defendiam fossem vitoriosos no processo de eleições diretas para as direções, pois nesse processo também foram eleitos os delegados e delegadas que aprovariam as alianças e coligações para 2010.

Nem todos os membros da tendência concordaram com o documento, pois entendiam que a aliança de 2006 com o PMDB deveria continuar, com a permanência do partido na chapa majoritária na condição de vice- governador, tendo como candidato a governador alguém do PMDB (os nomes até então colocados eram Veneziano Vital do Rego, Prefeito de Campina Grande e/ou o senador José Maranhão, que aguardava pela decisão judicial sobre o processo de cassação do governador Cássio Cunha Lima.

O argumento utilizado por parte dos petistas, membros da tendência era de que o PT precisava do PMDB a nível nacional para garantir a reeleição da candidatura do PT, a Presidência da República.

Quatro dias depois desse seminário, o governador Cássio Cunha Lima foi cassado pelo TSE - Tribunal Superior Eleitoral e o senador José Maranhão assumiu o governo, junto com Luciano Cartaxo, do PT, fato que mudou a conjuntura política totalmente no Estado.

Nessa conjuntura política o PT assume o discurso de que esse governo também é seu (PT/, 2009) diferente de apenas fazer parte e assume algumas secretarias, indica alguns cargos de segundo e terceiro escalão e passa a defender com maior ênfase uma aliança com o PMDB para 2010, com vistas a eleger a mesma chapa de 2006.

Descartando totalmente a tese da candidatura própria (nenhuma tese apresentada aos filiados defende essa proposta), os agrupamentos definem suas chapas de acordo com esses objetivos eleitorais.

Um grande “racha” (na linguagem comum da política significa cisão, divisão, rompimento) acontece no interior do maior agrupamento interno, o Campo Construindo um Novo Brasil –CNB- representado pelas duas maiores lideranças no Estado: O Deputado Federal Luis Couto e o Deputado Estadual Rodrigo Soares, decorrente das críticas feitas pelo primeiro ao governo do Estado e o início da aproximação com o Prefeito de João Pessoa, Ricardo Coutinho do PSB, que foi eleito com o apoio do governador Maranhão, em 2004, mas que rompeu nas eleições municipais de 2008.

Rodrigo cria o Coletivo Celso Furtado, um núcleo, dentro do CNB, para discutir e aglutinar os militantes e dirigentes, ligados ao Campo, mas que discordam da posição de Couto e seus aliados internos em relação ao governo do Estado. Com esse racha, o CNB passa a ter dois candidatos a presidente: Luiz Couto e Rodrigo Soares.

Luiz Couto se alia internamente ao grupo comandado por Júlio Rafael, que defende a aliança com o PSB, ou seja, com a candidatura de Ricardo Coutinho a governador do Estado, apresentando a carta-programa da chapa defendendo suas posições para o PT em 2010:

A Paraíba e a necessidade de uma renovação política

Ocorre que, ao tempo em que dialogava com uma parte do PT, Ricardo Coutinho também conversava com Cássio Cunha Lima com vistas a uma aliança que tinha como objetivo derrotar José Maranhão, arquiinimigo do grupo Cunha Lima, desde os idos de 1998, quando Maranhão ganhou as prévias do PMDB para o citado grupo e foi o candidato eleito ao governo do Estado. Conseqüentemente, essa aproximação de Ricardo Coutinho com o grupo Cunha Lima, afastou cada vez mais o PT do PSB, por várias razões expressas pelos militantes na imprensa, nas reuniões dos diversos diretórios do Estado e nas reuniões dos agrupamentos internos.

O fato de o grupo Cunha Lima estar ligado formalmente ao PSDB e ao DEM, ferrenhos adversários do governo LULA nos oito anos de mandato; a experiência da aliança desse mesmo grupo com o PT de Campina Grande, no ano 2000, quando o PT indicou, a então, vereadora Cozete Barbosa, como vice Prefeita na chapa de Cássio, sob as promessas de Cássio de que em 2002 estaria num partido da base aliada do governo LULA, para apoiá-lo na reeleição.

Segundo os dirigentes da época, Cássio, não só não cumpriu com o compromisso com o PT, pois ao sair do PMDB, partido ao qual era filiado, mas que a partir de 1998 passa a ser comandado pelo governador José Maranhão, filiou-se ao PSDB e apoiou José Serra em 2002; como não apoiou Cozete Barbosa na eleição municipal de 2004 em Campina Grande.

É importante frisar que a aliança do PT com o grupo Cunha Lima em Campina Grande, merece uma análise mais detalhada dos fatos, posto que foi um processo debatido, não só nas bases partidárias, mas pela sociedade campinense e paraibana, com a realização de

plebiscito interno, entre outros episódios, ocorridos dentro e fora do partido, antes da coligação, durante o governo de coalizão e após o rompimento da aliança em 2003.

Esse resgate dos fatos pretende facilitar a compreensão dos fatos subsequentes em relação as alianças para 2010.

As eleições municipais de 2004, principalmente em João Pessoa e Campina Grande, desenharam um novo formato da política na Paraíba, sob a ótica do PT: Este perde a Prefeitura de Campina Grande, mas apóia o PMDB (elegendo Veneziano Vital) no segundo turno para derrotar o PSDB; o PSB conquista a Prefeitura de João Pessoa com o apoio do Senador José Maranhão.

Em 2006 o PT formaliza aliança com o PMDB nas eleições estaduais, compondo a chapa majoritária, o PT indicou no seu encontro estadual uma lista tríplice parra dialogar com o PMDB, mas a escolha de Luciano Cartaxo, apesar de ratificado pelas Instâncias Partidárias, foi do então candidato do PMDB, José Maranhão, pois Luciano, enquanto vereador de João Pessoa e líder do governo municipal na Câmara, era o nome que tinha a aprovação do Prefeito, Ricardo Coutinho, aliado de Maranhão até então.

Em 2008, o PT repete a aliança estadual no Município de Campina Grande, segundo maior colégio eleitoral do Estado, enquanto o PSB rompe a aliança com o PMDB que o havia apoiado em 2004, em João Pessoa.

3.3. As Teses em disputa no PED/2009

As chapas inscritas no PED/2009 se aglutinaram em torno da candidatura de Luis Couto ou de Rodrigo Soares.

A tese intitulada 'Uma outra Paraíba é possível' faz uma análise da conjuntura econômica, política e social no Brasil e no mundo como consequência do modelo neo-liberal.

Indica a reeleição do projeto do partido em 2010, iniciado com o mandato do Presidente Lula para garantir a continuidade da transformação do país, com a unificação do

palanque da situação, mas aponta uma outra possibilidade, caso o partido não tenha condições de ter candidatura própria: “a coexistência de mais de uma candidatura da situação, mas estruturadas na defesa do governo LULA e na continuidade e aprofundamento das transformações nele iniciadas” (PT, 2009: 02)

Em relação ao Estado da Paraíba, a tese coloca como meta principal o fortalecimento da candidatura do PT a nível nacional, mas questiona o seu papel nas eleições passadas, de 2006, por não ter sido “protagonista” no cenário político. Defende uma alternativa que seja “democrática, republicana, popular e moderna, capaz de mobilizar a esquerda paraibana e demais forças progressistas no Estado” (idem).

A aliança, de acordo com essa tese, deveria ser concretizada com o PSB. Nesse sentido defende o apoio a candidatura do prefeito de João Pessoa Ricardo Coutinho a governador do Estado.

O manifesto da tese assinado por 267 filiados e filiadas teve o comando político do deputado Luiz Couto.

A tese registrada pela chapa “Em defesa de um partido unido e forte”, pelo Coletivo Celso Furtado, que continua inserido na corrente denominada Construindo um Novo Brasil, analisa a conjuntura internacional e nacional apontando um enfraquecimento do neoliberalismo; exalta a eleição do primeiro presidente negro na história dos Estados Unidos da América, identifica a capacidade do governo brasileiro de evitar consequências da crise econômica mundial para o mercado interno brasileiro, além da diminuição das desigualdades sociais no Brasil e declara a possibilidade de um terceiro mandato para o PT.

Esta tese faz também uma avaliação positiva do governo Lula e defende a formação de um bloco de partidos que estiveram juntos em 2002 e a manutenção de alianças amplas em todo país para a consolidação do projeto partidário conduzido pelo presidente Lula.

Para as eleições no Estado, a tese defende a manutenção das alianças em curso desde o segundo turno das eleições de 2002 para o fortalecimento da campanha do PT a nível nacional:

Devemos conduzir nossas estratégias eleitorais de 2010 na Paraíba no sentido do fortalecimento do palanque estadual da companheira Dilma nas eleições para a presidência da República. Para isso defendemos a manutenção na nossa aliança com o PMDB, PSB, PC do B e PRB, simbolizando a continuidade da unidade das forças de centro esquerda paraibana, que ocorre desde o segundo turno de 2002. (PT, 2009: 15)

Essa tese avalia a situação do PT na Paraíba, como sendo um momento positivo, pois elegeu em 2008: seis governos municipais, dez vice-prefeituras e mais de oitenta vereadores, embora nos principais municípios não tivesse tido candidato próprio, nem participado da chapa majoritária.

Nesse sentido, o agrupamento diverge da tese ‘Uma Outra Paraíba é Possível’, pois esta não expressa na sua tese a manutenção da aliança com o PMDB, aprofunda a defesa da aliança reivindicando a manutenção do espaço do PT, na chapa majoritária, na condição de vice-governador ou numa das vagas destinadas ao Senado, bem como o esforço para ampliação das bancadas estaduais e federais para os respectivos parlamentos, Câmara Federal e Assembleia Legislativa.

A defesa do agrupamento de Couto em torno da aliança com o PSB provocou reações internas no PT. O ex e Deputado Estadual reeleito em 2010 Frei Anastácio expõe suas divergências com Couto publicamente, “esquentando”, portanto, a campanha para as eleições das direções, conforme podemos observar nessa matéria jornalística:

“Anastácio acusa Couto de infringir norma da Nacional, diz que vaga de Senador não é exclusiva.

Ex-presidente do PT paraibano, o ex-deputado Frei Anastácio acusou o deputado federal Luiz Couto, atual presidente na legenda no Estado, de infringir norma da direção

nacional do partido ao antecipar apoio ao prefeito Ricardo Coutinho (PSB) e lançar-se candidato ao Senado na chapa do PSB. Segundo ele, a própria direção nacional deliberou oficialmente que as eleições e composições para 2010 somente seriam debatidas no próximo ano. 'Luiz Couto está colocando o carro na frente dos bois. E isso é muito grave', disse Anastácio, dizendo que o PT não deve trabalhar apenas com Luiz Couto para o Senado. 'Ninguém pode ser o tal no PT. Quem quiser imposição vai penar. Em 2006, Couto queria ser o único deputado federal e tivemos cinco candidatos' O petista negou crise no PT e declarou que a eleição interna, apesar da disputa acirrada, é fruto da democracia adotada na legenda."(Website: PBAgora- 25/08/2009).

O resultado do PED deixou evidente, segundo os dirigentes, qual estratégia política os militantes queriam para as eleições/ 2010. Os delegados e delegadas aos encontros que definiriam coligações/alianças foram também eleitos no PED, desse modo, já se podia prever o que seria aprovado pelo partido. O resultado do processo de eleições diretas, definiu por assim dizer, qual seria a política formalmente defendida pelo partido, a partir de fevereiro de 2010. Tanto que o agrupamento comandado por Luiz Couto e Júlio Rafael, apesar de ter obtido 40% da votação, tornou-se minoria no âmbito do Diretório e dos delegados eleitos para os Encontros Estaduais.

A tese vencedora defendia desde a campanha do PED a aliança com o PMDB, a manutenção do vice-governador Luciano Cartaxo na condição de pré-candidato ao mesmo cargo e /ou a pré-candidatura do deputado Luiz Couto na vaga para o senado. Essa posição, estava alinhada ao propósito do partido a nível nacional de compor uma aliança com o PMDB, importante na visão de quase todas as tendências internas para a reeleição do projeto nacional, através da pré-candidata Dilma Roussef, cuja carta programa da chapa, encabeçada por José Eduardo Dutra, da qual fazem parte também Cândido Vacarezza (atual deputado Federal e líder do governo na Câmara dos Deputados), Humberto Costa (atual Senador pelo

PT de Pernambuco), José Genoíno (ex presidente do PT e ex Deputado Federal por São Paulo), Luis Couto, Marta Suplicy (atual Senadora pelo PT de São Paulo), entre outros, declara:

A continuidade do nosso projeto político em 2010 está vinculada a capacidade de fortalecer um bloco de esquerda e progressista, amparado nos movimentos sociais, intelectuais e todos os setores, comprometidos com o projeto de desenvolvimento em curso. Dependerá também da capacidade de agregar forças políticas de centro, principalmente o PMDB. (PT, 2009, Tese da chapa “O partido que muda o Brasil”)

No seu IV Congresso Nacional, realizado em fevereiro de 2010, o PT definiu a candidatura, o programa e as alianças que definiriam sua caminhada nas eleições deste ano:

Pontificou que o acúmulo político e social que o projeto de nação do PT comandado por Lula e os partidos aliados enfrente a coalizão tucano-pefelista (PSDB/DEM) que trabalha para impedir que nossas alianças se concretizem nos Estados e a nível nacional. Para isso, o PT deve envidar esforços em todo o Brasil na consolidação deste bloco partidário, que tenha como base fundamental o avanço do programa da revolução democrática e popular (grifo nosso) iniciada por LULA em 2002, fazendo com que no processo político-eleitoral de 2010 se estabeleça o debate programático e ideológico que aponte para a consolidação do projeto de nação brasileiro, baseada nos ideais da revolução democrática e popular, que aponte para o avanço de projetos estratégicos, a exemplo do novo marco regulatório do pré-sal, de uma reforma política com financiamento público de campanha e lista partidária fechada, de fortalecimento da soberania brasileira e das relações internacionais, a exemplo do G-20 e do BRIC (Brasil - Rússia - Índia - China) projetando uma nova ordem mundial baseada na autodeterminação dos povos e na superação da fome e do subdesenvolvimento, apontando para um novo modelo de desenvolvimento que seja sustentável e respeite o meio ambiente. (PT, 2010, Resolução do IV Congresso)

A tese vencedora no encontro de tática eleitoral foi uma junção da tese do Coletivo Celso Furtado, da articulação de esquerda, movimento PT, resistência socialista e mensagem ao partido, as diretrizes que balizaram as propostas foram: Unificar e fortalecer o partido, congregando as tradições com as novas idéias das gerações de filiados e filiadas que querem participar da vida partidária; a reorganização do partido no Estado, a rearticulação com os movimentos sociais e populares (berço da fundação do PT); a construção de um projeto de

desenvolvimento sustentável com inclusão social em sintonia com o “programa da revolução democrática do governo Lula” (SOARES, 2009: 04).

Perguntado sobre como pretendia tornar o partido mais forte e mais unido, o candidato a presidente Rodrigo Soares, assim se expressou:

Com o diálogo permanente. É preciso escutar as pessoas, dialogar, construir propostas e consensos partidários, mostrando que todos que participam do partido, das diferentes correntes, têm um papel importante na construção do PT e do projeto que o PT defende. Isto é a primeira coisa: Não excluir ninguém; segundo: fortalecer a militância e as instâncias partidárias, é o que nós temos de melhor. A democracia é uma marca do nosso partido. É nisso que nós vamos trabalhar estando à frente da presidência do partido: respeitar as instâncias e dar encaminhamento àquilo que for decisão do conjunto dos filiados. (entrevista concedida em novembro de 2009)

As propostas colocadas para debate no âmbito dos filiados se resumiam em: reativação das instâncias partidárias; interiorização da representação do partido no diretório estadual; a organização do partido nos 223 municípios do estado (até então o partido está organizado em 121 municípios); ampliação da participação das mulheres nas instâncias partidárias; apoio e consolidação dos setoriais de juventude, sindical, cultural, LGBT; incentivo e apoio a criação de novos setoriais oriundos da ação da militância partidária- educação, igualdade racial, comunicação; criação da rede PT para uma maior articulação com gestores petistas (prefeitos, vices, secretários municipais, dirigentes de órgãos federais e estaduais), parlamentares, militantes dos movimentos populares e dirigentes partidários; criação de fóruns permanentes de discussão, elaboração e execução de ações políticas; articulação de uma rede de gestores e de agentes culturais petistas capazes de desenvolver e efetivar a política cultural proposta pelo Governo Lula; apoio a jornada de formação política da fundação Perseu Abramo.

Uma proposta muito importante para a formação política dos filiados, reivindicada pela militância partidária para essa nova gestão, colocada no plano de ação da chapa “Por um partido unido e forte”, foi a fundação de uma escola de formação política, no Estado, em sintonia com a direção nacional do partido, com o objetivo de criar uma rede de formadores

com os educadores populares e militantes “históricos” (denominação utilizada para se referir aos militantes mais antigos do PT, desde a construção e fundação do PT), que atuam nos campos da cultura e educação.

A chapa de Luis Couto foi composta por membros do PT, a exemplo do ex-presidente Adalberto Fulgêncio, que coordenou a Fundação Nacional de Saúde na Paraíba; o atual superintendente do Sebrae, Júlio Rafael; prefeitos como Pollyanna Feitosa, de Pombal; Jarbas Correia, de Livramento e Martinho Cândido, de Gurjão.

A chapa de oposição foi encabeçada pelo deputado estadual Rodrigo Soares, que contou com o apoio de várias tendências petistas. Uma delas comandada por Giucélia Figueiredo, secretária de Desenvolvimento Humano do Estado; outra pelo vice-governador Luciano Cartaxo; mais uma encabeçada pelo deputado estadual Jeová Campos; outra por Frei Anastácio; uma pelo secretário-geral do PT estadual Josenilton Feitosa; e uma última encabeçada pelo ‘Coletivo Celso Furtado’, do qual fazem parte Socorro Brito, Gerente executiva do INSS em João Pessoa, o Secretário de Estado da Articulação, Anselmo Castilho, Socorro Ramalho, de Campina Grande, e o membro do diretório municipal de João Pessoa Almir Nóbrega.

Essas propostas foram resultado de amplas discussões com os membros do coletivo e militantes partidários.

O deputado e Presidente eleito do PT/PB, Rodrigo Soares, ressalta a importância da militância e dos ex dirigentes na nova gestão do PT:

Somos o resultado de todos os companheiros e companheiras que estiveram na direção regional em todo este período e queremos fazer com que o PT se consolide enquanto força política, a partir de toda nossa experiência a frente da gestão pública e da militância de nossos filiados nos movimentos sociais e populares. (Boletim OPTEI, junho/2010)

Analisando os primeiros meses de gestão na presidência do PT, Rodrigo destacou os encontros realizados com os setoriais do PT que envolvem as mulheres, a juventude, os

negros, os trabalhadores rurais, os grupos LGBT e o setorial de cultura. Para ele, este tipo de diálogo é um diferencial extremamente importante do PT: “Nossa atuação junto às várias representações da sociedade nos diferencia da política tradicional, que permeia a vida partidária brasileira. O nosso partido prima pela democracia” (*ibid*).

3.4. A composição com o PMDB para o governo do Estado

De acordo com o que já foi constatado e registrado anteriormente, o apoio e/ou a aliança com o PMDB no Estado, começou em 2002 com a aliança no segundo turno das eleições estaduais, passando pelas eleições municipais de 2004, particularmente nos Municípios de Campina Grande e João Pessoa, pelas eleições de 2006 com a aliança formal com o PMDB nas eleições estaduais e as eleições municipais de 2008, também nos mesmos municípios.

Em maio de 2009, o Diretório Regional aprovou uma resolução reafirmando a construção da unidade no campo dos partidos da coligação de 2006, a manutenção do partido na chapa majoritária e o afastamento mais contundente dos partidos que faziam oposição ao governo LULA (PSDB e DEM) (resolução, 30 de maio de 2009, em anexo), assim como o nome do vice-governador Luciano Cartaxo na condição de pré-candidato ao mesmo cargo.

O PT realizou encontros regionais preparatórios para o encontro que definiria a estratégia e tática eleitorais a serem adotadas para as eleições majoritárias no Estado. Em Campina Grande, em Soledade e em Guarabira.

Em todos os eventos, com a participação maciça de representantes do partido e lideranças regionais, confirmavam a decisão do partido de manter a aliança com o PMDB, com orientação expressa da manutenção do espaço de vice no partido e a indicação do vice-governador Luciano Cartaxo para permanência no cargo.

Além das lideranças regionais, os encontros em Campina Grande, Soledade e Guarabira contaram com a presença do vice-governador do Estado, Luciano Cartaxo; do Presidente Estadual do PT, Rodrigo Soares e várias lideranças do PT: Giucélia Figueirêdo, Anselmo Castilho, Josenilton Feitosa e outros.

Nos três encontros, foi notável a quase unanimidade dos participantes, que ressaltaram a importância e necessidade da manutenção do espaço do PT na vice-governadoria e do atual vice-governador na chapa. Além da disposição para a campanha estadual, a militância se mostrou disposta a trabalhar na campanha casada para a eleição da pré-candidata a presidente da República Dilma Rouseff.

O Encontro Estadual do PT, realizado nos dias 9 e 10 de abril de 2010, no Hotel Ouro Branco, em João Pessoa, deliberou sobre a tática eleitoral para as eleições deste ano. Participou deste encontro o ex-ministro José Dirceu, ex-presidente do PT e membro do diretório nacional, que na ocasião também defendeu a aliança com o PMDB. Esse fato provocou muita especulação no cenário político da Paraíba:

O ex-ministro José Dirceu (PT) chegou ao Encontro Estadual do PT com mais de duas horas de atraso do previsto, e já na entrada concedeu uma entrevista frustrando as esperanças de Luiz Couto e aliados, que mantinham a expectativa de que ele estaria ali para “enquadrar” o partido impondo o apoio a candidatura de Ricardo Coutinho. Ao responder a primeira pergunta ele de pronto desfez o boato de que estaria ali para “enquadrar” a maioria dos militantes que defendem uma aliança com o PMDB, deixando em pânico os petistas/ricardistas, que o ouviam atentos. “Eu não vim aqui pra enquadrar ninguém, em primeiro lugar eu tenho o maior respeito pela militância, eu sou o que eu sou, graças a militância do PT sem ela eu não seria nada, jamais eu viria a Paraíba para enquadrar companheiros, quem vai decidir a política de aliança são os delegados, o que há é uma orientação da nacional pra priorizar alianças com o PMDB, e aqui nós temos o amigo Zé Maranhão”, afirmou Dirceu. (Website: Política da Paraíba, 26/04/2010).

Foram credenciados aptos a participarem do encontro, 191 delegados e delegadas, que decidiram:

1 - O apoio a reeleição do governador do PMDB, José Maranhão, tendo como vice-governador Luciano Cartaxo do PT;

- 2 - Aprovar as resoluções dos setoriais de mulheres, cultura, juventude, LGBT e combate ao racismo;
- 3 - Aprovar a coordenação do programa de governo;
- 4 - Aprovar uma moção de apoio, pela aprovação, na assembléia legislativa, ao projeto de lei que cria a secretaria estadual de mulheres no Estado;
- 5 - Aprovar uma moção de solidariedade a João Vaccari Neto, tesoureiro do PT nacional, pelas agressões e calúnias contra sua pessoa, veiculadas nos meios de comunicação em nível nacional.

Sobre o Brasil e a conjuntura internacional a resolução aprovada neste encontro afirma, entre outros pontos, que o governo LULA conseguiu evitar que as conseqüências da crise capitalista afetassem a classe trabalhadora brasileira, partindo do incentivo ao mercado interno. Afirma, ainda que a diminuição das desigualdades sociais e a ampliação da distribuição de renda têm criado possibilidades de conquista do terceiro mandato para o PT.

O PT aponta a necessidade de conquistar um terceiro mandato para consolidar o seu projeto para a nação brasileira, afirmando que:

Sob a luz das teses do desenvolvimento o PT haverá de realizar um grande debate no seu interior, com ressonância na sociedade paraibana, visando construir um projeto de desenvolvimento para o estado da Paraíba aplicando-se como instrumento de construção a ação política do Governo Lula. (PT, Resolução Abril/2010).(ANEXO 10)

Ainda nessa resolução o PT dá destaque às ações do seu governo tais como: o aumento real de 65%do salário mínimo e da renda dos trabalhadores e trabalhadoras; a criação de uma rede de proteção social no País; a inclusão social; a intervenção na economia; o caráter democrático e participativo do Governo, que estabeleceu um diálogo amplo com a sociedade brasileira através dos processos de conferências e fortalecimento dos conselhos populares, dando ênfase a conferência da igualdade racial.

O PT reafirma o caráter democrático e popular de esquerda, aliado ao centro, se colocando como protagonista nesse processo político e social.

O Setorial de Mulheres apresentou uma resolução neste encontro intitulada “O PT e a participação das mulheres no poder”, que, entre outros pontos, destaca a luta pela criação da secretaria de políticas públicas para as mulheres a nível de Estado, que foi posteriormente criada pelo Governador José Maranhão e mais recentemente alterada pelo governador eleito Ricardo Coutinho, inserindo direitos humanos e diversidade.

3.5. A disputa pela vaga na chapa majoritária

O grupo liderado por Luiz Couto continuava insistindo em que o PT deveria se coligar com o PSB, que teve Ricardo Coutinho encabeçando a chapa, que por sua vez, enquanto oferecia a vaga de senador para Luis Couto, também mantinha praticamente fechado o acordo com Cássio Cunha Lima para composição da chapa, incluindo também o senador Efraim Morais, arqui adversários do PT a nível nacional.

Enquanto isso, o PSB, através do governador de Pernambuco Eduardo Campos, cobra do PT nacional o apoio do PT da Paraíba a Ricardo Coutinho, conforme noticiário a seguir:

EXCLUSIVO - O Partido Socialista Brasileiro (PSB) apresentará em Brasília, na próxima terça-feira (04), um pacote compensatório pela retirada da pré-candidatura do deputado Ciro Gomes a presidência da República em prol da pré-candidatura petista, encabeçada pela ex-ministra Dilma Rousseff. De acordo com informações, o presidente do partido, o governador de Pernambuco, Eduardo Campos, irá exigir apoio especial em 11 estados, especialmente na Paraíba, onde quer apoio do PT a pré-candidatura a governador do ex-prefeito de João Pessoa, Ricardo Coutinho. Em contato com a reportagem do WSCOM Online, o presidente do PT de João Pessoa, Antonio Barbosa, confirmou ter conhecimento dessa estratégia dos socialistas e admitiu que o nome do deputado Luiz Couto está a disposição do projeto pró Ricardo. ‘Estamos aqui em Brasília, onde de fato soubemos desta articulação do PSB para ter o apoio do PT na Paraíba e o nome de Luiz Couto, sempre muito bem referenciado na Capital Federal, foi lembrado e colocado a disposição para ocupar a majoritária de Ricardo na condição de senador’, declarou Barbosa. (Website: Wscom, 01/05/2010)

A direção partidária e o vice-governador demonstravam preocupação em relação a demora com que a definição da chapa majoritária se processava por parte do governador José Maranhão:

Membros do PT mostram impaciência com indecisão do PMDB: Vice-presidente estadual do partido diz que PT não admite assumir outro cargo na chapa- A indefinição na escolha da chapa encabeçada pelo governador José Maranhão já iniciou uma sensação de mal-estar entre seus principais aliados, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT). Após as últimas declarações do vice-governador, Luciano Cartaxo (PT), que mais uma vez cobrou um posicionamento do PMDB, o vice presidente estadual do partido e Chefe de Escritório da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, Anísio Maia, manifestou seu apoio ao colega de partido. Para Anísio Maia, a atitude de Luciano Cartaxo expressa a opinião da militância petista, que segundo ele 'exige a permanência na chapa majoritária, não admitindo outra proposta'. "Quando o PMDB fechou o apoio ao governo Lula também cobrou a participação nos ministérios e a participação na chapa majoritária. Por que nós também não podemos cobrar espaços no governo do PMDB local?", explicou. Sobre o posicionamento do presidente do PT, Rodrigo Soares, e o secretário de Articulação Política, Anselmo Castilho, tentam acalmar Luciano Cartaxo, o vice presidente do partido destacou que Luciano Cartaxo não está praticando nenhuma 'imposição' ao cobrar a vice-governadoria: "Paciência tem limite, por isso Luciano está mais do que certo em cobrar". Com o objetivo de resolver esse impasse, está sendo aguardado o agendamento de uma reunião para os próximos dias com o governador José Maranhão. De acordo com Luciano Cartaxo, se a decisão não for anunciada até o final da semana, ele irá disputar um mandato de deputado estadual. (Website: WSCOM, 02/05/2010)

Na realidade o desejo do governador Maranhão era ter como companheiro de chapa o Prefeito de Campina Grande, Veneziano Vital do Rego, no entanto, este não renuncia à Prefeitura e defende a permanência do PT na chapa conforme noticiado nos meios de comunicação:

O prefeito Veneziano Vital do Rêgo (PMDB) reiterou nesta quarta-feira o seu apoio - e do PMDB de Campina Grande - à presença do petista Luciano Cartaxo como companheiro de chapa do governador José Maranhão (PMDB) na disputa da reeleição nas eleições deste ano.- "A parceria com o PT é fundamental para um projeto de país, de estado ou municipal" - assinalou Veneziano. (Website: Paraíbaonline, 30/03/2010).

Luciano Cartaxo continuava aguardando a definição da chapa, principalmente após a decisão de Veneziano de continuar na Prefeitura:

O vice-governador do Estado, Luciano Cartaxo disse que a decisão do prefeito do Município de Campina Grande, Veneziano Vital do Rego (PMDB), em permanecer no cargo, facilitou e muito a situação do PT. A entrevista aconteceu durante a solenidade de posse do novo prefeito de João Pessoa, Luciano Agra (PSB), na qual Cartaxo esteve presente representando o governo do Estado. Segundo ele, agora não há mais nenhum empecilho para o partido não permanecer na vaga de vice-governador. 'Eu acho que isso é uma decisão consolidada e é esse o caminho da amplitude da aliança: manter uma chapa aonde a gente tem a força do PT, na Paraíba, a força do presidente Lula, da ministra Dilma Rousseff e da militância aliada à força do governador José Maranhão e dos partidos aliados. Então, eu não vejo e não trabalho com a perspectiva do nosso partido está fora da chapa majoritária', observou. (Website: Paraibaonline, 01/04/2010)

O quadro continuava indefinido, quanto a vice do PMDB, pois se os analistas políticos, a imprensa, parlamentares do próprio PMDB, analisavam que o PT não tinha densidade eleitoral para ocupar a vaga de vice, mas o governador José Maranhão tinha clareza quanto à importância do PT na chapa, com no mínimo, um elemento, muito importante no processo teria que ser considerado, o tempo de propaganda eleitoral gratuita, aliado ao fato de ser o partido do então presidente LULA e da provável eleita Dilma Rousseff, por isso os dirigentes estaduais, através do presidente, remetem a discussão para a direção nacional, tornando público essas articulações:

PT reforça apelos para ficar com a vice

O Presidente nacional petista foi acionado para que a sigla mantenha o espaço na coligação de José Maranhão: Primeiro, os dirigentes do Partido dos Trabalhadores reuniram-se com o governador José Maranhão (PMDB) na granja Santana, em João Pessoa. Ali, fecharam questão em torno da reivindicação da vice do peemedebista, com a manutenção de Luciano Cartaxo no posto. Na última quinta-feira, os petistas, liderados pelo novo presidente do diretório regional, deputado Rodrigo Soares, estiveram com José Eduardo Dutra, atualmente dirigente nacional da agremiação. Foi pedido o aval de Dutra para reforçar a aliança com o PMDB no estado e com forças de esquerda representadas pelo PCdoB, além do PRB, do senador Roberto Cavalcanti, que assumiu como suplente de Maranhão. O governador Maranhão ficou de apreciar a proposta que lhe foi levada. Segundo versões, o diálogo na granja Santana teria sido prejudicado pela presença do próprio Luciano Cartaxo, que tem pretensões em jogo, o que inibiu Maranhão, aparentemente, de avaliar outras alternativas para a chapa. Cartaxo, entretanto, garantiu que a conversa foi franca e produtiva, "um passo importante, com a reiteração de que o partido é governo na Paraíba e tem dado apoio irrestrito a Maranhão". Rodrigo, que, de vez em quando, tem seu nome especulado para vice de Maranhão, exaltou o trabalho que Luciano

vem desenvolvendo no sentido de auxiliar JM no comando da máquina administrativa. Na granja, foi dito que os petistas abrem mão da vaga ao Senado. Em Brasília, essa hipótese foi simultaneamente colocada a Dutra. (Jornal da Paraíba, 14 de março de 2010, página de política).

No entanto, o próprio Maranhão, em suas declarações na mídia, escrita e falada, coloca os petistas defensores da tese da aliança com o PMDB, em extremas dificuldades, já que o PT almeja a vaga de vice. Não fosse a aliança a nível nacional entre PT e PMDB e a orientação da direção nacional para trabalhar para a repetição da aliança na Paraíba, o PT não teria como explicar à sociedade e aos militantes os motivos da aliança. Vejamos mais essa matéria jornalística:

Maranhão pode surpreender com um vice-procedente das oposições

O governador José Maranhão (PMDB) declarou na tarde desta sexta-feira (14), no programa Rádio Verdade, da Rádio Arapuan, que poderá surpreender na definição de um nome para compor a sua chapa como vice-governador.

A certa altura da entrevista, José Maranhão deixou transparecer que pode até ter como candidato a vice um nome procedente de um partido de oposição com quem está em conversações em busca de apoio para a sua pré-candidatura à reeleição.

O governador, portanto, admitiu que da conclusão dessas articulações, poderá surgir o seu pré-candidato a vice-governador na chapa que deve encabeçar para disputar as eleições deste ano. Maranhão, no entanto, não citou qual partido de oposição estaria na iminência de aderir ao seu projeto político.

Perguntado se o nome para a vice seria de Campina Grande, o governador disse que preferencialmente, sim, mas não exclusivamente. Lembrou, a propósito, que já convidou um campinense, no caso o prefeito Veneziano Vital, mas este preferiu ficar na Prefeitura a ser o seu candidato a vice.

O governador José Maranhão disse, por último, acreditar que o presidente Luis Inácio Lula da Silva durante a campanha eleitoral virá à Paraíba e subirá no seu palanque. Disse que vota em Lula desde 1989, é amigo do presidente e sempre foi um aliado dele. (Website: Portal Correio, 14 de Maio de 2010)

As declarações de Maranhão levaram o vice-governador Luciano Cartaxo a declarar sua desistência de disputar a vaga de vice, conforme matéria a seguir:

Preterido no processo de escolha na chapa majoritária do Governador José Maranhão (PMDB), o vice-governador Luciano Cartaxo (PT), começou a definir estratégias para garantir a sobrevivência política: pretende disputar um mandato de deputado estadual nas eleições 2010. Inicialmente, Cartaxo disse que a campanha só irá “esquentar” após o meio do ano: “Estamos cuidando de um projeto de pré-candidatura a deputado estadual, nós temos cinco meses de pré-campanha e a coisa só vai afunilar em julho após a Copa do Mundo”, salientou. Para Luciano é importante um diálogo com os diversos setores da sociedade sendo possível a realização de um trabalho com um potencial diferenciado na Assembléia Legislativa: “Ela tem um papel importante na sociedade, é uma Casa onde se elaboram leis que podem ser boas ou ruins para as pessoas. É lá onde debatemos os interesses da população e por isso estamos apresentando o nosso nome para que a sociedade avalie”, pontuou. Para conseguir seu objetivo, Luciano acredita que terá uma boa votação em João Pessoa, sua principal base eleitoral, onde atuou como vereador por quatro mandatos. Em recente entrevista ao PB Agora, o vice-governador teceu críticas ao senador Efraim Morais (DEM), envolto em denúncias na Polícia Federal na contratação de servidores fantasmas, ele disse que tais práticas prejudicam a imagem da política da Paraíba nacionalmente e precisam ser punidas com rigor. (Website, Pbagora, 14/05/2010).

Paralelo a essas movimentações, o deputado Luiz Couto havia decidido definitivamente não participar da aliança com o PMDB, nem na condição de vice, nem de senador e publica essa decisão por reiteradas vezes na imprensa estadual:

O deputado Luiz Couto (PT) voltou a descartar, nesta sexta-feira, a sua candidatura ao Senado na chapa do governador José Maranhão (PMDB). O petista disse que Maranhão só pensa em “resolver o problema dele” ao propor a sua candidatura ao Senado. - É uma jogada perfeita, mas Luiz Couto não vai entrar nessa – comentou o petista, frisando que a intenção do governador é lançar o deputado Vital Filho (PMDB) para a vice-governadoria e o deputado Wilson Santiago (PMDB) na outra vaga para o Senado. (Website: Paraibaonline, 19 de junho de 2010)

O grupo de Luis Couto retoma a tese de chapa avulsa, sem candidato a governador. Petistas do município de Campina Grande elaboraram um manifesto declarando apoio a pré-candidatura de Ricardo Coutinho (PSB) ao governo do Estado. Os militantes fizeram parte da chapa “Uma Campina mais democrática” que disputou as últimas eleições do Processo de Eleição Direta (PED) ao diretório municipal.

No manifesto, o grupo critica a postura adotada tanto pela Direção Estadual da legenda, como também pela Direção Municipal, por estar subserviente aos interesses do PMDB, sem

ter nenhum tipo de reciprocidade política. “Por aqui o PT decide apoiar o candidato do PMDB sem nenhuma reciprocidade política. Nenhuma exigência que equilibre os poderes na aliança”, diz a nota.

O PT paraibano encontra-se em posição humilhante. Esta situação se reflete em Campina Grande, mas de forma amplificada. Aqui na Rainha da Borborema não temos, de fato, uma direção do PT. O que temos é uma representação do PMDB, uma espécie de célula do partido do prefeito, incapaz de pensar algum projeto autônomo para a cidade” continua o documento. Com esses argumentos, os militantes decidiram apoiar a pré-candidatura de Ricardo Coutinho ao governo do Estado, entendendo que o socialista agrega o respeito às diferentes correntes partidárias, a participação popular e o novo modelo de administração pública. Nós, enquanto minoria, devemos levantar a bandeira da pré-candidatura de Ricardo Coutinho a governador, como forma de fortalecer uma proposta que garanta um futuro menos conservador à política da Paraíba, com respeito às diferenças e a busca do atendimento às reais necessidades do povo do nosso Estado”, conclui. (Website: Paraíbaonline, 17/05/2010)

A nota foi publicada na íntegra em diversos meios de comunicação eletrônica, bem como debatida nas emissoras de rádio local. Vejamos a nota:

As Eleições de 2010 e as alianças

Sempre fomos a favor de alianças. Elas fazem parte da vida de um partido político dentro da democracia. Um país não deve ser governado por apenas uma proposta, uma visão, um projeto. O diálogo entre os diferentes pontos de vista conduz à amplitude que garante a governabilidade. Uma aliança política entre partidos, entre sujeitos políticos diferentes, dever ser feita com a negociação das diferenças, de forma que nenhum dos aliados se sinta superior e intolerante com o aliado. O comportamento do PMDB a nível nacional está de acordo com esta visão de alianças que defendemos, exigindo reciprocidade para a participação deles na chapa que terá Dilma Roussef como candidata a Presidência da República. As exigências do PMDB soam até arrogantes e exageradas. Cabe ao PT e aos demais partidos da aliança, limitar os desejos legítimos do PMDB a fim de que nenhum dos partidos esteja em condição que transforme os demais aliados em meros coadjuvantes. Não é o que acontece com o PT da Paraíba. Por aqui o PT decide apoiar o candidato do PMDB sem nenhuma reciprocidade política. Nenhuma exigência que equilibre os poderes na aliança. O candidato do PMDB se sente no direito de ignorar o PT e os demais partidos aliados, fazendo a negociação diretamente com a direção nacional do PT. Esta realidade só é possível porque a direção estadual do PT não entende a necessidade de fazer acordos políticos com o PMDB. Basta algumas concessões administrativas e acordos com algumas lideranças do PT para satisfazer a maioria que hoje “comanda” o PT paraibano. O PT paraibano encontra-se em posição humilhante. Esta situação se reflete em Campina

Grande, mas de forma amplificada. Aqui na Rainha da Borborema não temos, de fato, uma direção do PT. O que temos é uma representação do PMDB, uma espécie de célula do partido do prefeito, incapaz de pensar algum projeto autônomo para a cidade. Estando satisfeita com os cargos administrativos que dispõem hoje, a maioria da direção municipal pensa e age como se do PMDB fosse. Basta ver as declarações do atual presidente municipal e da ex-presidenta, para verificarmos que a preocupação com o futuro do PMDB é mais relevante do que o futuro do partido do qual fazem parte. A defesa da candidatura de Veneziano a governador, e agora a defesa da candidatura de Vitalzinho a senador, sem qualquer menção aos candidatos do PT, nas eleições deste ano, demonstram que estamos subservientes. Nós enquanto minoria, devemos levantar a bandeira da pré-candidatura de Ricardo Coutinho a governador, como forma de fortalecer uma proposta que garanta um futuro menos conservador à política da Paraíba, com respeito às diferenças e a busca do atendimento às reais necessidades do povo do nosso Estado, que prepare o caminho para em 2012 buscarmos outras alternativas para a nossa cidade, distante dos caminhos trilhados nos últimos anos.

Subscvem: Clemidia Tavares dos Santos /Eudes Leal/Jane Lucia Campelo/José Ivones G. de Lima /José Carlos Pereira/José Valter M. Campelo/Maria do Rosário Cardoso/Mercio Araújo/Pedro Luis Freire de Andrade (PEU)/Raimundo Augusto (Cajá).OBS: A Chapa: “Uma Campina mais democrática” que participou do PED também está envolvida no projeto “Ricardo Governador”. (Webiste: Paraibaonline, 17/05/2010)

Interessante observar que dos filiados que subscreveram a nota, apenas dois são dirigentes do PT no Município e historicamente ligados ao agrupamento comandado por Júlio Rafael, que desde o ano 2000 defende em todos os processos eleitorais a aproximação do PT com o grupo político liderado por Cássio Cunha Lima, independente de sua agremiação partidária.

O agrupamento citado também defende o distanciamento do PT com o grupo liderado pelo Governador José Maranhão e, por conseguinte, do grupo liderado em Campina Grande, pelos irmãos Vital do Rego, tanto que em 2004 no segundo turno das eleições municipais, o PT apoiou o então candidato e prefeito eleito Veneziano Vital do Rego e o grupo apoiou Rômulo Gouveia do PSDB; em 2006 o PT fez uma aliança com o PMDB tendo José Maranhão candidato a governador e Luciano Cartaxo do PT como vice, novamente o grupo se abstém de fazer campanha e até abre um comitê, segundo eles, suprapartidário, mas que tinha a colaboração de aliados de Cássio em Campina Grande, argumentando que a candidatura de

Lula precisaria ter garantido um comitê para os eleitores que não votavam em Maranhão, mas votavam em Lula para presidente.

Esse mesmo grupo em 2002, quando o PT deliberou apoiar o candidato do PMDB no segundo turno das eleições presidenciais, fez campanha declarada para Cássio Cunha Lima, inclusive com material de propaganda que continha o seguinte slogan: "Sou PT, voto 45" (45 é o número de registro do PSDB no Tribunal Superior Eleitoral).

O PT de Campina Grande, respondeu a referida nota, nos seguintes termos:

PT de Campina: Alexandre Almeida diz que partido caminhará com Maranhão. A propósito de um manifesto de apoio de um grupo de 10 filiados do PT de Campina ao pré-candidato do PSB ao Governo do Estado, Ricardo Coutinho, o Presidente Municipal do PT de Campina Grande, Alexandre Almeida, informa que os filiados não representam o partido e agem de forma atender a "interesses pessoais". Alexandre Almeida ainda declara que eles foram derrotados nas urnas e a maioria dos filiados aponta pela aliança com o PMDB em nosso Estado. "Nós enquanto maioria, devemos levantar a bandeira da pré-candidatura de José Maranhão a governador, como forma de fortalecer uma proposta que garanta uma aliança firmada em 2006 e que vem dando certo com o PMDB em nível nacional e estadual, com respeito às diferenças e a busca do atendimento às reais necessidades do povo do nosso Estado", conclui. (Fonte: Da Assessoria de Imprensa do PT.) (Website: Pbagora, 17/05/2010)

Enquanto isso, o Deputado Federal Luiz Couto, definitivamente assume a não disposição de participar da chapa do PMDB.

O presidente nacional do Partido dos Trabalhadores, José Eduardo Dutra, ouviu ontem do deputado federal Luiz Couto o que menos queria: definitivamente ele está fora da composição como candidato a senador na chapa do governador José Maranhão. O parlamentar, contudo, conseguiu do dirigente a garantia de dois palanques para a ministra Dilma na Paraíba. Foi o que confirmou, em primeira mão, para o WSCOM o presidente municipal do PT, Antonio Barbosa, confirmando todas as informações levantadas pelo portal. No encontro, Dutra apelou para que Luiz Couto assumisse a condição de candidato ao Senado em face da necessidade do PT ampliar a bancada no Senado e Câmara, mas ele não aceitou. Noutro momento do encontro, Luiz Couto reclamou que o conjunto de apoios seus não tenha tido espaço no Diretório Estadual mesmo avaliando ter 40 por cento da legenda. Segundo Barbosa, o presidente nacional assegurou que vai convocar o presidente estadual Rodrigo Soares visando reabrir o diálogo entre as várias tendências do partido em busca da unidade. Tudo isso foi o que ouvi de Antonio Barbosa. (Website: Wscom, 14/05/2010)

A adesão que Luis Couto e seu grupo tiveram à candidatura de Ricardo Coutinho, mesmo provocando uma ‘dissidência’ tem um importante significado, por isso mesmo suas declarações públicas animavam aliados internos e preocupava cada vez mais os defensores da aliança com o PMDB, pois como afirma Palmeira (1996: 45) “Em se tratando de adesão, tanto quanto o voto, pesa a declaração pública do voto.”

A partir desses episódios, intensifica-se, a busca pela vaga de vice para o PT, já que Luis Couto declara definitivamente que não concorrerá a vaga de senador pela coligação PT-PMDB, enquanto isso José Maranhão, continua indefinido quanto a vaga de vice, motivo que levou o então vice-governador, Luciano Cartaxo, a desistir de postular a vaga e expressar sua decisão, publicamente, antes mesmo de comunicar ao PT.

Diante das pressões, o Governador Maranhão declara:

O governador José Maranhão, pré-candidato à reeleição, declarou em entrevista nesta segunda-feira (31) que o Partido dos Trabalhadores (PT) deverá, sim, integrar a chapa majoritária a ser encabeçada pelo PMDB. “O PT é fundamental. Nós queremos que o PT esteja na chapa majoritária”, reforçou Maranhão. Ao ser questionado, mais uma vez, sobre a participação petista na chapa majoritária, que ainda está sendo formatada, Maranhão repetiu: “Esse é o nosso desejo, é o nosso propósito colocar o PT na chapa majoritária”. Ao ser instado a responder quando esse espaço seria definido, o governador apenas respondeu: “A pressa é a inimiga da perfeição”. E ressaltou: “Nós somos um grupo político grande, representado por muitos partidos. Queremos constituir uma chapa que possa representar a média de pensamento das lideranças de todos esses partidos, inclusive, o nosso atual parceiro, o PT, que integra o quadro de dirigentes majoritários. Nós pretendemos que continue (o PT) integrando esse quadro majoritário. (Webiste: Paraibaonline, 31/05/2010)

As pressões para manutenção do PT na chapa continuaram e além das inúmeras reuniões entre membros do partido, entre aliados, telefonemas, e-mails entre dirigentes, parlamentares, militantes, o presidente do PT estadual Rodrigo Soares, estimula o debate também através da imprensa:

O Deputado Estadual Rodrigo Soares, presidente do PT da Paraíba, declarou nesta segunda-feira (31) que a pesquisa Ibope divulgada neste final de semana mostra o “papel fundamental” do Partido dos Trabalhadores na

“aliança de centro-esquerda” com o PMDB e diz que a legenda, quando for confirmada na chapa majoritária, será decisiva para a reeleição do atual governador José Maranhão (PMDB) ainda no 1º turno. Rodrigo Soares destaca a indiscutível aprovação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Estado, em que 90% da população paraibana classifica a gestão petista como ótima ou boa, e a intenção de voto de 53% favorável à candidatura presidencial da ex-ministra Dilma Rousseff (PT), para justificar o que diz. “Se dependesse apenas dos paraibanos, a ex-ministra Dilma venceria ainda no primeiro turno. São números realmente expressivos”, comenta. Para o parlamentar petista, estes números somados ao fato de Maranhão já aparecer com 48% das intenções de voto mostram que a aliança PT/PMDB tem o respaldo da população. “É a prova maior de que os eleitores paraibanos querem que se repita na Paraíba o que já está definido em nível nacional. Que é a aliança entre PT e PMDB na chapa majoritária”, enfatiza. Ainda de acordo com o presidente do PT paraibano, os números favoráveis a Maranhão na disputa ao Governo do Estado tendem a crescer ainda mais quando o partido for confirmado definitivamente como ocupante de uma das vagas na chapa majoritária. “Não tenho dúvidas de que diante deste cenário o Partido dos Trabalhadores da Paraíba pode ser decisivo para dar a Maranhão, a vitória, ainda no primeiro turno”, aposta Rodrigo. E fazendo um paralelo com os grupos de oposição que vão participar da disputa, ele diz que o Governo Maranhão, que tem como vice-governador o petista Luciano Cartaxo, une as forças progressistas que realmente estão preocupadas com o projeto do presidente Lula em eleger Dilma Rousseff presidente. “Diferente do outro lado, que tem nos candidatos ao Senado históricos aliados do tucano José Serra, todos os integrantes de nossa coalizão estão empenhados na vitória de Dilma. Enquanto nos unimos dentro de projetos que se completam, a oposição não apresenta novidades e apenas acentua sua incoerência”, conclui. (Website: Paraibaonline, 31/05/2010)

O vice-governador do Estado, Luciano Cartaxo declarou em uma emissora de rádio a sua desistência de compor a chapa majoritária: disse agora não ter mais tempo suficiente para avançar no diálogo em relação ao seu nome como representante do PT na chapa majoritária do PMDB.

Em entrevista a Rede Paraíba SAT. Cartaxo disse ter desistido de esperar pelo anúncio do governador para a manutenção na chapa como vice e parte agora para a disputa a uma cadeira no Poder Legislativo. Cartaxo agradeceu a militância e disse não caber mais a ele agora na condição de pré-candidato a deputado estadual estar no debate da participação do PT na chapa majoritária,

Isso é de responsabilidade do Partido, do presidente, Rodrigo Soares de conduzir esse processo que afunilou a tal ponto da gente não ter mais tempo suficiente em avançar nesse diálogo”, disse. Para Luciano, que fez uma

espécie de desabafo na entrevista, a questão sobre a compor a vice-governadoria é página virada e superada. Ele disse que o PT teve a sua chance de avançar na questão da manutenção na chapa majoritária. A primeira foi quando da permanência do prefeito Veneziano Vital do Rego no cargo e nesse momento não houve uma força maior do partido em relação à definição do seu nome. O outro momento, segundo Luciano, foi quando houve o Encontro Estadual do Partido dos Trabalhadores, e a sigla com ampla maioria definiu de forma categórica pela manutenção da aliança PT/PMDB, bem como do espaço na vice governadoria como manutenção do seu nome. “Esse teria sido o momento de ter construído a aliança de forma definitiva. No entanto, se passaram mais de vinte dias, após a decisão e não houve, sequer, um encaminhamento, uma discussão aprofundada em relação a essa decisão do PT”, lembrou. Ele disse também ter externado ao governador José Maranhão diversas vezes que pleiteava a manutenção da sua participação na vice governadoria. “Ele tem um prazo mais longo do que eu, que vai até as convenções, mas eu tinha que ter uma decisão em função de que eu pretendo continuar a trabalhar pelo povo da Paraíba. Caso a decisão de Maranhão fosse negativa, eu não teria tempo, sequer, de construir uma alternativa para disputar a chapa proporcional como fiz agora”, avaliou. Segundo Cartaxo, Maranhão entendeu a sua posição e vai seguir negociando a composição da chapa do PMDB, enquanto que ele segue rumo a uma campanha proporcional na disputa pelo mandato de deputado estadual. (Rede Paraíba SAT, 05/05/2010)

A declaração de Cartaxo, ‘caiu como uma bomba’ como se diz na linguagem popular, no cenário político e como em política, se diz popularmente, não há espaço vazio, os aliados petistas de Ricardo Coutinho, não perderam a oportunidade de criticar o presidente estadual do PT e elogiar Cartaxo, que, mesmo que nas entrelinhas colocava a responsabilidade sobre a indefinição da chapa PMDB/PT na direção do PT:

Em entrevista concedida à Rádio Campina FM, nesta segunda-feira (03), o petista Júlio Rafael comentou o processo de definição do candidato a vice na chapa majoritária encabeçada pelo governador José Maranhão (PMDB). Luciano Cartaxo tinha interesse em manter a sua vaga como vice, mas acordos foram rompidos. Era dito que a aliança com o PMDB serviria para garantir um palanque para Dilma Rousseff (PT). Mas o presidente estadual do partido, Rodrigo Soares, que foi eleito por setores que não tem um projeto claro para o PT, só atendia os telefonemas de Luciano quando eram convenientes os votos para a presidência do partido, permitindo assim que Cartaxo sofresse esse processo de fritura e desmoralização pública – desabafou. (Website: Paraibaonline, 05/05/ 2010)

Em entrevista concedida à Rádio Correio FM, nesta terça-feira (04), o vereador pessoense Benilton Lucena (PT), disse que o vice-governador Luciano Cartaxo, poderia perfeitamente ser o vice na chapa majoritária encabeçada por Ricardo Coutinho (PSB) no pleito 2010. - Luciano Cartaxo, é um nome interessante. Poderia ser o candidato à vice em nossa postulação

junto ao PSB. O PT é grande, houve uma participação efetiva junto ao processo eleitoral que avizinha 2010. Iremos exigir a participação na majoritária, logicamente na convenção maior do partido. Ai estaremos fazendo o necessário para uma composição com o vice-governador Luciano Cartaxo. Caso ele viesse assumir a nossa tese, nós passaríamos a ser majoritários no partido e logicamente com o número maior de delegados teríamos a oportunidade de fazer essa mudança na coligação do PT junto ao PSB retirando essa possibilidade junto ao PMDB – disse o parlamentar. (Rádio Correio FM 04/05/2010)

Mesmo com a desistência de Cartaxo, o PT não desistiu de lutar pela manutenção da vaga de vice na chapa de Maranhão, pois não havia mais tempo para o PT articular uma candidatura própria, até porque a orientação da direção nacional, era de manter a aliança com o PMDB, o que facilitaria também a composição com este partido a nível nacional.

A direção partidária marcou uma reunião da executiva estadual, em caráter de urgência para analisar as possibilidades e nomes do partido para compor a chapa majoritária:

O deputado e presidente estadual do PT na Paraíba, Rodrigo Soares, afirmou na tarde desta quarta-feira (05) que a decisão de Cartaxo de se lançar como pré-candidato a deputado estadual foi pessoal e que o partido vai reabrir as discussões sobre a indicação para majoritária em uma reunião marcada para a próxima terça-feira. (Website: Pbagora, 05/05/2010)

O vice- governador Luciano Cartaxo, numa atitude que, de certa forma, nos bastidores, era esperada, resolve anunciar sua candidatura para deputado estadual e lançar o nome do deputado Rodrigo Soares – que já estava preparado para sua campanha a deputado federal- para compor a chapa majoritária na condição de vice-governador, conforme o jornalista Luis Torres, no seu blog:

Os deuses da sabedoria política estão em festa. O vice-governador Luciano Cartaxo (PT) tomou uma decisão acertada. Ao anunciar pré-candidatura a deputado estadual e jogar para o presidente do PT na Paraíba, deputado Rodrigo Soares, o vice-governador petista acerta duas vezes: sai da condição de quem pede e não é atendido e, além disso, transfere para outro a responsabilidade que levava sozinho. Porque foi exatamente isso que Cartaxo fez. Ao anunciar que vai cuidar da própria vida, ele emparedou Rodrigo Soares. Deixou que ele, a partir de agora, tenha a obrigação sozinho de assegurar a vaga para o PT – partido do presidente Lula – na chapa do governador José Maranhão (PMDB). Simplesmente porque foi isso que Rodrigo prometeu durante a campanha à eleição à presidência do PT. De que

o partido teria vaga na chapa majoritária. Como presidente da legenda no Estado, inclusive, ele tem obrigação de fazer isso. Imagine o quanto será vergonhoso para sua gestão à frente do PT na Paraíba não conseguir colocar o partido de Lula numa chapa majoritária.

No futuro, vão dizer: “Rodrigo Soares foi presidente do PT, mas só cuidou da própria candidatura!”. O dilema está nas mãos de Rodrigo Soares. Maranhão não quer Cartaxo na chapa e Rodrigo não quer ir para chapa. Vai ser obrigado a peitar Maranhão em favor do vice-governador ou arranjar um substituto que agrade “ao chefe”. Se não fizer nem uma coisa nem outra, abrirá um flanco impressionante para o PT discutir espaços em outros jardins. (Blog do Luís Tôrres – Pbagora, 05/05/2010).

Rodrigo afirmou que não ouviu Luciano Cartaxo defendê-lo como nome para assumir a vice-governadoria nessa nova conjuntura e reafirmou que seria pré-candidato a Deputado Federal.

O PT mantém a posição de pleitear a vaga na majoritária. Com a decisão de Luciano teremos que reabrir as discussões. Existem muitos nomes que podem ser colocados e não há como tomar qualquer decisão agora”, afirmou Rodrigo., também no site Pbagora. De acordo com o parlamentar, “quem tem prazo não tem pressa”, e a indicação de um novo nome deve ser feita apenas nas convenções. “A direção do partido é que vai definir os calendários e prazos”, reiterou o parlamentar. A reunião da direção estadual está marcada para acontecer na próxima terça-feira (11), às 19h, na sede estadual do partido. (Website: Pbagora, 11/05/2010).

Ocorre que na política, como afirma Balandier (1980: 13) “as palavras do poder não circulam como as outras, a linguagem da política necessita uma comunicação calculada, procura efeitos precisos; não desvenda senão uma parte da realidade”.

Nem tudo que se fala publicamente é o que acontece nos bastidores do cotidiano da política. As declarações públicas têm o propósito embutido de fazer com que o(s) interessado(s) tome(m) conhecimento do que quer aquele que está falando. Muitas vezes, entretanto, se fala publicamente, exatamente o contrário de onde se quer chegar, com objetivo de desviar a atenção para a tática ou estratégia utilizada, por isso se gera tanta especulação por parte, principalmente da imprensa, e muitas vezes nos surpreendemos com as decisões e fatos políticos que acontecem totalmente diferenciado daquilo que foi especulado pela mídia.

Sobre o candidato a vice, Maranhão só ratificou que deve anunciar a formação da chapa nos próximos dias, já que o prazo se afunila e o partido tem que homologar a formação da chapa de das coligações até o dia 30 de junho.

Maranhão disse ainda que o espaço do PT na chapa majoritária está garantido, mas revelou que não mantém nenhum entendimento com o deputado federal, Luiz Couto, e que essa decisão tem que ser do PT. “Essa é uma discussão que cabe ao PT realizar. Eu só digo que acato qual for a decisão do partido”, declarou. (Website: Wscom, 18/6/2010)

O deputado Rodrigo Soares, presidente do PT da Paraíba, afirmou que o partido não trabalha, de forma nenhuma, com a hipótese de não ter espaço na chapa, encabeçada pelo governador José Maranhão (PMDB). Ele disse não ter dúvidas de que o governador vai cumprir com o compromisso político, firmado desde as últimas eleições, de manter um petista como candidato a vice na composição majoritária. Rodrigo Soares revelou que nos próximos dias a Executiva Estadual do PT estará intensificando o diálogo e entendimentos com o PMDB para que um nome da legenda seja indicado para fazer parte da chapa. Nos próximos dias o diálogo com o governador Maranhão sobre a vice será bastante intenso e decisivo, ressaltou. Segundo ele, a Executiva Estadual continua dialogando internamente para construir e consolidar a unidade na legenda em apoio a reeleição de José Maranhão e manutenção de um nome do PT para compor, como vice, a chapa governista. Rodrigo reafirmou que a prioridade é fortalecer, ainda mais, o projeto nacional de eleger a ex-ministra Dilma Rousseff para a sucessão do presidente Lula e consolidar as decisões tomadas pelos dirigentes petistas da Paraíba de apoiar o atual governador. O parlamentar confirmou a vinda da ex-ministra no dia 23 de junho para visitar o São João de Campina Grande no Parque do Povo e manter contatos com lideranças petistas e de outros partidos aliados, que fazem parte da base de sustentação do governo federal. Além da Paraíba, Dilma vai fazer a rota do São João, visitando as cidades de Caruaru e Aracajú. Rodrigo confirmou também sua pré-candidatura a reeleição e disse que, no final de semana, vai intensificar sua pré-campanha ao visitar as bases, aliados, correligionários e participar de reuniões, durante os festejos juninos pelo Estado. (Website: Paraibaonline, 16/06/2010)

No dia 22 de junho de 2010, a militância petista se preparava para no dia seguinte receber em Campina Grande, a candidata a presidente pelo PT, entretanto, é surpreendida pela imprensa, que a vaga pela qual tanto lutava, de vice na chapa do PMDB, tinha sido confirmada para o deputado Vital do Rêgo Filho do PMDB.

O anúncio feito pelo governador e candidato José Maranhão causou um rebuliço nos bastidores e nos meios de comunicação. Ainda pela manhã o presidente do PT de Campina Grande se reúne com o presidente estadual, os demais presidentes de diretórios municipais, vereadores, vice-prefeitos, e dirigentes, para analisar a situação. Militantes de todos os

cobrando uma fala pública do presidente estadual. No início da tarde vem a reação do PT: Rodrigo Soares declara na imprensa que:

Ao PT, de acordo com a deliberação do partido, interessa a vice. O prefeito de Campina Grande, Veneziano Vital do Rêgo, que sempre defendeu a aliança do PT com o PMDB, irmão do deputado Vital do Rêgo Filho, não confirma a afirmação do governador, o deputado Vital Filho confirma o convite, mas afirma que ainda vai tomar a decisão, o que faz com que o governador recue e afirme que " falta o acerto final com Vital Filho e que o PT pode ter a vaga do senado. (Website: Parlamento.pb.com.br, 22/06/2010).

Paralelo a isso a candidata do PT desiste de vir à Campina Grande, no dia 22 de junho. Nos bastidores comenta-se que a desistência teria se dado pelas fortes chuvas, que no momento causam grandes desastres no nordeste, particularmente, nos Estados de Alagoas e Pernambuco, onde Dilma iria na noite de São João (festa tradicional nordestina, especialmente em Caruarau - Pernambuco e Campina Grande - Paraíba), pois segundo a coordenação de campanha não ficaria bem a ministra "dançar forró" 1, enquanto pessoas ficavam desabrigadas e até morriam por conta das chuvas. Dilma então muda o destino da viagem para a Bahia, estado onde o PT governa e o PMDB, principal aliado do governo lança Geddel Vieira Lima a candidato a governador.

Até o final da noite a coordenação da campanha ainda não havia justificado a desistência da candidata oficialmente, entretanto, no dia seguinte, o jornal diário da Borborema, publica o motivo da desistência da pré-candidata, confirmando o que se afirmava nos bastidores: Não ficava bem para a imagem da candidata, participar de festa junina, em dois estados, onde a população estava sofrendo consequências desastrosas em função das enchentes. Ainda sobre isso, se comentava nos bastidores de que um dos motivos também seria a crise surgida entre PT e PMDB decorrente das declarações do governador José Maranhão, de que a vaga de vice-governadoria seria de um filiado ao PMDB, o deputado Vital Filho, sem que tivesse sido dialogado com o PT. Essas especulações não foram publicadas por nenhum órgão da imprensa. O fato é que Dilma não veio à Paraíba, como também não veio o ministro do turismo, que estava marcado para o dia 24.

Os partidários de Maranhão também entraram na defesa do PT para a chapa, a exemplo de Wilson Santiago, conforme declarações a seguir: "O deputado federal, Wilson Santiago (PMDB), afirmou nesta sexta-feira (18) que sua pré-candidatura a senador nas eleições estaduais deste ano está mantida. "Este é o desejo, o objetivo do PMDB e dos demais partidos da base aliada", afirmou. Santiago falou também sobre a participação do PT na

majoritária e as conversas para ter o deputado Luiz Couto no grupo da situação. Ele enfatizou que o partido não tem apenas Couto para a chapa.

“O deputado Luiz Couto está sendo conversado, mas o PT tem outros bons nomes, a exemplo do presidente Rodrigo, do deputado Jeová Campos e o próprio Frei Anastácio, que tem grande penetração nas camadas sociais”, afirmou. “Esta nossa parceria com o PT é muito boa, por que só fortalece a Paraíba, com maior representação na Câmara Federal e no Senado”, acrescentou. (Website: WSCom, 20/06/2010).

O deputado federal Luiz Couto (PT) negou a declaração do secretário de organização do PT da Paraíba, Josenilton Feitosa, de que ele ainda se reuniria com seu grupo para decidir sobre convite de figurar na chapa de José Maranhão na vaga de senador. “Nós já tomamos a decisão. Serei candidato à reeleição de deputado federal e não admito mais que usem o meu nome para tentar barganhar espaços junto ao governador Maranhão”, disse Couto.

O deputado disse que após reunião do Diretório Nacional, na última sexta-feira, conversou abertamente com o ex-ministro Zé Dirceu, expressando a dificuldade que teria de compor chapa com o peemedebista já que tem feito oposição ao seu Governo na Paraíba, por não concordar com sua administração, de acordo com declarações a seguir:

“Não vou recuar de minhas convicções políticas, minha ética e moral política somente para beneficiar a candidatura de uma pessoa que não representa o projeto de governo que quero para a Paraíba. A Direção Nacional do PT já sabe e não deve mais esperar outro posicionamento de minha parte”, afirmou. De acordo com Luiz Couto, as recentes declarações de Feitosa são apenas especulações, já que as reuniões com a Direção Nacional do PT e com a Direção do PT da Paraíba já aconteceram semana passada, em Brasília. “Não haverá mais reunião para decidir o que já está decidido. Sou pré-candidato a deputado federal”, reafirmou Luiz Couto. (Website: Paraíbaonline, 18/06/2010)

Corroborando com Gomes (2004: 268), a experiência cotidiana nos mostra, que fatos e discursos existem em primeiro lugar para provocar efeitos diretos. “Faz-se algo para provocar um número determinado de conseqüências imediatas no plano da realidade, diz-se algo para provocar um efeito comunicacional” (*ibid*).

Talvez esse pensamento possa explicar o discurso público do ex-presidente estadual do PT, Adalberto Fulgêncio, após a presença de José Dirceu na Paraíba. Adalberto é aliado interno de Luis Couto, mas corrobora com a posição da maioria do PT e com a direção nacional, em relação a aliança com o PMDB, provavelmente por isso mesmo, sua fala pública provoca efeitos no cenário político interno e externo.

Um dia depois da presença do ex-ministro José Dirceu em demorada reunião, em João Pessoa, com o governador José Maranhão sobre a sucessão na Paraíba tendo consolidada a saída em definitivo do deputado federal Luiz Couto no Senado, o ex-presidente estadual do Partido dos Trabalhadores, Adalberto Fulgêncio, aliado de Couto, revelou ao WScm que “vai trabalhar a unidade do partido em torno de Rodrigo Soares como candidato a vice na chapa encabeçada pelo PMDB tendo ainda nomes representando Campina Grande e o Sertão paraibano.

Adalberto Fulgêncio como membro do Diretório Estadual e atualmente em Brasília participando do Governo Federal reverbera a orientação nacional do PT, segundo a qual a partir daquele momento o trabalho passa pela construção da unidade em torno da política de aliança com o PMDB:

Vamos continuar apoiando a reeleição do deputado federal Luiz Couto, da mesma forma que a conjuntura constrói como necessidade a participação do PT na chapa majoritária encabeçada pelo governador Maranhão, portanto, nessa condição o nome de Rodrigo Soares é quem mais se credencia neste momento para esta missão”, argumentou. Conforme explicou, “o PT vai cuidar agora de sua unidade interna porque a política de aliança com o PMDB está definida com orientação da Nacional, por isso como não há espaços para divergências, mesmo respeitando os pontos-de-vista particulares dos petistas, vamos buscar somar forças em torno do projeto de eleição da pré-candidata Dilma. (Website: Wscm, 26 de maio de 2010).

O PT realizou seu encontro de definição de candidaturas, no Hotel Caiçara, em João Pessoa. Estavam aptos a participarem do encontro, 200 delegados e delegadas, os mesmos eleitos no PED e que também participaram do encontro de tática eleitoral, realizado em abril.

Na noite anterior, as duas correntes reuniram seus delegados e delegadas em locais diferentes para discutirem as táticas a serem adotadas no dia seguinte. Nesse contexto tornava-se necessário discutir a tática que seria adotada diante de cada uma das possibilidades: garantir ou não a vaga de vice na chapa majoritária.

Diante disso, o agrupamento denominado Campo Novo Brasil, a Articulação de Esquerda e o Coletivo Celso Furtado, reuniram-se no Hotel Ouro Branco e uma parcela do Campo Novo Brasil, liderada pelo Deputado Luis Couto, se reuniram no Hotel Caiçara. Ambas discutiam quais táticas adotariam, diante das posições do governador José Maranhão.

Na reunião do hotel caiçara se deliberou: que o nome do deputado Rodrigo Soares, só seria colocado se o próprio governador viesse fazer o convite, como forma de não desgastar a imagem do deputado; que os delegados só iriam se credenciar após a sinalização do desfecho da reunião do governador com o presidente nacional do PT, José Eduardo Dutra (que estava sendo aguardado, para tentar resolver o impasse), o presidente e o vice- presidente estadual do Partido, Rodrigo Soares e Frei Anastácio, respectivamente.

Enquanto os delegados e delegadas se credenciavam, a reunião com José Eduardo Dutra, Rodrigo Soares, Frei Anastácio e o governador Maranhão, acontecia na Granja Santana (residência oficial do governador). No início da tarde, chegaram ao local do encontro, além dos já citados, o governador e parlamentares do PMDB, os quais foram recebidos com aplausos e palavras de ordem, como: “Partido, Partido, é dos trabalhadores; Olê, olê, olé, olá, Dilma, Dilma”, manifestadas pelos participantes que defendiam a aliança, enquanto os contrários aguardavam sem qualquer manifestação.

O presidente nacional do PT, José Eduardo Dutra, abriu o encontro, falando da necessidade da eleição da Candidata Dilma para a continuidade do projeto político administrativo implementado no país, através do governo do Presidente Lula, da importância da aliança com o PMDB, para a vitória dessas eleições. Além disso, resgatou a aliança firmada entre PT e PMDB, desde 2002, a nível nacional e a nível estadual e por fim anunciou o acordo com o governador de que o PT ficaria na chapa majoritária na condição de vice , ao tempo em que o nome convidado para o cargo seria Rodrigo Soares.

O presidente também destacou que Dilma Rousseff, teria apenas um palanque na Paraíba, que seria o palanque da aliança PMDB/PT e demais aliados. Essa foi uma reivindicação do candidato do PMDB José Maranhão, mas também um dos pontos da carta programa da chapa de Dutra nas eleições para direção partidária. (PT, Tese da chapa “O partido que muda o Brasil, 2009, item 17, p.19, 2009).

A plenária aplaudiu efusivamente e em seguida fizeram seus discursos: O governador/candidato, José Maranhão, o deputado Vital filho do PMDB, candidato anunciado para o cargo de senador na chapa e o presidente do PT no Estado, candidato a vice-governador Rodrigo Soares.

O Encontro teve continuidade com a aprovação de duas resoluções, sobre aliança na chapa majoritária e a segunda que delegava ao diretório regional as discussões e deliberações sobre as alianças para a chapa proporcional.

Algumas intervenções foram feitas por Júlio Rafael, Jeová Campos e outros sobre as resoluções, discursos estes, que não alteraram a votação das resoluções, visto que os delegados, já estavam convictos do que queriam aprovar nesse encontro. Luiz Couto, que também estava na mesa, não fez nenhuma fala durante o encontro, nem deu declaração nenhuma aos meios de comunicação sobre a decisão do mesmo, pelo menos até o domingo, dia 27.

A repercussão do fato foi amplamente divulgada nos meios de comunicação, com manchetes, as mais variadas, nos sites, jornais impressos, a exemplo do site Clickpb, cuja manchete era: “PT ganha queda de braço e Rodrigo Soares é vice de Maranhão”.

No imaginário popular, essa definição demonstrou, que, nessa correlação de forças, no quadro dos partidos aliados, um expressivo poder de articulação e de força política do PT, ao conseguir manter a posição na chapa majoritária.

Parlamentares do PMDB também comentaram o fato, que trouxe elementos novos para as decisões a serem tomadas pela oposição no Estado, tendo em vista que as correntes em torno de Luiz Couto defendiam a aliança com o PSB.

Tanto o PSB, quanto os aliados de Coutinho, aguardavam a decisão do PT, a quem já haviam oferecido a vaga de vice ou de Senador na chapa. Essa decisão provocou outros desmembramentos no seio da oposição, que a partir daí começa a trabalhar suas alianças, sem mais esperanças de ter o PT na chapa.

O PT reuniu posteriormente todos os candidatos e candidatas aos cargos de deputados federais e estaduais para discutir a melhor estratégia de coligação proporcional, com vista a obter uma votação que garantisse a eleição de um maior número de parlamentares. O PT tinha como meta eleger no mínimo quatro Deputados Estaduais e dois Deputados Federais.

Apesar de adversários do PT, PSDB e DEM, vislumbravam a possibilidade da inserção do PT na chapa de Coutinho (PSB), o que não ocorreu, pois o PT não aceitou a aliança proposta por Couto com o PSB, representado por Coutinho.

O próprio Deputado Federal Luis Couto, em discurso na tribuna da Câmara, no dia 27 de maio de 2010 para pedir a cassação do senador Efraim Morais (DEM/Pb), em função de denúncias de funcionários fantasmas em seu gabinete, além de fazer duras críticas ao irmão do Senador, Joácio Morais, envolvido em superfaturamento de medicamentos, à época em que era Secretário de Saúde, na gestão do ex governador Cássio Cunha Lima (Website: Clickpb.com).

O Deputado Luis Couto não só apoiou a chapa encabeçada por Ricardo Coutinho, que teve como vice Rômulo Gouveia do PSDB, Cássio Cunha Lima e Efraim Morais como Senadores, como posteriormente na formação do Governo de Coutinho, indicou Carlos Alberto Dantas para Secretário adjunto de Efraim Morais na Secretaria de Infra-Estrutura do Governo do Estado.

Tabela 11 - Resultados eleitorais PT/PB - 2010

Cargo	Votos	Eleitos do PT
Presidente	1.229.391	Dilma Rouseff
Senador	869.501	Vital do Rego Filho
Senador	820.653	Wilson Santiago
Deputado Federal	95.555	Luis Couto*
	66741	Jeová campos
	6549	Júlio Rafael
	1617	Magliano
	779	Socorro Pimentel
	693	Liliane Oliveira
	656	Adaílton Barros
	441	Ana Clara Maia
	15.110	Legenda PT
	188.141	Total PT
Deputados Estaduais	21.516	Anisio Maia
	24.296	Luciano Cartaxo
	26.014	Frei Anastácio
	10.225	Peron Japiassu
	8143	Socorro Brito
	6943	Marenílson Batista
	6596	Benílton Lucena
	2859	José Mário Soares
	2815	Paulo Marcelo de Lima
	2782	José Benvindo
	1568	Bivar Duda
	1082	Licor Lira
	772	Antonio Santana
	733	Antonio de Pádua
	704	Pedro Severino
	577	Divanildo Pereira
	525	Astronaldo
	484	Severino de Brito
	171	Nilson Nunes
	3	Herta Queiroz
	1	Josefina Queiroz
	16.011	Legenda
	136.920	TOTAL PT

Fonte: TRE – PB - www.tre.pb.gov.br acesso em: 02/03/2011

*eleito

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho nos propomos a discutir e analisar como a política de alianças adotada pelo PT repercutiu no meio da militância, no desempenho eleitoral do partido, na credibilidade do PT na sociedade, nos movimentos sociais e na própria cultura partidária.

Procuramos através de uma revisão bibliográfica descrever a construção e fundação legal do PT a nível nacional e no Estado da Paraíba.

Constatamos que o PT é um partido de caráter nacional, entretanto sua origem advém do novo sindicalismo, particularmente no Estado de São Paulo devido a situação econômica daquele Estado, onde se concentra o setor industrial e onde ocorreram as primeiras manifestações de resistência ao governo militar e luta pela redemocratização do Estado brasileiro.

Destacamos a composição social do PT no Brasil e na Paraíba, Estado onde o PT no início foi formado por setores da classe média, intelectuais de esquerda e movimentos eclesiais de base da Igreja Católica, além de sindicalistas do movimento de servidores públicos estaduais e federais e estudantes.

No entanto na primeira metade da década de 1980, o PT paraibano passa a contar nos seus quadros com militantes do novo sindicalismo ligados ao setor de construção civil e a CUT, além do ressurgimento do movimento sindical rural.

No final da década de oitenta o PT passa a administrar grandes cidades brasileiras (Fortaleza- Maria Luíza Fontenele e São Paulo- Luíza Erundina) e no início da década de noventa alguns Estados (Espírito Santo - Vítor Buaz) e percebe a partir daí a necessidade das negociações políticas no parlamento para alcançar o sucesso administrativo nessas administrações.

As mudanças no PT paraibano começam a ser observadas a partir da adoção da política de alianças, onde o PT passa da posição de total rejeição às alianças até com partidos de esquerda a uma posição mais moderada, aceitando inclusive alianças com partidos de centro e alguns municípios pequenos com a direita.

A nova cultura partidária a que nos referimos, diz respeito a elementos, categorias, posicionamentos, visões de mundo, valores que apenas o PT carrega em sua história e trajetória.

Como parte da cultura partidária, destacamos a sua origem, os núcleos de base, o pluralismo interno com a existência das tendências, a democracia interna, o processo de eleições diretas para as direções, a origem dos recursos financeiros (não apenas oriundos do fundo partidário), a direção colegiada com proporcionalidade dos votos na direção, a exigência da cota de participação de mulheres, o código de ética, as instâncias de discussões e deliberações, o cunho ideológico apreendido e defendido pela militância, o caráter multicultural, a pluralidade de visões e posições internas sobre os diversos aspectos sociais e econômicos, o projeto de partido para a sociedade brasileira, através das administrações petistas e representações nos parlamentos.

Entretanto, a política de alianças, onde o PT não exerce o papel principal, ainda não o levou a conseguir um alto desempenho eleitoral no Estado, capaz de eleger um Governador, todavia apresentou um crescimento eleitoral em relação aos mandatos no legislativo. Em 2010 manteve a posição na Câmara dos deputados, reelegendo Luis Couto, deputado federal e ampliou as cadeiras na assembléia legislativa do estado, passando de dois para três deputados estaduais: Anísio Maia, Frei Anastácio e Luciano Cartaxo. O PT foi o partido mais votado para deputado estadual no Brasil.

Ao finalizar este trabalho podemos afirmar, de acordo com os resultados eleitorais obtidos pelo PT que, quanto mais se flexibilizou para construir alianças, amplas, seu desempenho eleitoral melhorou, apesar das alianças reduzirem o seu diferencial em relação aos outros partidos. Entretanto, o PT continua sendo o partido que encara a disputa política de forma diferente, que faz menos coligações e que mesmo tendo chegado ao governo federal e a inúmeras representações no parlamento e no poder executivo de diversos Estados e Municípios, o PT ainda se mantém diferente dos demais partidos no campo político brasileiro.

A democracia interna, o pluralismo de idéias, o multiculturalismo, a defesa das diversidades étnicas, raciais, de gênero, o aprimoramento das regras partidárias caracteriza o PT como um partido que não ignora a necessidade das alianças para ganhar eleições, demonstra amadurecimento para governar numa coalizão com partidos de distinto cunho ideológico do seu e luta permanentemente para manter sua identidade, além de, ao conquistar o poder central, em 2002, vem implementando políticas públicas que prega no seu programa desde a sua fundação.

Concordamos com Nicolau (2006) quando afirma que

No Brasil, mesmo com um sistema altamente centrado no candidato, um partido (o PT) conseguiu desenvolver mecanismos de reforço da reputação partidária. A simples escolha de regras internas, tais como, o incentivo de atividades partidárias entre as eleições, a profissionalização de um grande número de dirigentes, a punição para os deputados que não votam segundo as deliberações da bancada e a obrigatoriedade da contribuição mensal, contribuiu para que o PT conseguisse criar uma estrutura organizacional diferente da dos demais partidos brasileiros. (NICOLAU, 2006: 13)

Após a leitura e releitura dos documentos do PT, a análise do desempenho eleitoral e a pesquisa bibliográfica em outros estudos sobre o PT, pudemos perceber que o PT é uma experiência bem sucedida, tanto na construção partidária orgânica, como no significado político que criou no imaginário da sociedade brasileira.

Pesquisas de opinião realizadas nos últimos dez anos apontam que um em cada cinco brasileiros tem o PT como partido de sua preferência.

Em 2010, o PT elegeu a presidenta Dilma com 55.752.529 (cinquenta e cinco milhões, setecentos e cinquenta e dois mil e quinhentos e vinte e nove) votos, elegeu 89(oitenta e nove) deputados federais, 149(cento e quarenta e nove) deputados estaduais e 14(quatorze) senadores, é a maior bancada no Congresso Nacional.

Percebemos também aquele PT nascido em torno das lutas operárias, para ser a expressão política das lutas sociais, em seus primeiros anos não tinha a perspectiva de poder, enquanto possibilidade real. A perspectiva era a prática social, a mobilização, a autonomia e a militância de esquerda ampla e de massa.

A medida que foi melhorando seu desempenho eleitoral, aumentando seu número de parlamentares, de prefeituras, de governos estaduais, ampliando os espaços para a luta institucional, o PT focou sua estratégia nos processos eleitorais, não abandonando o esforço para voltar a ter inserção nos movimentos sociais, onde tem sua origem.

Passado o “Tempo da política”¹, o PT paraibano tem algumas tarefas de suma importância para o seu fortalecimento e do seu projeto encarnado no governo da presidenta Dilma Rouseff: “Reconstruir a unidade partidária, unidade esta que permite as divergências de opinião, mas exige a unidade na ação”, nas palavras de Paulo Frateschi, secretário de Organização do PT nacional, em recente debate, na sede da OAB em João Pessoa, quando das comemorações dos 31 anos de PT; “discutir a pauta do seu V Congresso que será realizado em setembro, a reformulação do estatuto partidário, fazer o caminho de volta aos movimentos

sociais; além de nesse ano de 2011, planejar e se preparar para as eleições municipais de 2012”, que ainda, segundo Frateschi, “não pode ser vista com o mesmo olhar das eleições de 2010.”

Já é consenso, nos principais Municípios da Paraíba que o PT deve ter candidatura própria em 2012, seguindo a avaliação de muitos dirigentes partidários, de que o PT precisa voltar nesses Municípios e no Estado a ser protagonista, ou seja, disputar as eleições encabeçando a chapa majoritária.

Em que pese o debate realizado no diretório nacional sobre esse tema, a disciplina partidária não vem sendo seguida, particularmente pelas maiores lideranças do PT na Paraíba: Nessas eleições de 2010, repercutiu exaustivamente nos meios de comunicação, a dissidência do grupo liderado pelo deputado federal Luis Couto, que desobedecendo as deliberações do Encontro Estadual do PT, onde foi aprovada a aliança eleitoral com o PMDB e indicou o deputado estadual Rodrigo Soares para vice na chapa do candidato José Maranhão para governador do Estado. Luis Couto e seu grupo fizeram campanha para o candidato a governador Ricardo Coutinho do PSB.

Nesse sentido, o código de ética do PT foi violado, por esse motivo, Luis Couto já é alvo de um recurso impetrado pelo filiado Fernando Lopes, com base no documento partidário que afirma:

No Partido dos Trabalhadores ninguém poderá estar acima das exigências éticas e das decisões democraticamente aprovadas pelas instâncias partidárias. Toda e qualquer transgressão ética cometida por militantes, dirigentes, parlamentares e governantes petistas deve ser apurada e punida com rigor e transparência pelo próprio Partido. A construção da nossa utopia deve ter a ética como um ponto de partida e de chegada. (PT. 2010)

É visível a crítica aos dissidentes do PT, principalmente pela imprensa local, senão vejamos:

A crise interna no PT paraibano deve aumentar ainda mais esta semana. É que no final da tarde desta quarta-feira (19), o membro da Executiva Municipal da legenda, Fernando Lopes, entrou no Diretório Estadual do Partido dos Trabalhadores com uma ação disciplinar contra o deputado federal reeleito Luiz Couto. Segundo informou o secretário de Organização do PT Estadual, Josenildo Feitosa, a ação tem como objetivo disciplinar o deputado Luiz Couto pela postura adotada na campanha eleitoral de 2010. “No documento, Fernando Lopes alega que Couto descumpriu totalmente a orientação do partido com relação à aliança firmada entre o PT e o PMDB, ao apoiar publicamente a campanha do governador Ricardo Coutinho”, enfatizou ele. Josenildo informou inclusive que ainda está se inteirando dos tramites dessa ação. “Amanhã pela manhã entraremos em contato com a Direção Nacional do PT para nos inteirarmos melhor de quem é realmente a competência para avaliar essa postura de Couto. Se for da Executiva Estadual acionaremos o nosso Conselho de Ética. Mas, se for de competência da Nacional, encaminharemos o mais breve possível o caso para Brasília”, detalhou ele. (Website: Políticapb, 19/ 01/ 2011)

Por outro lado, o deputado Luciano Cartaxo defende Luis Couto e seu agrupamento que contrariaram as decisões do Encontro Estadual, além de também criticar a direção partidária que em reunião do diretório estadual, decidiu fazer oposição ao governo eleito em 2010:

O deputado estadual eleito Luciano Cartaxo (PT) classificou como exagerada a decisão do seu partido em se declarar oposição ao governador Ricardo Coutinho (PSB). Ele chamou o ato de “radicalização” e defendeu uma postura independente da bancada do PT na Assembleia Legislativa da Paraíba.

Ele disse que tem que ser respeitada a “importante ala” do partido, liderada pelo deputado federal Luiz Couto (PT), que é aliada ao Governo da Paraíba, e se posicionou contra qualquer tipo de caça às bruxas. “Não podemos perseguir os petistas que votaram em Ricardo Coutinho. O tempo não é este”, frisou.

Cartaxo é o segundo dos três deputados petistas que assumirão mandato em 1º de fevereiro a defender uma “postura independente” na Assembleia. O outro foi Frei Anastácio. (Website: MaisPB, 28/01/2011)

O descumprimento das decisões das instâncias partidárias leva o PT a ocupar um “lugar comum” no campo político, colocando-o num patamar de descrédito perante a sociedade e a própria militância, que já não enxerga mais o PT como um partido programático, mas um partido onde as regras não são cumpridas, fazendo-o igualar-se a outros partidos. Importante ressaltar que essa “rebeldia” às decisões das instâncias não se refere ao partido em nível nacional, nem é comum noutros Estados da federação, sendo o caso da Paraíba um dos mais graves.

Diante disso é de se supor que o baixo desempenho eleitoral do PT no Estado deve-se também a ausência de consenso interno.

Na nossa compreensão, a aliança adotada no Município de Campina Grande, no ano 2000 para as eleições municipais daquele ano, causou uma desconstrução da identidade do PT no Município, resvalando para o resto do Estado, posto que o Município tem um peso político considerável no cenário político estadual. É claro que essa aliança e o governo de coalizão de 2001 a 2003 merece um estudo minucioso devido a muitos elementos que necessitam de uma melhor análise. O fato é que o PT municipal avalia como prejudicial, pois a partir dessa experiência o partido decresceu consideravelmente no Município, não conseguiu sequer eleger um vereador na cidade em 2008, passando por várias crises internas e de credibilidade diante da população.

Outro fator que contribuiu para o baixo desempenho do PT no Estado está relacionado a ocupação de cargos nos governos municipais e estadual ao longo da última década. Isso leva a militância que não se sente contemplada nos governos de coalizão, abandone, na época das eleições, a prática tão comum no início da existência do PT.

A inserção dos petistas nos movimentos sociais também teve um declínio, isso se deve a ocupação de cargos públicos pelos dirigentes partidários, apesar da orientação das instâncias partidárias de que é preciso retornar aos movimentos sociais.

No plano estadual observa-se que as tendências de cunho ideológico não tem se apresentado tão expressivas, quanto no início da formação do PT.

As eleições diretas para as direções partidárias, embora sendo uma prática que aprofunda a democracia partidária, vem apresentando fissuras no seu procedimento, apresentando semelhanças com as eleições gerais, principalmente no que se refere às contribuições partidárias. Em alguns Municípios militantes se comportam contrariamente a ‘lei eleitoral’ do PT, ou seja, ao seu código de ética e disciplina e aos regimentos dos processos de eleições diretas (PEDs). Objetivando resolver esses conflitos internos o PT deverá realizar um Congresso Nacional do PT para reformular o seu estatuto, em setembro de 2011.

As teses em disputa, pelo menos no último encontro estadual, demonstraram pouca diferença programática, se resumindo em aglutinações em torno dos que defendiam posições A, B ou C, em relação a aliança estadual para as eleições de 2010.

A impunidade aos que ferem a disciplina e a ética partidária provoca revolta na militância, gera mais infidelidade a ponto da votação do PT se encontrar muito distante do quadro de filiados. Uma ilustração disso é o caso da eleição para a Câmara Municipal de Campina Grande, Paraíba, onde o PT conta com um quadro de mais de três mil filiados e teve pouco mais de oito mil votos nas eleições proporcionais.

O peso político que o indivíduo exerce no PT, principalmente os detentores de mandatos parlamentares, contribui para uma maior aglutinação dos militantes em torno dos que Têm mandatos, aumentando também seu peso nas decisões internas. Observa-se nesse caso, uma inversão da cultura política partidária: ‘Todos são iguais perante o estatuto’, mas os parlamentares exercem influência maior, embora as decisões continuem sendo coletivas.

A opção pela disputa institucional e o processo de pragmatização no PT, ao que parece, afasta a militância das ações coletivas e dos movimentos sociais, ou seja, há uma mudança no sentido da ação social.

NOTAS

1- **Cultura** - Nos termos de Magalhães (1998:28) significa “Um conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento, próprios a vários grupos que compõem a sociedade; enquanto processo de simbolização e prática significante, e é exclusivamente dentro desse quadro que podemos tomar a política enquanto objeto de elaboração e reelaboração simbólica, enquanto prática que adquire distintos significados em diferentes culturas”.

2- **Luis Inácio Lula da Silva**- nasceu em 1945, no sertão pernambucano, sétimo de oito filhos de um casal de agricultores, Eurídice Ferreira de Mello (Dona Lindu) e Aristides Inácio da Silva. Poucos meses após seu nascimento, seu pai se muda para São Paulo para trabalhar como estivador no porto de Santos. Jaime, o filho mais velho, que morava com o pai escreveu para a mãe sem que o pai soubesse, para que ela e os irmãos seguissem para São Paulo.

Em 1952, Dona Lindu segue para São Paulo, num pau- de- arara (meio de transporte utilizado pelos nordestinos pobres- caminhão com bancos na carroceria e coberto com uma lona), numa viagem de 13 dias. Chegando em Santos (S.P), descobre que o marido estava unido a outra mulher, sua prima. Aristides dividiu-se por um tempo entre as duas mulheres, uma em cada casa.

Em 1956, não suportando mais os maus tratos do marido, se muda com os filhos para a capital de São Paulo, passando a viver em um quarto nos fundos da Vila Carioca, onde teve que amargar muitas privações.

Ainda menino Lula foi engraxate, vendia pipoca, amendoim, cocada e fazia entregas para uma tinturaria. Lula só veio a ser alfabetizado aos dez anos de idade, concluindo o antigo curso primário, em 1956. Aos 14 anos Lula conseguiu seu primeiro emprego (nessa época o trabalho infantil ainda era permitido, no Governo Lula o trabalho infantil passa a ser definitivamente proibido em nosso País) de carteira assinada, trabalhava 12 horas por dia e à noite fazia o curso de torneiro mecânico pelo SENAI, o qual concluiu em 1963 (do qual ele sempre se orgulhou).

No ano seguinte Lula foi trabalhar no turno da noite, na metalúrgica Aliança, nesse período, um colega de trabalho cochilou (adormeceu) e fechou a prensa sobre a mão esquerda de Lula que perdeu o dedo mínimo.

Em 1966, casou-se com Maria de Lourdes, também operária, que morreu no parto juntamente com o primeiro filho. Em 1974, casou-se com Marisa Leticia, também viúva, com quem está casado até hoje.

Ainda em 1966, Lula teve seu primeiro contato com o movimento sindical, incentivado pelo irmão Frei Chico, que também trabalhava nas Indústrias Villares. Em 1969, foi eleito suplente da diretoria do sindicato dos metalúrgicos do ABC(complexo industrial no Estado de São Paulo que congregam os municípios de Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano- Atualmente ABCD paulista, com a inserção do Município de Diadema).

Em 1971, iniciou-se a luta pela antecipação salarial. Entre 1975 e 1978, Lula foi eleito duas vezes presidente do sindicato dos metalúrgicos, quando começaram as greves no ABC.

Lula falava a multidões que cresciam em número de participantes em sucessivas assembléias e que aderiam ao movimento grevista. Em 1979, mais de três milhões de trabalhadores espalhados em 15 Estados da federação participavam de greves. Lula foi chamado para negociar em nome dos grevistas, mas as reivindicações não foram atendidas.

A justiça do trabalho considerou a greve ilegal e no primeiro de maio, na comemoração do dia do trabalho, o sindicato sob intervenção da justiça do trabalho, atraiu mais de 120 mil trabalhadores. O movimento grevista foi adquirindo adesão de várias outras categorias, em diversos Estados e o nome de Lula era repetido em todas as assembléias com grande entusiasmo.

Em abril de 1980, o ministério do trabalho, decretou intervenção no sindicato dos metalúrgicos, cuja sede foi transferida para a igreja matriz de São Bernardo. A cidade virou uma praça de guerra, a polícia espalhou pelo centro quase três mil homens, enquanto na entrada da cidade pela via Anchieta, vinte caminhões com soldados do exército impediam o acesso a São Bernardo. A população foi às ruas, a polícia interveio e depois de quatro horas de embate entre civis e militares, Lula foi preso com outros companheiros do sindicato e jornalistas, muitos, inclusive, sofreram torturas na prisão.

Em 1981, Lula e outros líderes sindicais foram julgados pela justiça militar, mas em 1982, o Tribunal Superior Militar declara-se incompetente para julgar os acusados de acordo com a Lei de segurança Nacional e anula as sentenças. O episódio marcou uma parte da História do Brasil e a história das lutas sindicais sempre vai estar ligada ao nome do líder que, aos 24 anos, ao ser convidado pelo irmão para ingressar no movimento, dizia não gostar de sindicato.

Lula foi eleito em 1986, o deputado federal mais votado do País, com 650 mil votos, pelo estado de São Paulo.

Em 1989, disputou a presidência da república com Fernando Collor, tendo conquistado 31 milhões de votos, perdendo a eleição por cinco pontos percentuais.

Em 1994 disputou novamente a presidência da República, desta feita com o sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Lula não obteve êxito, nem em 1998, quando disputa mais uma vez com FHC.

Em 2002, Lula é candidato pela quarta vez a presidente e eleito no segundo turno das eleições. Em 2006, Lula é reeleito presidente e em 2010 elege sua sucessora, também do PT, Dilma Rousseff.

A trajetória de Lula tem sido objeto de pesquisas, teses de doutorados, dissertações de mestrados, filmes, livros etc.

- 3- **Celso Furtado:** Foi um dos mais destacados intelectuais do País, nasceu em Pombal, Paraíba, foi ministro do planejamento no governo de João Goulart, ministro da cultura

no governo Sarney, professor nas universidades de Yale, Harvard, Colúmbia, nos Estados Unidos; Cambridge, na Inglaterra e Sorbonne, na França, deixando obras importantíssimas de economia, como: formação econômica do Brasil e Em busca de Novo Modelo. Foi cassado pelo governo militar e passou quase vinte anos exilado em Paris. Foi eleito em 1997 para ocupar a cadeira 11 da Academia Brasileira de Letras.

REFERÊNCIAS

- ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966.
- BALANDIER, Georges. *O Poder em cena*. Brasília, Editora universidade de Brasília, 1982- 1980. Trad. de Luiz Tupy Caldas de Moura.
- BARREIRAS, Irllys Alencar Firmo. *Chuva de Papéis: ritos e símbolos de campanhas eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- _____. *Espaços e Tempos da Política*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2004.
- BEZERRA, Ada Késia Guedes. *Mídia e Política: uma análise da construção da imagem pública de Lula nas eleições presidenciais de 2002*. Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 9. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Tradução de Fernando Tomaz.
- CANIELLO, Márcio. *O Ethos Brasílico: sociologia histórica da formação nacional – 1500 - 1654*. Tese de Doutorado: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.
- _____. *A Identidade como Valor: reflexões sobre o ethos nacional brasileiro*. Brasília, 2009. Disponível em <http://www.mostreseuvalor.org.br/publicacoes/index.php?pagina=5> Acesso em 15 jan/2011.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

- KUCINSKI, Bernardo. *A Síndrome da Antena Parabólica - ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo. Editora Perseu Abramo, 1998.
- KUSCHNIR, Karina. *O Cotidiano da Política*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- LIMA, Elizabete Cristina de Andrade. A emergência do feminino na política local: o caso das eleições municipais de 2004 em Campina Grande - PB. In: *Revista de Ciências Sociais*, v.39, n. 2, 2008.
- MAGALHÃES, Nara Maria Emanuelli. *O povo sabe votar: uma visão antropológica do voto*. Petrópolis/RJ: Vozes, 1998.
- MENEGUELLO, Rachel. *PT: A Formação de um Partido, 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MENDONÇA, Kátia Marly Leite. *A salvação pelo espetáculo: mito do herói e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2002.
- MIGUEL, Luis Felipe; MACHADO, Carlos. Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT. In: *Revista de Ciências Sociais*, v. 50, n 4. Rio de Janeiro. 2006.
- NETO, José Francisco Melo de. *Organização Popular: a construção do conceito de partido no Partido dos Trabalhadores – PT*. João Pessoa/PB: Ed. Universitária, 1998.
- NICOLAU, Jairo. *O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro e Centre For Brazilian Studies – Oxford University, 2006.
- NUNES, Paulo Giovani Antonino. *O Partido dos Trabalhadores e a política na Paraíba: Construção e Trajetória do Partido no Estado (1980/2000)*. Tese de Doutorado: Programa de Pós-Graduação em História, Recife: UFPE, 2003.
- PALMEIRA, Moacir. *Concepções de política e ação sindical*. Rio de Janeiro: Mimeo, 1990.
- PALMEIRA, Moacir; GOLDMAN, Márcio (org.). Política, facções e voto. In: *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro. Contra Capa Livraria, 1996.

PEREIRA, Marcus Abílio e CARVALHO, Ernani . Lua Nova: Revista de Cultura e Política. São Paulo. 2008. n 73.

PEIRANO, Mariza G.S. A Favor da Etnografia: Departamento de antropologia da UNICAMP. Campinas/SPaulo.1992

PT. *Manifesto de Fundação*, 1980. Disponível em:

<http://www.bandeiravermelha.hpg.com.br/manifestofundarpt.htm> Acesso em 03/05/2010.

_____. *Carta de Princípios*, 1979. Disponível em

<http://www.bandeiravermelha.hpg.com.br/cartaprincipios.htm> Acesso em 03/05/2010.

_____. *Caderno de Teses para o III Congresso*. 2009.

_____. *Estatuto*, 1995. Disponível em:

<http://www.bandeiravermelha.hpg.com.br/estatutopt.htm> Acesso em 03/05/2010.

_____. *Programa*, 1980. Disponível em:

<http://www.bandeiravermelha.hpg.com.br/programafundarpt.htm> Acesso em 03/05/2010.

_____. *Resolução da Primeira Convenção Nacional*, 1980. Disponível em:

<http://www.fpabramo.org.br/uploads/discursodelula1convecao.pdf> Acesso em 03/05/2010.

_____. *Resolução do VII Encontro Nacional*, 1990. Disponível em:

<http://www.fpabramo.org.br/uploads/osocialismopetista.pdf> Acesso em 03/05/2010.

_____. *Resolução aprovada pelo Diretório Nacional*, 2008. Disponível

em: www.pt.org.br/portalpt/documentos. Acesso em: 22/07/2010.

_____. *Resolução do IV Congresso sobre Tática e Política de Alianças*, 2010. Disponível

em: www.pt.org.br acesso em: 22/07/2010.

_____. *Resolução do Diretório Nacional: O debate sobre o processo Disciplinar*, 2003.

_____. *Caderno Informativo da Secretaria Estadual de Finanças e Planejamento*. São Paulo: Imprell Gráfica e Editora, 2003.

_____. *Caderno de Formação*. Módulo 1. São Paulo: Bangraf, 2009.

_____. *Caderno de Formação*. Módulo 2. São Paulo: Bangraf, 2010.

_____. *Caderno de Formação*. Módulo 3. São Paulo: Bangraf, 2010.

_____. *Código de Ética*, 2009. Disponível em:

<http://www.pt.org.br/porta1pt/dados/bancoimg/c100622120812CODIGODEETICADOPT.pdf>

Acesso em 22/06/2010.

SAMUELS, David. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. In: *Dados*, v.40, n.3. Rio de Janeiro, 1997.

SANTOS, Boaventura Sousa. *Quinze Teses Para Aprofundar a Democracia*. Janeiro 2008.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo, Companhia das Letras; Brasília, 1995. Trad. de Laura Teixeira Motta.

SCOTO, Gabriela. O “Trabalho com a Imagem” e outras atividades de marketing político no Cenário Eleitoral. In: PALMEIRA, Moacir; BARREIRA, César (org.). *Política no Brasil – visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

SILVA, Rodrigo Freire de Carvalho e. *O Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil e o Partido Socialista (PSCH) no Chile: a transformação da esquerda contemporânea latino-americana*. Tese de Doutorado: Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília. Brasília, 2010.

SOARES ET al., Rodrigo. *13 Pontos para o PT: as eleições de 2006 e nosso futuro*. João Pessoa, 2006. Documento de circulação interna.

VELHO, Gilberto. Apresentação. In: WHYTE, William Foote. *Sociedade da Esquina*. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira

WACQUANT, Loic. *Corpo e Alma: notas etnográficas de um aprendiz de boxe*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.

Weber, Max. Os Pensadores, Ed. Abril

Weber, Grandes Cientistas Sociais, Ed. Ática

Websites:

www.políticapb.com.br

www.maispb.com.br

www.políticadaParaíba.com.br

www.pbagora.com.br

www.portalcorreio.com.br

www.paraíbaonline.com.br

www.tre.pb.gov.br

www.wscom.com.br

www.clickpb.com.br

Jornais e revistas de circulação estadual:

Jornal A União - Correio das artes. João Pessoa, Julho/2010.

Jornal da Paraíba.

Correio da Paraíba.

Diário da Borborema - 23/06/2010.

Tribuna Debate - Maio/2007.

Revista Nordeste – Outubro/2010.

ANEXOS

- 01- Carta de Princípios;
- 02- Manifesto de Fundação do PT;
- 03- Programa do PT
- 04- Estatuto Partidário;
- 05- Primeira Comissão Nacional Provisória
- 06- Discurso de Lula na Primeira Convenção Nacional do PT
- 07- Resultado das eleições na Paraíba de 1982-2006
- 08- Resolução do Encontro Estadual de 2010;

Manifesto

Aprovado pelo Movimento Pró-PT, em 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion (SP), e publicado no Diário Oficial da União de 21 de outubro de 1980.

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá.

A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de brasileiros de segunda classe. Agora, as vozes do povo começam a se fazer ouvir por meio de suas lutas. As grandes maiorias que constroem a riqueza da Nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo.

Nascendo das lutas sociais

Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes.

Estas lutas levaram ao enfrentamento dos mecanismos de repressão impostos aos trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve. Mas, tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador.

Por isso, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores. O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados.

Por um partido de massas

OK

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. Por isso protestam quando, uma vez mais na história brasileira, vêem os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados. Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos a política como atividade própria das massas que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias. Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em consequência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases.

Pela participação política dos trabalhadores

Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia os privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos e pela democratização da sociedade em todos os níveis.

Não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora de sua regulamentação, onde os sindicatos urbanos e rurais e as associações profissionais permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho, onde as correntes de opinião e a criação cultural são submetidas a um clima de suspeição e controle policial, onde os movimentos populares são alvo permanente da repressão policial e patronal, onde os burocratas e tecnocratas do Estado não são responsáveis perante a vontade popular.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas. Lutará por sindicatos independentes do Estado, como também dos próprios partidos políticos.

O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do país. As riquezas naturais, que até hoje só têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem-estar da coletividade. Para isso é preciso que as decisões sobre a economia se submetam aos interesses populares. Mas esses interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular, fundada nas organizações de base, para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade.

Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que o país só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isso, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo.

PROGRAMA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Um número cada vez maior de trabalhadores vem sentindo a necessidade de construir um novo partido político - o Partido dos Trabalhadores (PT) - para conseguir novos avanços em suas lutas. Um partido diferente daqueles que os poderosos nos impuseram ontem e tentam nos impor hoje. Um partido feito por nós, para travar nossas lutas.

Nosso partido é diferente porque é democrático: nele quem manda são as bases. É diferente porque está presente em todas as lutas do movimento popular, em vez de aparecer apenas em épocas de eleição. É diferente porque respeita e defende a autonomia das organizações populares, garantia maior de sua existência como partido dos trabalhadores, partido de massas, amplo e aberto, baseado nos trabalhadores da cidade e do campo, o Partido dos Trabalhadores (PT) é diferente também por causa de seus objetivos políticos. Lutamos pela construção de uma democracia que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do país. Uma direção segundo os interesses dos trabalhadores e através de seus organismos de base.

Por todas essas razões, nosso partido não pode nascer pronto e acabado. Ele se desenvolve ao mesmo tempo em que se desenvolvem as lutas dos trabalhadores. Lutas que não começam hoje nem começaram ontem, mas que deram importantes

passos nos últimos anos, impondo a necessidade de unificar os movimentos que ocorrem em diferentes fábricas ou bairros populares, em diferentes categorias sociais e profissionais e em diferentes regiões do país. A experiência adquirida no curso das lutas mais recentes mostrou, além disso, aos trabalhadores que suas lutas específicas, por mais amplas que sejam, não asseguram a realização de suas conquistas devido à centralização do poder de decisão política. Os trabalhadores compreenderam então que isto só pode ser conseguido através de sua própria participação política no processo de decisão. Somente esta participação política unificada e seu direcionamento contra o atual regime permitirão transformar a infinidade de movimentos que vêm se desenvolvendo nos últimos anos em uma força política verdadeiramente expressiva em nossa sociedade. É para isto que os trabalhadores precisam de um partido nacional e que, portanto, não se limite a tal categoria ou a tal região.

O PT nasce numa conjuntura em que a democracia aparece como uma das grandes questões da sociedade brasileira. Para o PT, a luta democrática concreta de hoje é a de garantir o direito à livre organização dos trabalhadores em todos os níveis. Portanto, a democracia que os trabalhadores propõem tem valor permanente, é aquela que não admite a exploração econômica e a marginalização política dos muitos milhões de brasileiros que constroem a riqueza do país com o seu trabalho. A luta do PT contra o regime opressivo deve construir uma alternativa de poder econômico e político, desmantelando a máquina repressiva e garantindo as mais amplas liberdades para os trabalhadores e o povo. Uma alternativa de poder para os trabalhadores e oprimidos que se apóie na mobilização e organização do movimento popular e que seja a expressão de seu direito e vontade de decidir os destinos do país. Um poder que avance nos rumos de uma

sociedade. Os trabalhadores brasileiros têm claro que essa luta se dá contra os interesses do grande capital nacional e internacional.

Para atingir este objetivo, o partido deve estar preparado para propor alterações profundas na estrutura econômica e política da Nação. No entanto, o desenvolvimento da estratégia do PT depende de sua permanente relação com os movimentos sindicais e populares que lhe deram origem como proposta de um partido de massas de amplo alcance social. Vale lembrar que os trabalhadores cresceram em sua capacidade de organização na resistência e no combate à consolidação do atual regime. Agora, com o seu partido, avançam para superar este regime. Neste sentido, o Partido dos Trabalhadores já é uma conquista democrática e instrumento de avanço democrático da sociedade brasileira.

Entre as prioridades que o partido estabelece para a construção de uma democracia efetiva, está o combate a todos os instrumentos jurídicos ou policiais de repressão política usados contra os trabalhadores e contra o povo brasileiro em geral. Por isso devemos lutar contra a atual Lei de Segurança Nacional e demais instrumentos de arbítrio do sistema de poder centrado no Executivo. Não haverá democracia enquanto não forem desativados os órgãos policiais que violentam as organizações e os movimentos populares. Além disso, consideramos que a maior e a mais ampla liberdade de organização partidária é condição elementar para a garantia de eleições democráticas.

Temos sentido, no dia-a-dia, o peso da legislação e da polícia jogado contra nossas reivindicações justas e legítimas. Na área sindical, à qual o PT deve sua proposta de fundação, o partido já conta com ampla experiência de muitos militantes que participam da luta pela organização dos trabalhadores. Junta-

mente com outros setores que integram e integrarão o PT, a experiência já acumulada pelo partido deverá servir para orientar a sua atuação na luta por uma nova legislação, condizente com os interesses dos trabalhadores da cidade e do campo.

O PT defenderá uma política agrária que objetive o fim da atual estrutura fundiária. Esta estrutura é pautada na grande empresa capitalista e nos latifúndios, que mantêm as terras improdutivas que servem à especulação imobiliária. Combaterá também o fim da expropriação das terras pelas grandes empresas nacionais e estrangeiras e incrementará a luta pela nacionalização da terra, permitindo, assim, o aproveitamento dos recursos humanos e das potencialidades econômicas existentes no solo e no subsolo, segundo os interesses dos trabalhadores rurais e do conjunto da sociedade brasileira.

O PT defenderá ainda a exploração imediata de toda terra disponível, inclusive a que é de responsabilidade do Estado - as terras devolutas, as terras do INCRA e as da faixa de fronteira - que deverão ser usadas pelos trabalhadores sem terra, ocupando-as permanentemente, de maneira a que sejam atendidos os seus interesses e as suas necessidades. Mas para o PT não basta a simples distribuição da terra. Como exigência fundamental para o êxito dessa nova política agrária postula a criação de instrumentos econômicos e financeiros como forma de apoio indispensável à exploração da terra, segundo as peculiaridades geográficas e humanas regionais.

De imediato, o PT defende a valorização dos salários no meio rural, com a extensão e a adaptação de todos os benefícios conquistados pelos trabalhadores urbanos; defenderá, igualmente, uma justa e adequada remuneração para a pequena produção no campo. O PT considera necessário, ainda, preservar a ecologia e, para isso, manterá intransigente posição contra as iniciati-

vas que coloquem em risco o equilíbrio da natureza e prejudiquem a fauna e a flora.

É a experiência acumulada que estabelece desde já as linhas de ação do PT na luta por liberdade e justiça. O PT afirma o verdadeiro caráter político da luta por liberdades democráticas que é e continuará sendo travada não apenas no Parlamento mas sobretudo nos sindicatos, fábricas e bairros, como também no campo. O PT reafirma que os combates contra a miséria, a doença, a ignorância e preconceitos não são independentes da luta por liberdade e justiça. Pelo contrário, são inseparáveis desta luta.

A alimentação e a saúde, a educação e a cultura são direitos do povo que, contudo, vêm sendo transformadas em campo livre para o enriquecimento de uma minoria de privilegiados. A deterioração e a privatização crescentes do ensino e da saúde pública prejudicam, a um só tempo, professores e estudantes, médicos e pacientes. Serviços de educação e saúde públicas gratuitos são direitos básicos de uma Nação verdadeiramente democrática. O PT lutará por estes direitos e desenvolverá, em cada uma destas áreas, a sua política de atuação juntamente com a sua base social. O detalhamento do seu programa surgirá da prática política das suas bases sociais.

O PT tomará posição sobre os grandes temas nacionais a partir da perspectiva daqueles que controem a riqueza do país, defendendo uma linha de ação na qual o desenvolvimento nacional reflita os interesses dos trabalhadores, e não os interesses do grande capital nacional e internacional. O PT combate a crescente internacionalização da economia brasileira que resulta num acréscimo brutal da dívida externa, ao mesmo tempo em que submete a classe trabalhadora a uma exploração ainda mais desenfreada. Os trabalhadores brasileiros são os grandes prejudica-

dos pela crescente dependência externa, econômico-financeira, tecnológica e cultural.

O PT entende também que as condições culturais e ecológicas locais devem ser respeitadas nos programas nacionais de desenvolvimento regional. Combatendo as desastrosas propostas tecnocráticas vigentes, o PT desenvolverá as suas críticas e as suas alternativas a partir da atuação popular ampla, lado a lado com os setores profissionais organizados e engajado em suas fileiras. Nesse sentido, o PT desenvolverá propostas políticas de energia e de matérias primas, de política agrária e fundiária, industrial e urbana, sempre voltadas para as necessidades do povo.

A experiência que o PT herdou dos trabalhadores que o criaram se reflete na perspectiva programática de buscar o enraizamento do partido e de suas plataformas de ação junto às massas trabalhadoras, evitando as soluções de cúpula. O PT intervirá sempre, em todas as questões políticas, sociais e econômicas, com o propósito de construir soluções a partir das bases sociais. Por esta razão o PT é democrático, caráter que se reflete também na democracia interna do partido. Nas lutas democráticas e no Parlamento, cada proposta, cada votação e cada aliança deverão expressar o programa e a vontade do conjunto partidário, que estará dotado de instrumentos necessários para que tal ocorra. No âmbito parlamentar, o PT prevê uma política de alianças sobre questões específicas que sirvam à causa dos trabalhadores.

O PT manifesta-se solidário com os movimentos de defesa dos demais setores oprimidos, entendendo que respeitar as culturas e as raças significa ajudar a acabar com as discriminações em todos os planos, sobretudo no econômico. Neste particular, a luta pela defesa da cultura e das terras indígenas, bem como a questão do negro assume papel relevante. O PT considera que as discriminações não são questões secundárias, como

não é secundário o problema da mulher trabalhadora segregada na fábrica, no campo, e, não raro, também no lar. O PT lutará pela superação destes problemas com o mesmo empenho com que luta contra qualquer forma de opressão. Sem isto a democracia será palavra vazia para os trabalhadores, marginalizados social e politicamente, de ambos os sexos e de qualquer raça e cultura.

Quanto às relações entre as nações, o PT defende uma política internacional de solidariedade entre os povos oprimidos e de respeito mútuo entre as nações que aprofunde a cooperação e sirva à paz mundial. O PT apresenta com clareza a sua solidariedade aos movimentos de libertação nacional e aos movimentos de âmbito internacional que visam criar melhores condições de vida, justiça e paz para toda a humanidade.

Este programa deve ser aprofundado de modo permanente pelos membros do PT e detalhado pela prática política dos trabalhadores, é o compromisso de permanente participação junto aos movimentos sociais e de defesa dos interesses populares.

No Brasil de hoje, onde são negados os interesses de todos os trabalhadores, de camponeses a médicos, de operários a engenheiros e professores, enfim de todos, desde os trabalhadores braçais até os profissionais especializados, artistas, jornalistas, comerciários, trabalhadores autônomos rurais e urbanos, o PT é um instrumento indispensável de ação política dos trabalhadores para suas conquistas econômicas e sociais. Nesse sentido, são convidados ao ingresso e à participação todos os brasileiros comprometidos com a proposta de ação política expressa neste programa.

PLANO DE AÇÃO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

I - Liberdade de organização partidária e sindical

- Total liberdade de organização partidária.
- Liberdade e autonomia sindical.
- Central Única de Trabalhadores, eleita democraticamente pelos trabalhadores e independente do Estado.
- Liberdade de organização nos locais de trabalho, na cidade e no campo.
- Direito irrestrito de greve.

II - Desmantelamento dos órgãos de repressão política e fim da legislação de exceção

- Revogação da Lei de Segurança Nacional.
- Anistia ampla, geral e irrestrita.
- Restituição dos plenos direitos políticos e sindicais aos dirigentes e militantes sindicais cassados.
- Apuração das torturas, perseguições políticas e todas as arbitrariedades policiais, com punição dos responsáveis.
- Eleições livres e diretas em todos os níveis.
- Direito de votar e ser votado para os analfabetos, cabos, soldados e marinheiros.

III - Combate à política salarial

- Negociações diretas entre trabalhadores e patrões.
- Garantia no emprego.
- Salário mínimo real e unificado que atenda às necessidades básicas dos trabalhadores e de sua família.
- Escala móvel de salários.
- Redução da jornada de trabalho, sem redução salarial.
- Contra o desemprego.

IV - Por melhores condições de vida

- Contra a privatização da medicina.
- Assistência médica e odontológica pública, gratuita e eficiente a toda a população.
- Ampliação dos serviços básicos de saúde e saneamento para a promoção e proteção da saúde.
- Política habitacional que assegure moradia digna a todos os trabalhadores e sob o controle dos trabalhadores.
- Reconhecimento da posse definitiva sobre os terrenos ocupados por moradores de favelas e regularização imediata dos loteamentos clandestinos.
- Urbanização e criação de serviços básicos nos bairros populares e nas favelas.
- Ensino público e gratuito em todos os níveis, voltado para as necessidades dos trabalhadores.
- Transporte coletivo público, que atenda as necessidades da população.
- Criação de creches públicas nos locais de moradia e trabalho.

V - Sobre a questão agrária

- Reforma agrária ampla, massiva e sob o controle dos trabalhadores.
- Luta pela terra a quem nela trabalha ou a quem dela foi expulso.
- Apoio às lutas dos assalariados rurais, em especial dos trabalhadores temporários.
- Igualdade de direitos a todos os trabalhadores rurais, sem distinção de sexo e idade.
- Garantia de renda mínima justa para os pequenos produtores.

VI - Independência nacional

- Contra a dominação imperialista.
- Política externa independente.
- Combate à exploração pelo capital internacional.
- Respeito à autodeterminação dos povos e solidariedade aos povos oprimidos.

VII - Apoio aos movimentos de defesa dos direitos das mulheres, negros e índios

- Contra toda a discriminação racial, econômica, social e política.
- Contra a discriminação da mulher.
- Defesa do patrimônio cultural dos negros, índios e das minorias.
- Demarcação das terras indígenas, reconhecimento de sua propriedade coletiva e autodeterminação com direito ao controle do processo produtivo.

ANEXO 3

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA (1979)

01. JACOB BITTAR - Presidente do Sind. Petroleiros de Campinas e Paulínia.
02. ARNÓBIO VIEIRA SILVA - Presidente do Sind. Bananeiros da região do Vale do Ribeira - SP.
03. EDSON KHAIR - Dep. Federal pelo MDB-RJ.
04. HENOS AMORINA - Presidente do Sind. Metalúrgicos de Osasco-SP.
05. LUÍS INÁCIO DA SILVA - Presidente do Sind. Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema-SP.
06. MANOEL DA CONCEIÇÃO. Dirigente rural, Maranhão.
07. OLÍVIO DUTRA - Presidente do Sind. Bancários de Porto Alegre-RS.
08. PAULO SKROMOV - Presidente do Sind. Coureiros de São Paulo.
09. WAGNER BENEVIDES - Presidente do Sind. Petroleiros de Belo Horizonte-MG.
10. IGNÁCIO HERNANDES - Metalúrgico, Belo-Horizonte, MG.
11. LUIS SOARES - Presidente da União dos Trabalhadores da Educação de Belo Horizonte-MG.
12. FRANCISCO AUTO - Jornalista, Ceará.
13. FIRMINO TRINDADE - Economista, Porto Alegre, RS.
14. CARLOS BORGES - Gráfico, Porto Alegre, RS.
15. GODOFREDO PINTO - Diretor do Centro Estadual dos Professores do Rio de Janeiro.
16. SINDEY LIANZA..

ANEXO 3

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO NACIONAL PROVISÓRIA (1979)

01. JACOB BITTAR - Presidente do Sind. Petroleiros de Campinas e Paulínia.
02. ARNÓBIO VIEIRA SILVA - Presidente do Sind. Bananeiros da região do Vale do Ribeira - SP.
03. EDSON KHAIR - Dep. Federal pelo MDB-RJ.
04. HENOS AMORINA - Presidente do Sind. Metalúrgicos de Osasco-SP.
05. LUÍS INÁCIO DA SILVA - Presidente do Sind. Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema-SP.
06. MANOEL DA CONCEIÇÃO. Dirigente rural, Maranhão.
07. OLÍVIO DUTRA - Presidente do Sind. Bancários de Porto Alegre-RS.
08. PAULO SKROMOV - Presidente do Sind. Coureiros de São Paulo.
09. WAGNER BENEVIDES - Presidente do Sind. Petroleiros de Belo Horizonte-MG.
10. IGNÁCIO HERNANDES - Metalúrgico, Belo-Horizonte, MG.
11. LUIS SOARES - Presidente da União dos Trabalhadores da Educação de Belo Horizonte-MG.
12. FRANCISCO AUTO - Jornalista, Ceará.
13. FIRMINO TRINDADE - Economiário, Porto Alegre, RS.
14. CARLOS BORGES - Gráfico, Porto Alegre, RS.
15. GODOFREDO PINTO - Diretor do Centro Estadual dos Professores do Rio de Janeiro.
16. SINDEY LIANZA..

DISCURSO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
NA 1ª CONVENÇÃO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Companheiros e companheiras,

Em nome da Comissão Nacional do Partido dos Trabalhadores, e em meu próprio nome, quero expressar às companheiras e aos companheiros a grande alegria com que vemos a realização desta nossa Primeira Convenção Nacional. A Lei de Reforma Partidária, com todos os seus formalismos, com todos os seus detalhes, não conseguiu esfriar nosso entusiasmo. Embora divergindo do autoritarismo que inspira a lei dos partidos, ela foi cumprida nesta convenção, como tem sido cumprida em todas as atividades do Partido dos Trabalhadores desde o seu início. E chegamos, hoje, cumpridas todas as exigências legais, à Convenção Nacional, que nos permite obter o registro definitivo do nosso Partido.

SUPERANDO OS OBSTÁCULOS

Aprovamos aqui, como manda a lei, os nossos estatutos e o nosso programa, e elegemos o nosso primeiro Diretório Nacional. Todos os que vêm acompanhando a formação de nosso partido sabem que nem os nossos estatutos, nem o nosso programa, nem os nomes que integram o Diretório Nacional surgiram para o debate apenas no momento desta convenção. Eles vêm sendo discutidos pelas bases do Partido há bastante tempo, nas nossas convenções e pré-convenções municipais e regionais, assim como na Pré-convenção Nacional, que realizamos em São Paulo, em agosto passado.

Porém, companheiros, mesmo a legislação partidária sendo restritiva, como é, provamos a toda a nação que não existe lei capaz de impedir a organização e a prática democráticas da classe trabalhadora. Fomos além do que a lei exigia: criamos mecanismos internos de participação democrática, sistemas de consulta, sistemas de pré-convenções, multiplicando os debates internos, permitindo ao maior número possível de nossos militantes e filiados ampla participação em todas as decisões. O Partido dos Trabalhadores nasceu dos que nunca tiveram vez e voz na sociedade brasileira.

Para nós, a realização desta Primeira Convenção Nacional do PT significa mais que mero cumprimento de exigências legais. Por isto, esta Convenção se realiza num clima de festa e de luta. É festa porque o Partido dos Trabalhadores é, como já disse, "uma criança inesperada". E o clima de luta tem razão de ser porque, como toda criança inesperada, o Partido dos Trabalhadores tem que continuar lutando para continuar vivendo, sobretudo tem que continuar lutando para continuar crescendo. A verdade é esta, companheiros: nosso partido está aí, um menino que ninguém, além de nós, queria; um menino que nasceu contra a descrença, a desesperança e o medo. Dizemos que é um menino porque ele não tem mais de dois anos e meio.

Essa criança provou que seria forte no Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado em dezembro de 1978, em Lins.

Começou a engatinhar no Congresso Nacional dos Metalúrgicos, em Poços de Caldas [Minas Gerais], em junho de 1979. E só conseguiu dar seus primeiros passos quando saiu às ruas para participar das lutas de nosso povo contra a opressão e a fome.

Muitos duvidaram de nós, e ainda hoje há aqueles que ousam duvidar da capacidade de organização política dos trabalhadores. No início, diziam que éramos um partido dos trabalhadores de macacão, obreirista, limitado, estreito e fechado aos demais setores da sociedade. Se o Partido estava apenas nascendo, como é que esses eternos descrentes na capacidade política dos trabalhadores brasileiros poderiam saber tanto a nosso respeito? O Partido dos Trabalhadores nasceu dos operários de macacão e se orgulha de ter nascido de macacão.

Tínhamos consciência de que, independente do setor social a que pertencessem, os que acreditavam na classe trabalhadora, mais cedo ou mais tarde, estariam ao nosso lado. Foi com imensa alegria que recebemos, como primeiro intelectual a aderir ao Partido, este trabalhador das artes chamado Mário Pedrosa, há mais de 50 anos dedicando sua vida à luta dos trabalhadores brasileiros. Depois do Mário, que homenageamos hoje, outros vieram; o que há de melhor na cultura e na intelectualidade brasileira. Bastou que isso acontecesse para que surgissem os eternos descrentes, dizendo que o PT, embora nascido dos trabalhadores, se converteria em partido de intelectuais, inviável como todos os outros. Aqui, é preciso que se diga com toda a clareza: o Partido dos Trabalhadores não pede atestado de ideologia ou carteira profissional a quem quer que seja, mas sim disposição de luta, fidelidade ao nosso programa e ao nosso estatuto. Dentro do Partido, somos todos iguais, operários, camponeses, profissionais liberais, parlamentares, professores, estudantes etc.

O que esta Convenção Nacional prova a todos os descrentes, todos os desesperados e a todos os medrosos é que o Partido dos Trabalhadores é e sempre foi inteiramente viável. Vale a pena lembrar algumas coisas, companheiros. Quando partimos, em junho deste ano, para a formação das nossas comissões municipais, os descrentes diziam: "O PT não conseguirá". Nós conseguimos, e formamos 627 em todo o País. Quando partimos, no início deste ano, para a campanha de filiação, os descrentes diziam: "O PT é inviável". Conseguimos, e somos, hoje, perto de 300 mil em todo o País.

Hoje, ao realizarmos a nossa Convenção Nacional, há quem duvide do próximo passo. Há quem pense que o PT não conseguirá os 5% dos votos, exigidos em lei, nas eleições de 1982; que o PT não conseguirá os 3% dos votos em nove estados. Nós, petistas, temos certeza de que voto não será nosso problema, pois já somos um partido de massas. O grande desafio que temos pela frente é não incorrer nos mesmos erros daqueles que pretenderam falar em nome da classe trabalhadora sem ao menos ouvir o que ela tinha a dizer.

O Partido dos Trabalhadores é uma inovação histórica neste país. É uma inovação na vida política e na história da esquerda brasileira também. É um partido que nasce do impulso dos movimentos de massas, que nasce das greves e das lutas populares em todo o Brasil. É um partido que nasce da consciência que os

trabalhadores conquistaram após muitas décadas de servirem de massa de manobra dos políticos da burguesia e de terem ouvido cantilenas de pretensos partidos de vanguarda da classe operária. Só os trabalhadores podem conquistar aquilo a que têm direito. Ninguém nunca nos deu, ninguém nunca nos dará nada de graça.

SEM CONFUNDIR SINDICALISMO E POLÍTICA PARTIDÁRIA

Nosso partido nasceu como expressão política da luta sindical. A maioria dos nossos dirigentes continua no movimento sindical, e nele encontra a fonte de suas energias e a representatividade de sua prática política. Entretanto, desde os nossos primeiros passos, o PT jamais confundiu política partidária com sindicalismo e nem admitiu fazer do movimento sindical uma correia de transmissão do Partido. Defendemos, sempre, a autonomia do sindicalismo frente aos partidos políticos. O sindicato é uma ferramenta de luta de todos os trabalhadores, independente das preferências partidárias que tenham. Como partido, não devemos incorrer, jamais, no erro que denunciávamos no governo: o paternalismo e a tutela do movimento sindical. Se lutamos por autonomia e liberdade sindicais, é não somente frente ao Estado, mas também frente aos partidos.

Acusam-nos de termos abandonado o sindicalismo para fazer política. Isso não nos preocuparia se companheiros da base não fossem, muitas vezes, sensíveis a essa argumentação. Por isso, é a esses companheiros que nos dirigimos, e não a carreiristas que roubam do trabalhador o direito de fazer política.

Companheiros: em nosso país, o sindicato, controlado pelo governo, não é suficiente para mudar a sociedade. O sindicato é a ferramenta adequada para melhorar as relações entre o capital e o trabalho, mas não queremos só isso. Não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista. Queremos mudar a relação entre capital e trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho. E isso só se consegue com a política. O Partido é a ferramenta que nos permitirá atuar e transformar o poder neste país. Em nossa luta, a atividade partidária deve completar a sindical, sem que uma queira substituir ou excluir a outra.

Em todos esses anos, desde que surgiu o Partido, jamais nos afastamos do sindicalismo – e não há cassação, prisão ou condenação que nos afaste da luta sindical. Alguns companheiros dizem que, como dirigentes do PT, já não devemos “perder tanto tempo indo à porta de fábricas”. Queremos deixar bem clara uma coisa: no dia em que dirigentes do PT não puderem mais ir às portas de fábrica, aos locais de trabalho, ou lá onde se luta pela terra, é melhor fechar o PT. Não somos um partido de gabinetes, de salas atapetadas, de conchavos nos bastidores. É lá na porta da fábrica, no local de trabalho, na luta pela terra, na periferia que nos abastecemos, que aprendemos com o povo, que corrigimos a direção de nosso projeto político, que reafirmamos a nossa fidelidade ao trabalhador brasileiro.

PELA CONSTRUÇÃO DA CUT

Hoje, o movimento sindical passa por um momento muito importante: o da criação da Central Única dos Trabalhadores, de cuja comissão executiva preparatória fazemos parte.

Enquanto lutamos pela construção da Central Única, alguns nos acusam de defender o pluralismo sindical. O que defendemos, companheiros, é antes de tudo a liberdade de as várias tendências existentes entre os trabalhadores se fazerem representar no movimento sindical. Mas isso não significa e nem pode significar sindicato paralelo ou uma central de trabalhadores pela cabeça.

A liberdade e a representatividade que queremos no sindicalismo brasileiro não admite que uma tendência se arvore em padroeira da unidade, da qual devemos ser todos fiéis devotos, sob pena de heresia ou excomunhão política. Não é em aliança com pelegos que faremos a unidade do movimento sindical, mas sim na luta, nas campanhas, nas greves. Quem não vai à luta não tem o direito de falar em unidade, pois faz o jogo do patrão e do governo, que é o de domesticar e dividir o sindicalismo brasileiro. E quem pode nos acusar de não lutar junto com a classe trabalhadora?

O Brasil é, certamente, um dos raros países deste continente que jamais conheceu uma reforma agrária. Temos tanta terra e tão poucos proprietários, embora o governo se diga defensor da propriedade... A única *reforma agrária* que nosso país conheceu foi quando a metrópole portuguesa o dividiu em capitânicas hereditárias. E essa divisão prossegue. A terra passa, hereditariamente, para as mãos de cada vez menos proprietários, com maiores extensões de áreas improdutivas. As multinacionais aceleram a exploração capitalista no campo e reforçam o latifúndio, expulsando milhares de famílias, que já não têm para onde emigrar. Neste país tão grande, o lavrador sem terra já não tem para onde ir. Só lhe resta uma alternativa: lutar!

TODO O APOIO À LUTA PELA REFORMA AGRÁRIA

O PT apóia e apoiará sempre a luta pela reforma agrária, pelo direito à terra para quem nela trabalha, pelos melhores preços dos produtos dos agricultores com a eliminação dos atravessadores ou intermediários. É por isso que estamos sendo processados na Amazônia; mas os processos não nos assustam. Assustam-nos as milhares de famílias sem o pequeno pedaço de chão de onde extrair os frutos necessários à vida. Assustam-nos os grileiros, os jagunços e os capangas, que são o braço armado, acima da lei, dos que juntam terras como mero capital a ser valorizado pelo tempo e pela economia inflacionária que pesa sobre nós.

Temos viajado por todos os recantos deste país. Consideramos que o problema da terra é, sem dúvida, o mais grave em nossa conjuntura. É ele que provoca os ciclos

migratórios, a inchação das favelas nas cidades, o aumento do preço dos gêneros de primeira necessidade, os gastos com a importação de produtos, que, em princípio, são típicos do nosso solo. Como os lavradores, estamos cansados de esperar uma solução, e já não acreditamos em estatutos que não saem do papel. Só nos resta apoiar a luta de quem vive da terra, fortalecer o sindicalismo rural, criar condições para maior entrosamento entre cidade e campo. O PT sabe que o homem da terra está fazendo uma reforma agrária por suas próprias mãos. Como partido, é dessa luta que queremos colher os elementos concretos, práticos, que nos permitirão definir uma política precisa sobre a questão da terra. Não cabe a nós, da cidade, definir o que é bom para os companheiros do campo. Cabe a vocês, companheiros da área rural, ensinar-nos o que devemos fazer, como devemos agir, em que podemos apoiá-los. Somos um partido dos trabalhadores da cidade e do campo. E é desta união que germinam as sementes de nossa proposta partidária.

Decorrente da falta de liberdade sindical e da inexistência de uma reforma agrária, afeta gravemente a vida dos trabalhadores brasileiros, hoje, o desemprego – fruto amargo da falida política econômica adotada pelo regime vigente. A economia atual rege-se pelas flutuações do mercado e não pelas necessidades da nação. Esse modelo capitalista é essencialmente perverso e não cremos que ele possa ser remediado. Mas não podemos esperar a mudança do sistema enquanto os desempregados engrossam o contingente de marginais, de prostitutas, de párias sociais. Temos que lutar agressivamente por mais empregos, pela estabilidade no emprego, pelo salário-desemprego, pelo salário mínimo real unificado. E um pequeno, mas importante, passo nessa luta será dado no próximo 1º de outubro, Dia Nacional de Luta, quando iremos às ruas manifestar o nosso descontentamento e as nossas reivindicações mais urgentes.

COM OS NEGROS, AS MULHERES, OS ÍNDIOS

Mudou muito o cenário político de nosso povo nestes últimos anos. Outrora se acreditava que só os partidos e os grupos políticos eram capazes de centralizar a organização do movimento popular. Hoje, porém, reconhecemos que os melhores frutos são aqueles que, como o nosso partido, têm suas raízes firmadas nas múltiplas formas de organização existentes no campo, nos bairros, nas periferias, nos centros de trabalho e de estudos, nos setores que têm interesse específico a defender, como as mulheres e os negros. Graças ao movimento popular, o movimento sindical teve maior expressão nos últimos anos. Enganam-se os que ainda pensam que só nas fábricas se apóia o sindicalismo brasileiro.

No bairro da cidade ou no local de moradia da roça, os trabalhadores têm mais liberdade para se encontrar, para se reunir, para se organizar e levar adiante suas lutas sindicais, com a participação de suas esposas, de seus filhos e de seus vizinhos. Graças a essa extensa rede de movimentos populares é que o PT se afirma como expressão política que nasce de baixo para cima.

Não admitimos que as creches, os clubes de mães, as associações de moradores, os movimentos de faveias, os grupos de luta pela terra, as entidades

feministas, os núcleos artísticos e demais formas de o nosso povo se organizar na base sejam manipulados como currais eleitorais ou tratados à base do clientelismo político. Reconhecemos a autonomia do movimento popular frente ao Estado e aos partidos políticos. É fundamental para a libertação deste país que os moradores de um bairro ou os posseiros de uma região – independente de suas preferências partidárias – possam se encontrar na base, em torno de suas lutas específicas. Se temos, como militantes políticos, um papel junto aos movimentos populares é o de ajudá-los em sua educação política, sem, porém, induzi-los à nossa opção partidária.

Fazer política não é só militar no Partido ou nos partidos. É também participar da luta pelo esgoto do bairro e pelo melhor preço da safra no campo. É modificando, em cada lugar deste país, as relações sociais e as relações de produção que o nosso povo chegará, um dia, a modificar em todo o País as relações de propriedade, suprimindo a contradição entre o capital e o trabalho. Por isso, não admitimos que o movimento popular seja reflexo ou extensão de nossa atividade partidária; não queremos tutelá-lo. Ao contrário, é o nosso partido que deve exprimir os anseios do movimento popular, consolidando-os politicamente.

É importante dizer uma palavra sobre o movimento de mulheres, forma de organização específica que se multiplica por este país. Frente à cultura machista que respiramos, às estruturas de uma sociedade tida como exclusiva obra masculina, reconhecemos o direito e o dever de as mulheres lutarem por seus direitos, libertando-se da condição de objeto de cama e mesa, de serem destinadas unicamente a procriar, de escravas do lar, de trabalhadoras super exploradas.

A luta das mulheres deve ajudar a nós, homens, a nos reeducarmos na direção da sociedade igualitária que queremos construir juntos. Entretanto, estamos convencidos de que essa luta não pode desligar-se da luta global de todos os brasileiros por sua libertação. A questão feminina não interessa só às mulheres e nem se reduz à conquista de liberdades pessoais que, por vezes, são meros paliativos burgueses. Homens e mulheres, juntos, devemos lutar incessantemente pela emancipação das companheiras que são escravizadas nas roças e nas fábricas, que enfrentam a maternidade com insegurança e medo, que prostituem seus corpos por não terem outro meio de vida, e que jamais tiveram como exprimir sua palavra. Há, em nosso País, uma discriminação racial genericamente velada. Um negro, porém, sabe o quanto essa discriminação, que para os brancos pode parecer velada, é real, agressiva, profunda. Ele a sente na pele. Por isso, devemos apoiar a organização dos negros por seus direitos em nossa sociedade, ainda que isso venha a descobrir, à luz do sol, o racismo que carregamos nas entranhas. Desde os escravos, os negros lutam, no Brasil, por sua libertação. Os quilombos foram conquistas mais decisivas para se acabar com a escravidão que o pretenso liberalismo da coroa portuguesa ou dos republicanos mancomunados com o capital inglês. Por isso, defendemos o direito de os negros manifestarem sua cultura, sua palavra, seus anseios.

Somos pelo direito de as minorias se organizarem e defenderem o seu espaço em nossa sociedade. Não aceitaremos que, em nosso partido, o homossexualismo seja tratado como doença e muito menos como caso de polícia. Defenderemos o respeito que merecem essas pessoas, convocando-as ao empenho maior de construção de uma nova sociedade.

Acusamos a Funai de não respeitar os direitos das nações indígenas em nosso país. Denunciamos o Incra e o latifúndio como principais responsáveis pela invasão das reservas indígenas e dos parques que possuem por tradição e direito. Somos solidários à causa indígena, ao movimento União das Nações Indígenas, a que falem seus próprios idiomas e preservem sua própria cultura. Não aceitamos que o índio seja tratado como peça de folclore. Embora, erradamente, tenhamos aprendido a tratar as tribos como selvagens, na verdade, muito temos a aprender de humanidade, de socialização, de respeito à natureza e de amor à vida com os indígenas.

CONTRA A LSN, PELO DESMANTELAMENTO DO APARELHO REPRESSIVO

Companheiros! Pesa sobre nós e sobre todos os que, neste País, lutam pela justiça e pela liberdade, a odiosa Lei de Segurança Nacional. Não podemos cessar a nossa resistência ao regime autocrático, implantado no Brasil por golpe de Estado em 1964, enquanto esta lei existir, legitimando o aparelho repressivo. Cabe a toda a nação manifestar o seu repúdio a essa legislação. O Estado de Direito só será restabelecido quando ela se constituir vergonhosa lembrança para nossos juristas e magistrados e o aparelho repressivo for totalmente desmantelado, sem que o poder seja cúmplice do terror.

Não vemos a abertura como um presente dos deuses. Antes, ela foi uma conquista dos movimentos populares, da luta sindical, das campanhas pela anistia, dos protestos das Igrejas e demais setores de nossa sociedade civil. Em certo momento, os arautos do regime viram que era mais conveniente entregar os anéis que correr o risco de perder os dedos. A nova conjuntura internacional exigia que o Brasil tivesse um aspecto um pouco mais democrático. Não nos iludamos, porém. A abertura foi apenas por cima, na tampa da panela. Por baixo, a panela continua vazia e nada se alterou na vida oprimida da classe trabalhadora. A abertura não chegou à zona rural, às favelas, aos bairros da periferia. O povo sofrido desta nação continua tão excluído da vida política quanto antes – e quando assume a luta por seus direitos, é tratado como caso de polícia. Cabe, pois, ao PT incentivar a nação à conquista de uma abertura real, na qual o poder tenha caráter democrático e natureza popular.

Algumas coisas é preciso deixar bem claro: somos um partido legal, um partido de massas, aberto a todos os brasileiros que aceitem o nosso programa político e o assumam em sua prática social. Não surgimos para dividir a oposição, pois jamais aceitamos que a bitolla partidária do regime autocrático fosse critério de unidade. Surgimos das lutas da classe trabalhadora neste país. E se não representássemos uma significativa parcela do nosso povo, não teríamos o notável crescimento que estamos tendo, a ponto de superar a nossa capacidade de organizar os núcleos, que se multiplicam em todas as partes a cada dia.

Sabemos que diversas tendências políticas encontram-se em nossa sociedade. Reconhecemos o direito desses companheiros se organizarem em torno de suas visões e de suas propostas. Lamentamos que, por força do regime repressivo em

que vivemos, essas tendências atuem na ilegalidade, embora sejam justas e legítimas as suas bandeiras. Lutamos e lutaremos pela legalização de todas elas, a fim de que suas práticas sejam comprovadas pelo veredicto popular. Preocupa-nos, entretanto, se um militante veste, por baixo de nossa camisa, outra camisa. Nunca pedimos nem pediremos atestado ideológico a ninguém.

Interessa-nos que todos sejam fiéis ao programa e às normas do PT. Interessamos que companheiros não queiram fazer de nosso partido massa de manobra de suas propostas. Não aceitaremos, jamais, que os interesses dessas tendências se sobreponham, dentro do PT, aos interesses do Partido. Denunciaremos, quantas vezes for preciso, certos desvios a que todos nós estamos sujeitos, como o economicismo, que pretende restringir a luta dos trabalhadores às conquistas imediatas de sua sobrevivência; o politicismo, que de cima para baixo quer impor seu dialeto ideológico aos nossos militantes, como se discurso revolucionário fosse sinônimo de prática revolucionária; o colonialismo daqueles que se autodenominam vanguarda do proletariado sem que os trabalhadores sequer os conheçam; o esquerdismo, que exige do Partido declarações ou posições que não se coadunam com seu caráter legal e a sua natureza popular; o voluntarismo dos que querem caminhar mais depressa que o movimento social; o eleitoralismo dos que desejam reduzir o PT a um trampolim de cargos eletivos e de projeções políticas; o burocratismo dos que nos criticam por ir às portas de fábrica e querem um partido bem organizado, mas sem bases populares; o oportunismo dos que só põem um pé dentro do PT e mantêm o outro pronto a correr quando sentem que suas intenções não são aceitas pelos trabalhadores.

PT: CANDIDATOS PRÓPRIOS A TODOS OS CARGOS

Vamos concorrer às próximas eleições e apresentaremos candidatos a todos os cargos, em todas as regiões do País. Entretanto, não cremos que eleições sejam o que há de mais importante e definitivo para o nosso partido. Sem dúvida, elas têm sua importância e devemos conquistar, sempre, mais espaço na área parlamentar e nas funções executivas, de modo a fazermos ecoar as reivindicações dos trabalhadores. Mas nossas ferramentas de luta vão além de eleições periódicas: importa-nos fortalecer o movimento popular, os sindicatos, as oposições sindicais, os que lutam pela terra e todas as formas de organização, de mobilização e de união de nosso povo. É com esta plataforma que os nossos candidatos devem ter compromisso. Ninguém se elegerá pelo PT senão como candidato partidário, ciente de seus deveres para com as propostas e a disciplina partidária.

Quero ainda ressaltar nosso apreço por esses companheiros que, em todos os rincões do País, dão mostras de serviço efetivo aos interesses populares, enfrentando toda sorte de perseguições, calúnias, prisões e expulsões: os membros das comunidades eclesiais de base e os padres e bispos ligados a elas. Não somos um partido confessional e não aceitamos que a Igreja interfira em nossas atividades, assim como não queremos interferir nas atividades da Igreja. Entre a Igreja e o Partido deve haver clareza das funções diferentes, distintas, embora, muitas vezes,

estejamos, na vida oprimida e injusta de nosso povo, unidos pelo mesmo anseio de libertação.

Contudo, repudiamos a prática partidária que pretenda reduzir as comunidades de base a núcleos partidários. Respeitamos, como questão de princípio, a fé de nosso povo e seu direito de liberdade religiosa, como atividade pública, mas não seremos, jamais, um partido de crentes ou de ateus. Para nós, a divisão é outra, é entre os que estão do lado da libertação e os que estão do lado da opressão. O Partido dos Trabalhadores não poderá, jamais, representar os interesses do capital.

Reconhecendo todos aqueles que na Igreja prestam serviços à causa do povo brasileiro, denunciaremos as perseguições que o governo faz a leigos, padres e bispos, em nome do fantasma do comunismo. Nosso partido apoiará sempre, independente de sua confissão ou crença religiosa, todos aqueles que, neste país, são vítimas da intolerância, do arbítrio e da crueldade do poder.

RUMO AO SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

Há muita gente que pergunta: qual é a ideologia do PT? O que pensa o PT sobre a sociedade futura? Aqueles que colocam tais perguntas avançam, ao mesmo tempo, as suas próprias interpretações, que visam, em alguns casos, criticar o Partido. Não seria o PT apenas um partido trabalhista a mais? Não seria o PT apenas um partido social-democrata, interessado em buscar paliativos para as desigualdades do capitalismo? Sabemos de onde vêm essas dúvidas e essas interpretações. E sabemos disto até porque são compartilhadas por alguns militantes do próprio Partido, que construíram, para si, a teoria estranha de que o PT é uma frente ou um partido apenas tático.

O que importa aqui observar é que essas questões só servem para expressar a desconfiança em relação à capacidade política dos trabalhadores brasileiros em definirem o seu próprio caminho. São dúvidas de quem exige, desde já, uma receita da sociedade futura; são dúvidas de quem oferece o prato feito, que os trabalhadores deveriam comer. São dúvidas de quem está longe das tarefas concretas das lutas populares, de quem não aprendeu ainda a conviver com o povo, muito menos a sentir o que o povo sente.

Nós, do PT, sabemos que o mundo caminha para o socialismo. Os trabalhadores que tomaram a iniciativa histórica de propor a criação do PT já sabiam disto muito antes de terem sequer a idéia da necessidade do Partido. E, por isso, sabemos também que é falso dizer que os trabalhadores, em sua espontaneidade, não são capazes de passar ao plano da luta dos partidos, devendo limitar-se às simples reivindicações econômicas. Do mesmo modo, sabemos que é falso dizer que os trabalhadores brasileiros, deixados à sua própria sorte, se desviarão do rumo de uma sociedade justa, livre e igualitária. Os trabalhadores são os maiores explorados da sociedade atual. Por isso sentimos na própria carne e queremos, com todas as forças, uma sociedade que, como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista?

Mas o problema não é apenas este. Não basta alguém dizer que quer o socialismo. A grande pergunta é: qual socialismo? Estamos, por acaso, obrigados a rezar pela cartilha do primeiro teórico socialista que nos bate à porta? Estamos, por acaso, obrigados a seguir este ou aquele modelo, adotado neste ou naquele país? Nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos manter as melhores relações de amizade com todos os partidos que, no mundo, lutam pela democracia e pelo socialismo. Este tem sido o critério que orienta e continuará orientando os nossos contatos internacionais. Um critério de independência política, plenamente compreendido em todos os países por onde andamos, que devemos aqui declarar em respeito à verdade e como homenagem a todos os partidos amigos. Vamos continuar, com inteira independência, resolvendo os nossos problemas à nossa maneira.

Sabemos que caminhamos para o socialismo, para o tipo de socialismo que nos convém. Sabemos que não nos convém, nem está em nosso horizonte, adotar a idéia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra. Sabemos, também, que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático, que atende mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo.

O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar. Seria muito fácil, aqui sentados comodamente, no recinto do Senado da República, nos decidirmos por uma definição ou por outra. Seria muito fácil e muito errado. O socialismo que nós queremos não nascerá de um decreto, nem nosso, nem de ninguém.

O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia, do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.



Estatuto do Partido dos Trabalhadores

VERSÃO II
APROVADA PELO DIRETÓRIO NACIONAL EM 05/10/2007

ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Versão II – Com modificações aprovadas pelo Diretório Nacional em 05/outubro/2007

TÍTULO VI DAS FINANÇAS E DA CONTABILIDADE DO PARTIDO.....	30
CAPÍTULO I DOS RECURSOS FINANCEIROS.....	30
<i>Seção I – Dos recursos do Partido.....</i>	<i>30</i>
<i>Seção II – Da responsabilidade pela arrecadação.....</i>	<i>30</i>
<i>Seção III – Da responsabilidade pela aplicação dos recursos.....</i>	<i>30</i>
CAPÍTULO II DAS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS.....	31
<i>Seção I – Do direito de votar e ser votado.....</i>	<i>31</i>
<i>Seção II – Da contribuição financeira dos filiados.....</i>	<i>31</i>
<i>Seção III – Da contribuição financeira dos filiados ocupantes de cargos eletivos e de confiança no Legislativo e Executivo.....</i>	<i>32</i>
CAPÍTULO III DA DISTRIBUIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS ENTRE AS INSTÂNCIAS.....	33
CAPÍTULO IV DA DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO PARTIDÁRIO.....	34
CAPÍTULO V DO ORÇAMENTO.....	35
CAPÍTULO VI DA CONTABILIDADE DO PARTIDO.....	35
CAPÍTULO VII DOS CONSELHOS FISCAIS.....	36
TÍTULO VII DA DISCIPLINA E DA FIDELIDADE PARTIDÁRIAS.....	36
CAPÍTULO I DAS COMISSÕES DE ÉTICA E DISCIPLINA.....	36
CAPÍTULO II DA DISCIPLINA E DA FIDELIDADE PARTIDÁRIAS.....	37
CAPÍTULO III DAS PENALIDADES.....	38
CAPÍTULO IV DO PROCESSO DISCIPLINAR.....	39
CAPÍTULO V DA MEDIDA CAUTELAR.....	41
CAPÍTULO VI DA INTERVENÇÃO, DA DISSOLUÇÃO E DA DESTITUIÇÃO DE INSTÂNCIAS PARTIDÁRIAS.....	42
<i>Seção I – Da intervenção nas instâncias de direção.....</i>	<i>42</i>
<i>Seção II – Da dissolução e da destituição de Comissões Executivas.....</i>	<i>42</i>
TÍTULO VIII DA OUVIDORIA DO PARTIDO.....	43
TÍTULO IX TENDÊNCIAS.....	43
TÍTULO X DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E DA FORMAÇÃO POLÍTICA.....	44
CAPÍTULO I MEIOS DE COMUNICAÇÃO.....	44
CAPÍTULO II FORMAÇÃO POLÍTICA.....	44
TÍTULO XI DO PATRIMÔNIO DO PARTIDO.....	44
CAPÍTULO I MARCAS E SÍMBULOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PARTIDO.....	44
CAPÍTULO II PATRIMÔNIO.....	45
TÍTULO XII DISPOSIÇÕES GERAIS.....	45

ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Versão II – Com modificações aprovadas pelo Diretório Nacional em 05/outubro/2007

Art. 6º. O formulário da solicitação de filiação será o mesmo a ser utilizado para a emissão da Carteira Nacional de Filiação.

§ 1º Solicitada a filiação, a Comissão Executiva Municipal ou Comissão Provisória Municipal deverá emitir declaração ao filiando na qual fique comprovado o seu pedido, até que ela seja considerada aprovada.

§ 2º A Comissão Executiva Municipal ou Comissão Provisória Municipal tem a obrigação de tornar pública a relação das solicitações das novas filiações, afixando-a na sede do Partido ou em outro local por ela definido.

§ 3º A partir da data da afixação da lista a que se refere o parágrafo anterior, inicia-se o prazo de 7 (sete) dias úteis para apresentação, por qualquer filiado, de impugnação, assegurando-se igual prazo para defesa.

§ 4º Esgotado o prazo para contestação, a Comissão Executiva Municipal ou Comissão Provisória Municipal deliberará sobre o pedido de filiação no prazo de 7 (sete) dias úteis.

§ 5º Não havendo impugnação, considerar-se-á deferida a filiação caso a Comissão Executiva Municipal ou Comissão Provisória Municipal não se pronuncie no prazo do parágrafo anterior.

§ 6º Havendo impugnação, a Comissão Executiva Municipal ou Comissão Provisória Municipal deverá deliberar sobre o pedido no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis.

§ 7º Não havendo o pronunciamento a que se refere o parágrafo anterior, a impugnação deverá ser remetida imediatamente à Comissão Executiva da instância superior, que deverá deliberar em igual prazo.

§ 8º Da decisão que indeferir a filiação, caberá recurso sem efeito suspensivo à Comissão Executiva Estadual, a ser interposto no prazo de 7 (sete) dias úteis, contados do recebimento da comunicação pelo interessado.

§ 9º Filiações de brasileiros residentes no exterior serão apresentadas através da Secretaria Nacional de Relações Internacionais e analisadas pela Comissão Executiva Nacional.

Art. 7º. No caso de impedimento legal, o filiado poderá solicitar apenas a filiação interna, a ser abonada pela instância estadual correspondente, observados, nos termos da legislação em vigor, os mesmos prazos, direitos e deveres dos demais filiados.

Art. 8º. Bimestralmente, a instância municipal deverá promover plenária de filiação, convidando todos os novos filiados para assistirem à exposição das linhas básicas do Partido.

Art. 9º. Para a atualização dos cadastros dos filiados, até 15 de maio e até 15 de novembro de cada ano a instância municipal deverá enviar à instância estadual as relações de filiados encaminhadas à Justiça Eleitoral.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, a instância estadual deverá, até 30 (trinta) dias após o prazo estipulado no parágrafo anterior, enviar à instância nacional as relações de filiados em todos os municípios do estado, com os respectivos endereços.

§ 2º Os cadastros municipais, estaduais e nacional de filiações deverão permanecer à disposição de todos os membros do Partido.

§ 3º O não-cumprimento dos prazos estipulados neste artigo sujeita o infrator às medidas disciplinares previstas neste Estatuto.

Art. 10. O pedido de filiação deve ser considerado um ato individual, sendo que filiações coletivas, apresentadas à respectiva Comissão Executiva Municipal, só podem ocorrer durante as campanhas de filiação promovidas pelas instâncias partidárias.

Parágrafo único: Para os casos em que as Comissões Executivas Estaduais ou a Nacional considerarem ter havido volume excessivo de novas filiações, causando prejuízos à democracia partidária, será decretado, sob sua supervisão, o recadastramento de todos os novos filiados, observado o disposto no artigo 6º deste Estatuto.

Art. 11. Aprovada a filiação, será emitida, sob a responsabilidade do Diretório Nacional, a Carteira Nacional de Filiação, que deverá ser, obrigatoriamente, utilizada pelo filiado para a participação nas atividades partidárias.

§ 1º Será imediatamente cancelada a filiação partidária, além das hipóteses previstas em lei, no caso do filiado que não se apresentar para o recadastramento de sua filiação partidária, convocado de acordo com o calendário e normas aprovadas pela direção nacional.

ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Versão II – Com modificações aprovadas pelo Diretório Nacional em 05/outubro/2007

- III – manter conduta compatível com os princípios éticos do Partido;
 - IV – acatar e cumprir as decisões partidárias;
 - V – contribuir financeiramente nos termos deste Estatuto e participar das campanhas de arrecadação de fundos do Partido;
 - VI – votar nos candidatos indicados e participar das campanhas aprovadas nas instâncias partidárias;
 - VII – comparecer, quando convocado, para elucidar fatos em procedimentos disciplinares;
 - VIII – emitir voto sobre questões submetidas à consulta partidária pelas instâncias de direção;
 - IX – renunciar ao mandato eletivo no caso de desligamento do Partido.
- § 1º O filiado investido em cargo de confiança na administração pública, direta ou indireta, deverá exercê-lo com probidade, fidelidade aos princípios programáticos e à orientação do Partido.
- § 2º O disposto no parágrafo anterior também se aplica ao filiado detentor de mandato eletivo.
- § 3º Os filiados a que se referem os parágrafos deste artigo, quando convocados pelo Diretório a que pertençam ou pelas instâncias superiores do Partido, deverão prestar contas de suas atividades.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO PARTIDO

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE FUNCIONAMENTO INTERNO

Art. 15. A unidade do Partido será garantida, sob o aspecto de seu funcionamento, pelos princípios, normas e procedimentos estabelecidos neste Estatuto.

Art. 16. São instâncias e órgãos do Partido:

A) Instâncias:

- I – o Congresso Nacional, os Encontros Nacional, Estaduais, Municipais e Zonais;
- II – o Diretório Nacional, os Diretórios Estaduais, Municipais, Zonais, e suas respectivas Comissões Executivas;
- III – os Núcleos de Base;
- IV – os Setoriais.

B) Órgãos:

- I – as Coordenações de Regiões Nacionais, as Macros e Microrregiões estaduais;
- II – as Bancadas Municipais, Estaduais, Distrital e Federal;
- III – a Comissão de Ética, o Conselho Fiscal, a Ouvidoria e a Fundação Perseu Abramo.

Art. 17. As instâncias e quaisquer organismos territoriais de nível zonal subordinam-se às instâncias de nível municipal, as quais estão subordinadas às de nível estadual, que, por sua vez, se subordinam às instâncias e aos organismos nacionais.

§ 1º Salvo outras disposições estatutárias, as instâncias, quando convocadas de acordo com as normas previstas neste Estatuto, instalam-se com, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros e as deliberações serão aprovadas por maioria simples dos presentes.

§ 2º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, os membros das instâncias partidárias devem estar quites com as respectivas contribuições financeiras.

Art. 18. Os organismos superiores poderão intervir nos organismos inferiores, obedecida a hierarquia partidária prevista no artigo anterior e nas demais normas contidas neste Estatuto.

Art. 19. Por meio da eleição direta das direções e, principalmente, através dos Encontros que deliberam sobre o programa, a estratégia, a tática, a política de alianças e as linhas da construção partidária, os filiados definem a política do Partido.

ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Versão II – Com modificações aprovadas pelo Diretório Nacional em 05/outubro/2007

§ 3º Até 10 (dez) dias antes do término do prazo a que se refere o parágrafo anterior, os representantes das chapas, ou seus integrantes, poderão solicitar a substituição dos nomes inscritos.

§ 4º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, se o número de nomes inscritos de determinada chapa for inferior ao número de lugares que lhe foram atribuídos no Processo de Eleições Diretas (PED), as vagas excedentes deverão ser redistribuídas entre as demais chapas, obedecido o princípio da proporcionalidade, na forma deste Estatuto.

§ 5º As chapas às direções, em cada nível, deverão indicar, obrigatoriamente, os nomes para o Conselho Fiscal e a Comissão de Ética correspondentes, compostos, cada um, por 5 (cinco) filiados que não poderão integrar o Diretório.

Art. 24. Para a entrega de teses das chapas de delegados deverão ser observados os mesmos prazos previstos no § 2º do artigo anterior.

Parágrafo único: O texto-base a ser submetido à discussão nos Encontros Municipais será aquele correspondente à chapa de delegados que obtiver maior número de votos na eleição direta.

Art. 25. Até 10 (dez) dias após o término do prazo de substituição estabelecido no artigo 23, § 3º, qualquer filiado apto a votar poderá apresentar por escrito, perante a Comissão Executiva ou a Comissão Provisória do Diretório correspondente, impugnação ou contestação das chapas ou nomes inscritos, que deverá estar motivada e acompanhada das provas em que se fundar.

Parágrafo único: Qualquer impugnação ou contestação apresentada após o prazo previsto neste artigo deverá ser considerada intempestiva.

Art. 26. É de 1 (um) ano o prazo mínimo de filiação partidária para votar ou ser votado no Processo de Eleição Direta (PED) das direções partidárias, na escolha de delegados, nos Encontros.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica aos filiados em municípios que estejam em processo inicial de organização do Partido e constituição de Comissão Provisória, exigindo-se, nesse caso, o prazo mínimo de 180 dias de filiação partidária.

§ 2º Os filiados no prazo previsto no parágrafo anterior só poderão votar na eleição das respectivas direções e delegações municipais.

§ 3º O impedimento ao exercício do voto é considerado falta grave.

Art. 27. A última relação oficial dos filiados encaminhada pela instância competente à Justiça Eleitoral, acrescida da relação dos filiados internos, se houver, será utilizada como lista geral de filiação para a eleição das direções, na escolha dos delegados, nos Encontros ou Prévias, observado o prazo previsto no *caput* do artigo anterior.

Art. 28. Os filiados, no dia da eleição direta, deverão apresentar a respectiva Carteira Nacional de Filiação e assinar lista de presença.

Art. 29. O filiado registrado em Diretório Zonal que deseja votar e ser votado em Zonal diverso, desde que dentro do mesmo município, deverá solicitar ao Diretório de origem a transferência de sua filiação até 120 (cento e vinte) dias antes da realização da eleição direta ou do Encontro, mediante pedido por escrito com protocolo.

Parágrafo único: O Diretório de origem fornecerá o documento de transferência interna solicitado pelo filiado e, simultaneamente, efetuará a retirada do seu nome da respectiva relação de filiados, comunicando a transferência à instância imediatamente superior até 30 (trinta) dias após o recebimento do pedido.

Seção III – Composição das Comissões Executivas, suplências e substituições

Art. 30. A Comissão Executiva será eleita pelos membros efetivos do respectivo Diretório.

§ 1º As Comissões Executivas, em qualquer nível, serão compostas de até um 1/3 (um terço) de membros efetivos do Diretório correspondente.

§ 2º Nenhum filiado poderá participar simultaneamente de duas Comissões Executivas.

§ 3º As funções das secretarias serão regulamentadas pelo Diretório Nacional.

§ 4º As vagas que ocorrerem nas Comissões Executivas serão preenchidas por eleição do respectivo Diretório entre os seus membros efetivos.

ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Versão II – Com modificações aprovadas pelo Diretório Nacional em 05/outubro/2007

Art. 38. No Processo de Eleições Diretas (PED), as instâncias partidárias correspondentes constituirão, com recursos partidários, um fundo eleitoral de campanha a ser distribuído igualmente entre as chapas concorrentes.

§ 1º As chapas concorrentes realizarão suas respectivas campanhas com os recursos a que se refere o *caput* deste artigo, permitida, ainda, a arrecadação de fundos entre os filiados, sendo proibido qualquer tipo de financiamento externo ao Partido.

§ 2º Serão assegurados às chapas concorrentes, em igualdade de condições, acesso ao conjunto dos filiados, espaço nas sedes e na imprensa partidária.

§ 3º As instâncias partidárias correspondentes deverão produzir, no mínimo, uma publicação de apresentação das teses e chapas concorrentes, a ser enviada a todos os filiados, podendo ainda viabilizar debates públicos entre as chapas nos meios de comunicação de massa.

Art. 39. Havendo, em determinado nível, mais de dois candidatos a presidente e se nenhum deles atingir mais de 50% (cinquenta por cento) dos votos válidos, haverá segundo turno, obedecida a data indicada pelo calendário nacional.

Parágrafo único: Não haverá segundo turno no caso de desistência do primeiro ou do segundo colocado, devendo ser declarado eleito o candidato remanescente.

Art. 40. O quórum para validade do Processo de Eleições Diretas (PED) é de 15% (quinze por cento) do total de filiados no município ou zona.

§ 1º Não tendo sido atingido o quórum previsto neste artigo, o resultado não será computado para o cálculo das delegações e da constituição das direções municipal, estadual e nacional.

§ 2º Para efeito do disposto no *caput* desse artigo, no município ou zona deverá ser designada uma Comissão Provisória Municipal ou Zonal, observadas as normas previstas neste Estatuto.

§ 3º Para constituição do Diretório Municipal ou Zonal, deverão ser observados o calendário e as normas, a serem aprovados pelo Diretório Nacional, sobre a realização de novo Processo de Eleições Diretas (PED) extraordinário.

CAPÍTULO III

DOS ENCONTROS ZONAL, MUNICIPAL, ESTADUAL E NACIONAL

Seção I – Normas gerais

Art. 41. Os Encontros Ordinários, em todos os níveis, serão realizados de acordo com o calendário e a pauta geral estabelecidos pelo Diretório Nacional.

Art. 42. A direção responsável pela realização do Encontro deverá assegurar a existência de creche.

Art. 43. Somente participam dos Encontros, em qualquer nível, os delegados que estiverem em dia com sua respectiva contribuição financeira, de acordo com a normas deste Estatuto.
Parágrafo único: Nos encontros estaduais e nacional somente serão credenciados os delegados dos municípios ou estados cujas instâncias correspondentes estejam em dia com suas contribuições junto às instâncias superiores.

Art. 44. No Distrito Federal, os Diretórios e Encontros Zonais são considerados Municipais.

Art. 45. A proporção para a eleição de delegados aos Encontros será definida pelo Diretório Nacional, garantida igual representatividade na escolha dos delegados em todo o país.

Art. 46. Os delegados, no dia do Encontro, deverão apresentar a respectiva Carteira Nacional de Filiação e assinar lista de presença.

Art. 47. Para a verificação do quórum deverá ser utilizada a lista de credenciamento.

Parágrafo único: O quórum para a instalação e validade dos Encontros de delegados é de 50% (cinquenta por cento) mais um dos delegados eleitos.

Art. 48. Os Encontros Municipais podem ser realizados em até dois dias, de acordo com a necessidade de discussão da pauta ou a tradição de cada município.

ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Versão II – Com modificações aprovadas pelo Diretório Nacional em 05/outubro/2007

bem como de efetuar a escolha dos candidatos às eleições proporcionais e majoritárias, observadas as normas deste Estatuto e as deliberações das instâncias superiores.

Art. 56. No ato de nomeação da Comissão Provisória, a Comissão Executiva a que se refere o artigo 54 deverá fixar um prazo máximo para a constituição do Diretório correspondente e designar, entre os membros indicados, no mínimo, um presidente, um secretário e um tesoureiro.

§ 1º A Comissão Provisória terá validade até eventual destituição pela Comissão Executiva que a nomeou, ou será válida até a data estipulada no *caput* deste artigo, hipótese em que deverá ser nomeada outra Comissão Provisória para organização do Partido e constituição do respectivo Diretório.

§ 2º Se o Diretório for constituído fora do calendário nacional de eleição das direções, o processo de eleição será considerado extraordinário e o término do respectivo mandato coincidirá com o mandato dos eleitos no Processo de Eleições Diretas (PED).

Art. 57. A instância nacional poderá estabelecer, por meio de resolução, o número mínimo de filiados para a constituição dos Diretórios Municipais ou Zonais, ouvidas as instâncias estaduais, adotando como base a relação do eleitorado do ano imediatamente anterior à realização dos Encontros Ordinários.

TÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS DAS INSTÂNCIAS PARTIDÁRIAS NOS NÍVEIS NACIONAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

CAPÍTULO I DOS NÚCLEOS DE BASE

Art. 58. São considerados Núcleos quaisquer agrupamentos de pelo menos 9 (nove) filiados ao Partido, organizados por local de moradia, trabalho, movimento social, categoria profissional, local de estudo, temas, áreas de interesse, atividades afins, tais como grupos temáticos, clubes de discussão, círculos de estudo e outros.

§ 1º Os Núcleos, abertos inclusive à participação de pessoas não filiadas ao Partido, com direito a voz, são instrumentos fundamentais da organização partidária e da atuação do PT nas comunidades e nos setores, e de integração com os movimentos sociais.

§ 2º Os Núcleos podem ser organizados em âmbito municipal ou setorial.

§ 3º Os filiados residentes no exterior poderão organizar Núcleos, que ficarão vinculados ao Diretório Nacional por meio da Secretaria Nacional de Relações Internacionais.

Art. 59. As funções dos Núcleos de Base são as seguintes:

- a) organizar a ação política dos filiados, segundo a orientação das instâncias de deliberação e direção partidárias, estreitando a ligação do Partido com os movimentos sociais;
- b) emitir opinião sobre as questões municipais, estaduais e nacionais que sejam submetidas a seu exame pelos respectivos órgãos de direção partidária;
- c) aprofundar e garantir a democracia interna do Partido dos Trabalhadores;
- d) promover a formação política dos militantes e filiados;
- e) sugerir aos órgãos de direção partidária consulta aos demais Núcleos de Base sobre as questões locais, estaduais ou nacionais de interesse do Partido;
- f) convocar o Diretório Municipal correspondente, nos termos deste Estatuto.

Art. 60. O Núcleo de Base terá uma Coordenação, com, no mínimo, um secretário e um coordenador, podendo criar comissões para áreas específicas de atividades.

Parágrafo único: Caberá à Coordenação do Núcleo de Base:

- a) informar e atualizar todos os filiados sobre políticas, propostas, publicações, materiais e demais iniciativas do Partido;
- b) viabilizar periodicamente atividades abertas à população.

ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Versão II – Com modificações aprovadas pelo Diretório Nacional em 05/outubro/2007

programáticos, às deliberações e diretrizes estabelecidas pelas instâncias de direção partidária, na forma deste Estatuto.

Art. 67. A Comissão Executiva do nível correspondente e a Bancada Parlamentar procurarão sempre praticar o exercício coletivo das decisões e dos mandatos, assegurando a todos os parlamentares o acesso ao processo decisório e obrigando-os ao cumprimento das deliberações adotadas.

§ 1º O “fechamento de questão” decorrerá de decisão conjunta da Bancada Parlamentar com a Comissão Executiva do nível correspondente e deverá ser aprovado por maioria absoluta de votos.

§ 2º Excepcionalmente e somente por decisão conjunta da Bancada e da Comissão Executiva do Diretório correspondente, precedida de debate amplo e público, o parlamentar poderá ser dispensado do cumprimento de decisão coletiva, diante de graves objeções de natureza ética, filosófica ou religiosa, ou de foro íntimo.

Art. 68. A Bancada Parlamentar e a Comissão Executiva do Diretório correspondente adotarão medidas concretas para combater o clientelismo e os privilégios, na busca de uma nova postura ética dos parlamentares.

Art. 69. Desde o pedido de indicação como pré-candidato a cargo legislativo, o filiado comprometer-se-á rigorosamente a:

I – reconhecer de modo expresso que todo mandato eletivo pertence ao Partido e que suas instâncias de direção poderão adotar todas as medidas necessárias para preservar esse mandato se deixar a legenda ou dela for desligado;

II – não invocar a condição de parlamentar para pleitear candidatura nata à reeleição;

III – se eleito, combater rigorosamente qualquer privilégio ou regalia em termos de vencimentos normais e extraordinários, jetons, verbas especiais pessoais, subvenções sociais, concessão de bolsas de estudo e outros auxílios, convocações extraordinárias ou sessões extraordinárias injustificadas das Casas Legislativas e demais subterfúgios que possam gerar, mesmo involuntariamente, desvio de recursos públicos para proveito pessoal, próprio ou de terceiros, ou ações de caráter eleitoreiro ou clientelista;

IV – contribuir financeiramente de acordo com as normas deste Estatuto;

V – em questões polêmicas ou projetos de lei controversos de iniciativa da Bancada Parlamentar, participar dos debates amplos e sistemáticos a serem organizados no interior do Partido.

CAPÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO EM NÍVEL MUNICIPAL

Art. 70. No município, o Partido compõe-se das seguintes instâncias e órgãos:

A) Instâncias:

I – Encontro Municipal;

II – Diretório Municipal;

III – Comissão Executiva Municipal;

IV – Encontro Zonal, onde houver;

V – Diretório Zonal, onde houver;

VI – Comissão Executiva Zonal, onde houver;

VII – Núcleos de Base;

VIII – Setoriais.

B) Órgãos:

I – Bancada de Vereadores;

II – Conselho Fiscal;

III – Comissão de Ética.

Seção I – Do Encontro Municipal

Art. 71. O Encontro Municipal compõe-se de todos os delegados eleitos pelo voto direto dos filiados aptos a votar no município.

ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Versão II – Com modificações aprovadas pelo Diretório Nacional em 05/outubro/2007

- r) ajuizar representação perante a Justiça Eleitoral para decretação de perda de mandato de vereador, observadas as disposições previstas neste Estatuto;
- s) informar e atualizar os filiados sobre políticas, propostas, publicações, materiais e demais iniciativas do Partido;
- t) viabilizar periodicamente atividades abertas à população;
- u) cobrar as contribuições financeiras dos filiados, inclusive dos ocupantes de cargos municipais eletivos e de confiança;
- v) garantir os repasses de recursos para as instâncias superiores, na forma deste Estatuto;
- x) organizar amplas campanhas de arrecadação financeira;
- z) efetuar todos os procedimentos relativos ao cadastro de filiados, estabelecidos neste Estatuto.

Art. 76. O Diretório Municipal reunir-se-á ordinária e mensalmente, sem necessidade de convocação, em dia, hora e local previamente estabelecidos.

Art. 77. Extraordinariamente, o Diretório Municipal reunir-se-á sempre que necessário, por convocação da Comissão Executiva Municipal ou por 1/3 (um terço) de seus membros, ou, ainda, por 1/3 (um terço) dos Núcleos ou Diretórios Zonais existentes em âmbito municipal.

Seção III – Da Comissão Executiva Municipal

Art. 78. A Comissão Executiva Municipal terá, no mínimo, um presidente, um vice-presidente, um secretário, um tesoureiro, um secretário de formação política e o líder da Bancada Municipal, até o limite máximo de um 1/3 (um terço) dos membros do respectivo Diretório.

Art. 79. A Comissão Executiva Municipal terá as seguintes atribuições:

- a) propor ao Diretório Municipal a criação de Núcleos;
- b) executar as deliberações do Encontro Municipal, do Diretório Municipal e das demais instâncias superiores;
- c) convocar, em caráter extraordinário, o Diretório Municipal;
- d) convocar o Encontro Municipal, ou formalizar sua convocação, nos termos deste Estatuto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento do pedido;
- e) convocar a bancada de vereadores para adotar orientações ou obter esclarecimentos sobre a atuação na Câmara Municipal;
- f) solicitar à Comissão Executiva Estadual a anotação do Diretório Municipal perante a Justiça Eleitoral.

Art. 80. A Comissão Executiva reunir-se-á, em caráter ordinário, no mínimo, a cada 15 (quinze) dias e extraordinariamente sempre que convocada por 2/3 de seus membros.

Seção IV – Dos Diretórios Zonais

Art. 81. Nas capitais dos estados com mais de 500.000 (quinhentos mil) eleitores e nos municípios com mais de 1.000.000 (um milhão) de eleitores é obrigatória a organização de Diretórios Zonais.

Art. 82. Os Diretórios Zonais terão, no máximo, 14 (quatorze) membros efetivos, mais o presidente, além de 1/3 (um terço) de suplentes, e suas atribuições correspondem, no âmbito do respectivo Zonal, às atribuições dos Diretórios Municipais.

Parágrafo único: As disposições estabelecidas nas Seções I, II e III do Capítulo IV deste Título aplicam-se aos órgãos correspondentes na esfera do Zonal, com exceção das letras "j", "l", "u", do artigo 75.

Art. 83. Compete aos Diretórios Zonais, além das atribuições do artigo anterior:

- a) eleger sua Comissão Executiva Zonal;
- b) cumprir e fazer cumprir o Programa, o Estatuto e as metas programáticas de ação partidária;
- c) manter em dia o cadastramento dos filiados do Zonal de acordo com as disposições deste Estatuto;
- d) participar das campanhas políticas de acordo com a orientação das instâncias superiores;

ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Versão II – Com modificações aprovadas pelo Diretório Nacional em 05/outubro/2007

política local, correspondentes aos Diretórios Zonais, independentemente da divisão geográfica definida pela Justiça Eleitoral;

e) nomear as Comissões Provisórias Zonais, obedecido o disposto no item anterior;

f) intervir nos Diretórios Zonais, ou dissolvê-los, por iniciativa própria ou por proposta dos Encontros Zonais, obedecidas as normas estabelecidas neste Estatuto;

g) reconhecer os Diretórios Zonais eleitos nos termos deste Estatuto;

h) solicitar à Comissão Executiva Estadual a anotação do Diretório Municipal com Zonal perante a Justiça Eleitoral.

Art. 92. As disposições estabelecidas nas Seções II, III, IV e V do Capítulo IV deste Título aplicam-se aos órgãos correspondentes na esfera da capital e dos municípios com Zonais.

Parágrafo único: O Encontro Municipal da Capital ou Municipal com Zonal compõe-se dos delegados eleitos nos Encontros Zonais, aplicando-se, no que couber, as disposições estabelecidas na Seção I do Capítulo IV deste Título, com exceção da letra "j" do artigo 72.

CAPÍTULO VI DA ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO EM NÍVEL ESTADUAL

Art. 93. O Partido, em âmbito estadual, compõe-se das seguintes instâncias e órgãos:

A) Instâncias:

I – Encontro Estadual;

II – Diretório Estadual;

III – Comissão Executiva Estadual;

IV – Setoriais Estaduais.

B) Órgãos:

I – Bancada de Deputados Estaduais;

II – Comissão de Ética Estadual;

III – Conselho Fiscal Estadual;

IV – Ouvidoria Estadual;

V – Macros e Microrregiões.

Seção I – Do Encontro Estadual

Art. 94. Constituem o Encontro Estadual os delegados eleitos nos Encontros Zonais e Municipais.

Art. 95. O Encontro Estadual reunir-se-á:

I – nas datas estabelecidas pelo Diretório Estadual, observado o Calendário Nacional, para eleição dos delegados e suplentes ao Encontro Nacional;

II – mediante convocação da Comissão Executiva Estadual, para escolha dos candidatos a cargos eletivos na esfera estadual;

III – para apreciar o relatório da gestão do Diretório Estadual;

IV – para dissolver o Diretório Estadual;

V – para aprovar os planos e metas de ação do Partido em âmbito estadual, inclusive diretrizes políticas de atuação dos deputados e do governador, com estrita observância do Programa, do Estatuto e das diretrizes emanadas das instâncias superiores.

Art. 96. O Encontro Estadual Extraordinário ocorrerá mediante convocação da maioria absoluta do Diretório Estadual, de 1/3 (um terço) dos delegados ao próprio Encontro ou de 1/3 (um terço) dos Diretórios Municipais.

Seção II – Do Diretório Estadual e demais órgãos estaduais

Art. 97. O número de membros dos Diretórios Estaduais será fixado a cada 3 (três) anos pelo Diretório Nacional, proporcionalmente ao número de eleitores de cada estado e será de, no máximo, 59 (cinquenta e nove) membros efetivos, mais o presidente eleito e o líder da Bancada do Partido na Assembléia Legislativa do respectivo estado, além de 1/3 (um terço) de suplentes.

ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Versão II – Com modificações aprovadas pelo Diretório Nacional em 05/outubro/2007

II – mediante convocação da Comissão Executiva Nacional, para escolha dos candidatos a presidente e vice-presidente da República e definição do posicionamento do Partido frente às eleições nacionais;

III – para apreciar o relatório da gestão do Diretório Nacional;

IV – para dissolver o Diretório Nacional, nos casos previstos neste Estatuto;

V – para apreciar, em grau de recurso, deliberação do Diretório Nacional que destituir Comissão Executiva Estadual;

VI – para aprovar os planos e metas de ação do Partido, inclusive diretrizes políticas para atuação dos representantes eleitos pela legenda do Partido;

Art. 107. O Encontro Nacional Extraordinário ocorrerá mediante convocação da maioria do Diretório Nacional, de 1/3 (um terço) dos delegados a este Encontro ou de 1/3 (um terço) dos Diretórios Estaduais.

Seção II – Do Diretório Nacional e demais órgãos nacionais

Art. 108. O número de membros do Diretório Nacional será fixado pelo próprio Diretório Nacional e será de, no máximo, 81 (oitenta e um) membros efetivos, mais o presidente nacional, o líder da Bancada do Partido no Senado e o líder da Bancada na Câmara Federal.

Parágrafo único: O Diretório Nacional terá suplentes em número equivalente a 1/3 (um terço) do total de seus membros efetivos.

Art. 109. As atribuições do Diretório Nacional e da respectiva Comissão Executiva correspondem, na esfera federal, às atribuições dos Diretórios Municipais e Estaduais, conforme normas previstas neste Estatuto.

Art. 110. Além das atribuições do artigo anterior, compete ao Diretório Nacional:

I – aplicar sanções disciplinares aos filiados, nos termos estabelecidos neste Estatuto;

II – intervir nos Diretórios Estaduais, por iniciativa própria ou por decisão do Encontro Nacional, obedecidas as normas deste Estatuto;

III – destituir os Diretórios Estaduais, por iniciativa própria ou por decisão do Encontro Nacional, obedecidas as condições deste Estatuto;

IV – julgar recursos das decisões de Diretórios Estaduais que dissolverem Diretórios Municipais;

V – fixar a data dos Encontros Municipais, Zonais, Setoriais, Estaduais, Nacional ou do Congresso Nacional;

VI – manter relações internacionais por intermédio de suas instâncias de direção;

VII – definir, a cada 3 (três) anos, o número de membros dos Diretórios Estaduais, Municipais e Zonais;

VIII – cobrar as contribuições financeiras dos Diretórios Estaduais e dos filiados ocupantes de cargos federais eletivos e de confiança;

IX – garantir os repasses estatutários para as instâncias inferiores e organizar amplas campanhas de arrecadação;

X – administrar a instituição partidária em conformidade com os princípios constitucionais e partidários;

XI – encaminhar a elaboração e a aprovação do orçamento anual; manter em dia a contabilidade e garantir a elaboração, a aprovação e a entrega da prestação de contas à Justiça Eleitoral;

XII – zelar pela utilização apropriada da imagem do Partido, por seu patrimônio, sua sede e suas marcas de identificação pública;

XIII – defender a instituição e suas lideranças das ofensas, calúnias e qualquer uso inadequado do nome, da imagem e dos símbolos;

XIV – orientar, assessorar e apoiar as demais instâncias no cumprimento das obrigações estatutárias referentes à integridade política, administrativa e financeira da instituição.

Art. 111. A Comissão Executiva Nacional será composta, no mínimo, de um presidente, um vice-presidente, os líderes das Bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e

ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Versão II – Com modificações aprovadas pelo Diretório Nacional em 05/outubro/2007

d) recursos provenientes do Fundo Partidário, nos termos da lei.

Art. 118. Até o final de abril de cada ano, a Fundação Perseu Abramo deverá apresentar relatório anual sobre suas atividades ao Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, inclusive financeiras e administrativas.

Seção IV – Do Congresso Nacional do Partido

Art. 119. O Partido realizará, periodicamente, Congressos Nacionais para analisar, discutir e deliberar sobre sua atuação política, sobre questões de âmbito nacional, atualização do Programa, formas de organização ou funcionamento partidário.

Art. 120. Os Congressos serão convocados pelo Diretório Nacional, a quem compete elaborar a pauta, devendo ser antecedidos de Congressos Estaduais e Municipais, conforme critérios definidos em Regulamento a ser estabelecido pelo próprio Diretório Nacional, que assegurem ampla participação das bases partidárias.

Seção V - Dos Setoriais, Secretarias Setoriais e Grupos de Trabalho

Art. 121. Os Setoriais são instâncias partidárias integradas por filiados que atuam em determinada área específica, com o objetivo de intervir partidariamente junto aos movimentos sociais organizados.

Parágrafo único: A qualquer tempo, de acordo com a avaliação dos filiados de que trata esse artigo, poderão ser extintos ou criados outros Setoriais.

Art. 122. Os Setoriais podem se organizar em âmbito municipal, estadual ou nacional, mediante autorização das instâncias de direção correspondentes.

Parágrafo único: Somente o Diretório Nacional poderá instituir ou alterar a composição dos setores de atuação partidária reconhecidos como nacionais.

Art. 123. As Secretarias Setoriais, consideradas formas organizativas dos Setoriais, são as seguintes: Combate ao Racismo, Mulheres, Juventude, Agrária, Meio Ambiente e Desenvolvimento, e Sindical.

Parágrafo único: Os demais Setoriais estarão vinculados às Secretarias de Movimentos Populares, tais como: Educação, Saúde, Esporte e Lazer, Comunicação Comunitária, Pessoas Portadoras de Deficiência, Gays e Lésbicas, Religiosos, Criança e Adolescente, Política Urbana, Assistência Social, Assuntos Indígenas, Transporte, ressaltado o disposto no parágrafo único do artigo 122 deste Estatuto.

Art. 124. Os Setoriais e Secretarias Setoriais devem ter atuação permanente, enquanto instância de formulação e articulação partidárias.

Seção VI – Dos Encontros Setoriais

Art. 125. Os Encontros Setoriais são abertos à participação de todos os filiados que atuam junto ao respectivo setor de atividade partidária.

§ 1º O Diretório Nacional deverá fixar o número de filiados para a eleição no Encontro Setorial Estadual, o número de delegados ao Encontro Setorial Nacional, o quórum mínimo de participantes, bem como estabelecer a exigência de realização de um número mínimo de Encontros Setoriais Estaduais para que possa ser realizado o Encontro Setorial Nacional.

§ 2º As datas dos Encontros Setoriais Estaduais e Nacional serão definidas pelo calendário nacional aprovado pelo Diretório Nacional.

Art. 126. Os Encontros Setoriais Nacionais elegem os Coletivos e o secretário nacional; os Encontros Setoriais Estaduais elegem o Coletivo, o secretário e os delegados ao Encontro Setorial Nacional na proporção a ser definida pelo Diretório Nacional.

§ 1º. Os Encontros Setoriais em qualquer nível só podem ser realizados quando o Setorial tiver pelo menos um ano de funcionamento como instância partidária, contados a partir da autorização do respectivo diretório.

ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Versão II – Com modificações aprovadas pelo Diretório Nacional em 05/outubro/2007

II – Em nível estadual:

A) ao cargo de deputado estadual:

- A. a – 1/3 (um terço) dos membros do Diretório Estadual; ou
- A. b – 5% (cinco por cento) das Comissões Executivas Municipais; ou
- A. c – 1% (um por cento) dos filiados no estado; ou
- A. d – Encontro Setorial Estadual.

B) ao cargo de deputado federal:

- B. a – 1/3 (um terço) dos membros do Diretório Estadual; ou
- B. b – 5% (cinco por cento) das Comissões Executivas Municipais; ou
- B. c – 1% (um por cento) dos filiados no estado; ou
- B. d – Encontro Setorial Estadual ou Nacional.

C) ao cargo de senador:

- C. a – 2/5 (dois quintos) dos membros do Diretório Estadual; ou
- C. b – 10% (dez por cento) das Comissões Executivas Municipais; ou
- C. c – 3% (três por cento) dos filiados no estado.

D) ao cargo de governador de estado:

- D. a – 2/5 (dois quintos) dos membros do Diretório Estadual; ou
- D. b – 15% (quinze por cento) das Comissões Executivas Municipais; ou
- D. c – 5% (cinco por cento) dos filiados no estado.

III – Em nível nacional:

A) ao cargo de presidente da República:

- A. a – 2/5 (dois quintos) dos membros do Diretório Nacional; ou
- A. b – 30% (trinta por cento) das Comissões Executivas Estaduais; ou
- A. c – 10% (dez por cento) das Comissões Executivas Municipais em pelo menos 10 (dez) estados; ou
- A. d – 10% (dez por cento) dos filiados distribuídos por pelo menos 15 (quinze) estados.

§ 1º Para suplentes e vice, aplicam-se as mesmas regras previstas neste artigo.

§ 2º As pré-candidaturas proporcionais deverão ser registradas até 90 (noventa) dias quando se tratar de eleições estaduais, e até 60 (sessenta) dias quando se tratar de eleições municipais, da data de realização dos respectivos Encontros.

§ 3º O filiado poderá subscrever pedido ou indicar mais de um pleiteante para qualquer pré-candidatura.

Art. 130. No processo de realização das prévias, os filiados pré-candidatos poderão participar de debates, ter acesso a informações, cadastros e divulgar sua indicação no interior do Partido.

Parágrafo único: A Comissão Executiva do respectivo Diretório deverá garantir aos pré-candidatos isonomia durante todo o processo, assegurando-lhes iguais direitos e deveres e aplicando, no que couber, o disposto no artigo 38 deste Estatuto.

Art. 131. Os pré-candidatos às eleições proporcionais serão aprovados como candidatos no Encontro de nível correspondente desde que obtenham, no mínimo, 20% (vinte por cento) dos votos dos presentes.

Art. 132. Até 15 (quinze) dias antes da realização do Encontro, poderá ser apresentado pedido de impugnação, por escrito, de qualquer pré-candidatura, acompanhado das razões e dos documentos comprobatórios, a ser protocolado junto à Comissão Executiva correspondente, que imediatamente notificará o pré-candidato, assegurando-lhe amplo direito de defesa.

§ 1º Se for o caso, a Comissão Executiva poderá solicitar relatório à Comissão de Ética ou Comissão Especial *ad hoc*, indicada pela direção local.

§ 2º A decisão da Comissão Executiva será adotada *ad referendum* do Encontro.

Art. 133. No Encontro, a Comissão Executiva apresentará relatório circunstanciado das impugnações solicitadas, com síntese das razões das impugnações, da defesa, bem como dos pareceres e decisões.

§ 1º O Encontro votará cada uma das impugnações individualmente.

§ 2º Será considerada aprovada a impugnação que obtiver 3/4 dos votos válidos, desde que as abstenções não ultrapassem 49% dos presentes.

ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Versão II – Com modificações aprovadas pelo Diretório Nacional em 05/outubro/2007

TÍTULO V DA ESCOLHA OFICIAL DOS CANDIDATOS ÀS ELEIÇÕES E DELIBERAÇÃO SOBRE COLIGAÇÕES

CAPÍTULO I DAS CONVENÇÕES

Art. 143. As Convenções Oficiais destinadas a deliberar sobre a escolha de candidatos e coligações, observado o disposto na Lei Eleitoral e nas Resoluções do Tribunal Superior Eleitoral, serão realizadas de acordo com as normas estabelecidas no presente Capítulo.

§ 1º As Convenções Oficiais deverão, obrigatoriamente, homologar as decisões democraticamente adotadas nos Encontros realizados nos termos deste Estatuto e nas demais resoluções da instância nacional do Partido.

§ 2º As Convenções Oficiais que não cumprirem o disposto no parágrafo anterior serão anuladas pela Comissão Executiva da instância superior correspondente, aplicando-se o disposto no artigo 147 deste Estatuto.

Art. 144. As Convenções Oficiais deverão ser realizadas no período estabelecido pela legislação eleitoral em vigor, lavrando-se a respectiva ata em livro aberto e rubricado pela Justiça Eleitoral.

Art. 145. Nos municípios ou Estados em que não houver Diretório devidamente registrado, a Convenção Municipal será organizada e dirigida por Comissão Provisória devidamente constituída pela Comissão Executiva da instância imediatamente superior.

Art. 146. A Convenção será convocada pela respectiva Comissão Executiva ou Comissão Provisória e poderá ser realizada em qualquer dia da semana e pelo período necessário às deliberações.

§ 1º Constituem a Convenção os membros da Comissão Executiva do mesmo nível correspondente, ou da respectiva Comissão Provisória.

§ 2º: A Convenção poderá instalar-se com a presença de qualquer número de convencionais, mas as deliberações somente poderão ser tomadas, por, no mínimo, 50% do total de convencionais.

§ 3º A Convenção será presidida por qualquer membro da respectiva Comissão Executiva ou Comissão Provisória, que deverá assinar a ata juntamente com o secretário nomeado no ato para auxiliar os trabalhos convencionais.

§ 4º O sorteio dos números dos candidatos será realizado na mesma Convenção logo após a apuração dos votos.

§ 5º A ata da Convenção deverá conter todas as deliberações adotadas, os nomes dos candidatos escolhidos e os números a eles atribuídos.

Art. 147. Se a Convenção partidária se opuser, na deliberação sobre coligações, às diretrizes legitimamente estabelecidas pelas instâncias superiores do Partido, a Comissão Executiva da instância superior correspondente poderá anular tais decisões e os atos delas decorrentes.

§ 1º A anulação da Convenção poderá ser total ou parcial. No caso de ser anulada apenas a deliberação sobre coligações, podem permanecer como candidatos do Partido aqueles já escolhidos pela Convenção.

§ 2º Se da anulação de que trata este artigo surgir a necessidade de registro de candidatos na Justiça Eleitoral, os requerimentos deverão ser apresentados até 10 (dez) dias contados a partir da data da anulação parcial ou total da Convenção, e, tratando-se de candidatos proporcionais, deverá ainda ser observado o prazo de até 60 (sessenta) dias antes do pleito.

§ 3º No caso do parágrafo anterior, a Comissão Executiva da instância superior correspondente poderá proceder à substituição ou à escolha de candidatos.

Art. 148. Em caso de substituição de candidatos já homologados na Convenção Oficial, em virtude de renúncia, morte, inelegibilidade, indeferimento ou cancelamento de registro, caberá à respectiva Comissão Executiva ou Comissão Provisória, ou, em caso de omissão,

ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Versão II – Com modificações aprovadas pelo Diretório Nacional em 05/outubro/2007

Art. 159. Poderá ser expulso do Partido o candidato ou o detentor de mandato executivo ou legislativo que atuar contra as candidaturas partidárias, ou fizer campanha para candidato de partidos não apoiados pelo Partido, ou que violar o disposto no artigo 152 ou descumprir qualquer das cláusulas do “Compromisso Partidário do Candidato Petista” a que se refere o artigo 128 deste Estatuto.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, em face da urgência necessária, será adotado procedimento específico para aplicação de medida disciplinar.

§ 2º Deverá a Comissão Executiva, com base em documentos ou provas apresentados, instaurar processo disciplinar próprio, adotando as seguintes providências:

a) o candidato deverá ser notificado imediatamente para apresentar em 10 (dez) dias sua defesa por escrito, assegurando-lhe ampla defesa, podendo juntar documentos e arrolar testemunhas, até o máximo de 10 (dez), que deverão comparecer independentemente de intimação;

b) em seguida, serão designados dia e horário para a realização de uma só audiência a fim de que sejam ouvidos o candidato e as testemunhas arroladas, após o que será elaborado relatório para encaminhamento do procedimento ao Diretório correspondente para decisão.

§ 3º Tratando-se de Comissão Provisória, as providências a que se refere o parágrafo anterior deverão ser adotadas pela Comissão Executiva da instância de direção imediatamente superior.

Art. 160. A data da reunião do Diretório correspondente será comunicada ao candidato, que poderá nesta ocasião produzir defesa oral pelo prazo mínimo de 15 (quinze) minutos.

§ 1º A decisão de expulsão somente poderá ser adotada pela maioria absoluta de votos dos presentes, respeitado o quórum de deliberação de 50% (cinquenta por cento) mais um dos membros do respectivo Diretório.

§ 2º Dessa decisão caberá recurso, no prazo de 10 (dez) dias da notificação, à Comissão Executiva da instância superior com efeito suspensivo, devendo ser julgado na reunião imediatamente subsequente.

§ 3º Da decisão da Comissão Executiva superior que deliberar pela expulsão do candidato dos quadros de filiados do Partido, a Comissão Executiva da instância inferior correspondente será imediatamente comunicada para que adote as providências junto à Justiça Eleitoral com vistas ao cancelamento de registro do candidato, nos termos do disposto na Lei Eleitoral.

§ 4º Para efeito do disposto no parágrafo anterior, em caso de omissão da instância competente, as providências junto à Justiça Eleitoral poderão ser adotadas pela Comissão Executiva da instância superior correspondente.

Art. 161. A comunicação dos atos relacionados ao procedimento previsto nos artigos anteriores será feita por carta com aviso de recebimento, presumindo-se ter sido recebida se dirigida ao endereço declarado pelo candidato na respectiva instância partidária.

Art. 162. A Comissão Executiva Estadual ou Nacional poderá avocar para si, por decisão de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) de seus membros, procedimento instaurado por instância inferior quando a repercussão do fato atingir sua jurisdição ou quando houver irregularidade no encaminhamento das providências a serem adotadas pela instância inferior ou sua respectiva Comissão Executiva.

Art. 163. O Diretório Nacional poderá adotar outras Resoluções relativas às eleições, a serem observadas pelos candidatos do Partido e pelas instâncias inferiores.

ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Versão II – Com modificações aprovadas pelo Diretório Nacional em 05/outubro/2007

§ 1º: As instâncias superiores não respondem pela autorização ou pagamento de transações financeiras, despesas ou dívidas contraídas por instâncias inferiores de direção.

§ 2º: Dívidas contraídas na forma do disposto neste artigo, em nome de instância de nível inferior e CNPJ correspondente, não poderão ser transferidas ou assumidas por instâncias superiores, nem judicial ou extra judicialmente.

§ 3º: Em cada nível, dívidas, contraídas na forma do disposto neste artigo, em nome de candidato majoritário filiado ao Partido, deverão ser honradas pelo respectivo comitê financeiro da eleição correspondente, ou quando for o caso, com autorização expressa da respectiva instância de direção.

§ 4º: Em cada nível, a instância de direção com CNPJ próprio responde pela arrecadação e movimentação de seus recursos financeiros, não se aplicando a solidariedade prevista no Código Civil para cobrança de valores, dívidas ou despesas contraídas em nome das demais instâncias de direção, com CNPJ diverso.

§ 5º: Os dirigentes a que se refere o inciso I não poderão assinar, em nome da correspondente instância de direção, termo de fiança em transação financeira ou despesa contraída em nome de candidato ou instância inferior de direção.

§ 6º: Os dirigentes a que se refere o inciso I que descumprirem ou não efetivarem as exigências contidas neste artigo estarão sujeitos ao pagamento do montante da despesa contraída, além da aplicação de medidas disciplinares previstas neste Estatuto.

§ 7º: O Partido dos Trabalhadores, através de suas instâncias de direção, em cada nível, não arcará com ônus de qualquer transação financeira efetuada em seu nome, ou com seu CNPJ correspondente, por quaisquer pessoas, filiações ou não, que não tenham sido expressamente autorizadas nos termos do disposto neste artigo.

CAPÍTULO II DAS CONTRIBUIÇÕES OBRIGATÓRIAS

Seção I – Do direito de votar e ser votado

Art. 169. Estará apto a votar em qualquer atividade de base e das instâncias partidárias todo filiado em dia com as contribuições financeiras partidárias, conforme as regras e tabelas estabelecidas neste Estatuto.

§ 1º Considera-se em dia o filiado que efetuou as contribuições financeiras com o Partido.

§ 2º Tratando-se de filiado ocupante de cargo eletivo ou de confiança, considera-se em dia aquele que tenha quitado todas as suas contribuições financeiras partidárias até o mês anterior à atividade de que pretende participar.

§ 3º Somente poderá ser votado nas eleições partidárias o filiado que estiver em dia com todas as suas contribuições financeiras partidárias, inclusive débitos passados.

Seção II – Da contribuição financeira dos filiados

Art. 170. Todo filiado, obrigatoriamente, deverá efetuar uma contribuição mínima anual ao Partido, obedecida a seguinte tabela, baseada no rendimento mensal:

I – de zero a 3 (três) salários mínimos, no valor correspondente à aquisição da Carteira Nacional de Filiação, estipulado pela Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento;

II – acima de 3 (três) e até 6 (seis) salários mínimos, no valor correspondente a 0,5 % (meio por cento) do salário líquido mensal do filiado;

III – acima de 6 (seis) salários mínimos, no valor correspondente a 1% (um por cento) do salário líquido mensal do filiado;

§ 1º A contribuição deverá ser paga exclusivamente pelo filiado ao respectivo Diretório Zonal ou Municipal, sendo que o valor referente aos incisos II e III deverá ser multiplicado por doze.

§ 2º O pagamento da anuidade poderá ser efetuado da seguinte forma:

a) anualmente, com desconto de 20% (vinte por cento) antecipado, observadas as normas estabelecidas pela Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento; ou

ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Versão II – Com modificações aprovadas pelo Diretório Nacional em 05/outubro/2007

Art. 173. A tabela progressiva das contribuições financeiras dos filiados ocupantes de cargos eletivos e de confiança no Legislativo e Executivo, a ser aprovada pelo Diretório Nacional, deverá ser adotada por todas as instâncias partidárias e somente poderá ser alterada por deliberação de, no mínimo, 60% (sessenta por cento) dos membros do próprio Diretório Nacional.

Parágrafo Único: As contribuições a que se refere este artigo serão pagas diretamente pelo filiado à instância do mesmo nível territorial do cargo ocupado.

CAPÍTULO III

DA DISTRIBUIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES ESTATUTÁRIAS ENTRE AS INSTÂNCIAS

Art. 174. Os repasses entre as instâncias, mensais e obrigatórios, obedecem aos princípios de cooperação, solidariedade, ajuda mútua e responsabilidade coletiva.

§ 1º O Diretório Zonal repassará, até o 15º (décimo quinto) dia do mês, ao respectivo Diretório Municipal, o valor referente a 50% (cinquenta por cento) das contribuições dos filiados, recebidas no mês anterior.

§ 2º O Diretório Municipal definirá, ouvidos os Diretórios Zonais, o critério de repasse das contribuições dos mandatários e assessores aos Zonais.

§ 3º O Diretório Municipal repassará ao Diretório Estadual, mensal e obrigatoriamente, até o 20º (vigésimo) dia, 25% (vinte e cinco por cento) das contribuições de todos os filiados que ocupam cargos eletivos ou de confiança, recebidas no mês anterior, de acordo com a tabela prevista no artigo 173 deste Estatuto.

§ 4º O Diretório Estadual repassará ao Diretório Nacional, mensal e obrigatoriamente, até o 25º (vigésimo quinto) dia do mês, 10% (dez por cento) das contribuições de todos os filiados que ocupam cargos eletivos ou de confiança – governadores, vice-governadores, deputados estaduais, assessores do Executivo e do Legislativo estaduais – recebidas no mês anterior, devendo repassar, ainda, 20% (vinte por cento) do total da arrecadação recebida dos Diretórios Municipais, a que se refere o § 3º deste artigo.

§ 5º: Do total arrecadado pelo Diretório Nacional com as contribuições de filiados comissionados em âmbito federal, 15% deverá, mensal e obrigatoriamente, ser destinado aos Diretórios Estaduais e 10% aos Diretórios Municipais, ficando a instância nacional com os 75% restantes.

§ 6º Para efeito do disposto neste artigo, sendo o dia estipulado feriado, sábado ou domingo, o repasse deverá ocorrer no dia útil imediatamente seguinte.

Art. 175. Os Diretórios Zonais deverão estabelecer com o respectivo Diretório Municipal a forma de distribuição de recursos para sustentação dos Núcleos.

Art. 176. Dos recursos financeiros arrecadados, as Comissões Executivas deverão, no respectivo nível, contribuir para a estruturação e as atividades das Coordenações das Microrregiões, Macrorregiões e dos Setoriais.

Art. 177. As instâncias de qualquer nível poderão, além dos repasses obrigatórios, firmar convênios entre si, ou dividir recursos obtidos em campanhas financeiras e demais atividades de arrecadação, nas proporções por elas estabelecidas.

Art. 178. Trimestralmente, as instâncias municipais e estaduais deverão encaminhar à instância nacional relatório devidamente preenchido, em impresso fornecido pela Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento, informando sobre mandatários e assessores em débito com as contribuições partidárias, o volume das dívidas e as providências que estão sendo adotadas para o recebimento dos valores devidos.

Art. 179. No segundo dia útil após o recebimento dos valores referente à aquisição da Carteira de Filiação, a instância correspondente deverá efetuar o repasse à Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento, encaminhando, imediatamente, correspondência ao Diretório Nacional, anexando as vias dos formulários, bem como cópia dos comprovantes dos depósitos efetuados.

Art. 180. A Comissão Executiva Nacional, através da Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento, em conjunto com a Secretaria Nacional de Organização, proporá anualmente

ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Versão II – Com modificações aprovadas pelo Diretório Nacional em 05/outubro/2007

§ 4º Os repasses do Fundo Partidário às instâncias estaduais deverão ser registrados em planilha própria e os beneficiados deverão emitir e assinar recibos à Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento.

Art. 189. As instâncias estaduais deverão adotar critérios de distribuição de parcelas de suas cotas do Fundo Partidário às instâncias municipais.

§ 1º Os critérios a que se refere este artigo não poderão ser alterados no decorrer do ano de sua aprovação.

§ 2º Cópia da decisão que aprovou os critérios previstos neste artigo deverá ser encaminhada às respectivas secretarias de Finanças ou Tesourarias municipais e nacional.

Art. 190. Na prestação de contas das instâncias partidárias de qualquer nível devem ser discriminadas as despesas realizadas com recursos do Fundo Partidário.

CAPÍTULO V DO ORÇAMENTO

Art. 191. Até a primeira semana de março de cada ano, as instâncias partidárias de cada nível devem aprovar o orçamento anual elaborado pela respectiva Secretaria de Finanças ou Tesouraria, com apoio do Conselho Fiscal, baseada em propostas elaboradas por seus dirigentes.

§ 1º As Secretarias Nacionais deverão apresentar, até o mês de dezembro do ano anterior, proposta de orçamento anual à Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento, que, por sua vez, deverá elaborar a proposta de orçamento, sempre no mês de janeiro, utilizando como critério principal o plano de ação do Partido para aquele ano.

§ 2º A proposta de que trata o parágrafo anterior será encaminhada aos membros do Diretório Nacional e às instâncias estaduais, para conhecimento, debate e manifestação das respectivas instâncias.

§ 3º As contribuições recebidas serão analisadas e apreciadas pela Secretaria Nacional de Finanças e Planejamento, que finalizará a proposta de Orçamento Participativo para discussão e aprovação pelo Diretório Nacional.

§ 4º Os procedimentos e prazos previstos neste artigo deverão ser adotados pelas instâncias inferiores, obedecida a hierarquia partidária.

Art. 192. Como forma de democratizar as atividades especificadas no orçamento, podem ser estabelecidos rateios de despesas entre instâncias e taxas de inscrição.

CAPÍTULO VI DA CONTABILIDADE DO PARTIDO

Art. 193. As receitas obtidas e as despesas efetuadas pelo Partido serão contabilizadas e administradas com observância das prescrições legais.

Art. 194. A contabilidade deve ser mantida em dia de acordo com os preceitos da escrituração contábil, garantindo a elaboração, a aprovação e a entrega do balanço anual e da prestação de contas à Justiça Eleitoral.

Parágrafo único: Cópias do balanço anual e da prestação de contas deverão ser encaminhadas à instância imediatamente superior até 30 (trinta) dias após a devida entrega à Justiça Eleitoral.

Art. 195. A movimentação dos recursos do Partido deverá ser efetuada através de contas correntes bancárias em nome do Partido dos Trabalhadores.

§ 1º: A abertura e a movimentação de contas bancárias e demais transações financeiras em nome do Partido dos Trabalhadores deverão ser feitas, conjuntamente, pelo presidente e pelo secretário de Finanças (ou tesoureiro) da respectiva Comissão Executiva.

§ 2º: A Secretaria de Finanças de cada instância partidária deverá, ainda, observar as normas previstas no Regimento Interno de Contabilidade e Finanças Partidárias, a ser elaborado pela instância nacional de direção, que disporá detalhadamente os procedimentos a serem rigorosamente cumpridos e observados sobre movimentação financeira dos recursos e contabilidade.

ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Versão II – Com modificações aprovadas pelo Diretório Nacional em 05/outubro/2007

Art. 204. As Comissões de Ética e Disciplina somente poderão reunir-se com a presença de no mínimo 3 (três) de seus membros, convocando-se os suplentes no caso de vaga. Esgotado o número de suplentes e havendo ainda a necessidade de se completar as vagas, o Diretório elegerá, respeitada a proporcionalidade do resultado do Encontro, o substituto que completará o mandato, qualquer que seja o período a ser cumprido.

Art. 205. As Comissões de Ética e Disciplina concluirão a instrução dos processos disciplinares no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua instauração, que poderá ser prorrogado, a critério da Comissão Executiva do órgão correspondente, por mais 30 (trinta) dias.

Parágrafo único: Não será permitida qualquer divulgação sobre o andamento dos trabalhos da Comissão de Ética, salvo por decisão da instância de direção correspondente.

CAPÍTULO II DA DISCIPLINA E DA FIDELIDADE PARTIDÁRIAS

Art. 206. A disciplina interna e a fidelidade partidária serão asseguradas, na forma estabelecida neste Estatuto, pelas seguintes medidas:

- I – intervenção de instância superior em inferior;
- II – aplicação de medidas disciplinares, na forma deste Estatuto;
- III – manifestação das instâncias do Partido.

Art. 207. Os filiados ao Partido, mediante apuração em processo em que lhes seja assegurada ampla defesa, estão sujeitos às medidas disciplinares estabelecidas no presente Estatuto.

Art. 208. As penas disciplinares coletivas de intervenção, destituição ou dissolução de instâncias partidárias poderão ser cumulativas com outras penas individuais, particularizadas.

Art. 209. Constituem infrações éticas e disciplinares:

- I – a violação às diretrizes programáticas, à ética, à fidelidade, à disciplina e aos deveres partidários ou a outros dispositivos previstos neste Estatuto;
- II – o desrespeito à orientação política ou a qualquer deliberação regularmente tomada pelas instâncias competentes do Partido, inclusive pela Bancada a que pertencer o ocupante de cargo legislativo;
- III – a improbidade no exercício de mandato parlamentar ou executivo, bem como no exercício de mandato de órgão partidário ou de função administrativa;
- IV – a atividade política contrária ao Programa e ao Manifesto do Partido;
- V – a falta, sem motivo justificado por escrito, a mais de 3 (três) reuniões sucessivas das instâncias de direção partidárias de que fizer parte;
- VI – a falta de exaço no cumprimento dos deveres atinentes aos cargos e funções partidárias;
- VII – a infidelidade partidária, nos termos da lei e deste Estatuto;
- VIII – o não acatamento às deliberações dos Encontros e Congressos do Partido, bem como àquelas adotadas pelos Diretórios e Comissões Executivas do Partido, principalmente se, tendo sido convocado, delas não tiver participado;
- IX – a propaganda de candidato a cargo eletivo de outro Partido ou de coligação não aprovada pelo PT ou, por qualquer meio, a recomendação de seu nome ao sufrágio do eleitorado;
- X – acordos ou alianças que contrariem os interesses do Partido, especialmente com filiados de partidos não apoiados pelas direções partidárias;
- XI – o apoio a governos que contrariem os princípios programáticos do Partido, principalmente quando em proveito pessoal, ou o exercício de cargo de governo – ministro, secretário, diretor de autarquia ou similar – em qualquer nível, em governo não apoiado pelo PT, salvo autorização expressa das instâncias partidárias;
- XII – a obstrução ao funcionamento de qualquer órgão de direção partidária;
- XIII – a promoção de filiações em bloco que objetivem o predomínio de pessoas ou grupos estranhos ou sem afinidade com o Partido;

ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Versão II – Com modificações aprovadas pelo Diretório Nacional em 05/outubro/2007

suplentes do Partido, suspensão do direito de voto nas reuniões internas ou à perda de todas as prerrogativas, cargos e funções que exerçam em decorrência da representação e da proporção partidária, na respectiva Casa Legislativa, quando se opuserem, pela atitude ou pelo voto, às diretrizes legitimamente estabelecidas pelos órgãos partidários.

§ 3º As penas previstas no parágrafo anterior serão aplicadas após regular processo conduzido pela Comissão de Ética e Disciplina correspondente, salvo na hipótese de descumprimento pelos filiados parlamentares de decisão relativa a “fechamento de questão”, quando a pena será aplicada independentemente de processo, observado o disposto no artigo 67 deste Estatuto.

Art. 212. O parlamentar que deixar a legenda, desobedecer ou se opuser às deliberações ou resoluções estabelecidas pelas instâncias dirigentes do Partido perderá o mandato, assumindo, nesse caso, o suplente do Partido, pela ordem de classificação.

Parágrafo único: No caso de desligamento voluntário ou disciplinar, poderá, ainda, ser aplicada a pena de indenização equivalente à remuneração total auferida em 12 (doze) meses.

Art. 213. Dar-se-á a expulsão nos casos em que ocorrer:

I – infração grave às disposições legais e estatutárias;

II – inobservância grave dos princípios programáticos, da ética, da disciplina e dos deveres partidários;

III – infidelidade partidária;

IV – ação do eleito pelo Partido para cargo executivo ou legislativo ou do filiado contra as deliberações dos órgãos partidários e as diretrizes do Programa;

V – ostensiva hostilidade, atitudes desrespeitosas ou ofensas graves e reiteradas a dirigentes, lideranças partidárias, à própria legenda ou a qualquer filiado;

VI – improbidade no exercício de mandato parlamentar ou executivo, bem como no de órgão partidário ou função administrativa;

VII – incidência reiterada de conduta pessoal indecorosa;

VIII – violação reiterada de qualquer dos deveres partidários;

IX – reincidência em promover filiações em bloco que objetivem o predomínio de pessoas ou grupos estranhos ou sem afinidade com o Partido;

X – desobediência às deliberações regularmente tomadas em questões consideradas fundamentais, inclusive pela bancada a que pertencer o ocupante de cargo legislativo;

XI – atuação contra candidatura partidária ou realização de campanha para candidatos de partidos não apoiados pelo PT;

XII – condenação por crime infamante ou por práticas administrativas ilícitas, com sentença transitada em julgado.

Parágrafo único: A pena de expulsão implica o imediato cancelamento da filiação partidária, com efeitos na Justiça Eleitoral.

CAPÍTULO IV DO PROCESSO DISCIPLINAR

Art. 214. A representação deverá ser feita por filiado, em petição escrita, motivada e circunstanciada, acompanhada das provas em que se fundar e da indicação do rol de testemunhas, até o limite máximo de 8 (oito), devendo ser dirigida:

I – à Comissão Executiva do Diretório a que estiver filiado o denunciado ou, no caso de prefeito ou vice-prefeito, secretário municipal, vereador ou membro do Diretório, nas capitais e municípios com Zonais, à Comissão Executiva do respectivo Diretório Municipal;

II – à Comissão Executiva Estadual se o denunciado for membro do Diretório Estadual, governador ou vice-governador, deputado estadual ou federal, senador, secretário de Estado ou equivalente;

III – à Comissão Executiva Nacional, se o denunciado for membro do Diretório Nacional, presidente ou vice-presidente da República, ministro de Estado ou equivalente.

ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Versão II – Com modificações aprovadas pelo Diretório Nacional em 05/outubro/2007

§ 1º Por ocasião do julgamento, o autor da representação e o representado poderão apresentar suas razões orais, pessoalmente ou por intermédio de advogado, pelo prazo de 15 (quinze) minutos cada.

§ 2º Na oportunidade do julgamento, serão garantidos aos acusados o contraditório e a observância às normas da mais ampla defesa, com os meios a ela inerentes.

§ 3º Entende-se por meios inerentes de prova todos aqueles que tiverem, direta ou indiretamente, relação com os fatos considerados do interesse da defesa, excluídos os meramente protelatórios.

Art. 222. As medidas disciplinares a serem aplicadas poderão ou não ser aquelas indicadas no parecer da Comissão de Ética e Disciplina e serão adotadas pelo Diretório correspondente por maioria absoluta de votos dos presentes, respeitado o quórum de deliberação da instância.

Art. 223. Das decisões que contiverem medidas disciplinares caberá recurso ao Diretório hierarquicamente superior no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação das partes, podendo a Comissão Executiva correspondente conceder efeito suspensivo, que será obrigatório para a pena de expulsão.

Art. 224. Contam-se os prazos excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do término. No início da contagem dos prazos, não serão computados os sábados, domingos e feriados.

§ 1º Se o início do prazo cair no sábado, no domingo ou em feriado, este começará a fluir a partir do primeiro dia útil subsequente; se terminar em qualquer desses dias, este será prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.

§ 2º Quando o Estatuto não estabelecer prazo especial e o coordenador da Comissão de Ética e Disciplina não o fixar, todos os prazos serão de 10 (dez) dias.

Art. 225. A comunicação dos atos do processo disciplinar será feita por carta com aviso de recebimento, presumindo-se ter sido recebida se dirigida ao endereço que a parte declarou no processo.

Art. 226. Os casos omissos em matéria de prazos, comunicações de atos ou demais procedimentos serão resolvidos pela Comissão Executiva do Diretório competente que irá julgar a falta disciplinar.

Art. 227. Cessando as causas que determinaram a aplicação da medida disciplinar de suspensão antes do término do cumprimento da penalidade, ou em face de motivo relevante no caso de expulsão, poderá o interessado solicitar revisão da penalidade ao Diretório que agiu no feito, cabendo recurso de ofício à instância imediatamente superior.

CAPÍTULO V DA MEDIDA CAUTELAR

Art. 228. Havendo fortes indícios de violação de dispositivos pertinentes à disciplina e à fidelidade partidária passíveis de repercussão prejudicial ao Partido em nível estadual ou nacional; ou em casos de urgência, quando o representado poderá frustrar o regular processo ético; ou quando a demora puder tornar a aplicação da penalidade ineficaz, poderá:

I – a Comissão Executiva competente determinar, pelo voto de 3/4 de seus membros, a suspensão provisória do denunciado por tempo não superior a 60 (sessenta) dias, dentro do qual deverá estar concluído o processo de julgamento; ou

II – a Comissão Executiva de órgão imediatamente superior, pelo voto de 3/4 de seus membros, determinar o afastamento temporário dos membros de qualquer órgão hierarquicamente inferior.

Parágrafo único: Por repercussão prejudicial entende-se a veiculação de notícias em nível estadual ou nacional envolvendo o nome do filiado acompanhado da legenda do Partido que digam respeito à percepção de vantagens indevidas, favorecimentos, conluio, corrupção, desvio de verbas, voto remunerado ou outras situações que possam configurar improbidade.

ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Versão II – Com modificações aprovadas pelo Diretório Nacional em 05/outubro/2007

ato for do Diretório Nacional, que será recebido pela Comissão Executiva correspondente com efeito suspensivo.

§ 5º O efeito suspensivo previsto no parágrafo anterior não se aplica nos casos de resoluções ou matérias relacionadas ao processo eleitoral em que a legislação em vigor torne indispensável a aplicação imediata da decisão de dissolução de Diretório ou destituição de Comissão Executiva.

TÍTULO VIII DA OUVIDORIA DO PARTIDO

Art. 231. A Ouvidoria é órgão de cooperação do Partido e será criada em nível nacional e estadual, com a finalidade de contribuir para manter o Partido sintonizado com as aspirações do conjunto de seus filiados e com os setores sociais que pretende representar, promovendo, sempre que necessário, debates sobre o projeto político partidário.

Art. 232. As Comissões Executivas Estaduais e Nacional serão responsáveis pela criação das respectivas Ouvidorias, providenciando os meios adequados ao exercício de suas atividades, observadas as normas de funcionamento a serem definidas pela instância nacional.

TÍTULO IX TENDÊNCIAS

Art. 233. O direito de filiados organizarem-se em tendências vigora permanentemente no Partido, observadas as normas previstas neste Estatuto.

§ 1º Tendências são agrupamentos que estabelecem relações entre militantes para defender, no interior do Partido, determinadas posições políticas, não podendo assumir expressão pública e declarar-se de vida permanente.

§ 2º Todo e qualquer agrupamento de filiados que não se constitua em organismo partidário ou instância previstos neste Estatuto deverá solicitar à instância de direção correspondente o seu registro como tendência interna do Partido.

§ 3º Os agrupamentos que não cumprirem a exigência prevista no *caput* deste artigo serão considerados irregulares, estando seus integrantes sujeitos às medidas disciplinares previstas neste Estatuto.

§ 4º O Partido não reconhece o direito de seus filiados organizarem-se em frações, públicas ou internas.

Art. 234. As tendências podem ser de âmbito municipal, estadual ou nacional, ter atuação em todas as áreas de interesse do Partido ou resumirem-se a um determinado setor ou tema.

Parágrafo único. As tendências deverão solicitar seu registro na instância correspondente ao seu âmbito de atuação.

Art. 235. As tendências não poderão ter sedes próprias.

§ 1º Recomenda-se que as tendências se reúnam nas sedes partidárias e suas atividades, sempre internas ao Partido, deverão ser abertas para qualquer filiado.

§ 2º Aquelas que pretendam manter espaço para organizar suas atividades deverão dar conhecimento e ser autorizadas pela respectiva Comissão Executiva, vedado qualquer tipo de identificação pública.

§ 3º O espaço a que se refere o parágrafo anterior poderá ser usado pelo Partido, vedada sua utilização para reunião com não-filiados.

Art. 236. As tendências internas poderão produzir boletins informativos, bem como editar publicações voltadas ao debate político e teórico ou a propostas sobre a conjuntura e o movimento social, de circulação interna ao Partido.

§ 1º É vedada a publicação de folheto, jornal, revista ou de qualquer outro meio de comunicação com objetivo de difundir posições de tendência fora do Partido.

ESTATUTO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Versão II – Com modificações aprovadas pelo Diretório Nacional em 05/outubro/2007

§ 2º O uso para quaisquer fins, inclusive a exploração comercial, industrial e publicitária, das marcas e símbolos do Partido só poderá se dar mediante concessão, autorização ou delegação explícitas da Comissão Executiva Nacional.

CAPÍTULO II PATRIMÔNIO

Art. 243. O patrimônio do Partido será constituído por:

- a) renda patrimonial;
- b) doações e legados de pessoas físicas ou jurídicas;
- c) bens móveis e imóveis de sua propriedade ou que venha a adquirir;
- d) recursos recebidos na forma deste Estatuto.

Art. 244. No caso de dissolução do Partido, seu patrimônio será destinado a entidades ligadas aos trabalhadores, conforme deliberação do Encontro Nacional que apreciar sua extinção.

Parágrafo único: A extinção a que se refere esse artigo só poderá ocorrer por decisão de 2/3 dos delegados de Encontro Nacional especialmente convocado para esse fim com 6 (seis) meses de antecedência.

TÍTULO XII DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 245. Para fins de organização e de administração partidária, o Distrito Federal equivale a estado.

Parágrafo único: Os deputados distritais, ou outros, na mesma hierarquia, equivalem a deputados estaduais.

Art. 246. O presente Estatuto poderá ser alterado em Encontro Nacional, pelo voto da maioria de seus delegados.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, a Comissão Executiva Nacional designará uma Comissão que elaborará o projeto de reforma e promoverá sua publicação e sua distribuição aos Diretórios em todos os níveis para apresentação de emendas, dentro dos prazos que fixar.

§ 2º Toda alteração estatutária deverá ser registrada no Ofício Civil competente e encaminhada para o mesmo fim ao Tribunal Superior Eleitoral, nos termos da lei.

Art. 247. Caberá ao Diretório Nacional regulamentar o funcionamento das Macrorregiões nacionais, bem como as disposições deste Estatuto, estabelecendo, se necessário, em parecer por ela aprovado, o entendimento que deva prevalecer na aplicação de seus dispositivos.

Art. 248. Os membros do Partido não responderão subsidiariamente pelas obrigações contraídas em nome da agremiação partidária.

Art. 249. Na remessa pelo correio de citações, notificações ou qualquer documento partidário, considera-se protocolo, para qualquer efeito, o recibo postal ou o aviso de recebimento.

Art. 250. Sob a responsabilidade das instâncias em nível nacional, estadual, municipal, ou por meio de convênios com entidades especializadas, poderão ser organizados sistema de pesquisas, de educação e treinamento ou cursos de formação profissional, de interesse político-partidário.

Art. 251. Grupos de Trabalho poderão ser organizados circunstancialmente pela direção nacional, com o objetivo de elaborar propostas de governo, políticas públicas ou articular os Setores nas campanhas eleitorais.

Resultado das Eleições da Paraíba – 1982

Cargo: Governador				
Candidato	Partido	Votação	% válidos	Situação
Wilson Braga Vice: <i>José Carlos da Silva Junior</i>	PDS	509.855	58,4%	Eleito
Antonio Marques da Silva Mariz Vice: <i>Mário Silveira</i>	PMDB	358.146	41,0%	
Francisco Derly Pereira Vice: <i>José Olímpio de Araújo</i>	PT	3.918	0,44%	
<i>Votos brancos</i>		70.291		
<i>Votos nulos</i>		22.042		
<i>Total apurado</i>		964.252		
Cargo: Senador				
Candidato	Partido	Votação	% válidos	Situação
Marcondes Gadelha	PDS	321.917	37,6%	Eleito
Pedro Moreno Gondim	PMDB	257.429	30,0%	
Amir Gaudencio de Queiroz	PDS	132.231	15,4%	
Ney	PMDB	78.722	9,19%	
Olavo	PDS	55.548	6,48%	
Djacir Cavalcanti Arruda	PMDB	6.559	0,76%	
Idalmo da Silva	PT	3.730	0,43%	
<i>Votos brancos</i>		78.951		

<i>Votos nulos</i>		29.165		
<i>Total apurado</i>		964.252		

Cargo: Deputado Federal

Candidato	Partido	Votação	% válidos	Situação
José Calistrato Cardoso Filho	PT	1.487	0,17%	
Francisco Nobrega Gadelha de Queiroga	PT	1.030	0,12%	
Pedro Gomes e Silva	PT	1.003	0,12%	
José Isidro de Sousa	PT	29	0,00%	
Rubens Pinto Lyra	PT	21	0,00%	
<i>Legenda do PT</i>		8	0,00%	
<i>Votos brancos</i>		87.205		
<i>Votos nulos</i>		41.239		
<i>Total apurado</i>		964.252		

Cargo: Deputado Estadual

Candidato	Partido	Votação	% válidos	Situação
Francisco Marcelino Muniz Medeiros	PT	665	0,08%	
José Edilson de Amorim	PT	607	0,07%	
Anisio	PT	602	0,07%	
Francisco Ferreira de Sousa	PT	536	0,06%	
Eliezer Pedrosa Gomes	PT	391	0,04%	
Irlanio Ribeiro Pereira	PT	373	0,04%	
Magno José Guedes Barreto	PT	241	0,02%	

Washington Alves da Rocha	PT	119	0,01%
João Bosco Lira Melo	PT	41	0,00%
<i>Legenda do PT</i>		5	0,00%
<i>Votos brancos</i>		90.590	
<i>Votos nulos</i>		54.078	
<i>Total apurado</i>		964.252	

Gráfico 3. Resultado das Eleições das Paraíba – 1986

Fonte: TRE-PB

Cargo: Governador					
Nº	Candidato	Partido	Votação	% válidos	Situação
15	Burity Vice: <i>Raymundo Yasbeck Asfora</i>	PMDB	755.625	61,2%	Eleito
25	Marcondes Gadelha Vice: <i>Marcus Odilon Ribeiro Coutinho</i>	PFL	459.589	37,2%	
13	Carlos Alberto Dantas Bezerra	PT	18.097	1,46%	
	<i>Votos brancos</i>		112.701		
	<i>Votos nulos</i>		38.337		
	<i>Total apurado</i>		1.384.349		
	<i>Eleitorado</i>		1.464.338		
	<i>Abstenção</i>		79.989		5,46%
Cargo: Senador					
Nº	Candidato	Partido	Votação	% válidos	Situação
152	Lira	PMDB	615.533	29,9%	Eleito

151	Humberto Coutinho de Lucena	PMDB	607.266	29,5%	Eleito
114	Wilson Braga	PPR	388.878	18,9%	
111	Maurício Leite	PPR	267.111	13,0%	
113	João Bosco Braga Barreto	PPR	40.723	1,98%	
222	Durval Ferreira da Silva Filho	PL	33.547	1,63%	
132	Alberto do Amaral	PT	28.539	1,39%	
131	Tota	PT	27.118	1,32%	
221	José Guedes	PL	20.398	0,99%	
112	Otávio Pires de Lacerda	PPR	13.265	0,64%	
171	João José Nouri	PTRB	11.126	0,54%	
	<i>Votos brancos</i>		602.047		
	<i>Votos nulos</i>		113.127		
	<i>Total apurado</i>		2.768.678		
	<i>Eleitorado</i>		1.464.338		
	<i>Abstenção</i>		79.999		5,46%

Cargo: Deputado Federal

Nº	Candidato	Partido	Votação	% válidos	Situação
1340	Vanderley Caixe	PT	9.636	1,14%	
1301	Francisco Derly Pereira	PT	3.830	0,45%	
1333	Chico Lopes	PT	2.342	0,27%	
1313	Severino Dantas Fernandes	PT	1.427	0,16%	
1399	Elisa Bezerra Mineiros	PT	1.037	0,12%	

1331	Josévaldo Pessoa da Cunha	PT	972	0,11%	
1311	José Maria Gurgel	PT	911	0,10%	
1318	Edvaldo Faustino da Costa	PT	645	0,07%	
1330	João Marrocos Sucupira	PT	480	0,05%	
2244	Adeilton Hilario	PL	478	0,05%	
1310	Idalmo da Silva	PT	278	0,03%	
1303	Pedro Gomes e Silva	PT	253	0,03%	
1304	Alberto Nunes de Oliveira	PT	78	0,00%	
1392	Tereza Cristina Soares Maia	PT	12	0,00%	
1314	José Geraldo de Vasconcelos Baracuhy	PT	1	0%	
	<i>Votos brancos</i>		443.014		
	<i>Votos nulos</i>		60.670		
	<i>Total apurado</i>		1.347.602		
	<i>Eleitorado</i>		1.464.338		
	<i>Abstenção</i>		116.736		7,97%

Cargo: Deputado Estadual

Nº	Candidato	Partido	Votação	% válidos	Situação
13233	Agamenon Vieira da Silva	PT	4.530	0,51%	
13150	Antonio Barbosa Filho	PT	4.218	0,48%	
13140	Francisco de Assis Pinheiro	PT	3.280	0,37%	
13133	Francisco Nobrega Gadelha de Queiroga	PT	3.072	0,35%	
13211	Anisio	PT	1.362	0,15%	

13101	Pedro Celestino Dantas Filho	PT	1.244	0,14%	
13113	José Soares da Silva	PT	1.141	0,13%	
13111	Afonso Valtemir Vieira Cartaxo	PT	1.096	0,12%	
13200	Luiz Gonzaga Lima de Morais	PT	623	0,07%	
13103	Daniel Firino da Silva	PT	583	0,06%	
13250	Joao Mino	PT	484	0,05%	
13123	Ofinho	PT	456	0,05%	
13220	Robert Dagon da Silva	PT	368	0,04%	
13104	Ednaldo Barbosa Guedes	PT	315	0,03%	
13222	Agostinho Gabriel da Silva	PT	267	0,03%	
13213	Adauto Luiz de Amorim	PT	175	0,02%	
13130	Leandro Moura Pereira	PT	172	0,02%	
13110	Américo Gomes	PT	138	0,01%	
13188	Edmilson da Silva Pinheiro	PT	116	0,01%	
13170	José Renato Uchoa	PT	115	0,01%	
13199	Washington José Pessoa Furtado Rodrigues Diniz	PT	96	0,01%	
13210	João Bosco Lira Melo	PT	92	0,01%	
13120	Sosthenes Marinho Costa	PT	69	0,00%	
13160	Francisco de Assis Cunha Metri	PT	63	0,00%	
13299	Gilvando Santos Carvalho	PT	54	0,00%	
13166	Severino Crispim da Silva	PT	49	0,00%	

13255	João Felix dos Santos	PT	44	0,00%	
13131	Lindolfo Araujo Sobreira	PT	41	0,00%	
13102	Antônio Pedro dos Santos	PT	33	0,00%	
13115	Henrique Freire de Barros Neto	PT	23	0,00%	
13191	Rosangela Monteiro de Carvalho	PT	18	0,00%	
40105	Elias Galdino	PT	16	0,00%	
13171	Irene Marinheiro Jeronimo	PT	10	0,00%	
13180	Maria do Socorro dos Santos Borges	PT	9	0,00%	
13190	Fátima Soares Maia	PT	6	0,00%	
	<i>Votos brancos</i>		407.190		
	<i>Votos nulos</i>		67.497		
	<i>Total apurado</i>		1.347.317		
	<i>Eleitorado</i>		1.464.338		
	<i>Abstenção</i>		117.021		7,99%

Gráfico 4. Resultado das Eleições das Paraíba – 1990

Fonte: TRE-PB

Cargo: Governador

Nº	Candidato	Partido	Votação	% válidos	Situação
12	Wilson Braga Vice: <i>Enivaldo Ribeiro</i>	PDT	498.763	43,3%	
15	Ronaldo Cunha Lima Vice: <i>Cicero de Lucena Filho</i>	PMDB	462.562	40,2%	Eleito

11	João Agripino Vice: <i>João Rafael de Aguiar</i>	PDS	137.487	11,9%	
13	Genival Veloso de França Vice: <i>Emilia Correia Lima</i>	PT	44.719	3,88%	
17	João Juracy Palhano Freire Vice: <i>João Ariosvaldo Pereira da Silva</i>	PDC	6.494	0,56%	
	Votos brancos		202.478		
	Votos nulos		129.946		
	Total apurado		1.482.449		

Cargo: Senador

Nº	Candidato	Partido	Votação	% válidos	Situação
151	Antonio Marques da Silva Mariz	PMDB	490.376	54,8%	Eleito
121	Marcondes Gadelha	PDT	296.278	33,1%	
111	Joacil de Brito Pereira	PDS	60.706	6,79%	
401	Paulo de Araujo Netto	PSB	29.511	3,30%	
171	Chico Asfora	PDC	16.615	1,86%	
	Votos brancos		469.352		
	Votos nulos		119.611		
	Total apurado		1.482.449		

Cargo: Deputado Federal

Nº	Candidato	Partido	Votação	% válidos	Situação
1331	Cozete Barbosa L G de Medeiros	PT	5.768	0,77%	
1344	Anisio	PT	3.161	0,42%	
1313	Carlos Roberto de Queiroz	PT	2.468	0,33%	
1366	Joaquim Neto	PT	2.201	0,29%	
1322	Julio Rafael	PT	2.162	0,29%	
1355	Maria da Penha do Nascimento Silva	PT	2.060	0,27%	

1311	José Maria Gurgel	PT	1.931	0,26%	
1377	Crisantina Cartaxo da Costa	PT	1.218	0,16%	
1333	Pedro Celestino Dantas Filho	PT	1.028	0,13%	
1388	João de Lima Filho	PT	648	0,08%	
1399	Francisco de Assis Almeida	PT	495	0,06%	
1330	José Araujo de Souza	PT	362	0,04%	
1301	Edilson Dias Fernandes	PT	332	0,04%	
1321	Antonio Barbosa Filho	PT	51	0,00%	
1310	João de Deus Rafael Junior	PT	32	0,00%	
	Votos brancos		527.734		
	Votos nulos		151.257		
	Total apurado		1.421.996		

Cargo: Deputado Estadual

Nº	Candidato	Partido	Votação	% válidos	Situação
13166	Chico Lopes	PT	4.482	0,52%	Eleito
13113	Joaquim Cavalcante de Alencar	PT	4.229	0,49%	
13133	Francisco Derly Pereira	PT	3.930	0,45%	
13131	Maria Izabel Cavalcante Pontes	PT	3.777	0,43%	
13233	Agamenon Vieira da Silva	PT	3.206	0,37%	
13222	Jairo de Oliveira Souza	PT	2.270	0,26%	
13118	Fernando Kidelmar Dantas de Oliveira	PT	1.963	0,22%	
13299	João Camilo Pereira	PT	1.936	0,22%	
13103	Ricardo Coutinho	PT	1.934	0,22%	
13221	João Pereira	PT	1.370	0,15%	

13111	Afonso Valtemir Vieira Cartaxo	PT	1.246	0,14%	
13110	Lila	PT	1.190	0,13%	
13213	Paula Frassinete	PT	1.103	0,12%	
13101	Afonso Francisco de Abreu	PT	1.038	0,12%	
13200	Luiz Gonzaga Lima de Moraes	PT	770	0,08%	
13150	Flávio do PT	PT	718	0,08%	
13123	Pastor Edvan	PT	686	0,08%	
13132	Darci Lacerda Pessoa	PT	532	0,06%	
13144	José Afonso de Carvalho Lira	PT	504	0,05%	
13114	Josévaldo Pessoa da Cunha	PT	455	0,05%	
13240	José Vicente da Silva	PT	430	0,05%	
13160	Manoel Carlos dos Santos	PT	396	0,04%	
13117	Israel Guedes	PT	252	0,02%	
13130	Raimundo José da Costa	PT	230	0,02%	
13250	Ednaldo Leite Pereira	PT	228	0,02%	
13211	Maria Licor Lira	PT	204	0,02%	
13188	Luiz Patricio de Lima	PT	181	0,02%	
13180	Wilma Martins de Mendonca Arruda	PT	153	0,01%	
13242	João Carlos Sousa	PT	82	0,01%	
13229	Antonia Trigueiro	PT	70	0,00%	
13256	Mageciene Chaves de Oliveira	PT	1	0%	
	Votos brancos		428.253		
	Votos nulos		147.495		

<i>Total apurado</i>	1.437.173		
----------------------	------------------	--	--

Gráfico 5. Resultado das Eleições das Paraíba – 1994

Fonte: TRE-PB

Cargo: Governador					
Nº	Candidato	Partido	Votação	% válidos	Situação
15	Antonio Marques da Silva Mariz Vice: <i>José Targino Maranhão</i>	PMDB	525.395	46,5%	Eleito
12	Lúcia Braga Vice: <i>Evaldo Gonçalves de Queiroz</i>	PDT	489.066	43,3%	
13	Avenzoar Vice: <i>Antonio Cariri do Nascimento</i>	PT	73.989	6,56%	
11	Francisco Evangelista Vice: <i>Salomão Benevides Gadelha</i>	PPR	24.541	2,17%	
33	Djacy Lima de Oliveira Vice: <i>Paulo Celso do Valle Filho</i>	PMN	14.611	1,29%	
	<i>Votos brancos</i>		357.027		
	<i>Votos nulos</i>		135.020		
	<i>Total apurado</i>		1.619.649		
	<i>Eleitorado</i>		2.091.506		
	<i>Abstenção</i>		471.857		22,5%
Cargo: Senador					
Nº	Candidato	Partido	Votação	% válidos	Situação
153	Ronaldo Cunha Lima	PMDB	517.832	26,8%	Eleito

152	Humberto Coutinho de Lucena	PMDB	415.899	21,5%	Eleito
252	Lira	PFL	381.186	19,7%	
253	João Agripino	PFL	319.095	16,5%	
132	Joaquim Neto	PT	135.834	7,04%	
653	Francisca Pereira Lopes Zenaide	PC DO B	65.972	3,42%	
332	João Bosco Farias de Melo	PMN	47.471	2,46%	
333	Prof João Nunes de Castro	PMN	45.898	2,37%	
	<i>Votos brancos</i>		905.051		
	<i>Votos nulos</i>		405.060		
	<i>Total apurado</i>		3.239.298		
	<i>Eleitorado</i>		2.091.506		
	<i>Abstenção</i>		471.857		22,5%

Cargo: Deputado Federal

Nº	Candidato	Partido	Votação	% válidos	Situação
1313	Anisio	PT	6.527	0,68%	
1345	CBS	PT	5.333	0,55%	
1317	Israel Guedes	PT	5.204	0,54%	
1330	Jeová Campos	PT	4.485	0,46%	
1366	José Cordeiro de Oliveira	PT	2.743	0,28%	
1314	João José da Silva	PT	1.070	0,11%	
1311	Lucio Flavio Costa	PT	1.053	0,11%	
1301	Francisco de Assis Xavier Segundo	PT	843	0,08%	

1388	João de Lima Filho	PT	828	0,08%	
1333	Antonio Pereira de Souza Neto	PT	609	0,06%	
1399	Carlos Albercio Ribeiro	PT	306	0,03%	
1331	Paulo de Tarso Loureiro Garcia de Medeiros	PT	126	0,01%	
	<i>Legenda do PT</i>		14.363	1,50%	
	<i>Votos brancos</i>		308.186		
	<i>Votos nulos</i>		356.321		
	<i>Total apurado</i>		1.620.029		
	<i>Eleitorado</i>		2.091.506		
	<i>Abstenção</i>		471.477		22,5%

Cargo: Deputado Estadual

Nº	Candidato	Partido	Votação	% válidos	Situação
13213	Padre Adelino	PT	11.730	1,13%	Eleito
13110	Luiz Couto	PT	9.449	0,91%	Eleito
13166	Chico Lopes	PT	9.243	0,89%	Eleito
13117	Cozete Barbosa L G de Medeiros	PT	7.140	0,69%	
13103	Ricardo Coutinho	PT	6.353	0,61%	
13211	Edivaldo Virgulino de Medeiros	PT	5.377	0,52%	
13133	Carlos Bezerra	PT	5.173	0,5%	
13233	Bonifacio Rocha de Medeiros	PT	4.329	0,41%	

13299	Ailton Rodrigues de Oliveira	PT	4.244	0,41%	
13131	Zizo	PT	2.789	0,27%	
13161	Garibaldi	PT	2.725	0,26%	
13113	Wilson Honorato Aragão	PT	2.680	0,25%	
13107	Ernesto Luiz Batista Filho	PT	2.471	0,23%	
13124	José Barbosa de Lucena	PT	2.103	0,20%	
13114	José Bento Leite do Nascimento	PT	1.756	0,17%	
13222	Fernando Lopes	PT	1.593	0,15%	
13120	Matias	PT	1.058	0,10%	
13177	Joana Batista Oliveira Lopes	PT	921	0,08%	
13116	Professor Salomão Marinho	PT	897	0,08%	
13101	Manoel Paixao	PT	695	0,06%	
13144	Rita Eliane Nunes de Mascena	PT	575	0,05%	
13150	Flávio do PT	PT	442	0,04%	
13111	José Tavares de Andrade Filho	PT	428	0,04%	
13226	Tadeu Lucena	PT	367	0,03%	
13240	José Vicente da Silva	PT	363	0,03%	
13200	Pastor Edvan	PT	294	0,02%	
13130	Genário	PT	287	0,02%	
13112	Francualdo	PT	282	0,02%	

13188	Luiz Patricio de Lima	PT	188	0,01%	
13250	Manoel Pereira de Araujo	PT	187	0,01%	
13123	Calixto	PT	151	0,01%	
13201	Fernando Antonio de Oliveira	PT	106	0,01%	
13244	Maria Cely de Andrade	PT	21	0,00%	
13298	Giucelia	PT	18	0,00%	
	Legenda do PT		8.018	0,77%	
	Votos brancos		289.050		
	Votos nulos		297.420		
	Total apurado		1.620.037		
	Eleitorado		2.091.506		
	Abstenção		471.469		22,5%

Gráfico 6. Resultado das Eleições das Paraíba – 1998

Fonte: TRE-PB

Cargo: Governador					
Nº	Candidato	Partido	Votação	% válidos	Situação
15	Zé Maranhão Vice: <i>Antonio Roberto de Sousa Paulino</i>	PPB / PDT / PTB / PMDB / PSL / PST / PSC / PL / PFL / PSDB	877.852	80,7%	Eleito
40	Gilvan Freire Vice: <i>Hamurabi Duarte de Carvalho</i>	PT / PSB / PV / PC do B	175.234	16,1%	
44	Valadares Vice: <i>Fernando Vieira de Lima</i>	PSDC / PRN / PRP	14.090	1,29%	

33	Pastor Cesar Vice: <i>Wellington Cariri do Nascimento</i>	PMN	11.095	1,02%	
16	Marcelino Vice: <i>Antonio Ferreira Lima Neto</i>	PSTU	9.244	0,85%	
	<i>Votos brancos</i>		374.347		
	<i>Votos nulos</i>		213.743		
	<i>Total apurado</i>		1.675.605		
	<i>Eleitorado</i>		2.223.259		
	<i>Abstenção</i>		547.654		24,6%

Cargo: Senador

Nº	Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
15	Ney	PMDB	455.359	41,6%	Eleito
11	Burity	PPB	394.294	36,0%	
13	Cozete Barbosa	PT / PSB / PV / PC do B	216.006	19,7%	
33	Marcio Porto	PMN	11.267	1,03%	
36	Jaime Carneiro	PSDC / PRN / PRP	9.489	0,86%	
17	Chico Asfora	PSL	7.237	0,66%	
	<i>Votos brancos</i>		334.841		
	<i>Votos nulos</i>		247.112		
	<i>Total apurado</i>		1.675.605		
	<i>Eleitorado</i>		2.223.259		
	<i>Abstenção</i>		547.654		24,6%

Cargo: Deputado Federal

Nº	Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
1366	Avenzoar	PT / PSB / PV / PC do B	16.649	1,40%	Eleito
4010	Beto Meireles	PT / PSB / PV / PC do B	15.995	1,34%	
1311	Julio Rafael	PT / PSB / PV / PC do B	15.786	1,33%	
6565	Simão	PT / PSB / PV / PC do B	11.820	0,99%	
4011	Lacerda	PT / PSB / PV / PC do B	11.047	0,93%	
1313	Anisio	PT / PSB / PV / PC do B	7.939	0,66%	
1322	Julio Cezar	PT / PSB / PV / PC do B	7.423	0,62%	
1317	Israel Guedes	PT / PSB / PV / PC do B	5.018	0,42%	
1333	Laércio	PT / PSB / PV / PC do B	4.390	0,37%	
4030	Bernardino	PT / PSB / PV / PC do B	3.649	0,30%	
1330	João de Deus	PT / PSB / PV / PC do B	3.523	0,29%	
4013	Nivaldo Mangueira	PT / PSB / PV / PC do B	2.189	0,18%	
1344	João Lima	PT / PSB / PV / PC do B	2.075	0,17%	
1388	Souza	PT / PSB / PV / PC do B	1.571	0,13%	

1331	Professor Alfredo	PT / PSB / PV / PC do B	1.272	0,10%	
1300	Genário	PT / PSB / PV / PC do B	1.148	0,09%	
4040	Zé Rodrigues	PT / PSB / PV / PC do B	903	0,07%	
4005	Pedro Josias Leite	PT / PSB / PV / PC do B	486	0,04%	
4022	Heraldo Gadelha	PT / PSB / PV / PC do B	59	0,00%	
6510	Josimar	PT / PSB / PV / PC do B	27	0,00%	
	<i>Legenda do PT</i>		23.898	2,01%	
	<i>Votos brancos</i>		226.940		
	<i>Votos nulos</i>		261.734		
	<i>Total apurado</i>		1.675.708		
	<i>Eleitorado</i>		2.223.259		
	<i>Abstenção</i>		547.551		24,6%

Cargo: Deputado Estadual

Nº	Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
13666	Ricardo Coutinho	PT / PSB / PV / PC do B	25.388	1,97%	Eleito
13333	Frei Anastacio	PT / PSB / PV / PC do B	13.508	1,05%	Eleito
43123	Sargento Denis	PT / PSB / PV / PC do B	12.036	0,93%	Eleito
13110	Luiz Couto	PT / PSB / PV /	11.849	0,92%	Eleito

		PC do B			
40111	Nadja Palitot	PT / PSB / PV / PC do B	9.205	0,71%	
13111	Dr Junior	PT / PSB / PV / PC do B	8.486	0,66%	
13166	Chico Lopes	PT / PSB / PV / PC do B	8.430	0,65%	
13213	Padre Adelino	PT / PSB / PV / PC do B	7.852	0,61%	
43111	Tota Agra	PT / PSB / PV / PC do B	7.379	0,57%	
13660	Luciano Cartaxo	PT / PSB / PV / PC do B	7.273	0,56%	
13113	Jeová Campos	PT / PSB / PV / PC do B	5.426	0,42%	
13133	Carlos Bezerra	PT / PSB / PV / PC do B	4.865	0,37%	
13013	Edgar Malagodi	PT / PSB / PV / PC do B	3.928	0,30%	
13131	Zizo	PT / PSB / PV / PC do B	2.258	0,17%	
65123	Renô Macaúbas	PT / PSB / PV / PC do B	2.133	0,16%	
43143	Walmir Rufino	PT / PSB / PV / PC do B	1.353	0,10%	
13222	Fernando Lopes	PT / PSB / PV / PC do B	1.316	0,10%	
13000	Pádua	PT / PSB / PV / PC do B	1.261	0,09%	
40010	Ronaldo Torres	PT / PSB / PV /	1.131	0,08%	

		PC do B			
43134	Ramiro Pinto	PT / PSB / PV / PC do B	1.040	0,08%	
40040	Rui Macedo	PT / PSB / PV / PC do B	478	0,03%	
13112	Francualdo	PT / PSB / PV / PC do B	170	0,01%	
40130	Leoncio	PT / PSB / PV / PC do B	139	0,01%	
13999	Fernando Sobreira	PT / PSB / PV / PC do B	137	0,01%	
40122	Nazareth Gadelha	PT / PSB / PV / PC do B	9	0,00%	
	Legenda do PT		19.714	1,53%	
	Votos brancos		164.483		
	Votos nulos		227.966		
	Total apurado		1.675.708		
	Eleitorado		2.223.259		
	Abstenção		547.551		24,6%

Gráfico 7. Resultado das Eleições das Paraíba – 2002

Fonte: TRE-PB

Cargo: Governador					
Nº	Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
45	Cassio Cunha Lima Vice: <i>Maria Lauremília Assis de Lucena</i>	PSDB / PFL / PST / PSD / PV / PRTB	752.297	47,2%	Eleito

15	Roberto Paulino Vice: <i>Gervasio Bonavides Mariz Maia</i>	PPB / PMDB / PSDC / PHS	637.239	39,9%	2º turno
13	Avenzoar Vice: <i>Carlos Pedrosa Júnior</i>	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	200.362	12,5%	
16	Alexandre Arruda Vice: <i>Hipolito Rodrigues de Souza Neto</i>	PSTU	1.632	0,10%	
29	Lourdes Sarmento Vice: <i>Manoel Vieira da Silva</i>	PCO	1.434	0,09%	
30	Professora Maria José Vice: <i>Manuel Leite de Araújo</i>	PGT	844	0,05%	
	<u>Votos brancos</u>		98.779		
	<u>Votos nulos</u>		212.921		
	Total apurado		1.905.508		
	Eleitorado		2.322.068		
	Abstenção		416.560		17,9%

Cargo: Senador

Nº	Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
151	Ze Maranhão	PPB / PMDB / PSDC / PHS	831.083	28,7%	Eleito
251	Efraim Morais	PSDB / PFL / PST / PSD / PV / PRTB	594.191	20,5%	Eleito
252	Wilson Braga	PSDB / PFL / PST / PSD / PV / PRTB	591.390	20,4%	
152	Burity	PPB / PMDB / PSDC / PHS	510.734	17,6%	
203	Dra. Lígia	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	169.895	5,87%	

654	Simão	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	113.405	3,91%	
400	Bala	PSB / PTC / PTN / PAN / PT do B	60.290	2,08%	
231	Hermano	PDT / PTB / PSL / PPS / PRP	14.576	0,50%	
161	Tânia Brito	PSTU	6.543	0,22%	
299	Joseilson Freitas	PCO	2.061	0,07%	
	<i>Votos brancos</i>		310.439		
	<i>Votos nulos</i>		606.409		
	<i>Total apurado</i>		3.811.016		
	<i>Eleitorado</i>		2.322.068		
	<i>Abstenção</i>		416.560		17,9%

Cargo: Deputado Federal

Nº	Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
1345	Luiz Couto	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	77.432	4,49%	Eleito
2233	Pastor Philemon	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	37.224	2,16%	Eleito por Média
2277	Pastor Edvan	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	34.327	1,99%	
1310	Giucelia	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	12.724	0,73%	
1313	Zé Magliano	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	10.764	0,62%	
1333	Edgar Malagodi	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	10.567	0,61%	

1366	Valquiria Alencar	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	9.826	0,57%	
1331	Romeu Lemos	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	9.111	0,52%	
1355	Eilzo Matos	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	6.768	0,39%	
1312	Ednaildo	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	4.739	0,27%	
6565	Watteau	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	4.706	0,27%	
1399	Bivar Duda	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	2.723	0,15%	
1344	Ramiro Pinto	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	2.426	0,14%	
1361	Edileudo Lucena	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	2.306	0,13%	
6512	Assis Mandela	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	2.045	0,11%	
1311	Paulo Xavier	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	2.026	0,11%	
1307	Francisco Azevedo	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	1.999	0,11%	
6541	Upiraktan	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	1.971	0,11%	
6510	Coelho	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	1.239	0,07%	
1300	Genário	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	849	0,04%	
2222	Alex Costa	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	599	0,03%	

3333	Neto Guedes	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	377	0,02%	
2218	José Pinheiro	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	53	0,00%	
	<i>Votos brancos</i>		120.173		
	<i>Votos nulos</i>		62.238		
	<i>Total apurado</i>		1.905.507		
	<i>Eleitorado</i>		2.322.068		
	<i>Abstenção</i>		416.561		17,9%

Cargo: Deputado Estadual

Nº	Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
13666	Ricardo Coutinho	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	47.912	2,76%	Eleito
13333	Frei Anastacio	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	22.354	1,29%	Eleito
22555	Pastor Fausto Oliveira	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	22.012	1,27%	Eleito
13110	Rodrigo	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	21.442	1,23%	Eleito
13123	Giannina	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	11.310	0,65%	Eleito
13660	Luciano Cartaxo	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	11.081	0,64%	
22333	Nivaldo Manoel	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	8.697	0,50%	
13213	Padre Adelino	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	8.663	0,5%	
13513	Julio Rafael	PT / PL / PSC /	8.489	0,49%	

		PMN / PC do B			
13678	Antonio Pereira	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	8.268	0,47%	
13100	Chico Lopes	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	7.625	0,44%	
22456	Pedro do Caminhão	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	5.042	0,29%	
65456	Rildian	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	4.957	0,28%	
33333	Sócrates Agra	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	4.307	0,24%	
13122	Dr. Raimundo	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	2.490	0,14%	
13000	Pádua	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	2.443	0,14%	
22777	Marilo Costa	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	1.537	0,08%	
22123	Pastor Adalberto	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	1.505	0,08%	
13611	Professor Salomão Marinho	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	1.060	0,06%	
33123	Major Querino	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	1.007	0,05%	
13555	Barbosa	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	945	0,05%	
22640	Terezinha	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	893	0,05%	
13222	Laércio Romão	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	758	0,04%	

13789	Diassis	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	742	0,04%	
20101	Joaquim Neto	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	560	0,03%	
33444	Dr Nunes	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	524	0,03%	
13111	Professor Aloisio	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	476	0,02%	
13613	Paulo Pereira	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	462	0,02%	
13631	Professor Alfredo	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	378	0,02%	
13654	Maria Licor Lira	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	314	0,01%	
13615	Zé Cabelinho	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	280	0,01%	
33336	Fernando	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	259	0,01%	
13013	Flávio do PT	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	211	0,01%	
22600	Aguiar	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	202	0,01%	
22619	Roberto Valeriano	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	201	0,01%	
13888	Ildemar Nobrega	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	188	0,01%	
13456	Guia	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	174	0,01%	
22789	Lacerda	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	154	0,00%	

22147	Célia - ACS	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	150	0,00%	
20321	Risaldo Alves	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	120	0,00%	
13188	Luiz Patricio de Lima	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	76	0,00%	
20345	Uray	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	69	0,00%	
13999	Santos	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	63	0,00%	
20650	Maurilio Martins	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	23	0,00%	
33222	Ricardo Lucena	PT / PL / PSC / PMN / PC do B	3	0%	
	<i>Legenda do PT</i>		20.020	1,15%	
	<i>Votos brancos</i>		107.251		
	<i>Votos nulos</i>		65.504		
	<i>Total apurado</i>		1.905.507		
	<i>Eleitorado</i>		2.322.068		
	<i>Abstenção</i>		416.561		17,9%

Gráfico 8. Resultado das Eleições das Paraíba – 2006

Fonte: TRE-PB

Cargo: Governador					
Nº Candidato	Partido	Votação	% válidos	Situação	
45	Cássio	PSDB	943.922	49,6%	Eleito
15	Zé Maranhão	PMDB	926.272	48,7%	

50	David Lobão	PSOL	22.949	1,20%	
29	Lourdes Sarmento	PCO	3.902	0,20%	
27	Marinesio	PSDC	1.743	0,09%	
21	Francisco Carlos	PCB	1.698	0,08%	
	<i>Votos brancos</i>		66.221		
	<i>Votos nulos</i>		187.446		
	<i>Total apurado</i>		2.154.153		
	<i>Eleitorado</i>		2.573.766		
	<i>Abstenção</i>		419.613		16,3%

Cargo: Senador

Nº	Candidato	Partido	Votação	% válidos	Situação
456	Cícero Lucena	PSDB	803.600	48,2%	Eleito
151	Ney Suassuna	PMDB	725.502	43,5%	
500	Vital Farias	PSOL	99.966	6,00%	
289	Dr. Walter Amorim	PRTB	13.541	0,81%	
299	Joseilson Freitas	PCO	7.576	0,45%	
177	Ronaldo Medeiros	PSL	7.294	0,43%	
277	Dr. Livieto Régis	PSDC	5.580	0,33%	
215	Antonio Pereira	PCB	2.384	0,14%	
	<i>Votos brancos</i>		202.101		
	<i>Votos nulos</i>		286.609		
	<i>Total apurado</i>		2.154.153		
	<i>Eleitorado</i>		2.573.766		

<i>Abstenção</i>		419.613		16,3%
------------------	--	----------------	--	-------

Cargo: Deputado Federal

Nº	Candidato	Partido / Coligação	Votação	% válidos	Situação
1345	Luiz Couto	PT	83.742	4,32%	Eleito
1313	Nelson Anacleto	PT	8.974	0,46%	
1399	Lucius Fabiani	PT	5.383	0,27%	
1333	Eudes	PT	5.267	0,27%	
1378	Arimatéia França	PT	2.823	0,14%	
	<i>Legenda do PT</i>		20.360	1,05%	
	<i>Votos brancos</i>		141.003		
	<i>Votos nulos</i>		76.408		
	<i>Total apurado</i>		2.154.153		
	<i>Eleitorado</i>		2.573.766		
	<i>Abstenção</i>		419.613		16,3%

Cargo: Deputado Estadual

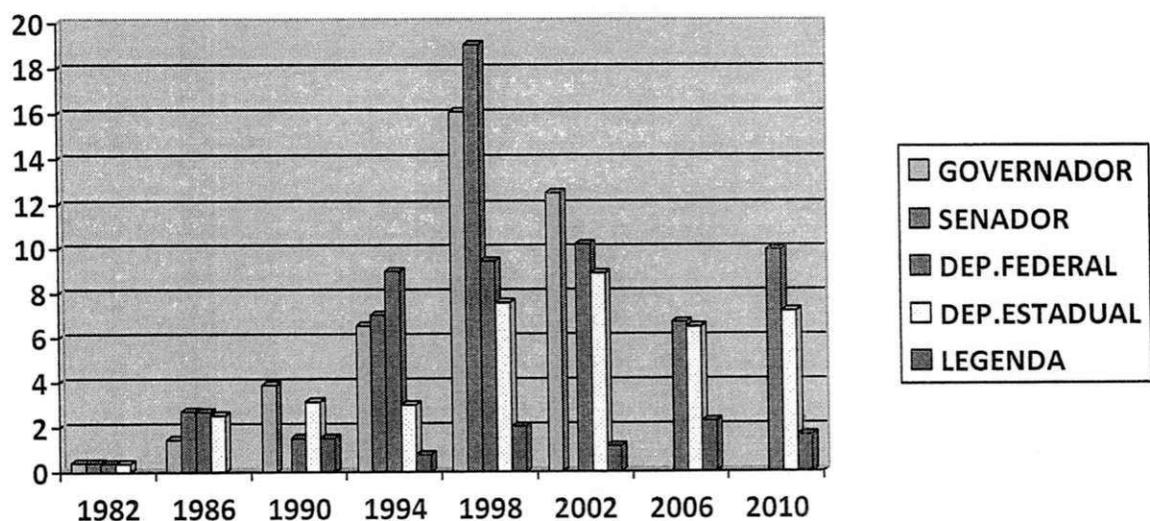
Nº	Candidato	Partido	Votação	% válidos	Situação
13456	Jeova	PT	27.521	1,40%	Eleito
13110	Rodrigo Soares	PT	21.890	1,11%	Eleito
13333	Frei Anastácio	PT	21.679	1,10%	
13123	Professor Paiva	PT	11.326	0,57%	
13450	Adalberto Fulgêncio	PT	9.189	0,46%	
13666	Giuvélia	PT	8.151	0,41%	

13667	Avenzoar Arruda	PT	5.803	0,29%	
13190	Tenente Gilberto	PT	1.599	0,08%	
13199	Sargento Elionaldo	PT	1.350	0,06%	
13000	Licor Lira	PT	439	0,02%	
13789	Silvano Morais	PT	297	0,01%	
13271	Raminho Talibã	PT	177	0,00%	
	<i>Legenda do PT</i>		23.472	1,19%	
	<i>Votos nulos</i>		76.470		
	<i>Total apurado</i>		2.154.153		
	<i>Eleitorado</i>		2.573.766		
	<i>Abstenção</i>		419.613		16,3%

Tabela 12 - Evolução do Desempenho eleitoral do PT- no Estado - 1982 a 2010

percentuais

ANO/ELEIÇÕES	1982	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
GOVERNADOR	0,44	1,46	3,88	6,56	16,1	12,5		
SENADOR	0,43	2,71		7,04	19,07			
DEP FEDERAL	0,41	2,58	3,14	4,49	7,59	8,88	7,51	9,93
DEP. ESTADUAL	0,39	2,67	5,59	8,97	9,42	7,26	6,7	7,22
LEGENDA				0,77	2,01	1,15	1,19	1,63





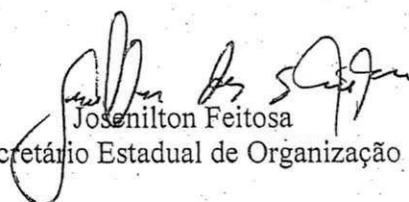
DIRETÓRIO REGIONAL da PARAÍBA

Resoluções do Encontro Estadual do Partido dos Trabalhadores - Realizado nos dias 09 e 10 de abril de 2010 no Hotel Ouro Branco/João Pessoa-Paraíba.

O Encontro Estadual do PT/PB sobre Tática Eleitoral realizado dias 09 e 10 de abril, teve o credenciamento de 191 delegados(as) e deliberou os seguintes pontos:

1. Apoio a eleição do atual Governador do PMDB, José Maranhão, tendo como Vice-Governador, nossa chapa, o Petista e atual Vice-Governador Luciano Cartaxo (em anexo documento).
2. Aprovação das resoluções em anexo, dos Setoriais de Mulheres, Cultura, Juventude, LGBT e Combate ao Racismo.
3. Aprovação do nome do Coordenador do PT para o Programa de Governo, o Professor Márcio de Matos Caniello.
4. Moção de apoio ao Projeto de Lei enviado pelo Governo Estadual a Assembléia Legislativa que cria a Secretaria de Mulheres no Estado.
5. Moção de Solidariedade ao Companheiro e Tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, pelas agressões e calúnias contra sua pessoa, patrocinada pela elite conservadora desse País.

João Pessoa, 12 de abril de 2010.


Josenilton Feitosa
Secretário Estadual de Organização

DIRETÓRIO REGIONAL DA PARAÍBA

AV. Coremas, 709, Centro. CEP: 58.013-430 João Pessoa / PB – (083)3513 7343 -email: sorg@ptpb.org.br

Com Dilma e Maranhão

O Brasil e a Crise Internacional

1. Após a crise econômica iniciada nos EUA e espalhada para todo o mundo, o capitalismo parece voltar a sua normalidade na ordem mundial. No entanto, essa crise, que não é só financeira e sim do modo de produção capitalista tem em seu receituário de recuperação a intervenção estatal na economia, o que indica o enfraquecimento do modelo neoliberal, com supressão, pelas grandes potências econômicas, da agenda de privatizações, desregulamentação das leis trabalhistas e sociais.
2. Diante da crise econômica, a qual se constitui do capitalismo e todo o desgaste dos governos de George W. Bush, acrescido, ainda, pela presença das tropas americanas no Oriente Médio e a intenção dos Estados Unidos de estabelecer bases militares na Colômbia, interferindo na política do Cone Sul, sobretudo na soberania de países como Venezuela e Bolívia, é eleito, sob o signo da mudança, o primeiro negro presidente da maior potência mundial, Barack Hussein Obama.
3. Nesse cenário, e tendo como paradigma a defesa da soberania nacional com nítidos esforços para ampliação da integração regional, o governo brasileiro tem defendido firmemente a construção de um mundo multipolar, no qual os protecionismos econômicos e saídas unilaterais precisam ser revistas.
4. Porém, não verificamos na superação desta crise capitalista soluções de longo prazo, tampouco a articulação de uma proposta socialista em substituição ao modo capitalista de produção. Sem a constituição de um novo bloco histórico que disputa a hegemonia em nível internacional na direção de uma nova sociedade, as crises econômicas, sociais e ambientais continuarão sendo ciclos capitalistas e continuará a humanidade caminhando à barbárie.
5. O nosso governo conseguiu evitar que as conseqüências da crise capitalista afetassem com maior repercussão a nossa classe trabalhadora, a partir do incentivo ao mercado interno. A diminuição das desigualdades sociais e a ampliação da distribuição de renda têm criado possibilidades de conquista de um terceiro mandato para o PT.

Consolidar o Projeto de Nação Brasileira

6. Sobre a luz das teses do desenvolvimento o PT haverá de realizar um grande debate no seu interior, com ressonância na sociedade paraibana, visando construir um Projeto de Desenvolvimento para o Estado da Paraíba aplicando-se como instrumento de construção a ação política do Governo Lula.
7. O governo Lula tem sido marcado pela retomada do desenvolvimento econômico sustentável, com a geração de empregos e aumento do salário mínimo e da renda dos trabalhadores e das trabalhadoras. O governo do PT

consolidação deste bloco partidário, que tenha como base fundamental o avanço do programa da revolução democrática e popular iniciada por Lula em 2002, fazendo com que no processo político-eleitoral de 2010 se estabeleça o debate programático e ideológico que aponte para a consolidação de um projeto de nação brasileira baseada nos ideais da revolução democrática e popular, que aponte para o avanço de projetos estratégicos, a exemplo do novo marco regulatório do pré-sal, de uma reforma política com financiamento público e lista partidária fechada, de ampliação do Plano de Aceleração do Crescimento, de expansão do programa bolsa-família com uma rede de empreendimentos que possibilitem a mobilidade social, além de fortalecimento da soberania brasileira e das relações internacionais a exemplo do G20 e dos BRIC (Brasil – Rússia – Índia – China), projetando uma “nova ordem” mundial baseada na autodeterminação dos povos e na superação da fome e do subdesenvolvimento, apontando para um novo modelo de desenvolvimento que seja sustentável e que respeite o meio ambiente.

PT Forte: Avançar na Paraíba e no Brasil que dão Certos

11. Na Paraíba vivemos um grande momento do PT. Elegemos em 2008 seis governos municipais, 10 vice-prefeituras e mais de 80 vereadores e vereadoras, elegendo ainda mais de 50 governos municipais de outras legendas apoiados pelo PT, além da importante votação e do debate travado por companheiros e companheiras que disputaram as eleições municipais para cargos majoritários e proporcionais e não se elegeram, mas levaram a estrela vermelha do PT para todos os recantos da Paraíba.
12. O PT foi convocado a assumir o governo do Estado em 2009, tendo o companheiro Luciano Cartaxo como vice governador ao lado do governador José Maranhão (PMDB), em um processo judicial que se alastrou desde 2006, com atuação importante das direções nacional e estadual e das bancadas estaduais e federal do PT nas denúncias de corrupção eleitoral e uso da máquina administrativa do governo tucano-pefelista.
13. Coerentes com a nossa prioridade nacional para 2010, e cientes da nossa responsabilidade histórica de contribuir para a continuidade do projeto de governo democrático-popular iniciado pelo Governo Lula, acreditamos que devemos conduzir nossas estratégias eleitorais de 2010 na Paraíba no sentido do fortalecimento do palanque estadual da companheira Dilma à presidência da República. Para isto, defendemos a manutenção da nossa aliança com o PMDB e os partidos da base do governo Lula, excetuando-se o PSB que claramente se aliou com os adversários. Consolidando esta aliança, não apenas daremos uma contribuição decisiva ao fortalecimento da candidatura da companheira Dilma no estado como garantirá que a Paraíba continue no caminho da reconstrução de um projeto de desenvolvimento sustentável, o que hoje é representado pelo governo de José Maranhão e Luciano Cartaxo. Na Paraíba como no Brasil, é papel do PT envidar esforços para evitar que a aliança



RESOLUÇÃO DO ENCONTRO ESTADUAL DE MULHERES DA PARAÍBA

O PT e a Participação das Mulheres no Poder.

Ao longo desses 30 anos, o Partido dos/as Trabalhadores/as tem avançado na construção da democracia, na organização dos/as trabalhadores/as, na construção do diálogo na sociedade, na organização popular e no poder público, congregando a boa tradição da esquerda com o surgimento de novas lideranças de trabalhadores/as, juventude e diversos setores sociais do povo brasileiro.

Entretanto, muitos ainda são os desafios postos para o nosso partido no que diz respeito, especialmente, à inclusão das mulheres nos espaços de poder.

O Projeto de Nação Brasileira iniciado pelo governo Lula, se consolidará com a vitória da companheira Dilma Rousseff, militante histórica da luta em defesa da democracia brasileira, que amplia a perspectiva de participação das mulheres no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas, que, embora sejam maioria do eleitorado, estão pouco representadas no parlamento.

No Brasil, dos atuais 512 deputados federais, 46 são mulheres e apenas 07 são do PT. No Senado, das 81 vagas 10 são ocupadas por mulheres e apenas 02 são do PT. Na Paraíba, a situação não é diferente. Na Assembleia Legislativa as mulheres ocupam 04 das 36 vagas e nenhuma delas é do PT, repelindo-se a estatística nas Câmaras Municipais, bem como nos Executivos Estadual e Municipal.

Em nível nacional existe a construção de um grande bloco ideológico e programático, de centro-esquerda, que defende a manutenção do projeto democrático e popular atualmente em curso.

Na Paraíba, defendemos a consolidação do bloco ora constituído pelo PMDB, PCdoB, PRB, PSL, PSC, PSDC e PTB, além de outros partidos contrários ao projeto neo liberal defendido pelo PSDB, DEM e PPS. Nesse sentido, reafirmamos a importância da reeleição do governador José Maranhão e a participação do PT na chapa majoritária, mantendo o espaço da vice-governadoria ocupado pelo companheiro Luciano Cartaxo.

Entendemos que, com a criação da Secretaria Especial de Estado de Políticas para Mulheres, o Governo Estadual assume concretamente o compromisso de ampliar e implementar as políticas de gênero, fortalecendo as ações já iniciadas nos municípios, criando organismos e executando ações estruturantes em consonância com a política do governo Lula. Esse compromisso precisa ser assumido por todos os gestores e gestoras onde o PT é governo, principalmente as Prefeituras lideradas por mulheres, como é o caso de São Miguel de Taipú e Pombal, bem como por nossas parlamentares.

O Setorial de Mulheres do PT/PB, conectado aos temas e as políticas previstas no II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, reconhece ser este Encontro Estadual um momento oportuno de fortalecimento de candidaturas de companheiras comprometidas com as lutas dos Movimentos Sociais.

Reconhecemos ser legítimo e estratégico compor e apoiar governos que estejam aliados com os projetos políticos do Partido dos Trabalhadores. Por isso, a ocupação de cargos nos governos, seja ela em quaisquer esferas, não deve ferir a autonomia partidária, pois ao longo dos seus 30 anos o PT formou quadros competentes e capazes que vêm contribuindo para um modelo de país com justiça social e equidade.

Por fim, na perspectiva da consolidação de uma frente democrática e popular, conclamamos as mulheres militantes e simpatizantes que incentivem candidaturas capazes de garantir debates para o fortalecimento dos direitos das mulheres e da construção de políticas públicas de inclusão e de participação nos espaços de poder.

Mulheres na Luta, Mulheres na Disputa e Mulheres na Presidência.

Setorial de Mulheres da Paraíba, João Pessoa-09 de abril de 2010.



Resoluções da Plenária Estadual da Juventude Petista da Paraíba

A Juventude do PT que vive um momento histórico do ponto de vista da sua mobilização e organização. A partir do nosso I Congresso, iniciamos a transição para um outro modelo organizacional, superando a velha forma setorial, e contemplando a diversidade da juventude brasileira em nossas ações. Isso significou, em um primeiro momento, um avanço na compreensão partidária sobre a importância do segmento juventude na construção do PT e do seu projeto. Esta compreensão vem sendo impulsionada pela dinâmica e ações que desenvolvemos como a Caravana Nacional da JPT e o cotidiano do funcionamento da JPT nacional, nos estados e municípios.

Entretanto, ainda precisamos avançar. A Juventude do PT precisa impulsionar a sua organização para responder aos desafios e as expectativas da juventude paraibana e brasileira. Contribuindo, assim, para a superação dos graves problemas que atingem este segmento e para a continuidade e aprofundamento das transformações em curso no estado e no país, fruto do Governo Lula.

Para isso, o ano de 2010 será crucial. Está em jogo a continuidade do projeto democrático-popular e das mudanças em curso no país, que estão atingindo em cheio a juventude brasileira.

Por considerarmos a juventude um tema central do projeto de desenvolvimento que defendemos – e querer que o PT como um todo assuma essa compreensão -, precisamos assumir um papel protagonista nas próximas eleições. Isso significa dizer que devemos estar à frente da campanha Dilma, fazendo com que tenhamos o destaque necessário no cenário eleitoral e no programa de governo. Diante disso, a JPT resolve:

- 1 - Convocar as Juventudes Partidárias da base de sustentação do Governo Lula na Paraíba, em níveis municipais e estadual, para a constituição de um Fórum de Debates acerca da plataforma de governo para as eleições 2010.
- 2 - A JPT na Paraíba apoia para Candidatos/as a Deputado/a Federal, parlamentares que garantam o debate e a continuidade da implementação das Políticas Públicas de Juventude no Governo da candidata Dilma à Presidência da República;
- 3 - Da mesma forma, a Juventude do PT na Paraíba terá como objetivo o fortalecimento de candidaturas de jovens petistas à Assembléia Legislativa e/ou candidaturas que contemplem o debate de Políticas Públicas para a juventude paraibana;
- 4 - A JPT na Paraíba apoia a manutenção da aliança estadual em torno da

Cultura

Ministério da Cultura

ENCONTRO ESTADUAL DO PT DA PARAÍBA PLENÁRIA DE CULTURA

1. O governo LULA representou grandes avanços e conquistas para a política cultural do Estado Brasileiro. É importante evidenciar a ampliação do escopo dessa política na valorização da diversidade cultural, dos mais diversos grupos, que nunca tinham sido objeto de políticas públicas.
2. A dimensão cidadã promoveu a perspectiva transformadora e emancipadora, chamando para a cena aqueles que por muito tempo estiveram condenados a invisibilidade.
3. Também houve a inclusão dos mais diversos elos das cadeias produtivas que integram o conjunto da economia cultural.
4. Nesses oito anos o orçamento do Ministério da Cultura cresceu significativamente, por meio de editais públicos – adotados principalmente por estatais e programas de governo, tais como, O Cultura Viva com os Pontos de Cultura e, principalmente, o Mais Cultura, que possibilitou parcerias com os Estados e Municípios, democratizando e descentralizando assim ações, decisões e recursos públicos.
5. A atuação do MINC durante o governo LULA possibilitou uma efetiva mudança de paradigma, contribuindo para o reconhecimento e revelação do universo cultural brasileiro até então invisíveis.
6. Na reta final desses oito anos MINC está reestruturado e preparado para aportar o Sistema Nacional de Cultura, que possibilitará uma maior articulação da política cultural entre os entes federados e definitivamente implementar a política cultural como uma política de Estado, que consolidará as mais diversas línguas da cultura do povo brasileiro.
7. A eleição da companheira DILMA ROUSSEFF a presidenta da República será um novo passo para garantir o estabelecimento e consolidação da nova política cultural no BRASIL, e disso não devemos abrir mão.
8. O projeto nacional do PT será consolidado também no nosso Estado, onde deveremos unir grandes esforços para alcançarmos nosso objetivo referendando e aglutinando forças das mais diversas vertentes políticas e culturais, sobretudo da base do Governo LULA na Paraíba.
9. Na PARAÍBA, a atual gestão já colheu alguns resultados da política cultural do governo federal, e tem estabelecido parcerias que garantem investimentos importantes para o patrimônio cultural do nosso Estado.
10. O atual governo já se comprometeu com a criação de Secretaria de Cultura de Estado, para tanto o Setorial de Cultura do PT, define pela participação ativa na construção do Plano de Governo do pleito de 2010, onde estaremos indicando políticas para implantação desta secretaria, com dotação orçamentária própria e dispositivos que a adêquem ao Sistema Nacional de Cultura, inclusive a sua adesão ao sistema, com plano de cultura, conselho de políticas, conferências, sistema de informações e indicadores, fundos, lei de incentivo, mapeamento e políticas públicas efetivas para os mais diversos segmentos culturais.
11. O PT da PARAÍBA deverá ratificar mais uma vez a política de aliança que já deu certo, tendo o companheiro LUCIANO CARTAXO como candidato a vice-governador, e aglutinando as mais diversas forças políticas da esquerda paraibana no entorno de uma prática de governabilidade com desenvolvimento e inclusão social para todos.
12. É importante evidenciar que o projeto dos nossos adversários históricos, os *demotucanos*, na sua composição partidária (DEM, PSDB), deve ser derrotado junto com seus aliados, pois representa a desconstrução de todos esses anos de trabalho e de conquistas que agora devem ser concretizados e consolidados em definitivo nos estados e municípios.
13. No mais, teremos muito trabalho e grandes desafios relacionados à mídia e a elite brasileira, que nunca engoliu a vitória do povo brasileiro, tendo a frente um representante da classe trabalhadora, LULA e que agora terá uma mulher, DILMA ROUSSEFF guerreira e forte, o suficiente para dar continuidade ao o projeto que garante dignidade e soberania ao povo brasileiro dentro e fora do país.

PROGRAMA DE GOVERNO PARA LGBT

- 1 - Construir um plano estadual de políticas pró cidadania LGBT no Estado para a campanha ao Governo da Paraíba em 2010;
- 2 - Criar e aprovar uma secretaria ou gerência de políticas públicas para LGBT, no âmbito do Governo do Estado;
- 3 - Propor a criação do Conselho Estadual de Políticas Públicas para LGB T no Governo do Estado com a participação do Movimento LGBT paraibano;
- 4 - Criar uma rede de informação e acompanhamento em todo o Estado dos núcleos e setoriais municipais LGBT;
- 5 - Promover formação política conjunta para os Setoriais LGBT, Combate ao Racismo, Mulheres, Juventude, Sindical, Cultura, Educação e Agrário;
- 6 - Criar um Comitê Estadual LGBT Pró DILMA na Paraíba;
- 7 - Garantir a divulgação dos eventos LGBT dos municípios, tais como: paradas, fóruns, seminários e demais formas de militância, por meio do site do partido, boletim eletrônico, boletins impressos, entre outros;
- 8 - Apoio a I Marcha Nacional contra a Homofobia - I Grito Nacional pela Cidadania LGBT e contra a Homofobia (17 de maio de 2010);
- 9 - Criar mala direta com fones e e-mail's para manter comunicação com os/as filiados/as;
- 10 - Realizar reuniões periódicas do Setorial LGBT do PT;
- 11 - Articular com o setorial nacional na discussão de políticas públicas LGBT em âmbito Nacional.
- 12 - Promover uma campanha de filiação de lideranças pró Setorial LGBT do PT;
- 13 - Mapear e estreitar uma articulação com gestores/as e aliados/as no Governo Estadual.

IGUALDADE RACIAL

d) Diretrizes para o Programa de Governo na Promoção da Igualdade Racial na Paraíba

- 1 – Propor a criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial;
- 2 – Apoiar candidatas/os negras/os que assumam o combate ao racismo, o machismo e a homofobia;
- 3 – Criar um Comitê Estadual pró-DILMA com negras/os do PMDB/PDT/PRB/PCdoB;
- 4 – Aprovar leis que garantam melhores condições de vida da população negra na Paraíba;
- 5 – Promover debate com as/os candidatas/os nas eleições 2010;
- 6 – Apoio ao PL das cotas raciais nas universidades públicas;
- 7 – Combate ao genocídio e extermínio da juventude negra;
- 8 – Cumprimento da Lei 10.639/2003 e da Lei 11.645/2008;
- 9 – Apoio à PEC da Juventude; 10 – Cumprimento e monitoramento do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), de Políticas para as Mulheres, Direitos Humanos e Cidadania LGBT, Plano Nacional da Juventude, Programa Nacional de Direitos Humanos III, Programa de Saúde Integral da População Negra, Plano de Enfrentamento da Feminização da Epidemia de Aids e outras DST, Plano Nacional de Enfrentamento da Epidemia de Aids e das DST entre Gays, HSH e Travestis.

d) Garantir um palanque único para DILMA na Paraíba com os movimentos sociais e populares e partidos aliados da base do Governo LULA.